

FAMÍLIA, TRABALHO E RELAÇÕES CONJUGAIS:

PERSPECTIVAS DE DOMINAÇÃO E DE IGUALDADE
NO FEMININO E NO MASCULINO



Dissertação de
Maria Joana Vinagre Marques da Silva Patel

Faculdade de Letras da Universidade do Porto - FLUP

Mestrado em Sociologia: Construção Europeia e Mudança Social em Portugal

Orientação: Prof. Doutor João Miguel Teixeira Lopes

Porto, 28 de Agosto de 2005.

AGRADECIMENTOS

Ao longo deste trabalho, a forma de encarar o tema foi evoluindo e ao conversar sobre ele e sobre as suas implicações, recebi informações que levantavam novas questões e me faziam procurar novas soluções. Foram muitas as dúvidas e as dificuldades que me faziam pensar que esta investigação não tinha fim.

Agradeço por isso, a forte motivação do meu orientador, o Professor Doutor João Teixeira Lopes que com palavras de ânimo, com uma crítica objectiva e construtiva, me deu o incentivo necessário para prosseguir a investigação.

Desejo agradecer a todos que no seio das suas vidas atribuladas, tiveram disponibilidade para me receber e colaborar com o testemunho das suas vidas. Agradeço à Marta, ao Pedro, à Bia, ao Zé Alexandre, à Ana Paula, ao Francisco, à Anabela, ao Paulo, ao Pedro e à Gisela.

Agradeço à Professora Isabel Dias, a cedência do programa informático que me permitiu tratar de forma mais eficaz as entrevistas e à Sofia Caldeira, a colaboração na transcrição das mesmas.

A aproximação do tema ao meu quotidiano, influenciou directamente o meu olhar sobre a minha própria vida e a dos que me são próximos. Agradeço à minha família que me ouviu e com quem fui constantemente debatendo o tema, nomeadamente ao meu marido Louis, aos meus filhos Sarah, Thomas e Arthur. Aos meus irmãos que me possibilitaram discussões acesas, e aos meus pais que sempre estiveram abertos ao diálogo e preocupados em encontrar um consenso.

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	1
ÍNDICE GERAL	2
ÍNDICE DE QUADROS	5
ÍNDICE DE FIGURAS	6
INTRODUÇÃO	7
I	
A FAMÍLIA	11
1.1. A FAMÍLIA TRADICIONAL OU PRÉ-MODERNA	16
1.2. A PASSAGEM PARA A FAMÍLIA MODERNA	20
1.3. A FAMÍLIA PÓS-MODERNA OU PÓS-TRADICIONAL	24
1.4. A FAMÍLIA EM PORTUGAL	29
1.5. A CRESCENTE ACTIVIDADE PROFISSIONAL FEMININA	33
1.6. A PARTICIPAÇÃO NAS TAREFAS FAMILIARES E DOMÉSTICAS	39
1.7. O RENDIMENTO DO AGREGADO FAMILIAR	43
II	
O TRABALHO	46
2.1. O TRABALHO NAS SOCIEDADES PRÉ-MODERNAS	50
2.2. O TRABALHO NAS SOCIEDADES MODERNAS	53
2.3. O TRABALHO NA PÓS-MODERNIDADE	59
2.4. O ATRASO DA ECONOMIA EUROPEIA	64
2.5. A POLÍTICA DE COESÃO SOCIAL NA UNIÃO EUROPEIA	69
2.6. O TRABALHO EM PORTUGAL	71
2.7. O TRABALHO E A FAMÍLIA	77
2.8. O TRABALHO PRODUTIVO DOMÉSTICO	79
III	
AS RELAÇÕES CONJUGAIS	83
3.1. AS RELAÇÕES CONJUGAIS NA PRÉ-MODERNIDADE	86
3.2. AS RELAÇÕES CONJUGAIS NA MODERNIDADE	95
3.3. AS RELAÇÕES CONJUGAIS NA PÓS-MODERNIDADE	109
3.4. O AMOR NA PÓS-MODERNIDADE	116
3.5. A SOCIALIZAÇÃO NA DIFERENÇA	

E A DOMINAÇÃO.....	121
--------------------	-----

IV METODOLOGIAS 128

4.1. A ESCOLHA DAS METODOLOGIAS QUALITATIVAS.....	130
4.2. OS ENTREVISTADOS	133
4.3. AS ENTREVISTAS	134
4.4. A ANÁLISE DE CONTEÚDO E A ANÁLISE DE DISCURSO.....	138
4.5. TRATAMENTO INFORMÁTICO DOS DADOS.....	140
4.6. A OBSERVAÇÃO	141

V PERSPECTIVAS DE DOMINAÇÃO E DE IGUALDADE..... 143

5.1. PERSPECTIVAS DE DOMINAÇÃO	143
5.1.1. A DOMINAÇÃO FATAL	145
5.1.1.1. A OUTRA PAIXÃO DO JORGE	146
5.1.1.2. “ELE DETESTA ESTAR EM CASA!”	147
5.1.1.3. O JORGE “CONSEGUE TER UM BOCADINHO MAIS DE PODER”	150
5.1.1.4. A AUSÊNCIA DE MUDANÇA.....	153
5.1.1.5. “A ÚNICA COISA QUE A MINHA MÃE OS OBRIGAVA, ERA A ESTAREM A HORAS EM CASA”	155
5.1.1.6. O DINHEIRO É PARA PAGAR AS CONTAS	158
5.1.2. A DOMINAÇÃO JUSTIFICADA.....	160
5.1.2.1. “ELE GANHOU... NÃO PRECISÁVAMOS OS DOIS DE ESTAR A MARCAR GOLOS”	161
5.1.2.2. O “PROFISSIONALMENTE TUDO O QUE EU TIVER HIPÓTESE EU VOU” DO RUI E O “ESTÁ COMPLETAMENTE FORA DE QUESTÃO” DA RITA.....	165
5.1.2.3. A TEORIA DO RUI: “O FUNDAMENTAL É QUE HAJA ESPÍRITO DE EQUIPA”	168
5.1.2.4. A AUSÊNCIA DE MUDANÇA	171
5.1.2.5. “O MEU IRMÃO RARAMENTE COLABORAVA”	174
5.1.2.6. PARA ALÉM DO MÍNIMO EM TERMOS ECONÓMICOS, É IMPORTANTE A ACTIVIDADE CULTURAL	176
5.2. PERSPECTIVAS DE IGUALDADE	178
5.2.1. A IGUALDADE DE RECURSOS	181
5.2.1.1. AS TAREFAS DOMÉSTICAS E FAMILIARES REDUZIDAS AO MÍNIMO.....	182

5.2.1.2.	A CONCRETIZAÇÃO DE DUAS CARREIRAS	185
5.2.1.3.	O NÃO ÀS “FÉRIAS COM AS CRIANCINHAS” DO PAULO	188
5.2.1.4.	AUSÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA ISABEL NAS TAREFAS DOMÉSTICAS E FAMILIARES ..	190
5.2.1.5.	“OS FILHOS NUNCA LAVAVAM LOUÇA, NEM ARRUMAVAM COZINHA”	193
5.2.1.6.	O DINHEIRO “COMPRA TUDO!”	195
5.2.2.	A IGUALDADE EM CONSTRUÇÃO	198
5.2.2.1.	O ESFORÇO DA PARTILHA	199
5.2.2.2.	NA PROFISSÃO, PRIMEIRO UM DEPOIS O OUTRO.....	201
5.2.2.3.	A GESTÃO DAS DIVERGÊNCIAS	202
5.2.2.4.	O QUE FALTA MUDAR	204
5.2.2.5.	EM CASA DOS PAIS DO JOÃO, “ERA TUDO IGUALMENTE REPARTIDO, DOIS BRAÇOS E DUAS PERNAS”	206
5.2.2.6.	A “PRESSÃO DO DINHEIRO”	208
5.3.	UMA PERSPECTIVA FINAL.....	211
CONCLUSÃO.....		214
BIBLIOGRAFIA.....		218
ANEXOS.....		229
	ANEXO I – GUIÃO DE ENTREVISTA FEMININO	230
	ANEXO II – GUIÃO DE ENTREVISTA MASCULINO	235
	ANEXO III – LISTA DE CATEGORIAS ANALISADAS	240
	ANEXO IV – CATEGORIAS INTEGRADAS NO PROGRAMA INFORMÁTICO N6	245

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 – MODELO ORIENTADOR DA PESQUISA.....	15
QUADRO 2 – ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA FAMILIAR ENTRE 1960 E 2001, EM PORTUGAL	30
QUADRO 3 - INFLUÊNCIA DA SITUAÇÃO PROFISSIONAL NAS RUPTURAS CONJUGAIS FRANCESAS, EM 1993	78
QUADRO 4 – TAXA DE ACTIVIDADE FEMININA, NOS ANOS 70 EM FUNÇÃO DA INSTRUÇÃO.....	109
QUADRO 5 – ALTERAÇÃO NAS UNIÕES DE FACTO E NOS DIVÓRCIOS ENTRE 1991 E 2001, EM PORTUGAL.....	120

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 – MULHERES COM ENSINO SECUNDÁRIO	35
FIGURA 2 – ESCOLARIDADE DOS HOMENS E DAS MULHERES 1999	36
FIGURA 3 – AGRAVAMENTO DA TAXA DE DESEMPREGO	72
FIGURA 4 – TAXA DE ANalfabetismo PORTUGUESA	74
FIGURA 5 - OBJECTO DE ESTUDO.....	128
FIGURA 6 - FACTORES QUE DETERMINAM RELAÇÕES CONJUGAIS DE DOMINAÇÃO E DE IGUALDADE	213

INTRODUÇÃO

A família, mantém-se a célula estruturante do indivíduo, onde este cresce e aprende a viver em sociedade. O trabalho é sinónimo de sobrevivência para os indivíduos. Entre as várias modalidades que coexistem nos dias de hoje, o trabalho assalariado é a principal fonte de rendimentos para metade dos portugueses¹. As relações conjugais, são um espaço de intensas trocas afectivas que interferem com os indicadores de natalidade e com a estabilidade emocional de cada indivíduo.

Estamos no século XXI, perante uma família com um número de elementos no agregado cada vez mais reduzido, devido ao decréscimo das taxas de fecundidade, ao aumento de pessoas a viverem sós e às crescentes reconstituições familiares (consequência de separações de casais). Por um lado, o consumo das famílias aumenta nomeadamente ao nível das habitações, por outro, os pais trabalham, os filhos estão em escolas ou nas creches e as casas estão vazias. Como se organizam casais? Como é que são feitas as escolhas individuais e em que medida é que estas interferem no equilíbrio familiar? Porque é que a redistribuição de tarefas familiares é um assunto tabu, em que ninguém quer mexer? Serve os interesses de quem? A perspectiva histórica da família, ajuda a compreender alguns hábitos enraizados nos indivíduos, mas é motivo para se recusar a mudança, num tempo de mudanças?

O estado actual do mercado de trabalho, contribui para as alterações ao nível familiar. Diminui a classe assalariada e aumentam as profissões ligadas às novas economias do conhecimento. Entre estes dois tipos de trabalho instala-se um vazio, um espaço de exclusão social, gerador de um individualismo negativo. O risco das famílias entrarem num processo de exclusão é cada vez maior, sobretudo face ao aumento das taxas de desemprego e no caso específico de Portugal, face às baixas taxas de

¹ INE, *Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000 – Principais Resultados*, Lisboa, INE, 2002. As restantes receitas familiares provêm de pensões e subsídios.

INTRODUÇÃO

escolaridade. A Europa perde terreno, em relação a outros países do mundo, como os Estados Unidos da América e o Japão. O seu crescimento económico é menor do que o destes países, assim como a utilização de serviços de Internet. A realidade dos países ocidentais, é geradora de muitas inseguranças². Como reagem as famílias à instabilidade do mercado profissional? De que formas se sentem pressionadas? Que opções tomam os indivíduos para defender a fonte dos seus rendimentos? Se é preciso aumentar o investimento profissional, como se organizam as famílias?

O trabalho produtivo doméstico, sobretudo executado pelas mulheres, continua excluído do espaço económico, por não ter qualquer valor atribuído. Por ser um trabalho desvalorizado, os homens resistem à entrada no domínio doméstico. A perspectiva histórica, mostra que estes se associam às actividades remuneradas e que têm tido a função de “ganha pão” familiar. Passar para um domínio não remunerado, significa reduzir a capacidade financeira. As desigualdades no mercado de trabalho persistem e as mulheres ganham menos do que os homens, têm trabalhos precários, o que as leva a escolher frequentemente, ficar em casa numa situação de total dependência em relação a aqueles. Os indivíduos têm consciência das desigualdades? Se têm, porque é que as mantêm?

A explicação para estas questões e para muitas outras, está na relação que se estabelece entre homens e mulheres. A relação conjugal é o laboratório de práticas que se estendem de forma abrangente a todo o universo social. É o espaço onde os indivíduos se afirmam defensores da igualdade mas onde através das práticas quotidianas, nos dizem que, a igualdade é para os outros. As leis defendem a igualdade de oportunidades mas será que ela existe em casa dos legisladores? A história dá-nos um passado de completa dominação do homem sobre a mulher, uma dominação

² Jean-Paul Fitoussi e Pierre Rosanvallon, *A Nova Era das Desigualdades*, Oeiras, Celta Editora, 1997.

INTRODUÇÃO

que se tem esbatido à medida que o tempo passa. A mulher não pretende ser dominada, nem dominar, quer o respeito e o equilíbrio nas esferas pública e privada. Os tempos actuais, são de dominação masculina profissional e económica, que se segue de uma dominação doméstica e familiar. Os homens não participam de forma igual nas actividades de foro doméstico, pois a sua disponibilidade está direccionada para a profissão. A insatisfação conjugal provoca o crescimento de divórcios. A que se deve esta insatisfação? A divergências domésticas? O amor transforma-se num sentimento racionalizável e apesar de se institucionalizar através do casamento, manifesta-se de forma crescente através de uniões livres, heterossexuais ou homossexuais.

Quando há filhos dependentes, acentuam-se as desigualdades na organização do trabalho familiar e doméstico. Coloca-se a questão da dominação na relação conjugal. Até ao primeiro filho, os casais organizam-se recorrendo a ajudas familiares, a refeições trazidas de fora, a lavandarias e outros serviços de apoio doméstico. A partir do segundo filho, surgem as primeiras discussões que se resolvem, em nome da harmonia conjugal, com a resignação da mulher, às tarefas que aprendeu durante o longo período de socialização, no agregado familiar de origem. Mantém-se a resistência masculina à entrada no espaço doméstico. Se se falar com os homens e com as mulheres, ambos se sentem iguais e defendem a igualdade. Porque é que na prática, ela não existe? Como operacionalizar a igualdade?

No sentido de dar resposta a algumas destas questões, estabeleço como objectivo principal deste trabalho, a análise da relação de cada um dos elementos que compõem o casal, com a família, com o trabalho e entre si. Esta relação constitui por isso, o objecto de estudo. São também objectivos desta investigação, a análise das consequências desta relação, em termos de dominação ou de igualdade conjugal, a análise da gestão familiar e ainda, a análise do papel dos indivíduos nesta gestão.

INTRODUÇÃO

As mudanças sociais são, hoje em dia suficientemente maciças e portadoras de desentendimentos futuros, para serem consideradas globalmente, simultaneamente na sua importância e na sua novidade. Fazem parte de um processo pós-moderno em marcha, que não se sabe nem como se desenvolverá, nem quando estará concluído. A pós-modernidade dá visibilidade ao conflito entre os interesses individuais e os interesses colectivos. O entendimento que cada um faz do que o rodeia e as decisões que toma em nome individual, chocam frequentemente com o bem comum, seja ele político, económico, social, de direito (público/privado), familiar, profissional, ou conjugal. Esta pesquisa incide sobre estas últimas dimensões, por duas razões: em primeiro lugar, porque são as que directamente interferem com o dia a dia de qualquer um de nós; em segundo lugar, porque se verifica uma grande contradição, entre os discursos veiculados politicamente e socialmente, em termos de igualdade de direitos e de oportunidades e as práticas quotidianas dos indivíduos.

CAPÍTULO I - A FAMÍLIA

A família de hoje, no mundo ocidental e nomeadamente em Portugal é o resultado da sua história. Uma história que reúne elementos quer da família tradicional, quer da família nuclear moderna. O que caracteriza a família tradicional, para além da sua presença em actividades localizadas, é o tipo de relação que se estabelece na família e entre cônjuges. A mulher não existe enquanto ser com uma vontade própria, mas enquanto objecto transaccionado num mercado particular, que passa de uma família para outra. A autoridade está no homem-marido e no homem-pai. Uma característica desta família é a precariedade em que vive. Os alojamentos estão sobrepovoados e não têm condições mínimas de higiene, os indivíduos vivem sobretudo fora de casa, transformando a vida familiar numa das dimensões da vida pública.

A modernidade vem separar a dimensão temporal, da dimensão espacial. O tempo passa a ser uniformizado num só calendário, a nível mundial e as influências deixam de ser localizadas para passar para fora da região. A família nuclear moderna, introduz a afectividade na relação conjugal: há um pai e um marido cuja autoridade começa a diminuir e há uma mãe que trata de tudo e que está pronta a sacrificar-se pela sua família, nem que isso signifique uma abdicação da sua realização profissional e dos seus interesses pessoais. Na família nuclear moderna, a privacidade adquire uma grande importância e os assuntos familiares são resolvidos sem o conhecimento da restante comunidade. Em termos de estruturas físicas para as famílias, o número de habitações e de divisões na habitação aumenta, proporcionando o isolamento dos seus elementos e favorecendo o individualismo.

A família pós-moderna surge a partir do momento em que se questionam os valores familiares tradicionais e modernos. A partir do

momento, em que a sociedade desperta para as desigualdades. A viragem é provocada por um lado, pela entrada da mulher para o mercado de trabalho e por outro, pela procura de uma sociedade mais justa em termos de direitos e de oportunidades. A pós-modernidade assenta essencialmente num conceito individualista e flutuante, na medida em que se assume em tempos e espaços diferentes, consoante os indivíduos em questão. Pode por isso, coexistir com formas de estar modernas e tradicionais.

É possível definir a pós-modernidade como o conflito permanente entre o um e o todo, o eu e os outros, um conflito que gera perturbações sociais, familiares, profissionais, económicas, políticas e individuais. A vivência pós-moderna tem um alcance inimaginável, visto que mesmo as sociedades onde a liberdade de expressão é restrita, onde o interesse colectivo se impõe sobre o individual, são directamente atingidas por processos económicos e políticas globais, ditadas por indivíduos que encerram em si, este processo dialético. Hoje, em qualquer parte do mundo, o indivíduo que se sente ameaçado pelo todo, pode exprimir-se livremente, recorrendo a sistemas de rede, montados a uma escala mundial. Pode denunciar a violação dos direitos da humanidade, os crimes contra o ambiente, ou simplesmente manifestar o seu descontentamento em relação ao quotidiano. A pós-modernidade tem tudo de bom e tem tudo de mau, porque depende do resultado da relação de forças que se estabelece entre o eu e o nós e da capacidade que os indivíduos têm para a manter.

No que diz respeito à família actual, a pós-modernidade manifesta-se através da sua instabilidade e da sua estrutura, cada vez mais diversificada. O primado do eu sobre o nós conjugal, reflecte-se no aumento drástico do número de divórcios, nas transformações dos papéis conjugais e familiares, na crescente actividade profissional feminina e na redução do número de elementos nos agregados familiares (consequência das reconstituições familiares e da diminuição das taxas de fecundidade).

A actividade profissional feminina, é um foco de tensões nas relações

conjugais, sobretudo quando coexiste com a actividade masculina. A ausência do casal no lar, afecta a produção doméstica tornando mais flagrantes as desigualdades, em termos de partilha das tarefas domésticas e familiares. Num contexto familiar, onde existam filhos dependentes e ambos os cônjuges trabalhem, os interesses profissionais de cada um, facilmente se tornam incompatíveis com os interesses familiares. Estabelece-se hipoteticamente, uma relação conjugal de dominação ou de igualdade, que depende por um lado, do tempo reservado por cada um dos cônjuges para a família, para o trabalho e para si próprios; e por outro lado, da forma como é negociada a organização familiar e doméstica. Na negociação, têm um peso muito importante a socialização de cada um dos cônjuges nos respectivos géneros, a operacionalização dos comportamentos implícitos a esta negociação, a participação no orçamento familiar e o capital escolar dos cônjuges.

Este processo desenvolve-se em dois cenários. O primeiro e o mais comum, é o de um maior investimento de um dos cônjuges em termos familiares e conseqüentemente, um menor investimento em termos profissionais. Este fenómeno está associado a um maior envolvimento do outro cônjuge profissionalmente, ou em actividades não familiares. O resultado, é a sobrecarga de um dos dois em relação ao outro, quer ao nível familiar, quer ao nível profissional. Cria-se uma relação conjugal do dominante versus o dominado, a mais fácil de adoptar e por isso a mais visível em termos de estudos efectuados.

O segundo cenário, estabelece que para um tempo igual na família, ou na actividade profissional há igual participação na organização da vida familiar. Se a disponibilidade para a família é baixa, aumenta o investimento profissional, e estamos perante uma situação de presença reduzida, ou de ausência do casal na habitação. Se pelo contrário, a disponibilidade para a família é elevada, estabelece-se uma relação de igual empenhamento entre os cônjuges. Neste último caso, estão criadas as condições para o equilíbrio

entre o exercício de duas actividades profissionais e de duas actividades familiares. O que passa pela redistribuição dos papéis familiares e resulta numa relação de igualdade.

Actualmente, as formas de expressão da dominação têm vindo a mudar. O que até muito recentemente, eram (e para alguns casais, ainda são) atitudes indiscutíveis e manifestas, são agora teoricamente questionadas e consideradas socialmente incorrectas por assentarem em pressupostos de desigualdade. Na verdade, os casais tentam passar para o exterior uma mensagem que faz parte de um segundo cenário mas as suas práticas quotidianas revelam formas camufladas de poder e de dominação, características do primeiro.

A partir da negociação de formas de organização familiar, estabelecem-se as possibilidades de pertença dos casais, a um dos cenários referidos. Esta negociação depende do grau de socialização que os cônjuges tiveram no género a que pertencem, da mudança de comportamentos historicamente e culturalmente instalados da participação de cada um no rendimento do agregado familiar e do nível escolar. Se houver um grau elevado de socialização no género feminino e masculino, dificuldades na mudança de comportamentos e uma diferença acentuada de rendimentos e um baixo capital escolar, a relação conjugal estabelece-se em termos do dominante versus dominado.

A forte socialização nos géneros é feita associando-se a mulher às actividades domésticas e familiares e atribuindo-se ao homem o sustento da casa. A rigidez de comportamentos está presente por um lado, na demissão masculina dos problemas de foro doméstico (é comum ouvirmos dizer “eu trato de outras coisas” ou “há já uma pessoa a pensar nos assuntos da casa”) e por outro lado, na falta de confiança da mulher nas capacidades masculinas para o efeito. À socialização e à rigidez de comportamentos, acresce o facto do trabalho masculino ser mais bem pago, o que legitima a demissão do homem relativamente a assuntos que não contribuem para um aumento do

rendimento familiar e uma baixa escolarização feminina ou de ambos os cônjuges.

Na relação conjugal que se desenvolve na base do dominante versus dominado, não há negociação de novas formas de organização familiar, o poder é reconhecido e legitimado pela história das gerações anteriores. Facilmente se atribuem à mulher, as responsabilidades domésticas e familiares, a que está vinculada sem querer mesmo quando trabalha fora de casa. Há um investimento feminino, ao nível escolar e profissional que não pode ser desenvolvido em condições iguais ao investimento masculino, pois está condicionado pela não-emancipação da mulher ao nível familiar e pela ausência do envolvimento dos homens, nas actividades do foro doméstico.

Quadro 1- Modelo orientador da pesquisa:

Hipótese Principal	Interesses dos indivíduos			Negociação de formas de organização familiar				Relação Conjugal
	Hipóteses Secundárias	Conjugais	Familiares	Profissionais	Socialização no Género	Mudança de Comportamentos	Participação Rendimento Familiar	
1º Cenário: Dominação	≠	≠	≠	>	<	≠	<	Dominante vs Dominado
2º Cenário: Igualdade	=	=	=	<	>	=	>	=

As sociedades actuais, estão voltadas para o consumo e totalmente dependentes dos rendimentos. A vida da família pós-moderna, é marcada por uma preocupação com o bem estar e conforto de todos os seus elementos. Este bem estar e conforto passam, no caso de Portugal, pela aquisição do maior número de bens possível. O consumo cria uma dependência das famílias, em relação a bens e serviços e faz surgir uma identidade apoiada no reconhecimento social marcado mais pelo ter, do que pelo ser. Os níveis de conforto dos portugueses, em termos de aquisição de equipamentos domésticos aumentam muito nos últimos anos. As despesas com a habitação e os transportes acentuam-se e as despesa com a alimentação diminuem. Assistimos à substituição de um consumo de bens primários, por um

consumo de bens sociais.

A satisfação das necessidades voltadas para o consumo, depende do poder de compra das famílias e conseqüentemente, do rendimento auferido no âmbito de um trabalho remunerado. Assim, o exercício de uma profissão e a sua articulação com o trabalho familiar, é uma necessidade e uma preocupação constante das sociedades actuais. Apesar da instabilidade familiar dos dias de hoje, continua a ser no seio da família, que se constrói a identidade de cada indivíduo, *a consciência de que ao acordar se é o mesmo ser que adormeceu na véspera, a construção dia após dia desta continuidade de si mesmo, desta mesmidade que faz de cada ser humano uma pessoa única e singular*³.

1.1. A FAMÍLIA TRADICIONAL OU PRÉ-MODERNA.

A família tradicional é marcada pelo seu tempo e pelas suas memórias e tem a sua expressão nas sociedades pré-modernas assumindo também, por isso, a designação de família pré-moderna. Nas sociedades pré-modernas, o espaço e o lugar coincidem largamente, dado que as dimensões espaciais da vida social são, para a maior parte da população, e em muitos aspectos, dominadas pela noção de presença e por actividades localizadas⁴.

A família tradicional vive num tempo permanente, num tempo em que os parentescos e os agrupamentos se estabelecem por localidades⁵. Trata-se de um tempo associado às sociedades camponesas rurais e às estruturas patriarcais. A tradição é uma orientação para o passado e está ligada à

³ Evelyne Sullerot, *A Família - Da crise à necessidade*, Lisboa, Instituto Piaget, 1999, p. 301.

⁴ Anthony Giddens, *As Consequências da Modernidade*, Lisboa, Celta Editora, 1995.

⁵ Gurvitch, citado por David Harvey em *Condição pós-moderna - Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*, São Paula, Edições Loyola, 2000.

memória colectiva: *envolve ritual (...)*⁶, *tem guardiães, e ao contrário do costume, tem um carácter de obrigatoriedade que combina um conteúdo moral e emocional*⁷. As memórias da família tradicional assentam em valores de respeito pelas tradições, de sentido de responsabilidade e de solidariedade familiar e comunitária, são memórias comunitárias⁸. Caracterizam-se por papéis familiares bem diferenciados, com pouco empenhamento na vida familiar e mais compromissos com a vida pública. Há uma extensão do agrupamento familiar ao agrupamento comunitário.

Para a dimensão pública da família tradicional contribui muito, até ao século XX (em algumas regiões de Portugal, até há alguns anos atrás), a distribuição dos espaços para as famílias. Na família tradicional é preciso distinguir a família camponesa da família burguesa. O lar burguês tem espaço: uma sala de visitas, cozinha, anexos para criados e por vezes, outras divisões. Os operários e camponeses amontoam-se em alojamentos compostos por uma, ou duas divisões e frequentemente partilham as camas. De forma geral, o sobrepovoamento é a regra no início do século XX. Antoine Prost⁹, na recolha de dados sobre o assunto, verifica que no recenseamento francês de 1906, 26% das pessoas que habitam nas cidades de mais de 5000 habitantes, vivem a mais de duas por compartimento.

Para além deste sobrepovoamento, as condições de vida da família tradicional são precárias, comparativamente com as condições de vidas das famílias dos dias de hoje. Caracterizam-se por uma grande falta de higiene

⁶ Adoptei as seguintes regras para todas as citações:

- a) as palavras que acrescento por razões gramaticais coloquei-as entre parêntesis rectos;
- b) as reticências significam que a pessoa não acabou a frase;
- c) as reticências dentro de parêntesis significam um corte no meio da citação.

⁷ Anthony Giddens, "Viver numa sociedade pós-tradicional", in Ulrich Beck, et al, *Modernização Reflexiva - Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno*, Oeiras, Celta Editora, 2000, p.60.

⁸ Josette Coenen-Huther, *La Mémoire Familiale: un Travail de Reconstruction du Passé*, Paris, Éditions L'Harmattan, 1994.

⁹ Antoine Prost, "Fronteiras e Espaços do Privado", in Ariès, Philippe e Duby, Georges (org.), *História da Família Privada - Da Primeira Guerra aos Nossos Dias*, Porto, Ed. Afrontamento, 1991, vol.5.

que se deve em parte, à falta de informação das populações e em parte, à falta de condições: poucas casas têm água corrente, ou mesmo electricidade e as casas de banho são no exterior das casas. Assim, à força de partilhar constantemente os espaços comunitários e familiares, a privacidade quase que não existe até meados do século XX. Todos interferem na vida de todos. Há um controlo da comunidade, por vezes involuntário, nos povoamentos nucleados. Todos sabem a vida de todos: *toda a comunidade sabe que a Marie-Claude voltou para casa tarde uma noite com o Jean-Pierre simplesmente porque todos os cães se puseram a ladrar quando eles passaram (e todos os pais de família saltaram da cama para irem à janela)*¹⁰.

Os pais decidem a vida dos filhos sobretudo na classe burguesa, onde há bens a salvar. Ler a correspondência dos filhos é não só um costume como um dever e interferir nas suas relações também. O casamento é um assunto de família, sobretudo quando há fortunas em jogo. No século XVII, com as ordenações Filipinas, as mulheres podem ser deserdadas ao casarem contra a vontade do pai¹¹. Até ao início do século XX, não havendo património a salvar, como acontece com a classe operária, a escolha dos cônjuges faz-se livremente. Neste grupo social e ao contrário da classe burguesa em que muitos filhos significam a divisão da propriedade, as famílias grandes são uma necessidade pois representam mais braços para o trabalho. As mulheres partilham o trabalho com os homens, garantem o nascimento dos filhos e os cuidados das numerosas proles.

Shorter¹² divide a família tradicional em três grupos domésticos. O primeiro é a família conjugal elementar, sem outros parentes para além do casal, a viver em casa. O segundo é a família-tronco, que inclui a mãe, o pai,

¹⁰ Edward Shorter, *A Formação da Família Moderna*, Lisboa, Terramar, 1995, p.53.

¹¹ Relato do grupo de trabalho do Projecto Now-Luna, *O Longo Caminho para a Igualdade - Algumas Referências sobre a Situação das Mulheres ao Longo dos Tempos*, Lisboa, CGTP-IN, 1998.

¹² Op. Cit.

os filhos e um conjunto de avós. O terceiro é o grande lar de família múltipla, alargada a irmãos e irmãs tanto do marido como da mulher. Em qualquer um destes grupos há preferência pela autoridade por oposição a uma escolha individual livre, o que se traduz por um domínio patriarcal. O marido é o chefe da família, a mulher casada precisa da sua autorização escrita para abrir uma conta no banco ou para gerir os seus próprios bens. Ainda que a casa fosse um domínio sobretudo feminino, juridicamente, politicamente e socialmente é o homem que tem o poder. Os homens da família tradicional são *emocionalmente isolados das suas mulheres e do resto da família - homens que eram brutais, dominadores, obcecados com as formas exteriores, puritanos e (...) freneticamente autoritários*¹³.

No que diz respeito às mulheres, o seguinte texto, numa alusão ao dia de trabalho de uma mulher basca francesa, do início do século XX, o retrato é claro: *Levantava-se às 5 da manhã, com o sol no Verão, numa escuridão de breu no Inverno. Só depois de acender o fogo na cozinha é que os homens se levantam (os ajudantes contratados viviam na casa). Ela servia-lhes a sopa do pequeno almoço e eles abalavam para os campos. Ela tinha então de ir despertar as crianças, lavá-las, dar-lhes de comer e vesti-las e mandá-las para a escola. A seguir vinham as camas, varrer e arrumar as coisas. Depois ia à horta colher verduras para a refeição do meio-dia, lavá-las e descascá-las e pôr as coisas a cozinhar no fogão. Os homens regressavam e ela servia-lhes o almoço, mantendo-se de pé atrás da cadeira do marido, quando não ficava a servir à mesa. Depois comia ela, sentada ao canto do fogão. E ainda só vamos a meio do dia, pois de tarde esta esposa rural média andava nos campos e à noitinha fiava à luz da candeia. Ia para a cama por volta das 11 da noite, algum tempo depois do marido*¹⁴.

Para além do trabalho no campo, no caso das famílias camponesas, a

¹³ Moller, citado por Shorter in Shorter, Edward, *A Formação da Família Moderna*, Lisboa, Terramar, 1995, pp.70 e 71. O texto reporta aos costumes do século XVIII e XIX.

¹⁴ Edward Shorter, *A Formação da Família Moderna*, Lisboa, Terramar, 1995, p.76.

situação das mulheres relativamente ao sexo e à reprodução, resume-se a dormir com os maridos quando estes o reclamam e a produzir bebés até aos limites estabelecidos pelas normas da comunidade. Em Portugal, a submissão da mulher ao marido é a regra até aos anos setenta. Durante o Regime Autoritário, sob o lema "Deus, Pátria e Família" afirma-se que a vocação específica e definitiva da mulher é o lar e a família. Os trabalhos domésticos são uma obrigação sua. Socialmente, é-lhe impedido o acesso à carreira da magistratura e da diplomacia e familiarmente qualquer outra profissão que não seja do agrado do marido.

Na família tradicional camponesa, as relações conjugais caracterizam-se pela ausência de afecto. Durante o século XVIII, numa altura em que a agricultura é a forma de sobrevivência para a maior parte das populações, a perda de um animal de estábulo causa mais desgosto a um camponês do que a perda de sua mulher: *a primeira só pode ser recuperada com dinheiro, a segunda é reparada com outra mulher, que trará consigo algum dinheiro e móveis e que, em vez de empobrecer o lar, aumentará a sua riqueza*¹⁵.

1.2. A PASSAGEM PARA A FAMÍLIA MODERNA.

A entrada na modernidade alterou a ligação do tempo ao espaço, dissociando estas duas dimensões da vida humana. Giddens¹⁶ estabelece uma relação causal entre ambas na medida em que entende que o esvaziamento do tempo é a pré-condição para o esvaziamento do espaço. O tempo foi estandardizado a nível mundial através de um relógio e de um calendário uniformizados e o espaço tornou-se cada vez mais *fantasmagórico*, penetrado e modelado por influências sociais muito

¹⁵ Perfeitura de Charente, texto relativo à situação francesa do século XVIII, citado por Edward Shorter, in *A Formação da Família Moderna*, Lisboa, Terramar, 1995, p.60.

¹⁶ Anthony Giddens, *As Consequências da Modernidade*, Lisboa, Celta Editora, 1995.

distantes. A família moderna surge num tempo ilusório¹⁷, de rupturas com o passado, típico das sociedades organizadas nas grandes cidades. Ao contrário da família pré-moderna, a família moderna recorre a uma memória relacional afectiva que valoriza o amor, a abnegação, o calor familiar e a força de carácter¹⁸. Há uma dimensão atemporal na vida quotidiana que reforça o presente e torna ausentes os assuntos relativos às famílias de origem.

Estudos que reportam ao fim do século XIX¹⁹, apontam para a substituição de uma família de tipo paternal ou patriarcal, por uma família conjugal moderna que vem atribuir ao pai a obrigação de alimentar os filhos e cuidar deles até à sua maioridade. Shorter²⁰ caracteriza esta mudança em termos da relação familiar mãe-bebé. A partir dos finais do século XIX, o recurso às amas de leite baixa significativamente em toda a Europa, sobretudo na classe média. Trata-se de uma consequência da alta taxa de mortalidade infantil e da epidemia de sífilis entre as amas de leite. É em torno da relação mãe-bébé que a família nuclear se forma com um sentido especial de solidariedade que separa a unidade doméstica da comunidade circundante.

Durante as 1ª e 2ª Guerras Mundiais, há uma união de esforços e todos os familiares (os que não desaparecem para combater, ou que não são feitos prisioneiros) juntam-se e contribuem com o que podem. Os indivíduos contando apenas com a liberdade de pensar e perante as adversidades das condições de vida, assumem compromissos para a vida inteira e casam através de procurações²¹. As pessoas unem-se para se apoiarem ao longo de uma vida que se anuncia dura, e sobretudo para os solitários. Assim o

¹⁷ Gurvitch, citado por David Harvey em *Condição pós-moderna - Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*, São Paula, Edições Loyola, 2000.

¹⁸ Josette Coenen-Huther, op.cit.

¹⁹ Anália Torres, *Sociologia do Casamento: A Família e a Questão Feminina*, Oeiras, Celta Editora, 2001.

²⁰ Op. Cit.

²¹ Evelyne Sullerot, *A Família - Da crise à necessidade*, Lisboa, Instituto Piaget, 1999.

casamento constitui-se durante muito tempo como um contrato durável, onde o amor não é condição nem da sua existência nem do seu sucesso²². As decepções sentimentais pesam menos do que as contrariedades materiais.

A ocupação dos espaços domésticos é um elemento decisivo na passagem da família tradicional, para a família moderna²³. Com o avanço tecnológico e a alteração das condições de vida, a arquitectura das habitações muda e a apropriação dos espaços também: a cozinha deixa de ser o centro onde todos se reúnem. As casas passam a ter água canalizada, electricidade, instalações sanitárias e várias divisões que promovem o isolamento individual e a independência dos membros da família. A cidade de Paris, onde se instala de forma importante a classe operária, durante o pós-guerra, é alvo de uma explosão de habitações, subsidiadas pelo Estado²⁴. Cada alojamento tem como exigência mínima das autoridades públicas, o aquecimento central, uma cozinha, uma casa de banho, uma sala, um quarto para os pais e pelo menos mais um para dois filhos. Trata-se de uma gigantesca democratização da habitação que possibilita à maior parte da população, o acesso a condições de vida que até à altura, são apanágio da burguesia.

À apropriação em quantidade dos novos espaços habitacionais, associam-se novas formas de viver e um novo marco na vida da família: o direito de cada membro familiar à sua própria vida privada. A vida de cada indivíduo começa a depender, a partir dos anos 50, do investimento pessoal, escolar e profissional. A escolaridade prolonga-se e os pais deixam de ter o poder de decidir a vida dos filhos. O trabalho deixa de pertencer à esfera do privado e passa para esfera pública, sobretudo com o aparecimento do

²² Antoine Prost, "Fronteiras e Espaços do Privado", in Ariès, Philippe e Duby, Georges (org.), *História da Família Privada - Da Primeira Guerra aos Nossos Dias*, Porto, Ed. Afrontamento, 1991, vol.5.

²³ Victoria Camps, *O Século das Mulheres*, Lisboa, Editorial Presença, 2001.

²⁴ Antoine Prost, "Fronteiras e Espaços do Privado", in Ariès, Philippe e Duby, Georges (org.), *História da Família Privada - Da Primeira Guerra aos Nossos Dias*, Porto, Ed. Afrontamento, 1991, vol.5.

ensino técnico-profissional. A autoridade paterna torna-se flexível e transfere-se para as escolas que adquirem funções socializadoras.

A família passa a ser o local onde se desenvolve a afectividade, uma unidade emocional protegida pela privacidade e pelo isolamento em relação ao exterior. Trata-se de um cimento emocional que liga não só o marido à mulher, como também os filhos aos pais e entre si: *o amor materno criou um ninho sentimental dentro do qual a família moderna se aninhava e afastou as mulheres do envolvimento com a vida comunitária*²⁵. A família moderna caracteriza-se pela sua domesticidade. Antoine Prost²⁶, atribui o aparecimento do amor no casamento à Igreja Católica que nos anos trinta, faz aparecer a ideia da espiritualidade conjugal. Esta ideia, desenvolve-se sobretudo durante a Ocupação alemã em França. O amor passa a ser uma condição para a relação conjugal existir. O casamento e a sexualidade são uma forma de o legitimar, assegurando a procriação.

A família nuclear fermenta antes da industrialização e tem um *formidável poder de resistência* ao longo da história²⁷. As relações de parentesco em grupos domésticos estabelecem-se com base em expectativas recíprocas. Os pais tomam conta dos filhos na esperança que estes tomem conta deles quando envelhecem. Os filhos correspondem indirectamente tendo filhos que por vezes, ajudam os avós e directamente dando apoio aos pais na velhice. A interdependência afectiva é um dos fundamentos modernos da continuidade familiar. Com o passar do tempo, a família nuclear moderna, adquire uma natureza individualista, a relação familiar alia independência, autonomia e obrigação. Este individualismo só não mata a estrutura familiar moderna porque dentro dela, há ainda a mulher que desempenha o papel de "boa mãe" e que continua a ser um sinal da

²⁵ Edward Shorter, *A Formação da Família Moderna*, Lisboa, Terramar, 1995, p.244.

²⁶ Op. Cit.

²⁷ Martine Segalen, *Sociologia da Família*, Lisboa, Terramar, 1999.

perpetuação da desigualdade²⁸.

Utilizando as palavras de Tony Bilton, é possível definir a família nuclear moderna, como *uma unidade doméstica composta por um homem e uma mulher numa relação matrimonial estável, com os seus filhos dependentes*²⁹ e acrescenta-se, onde se estabelecem relações de natureza individualista, numa dimensão social privada.

1.3. A FAMÍLIA PÓS-MODERNA OU PÓS-TRADICIONAL.

A pós-modernidade vem dar um novo contributo aos valores familiares contemporâneos. É por si só um conceito nómada que se apoia na mudança, na contra-corrente, na diferença. Não se encontra de forma definitiva em qualquer lado e circula por todo o lado um pouco. *Descobrimos que não se pode saber nada com qualquer certeza, uma vez que todos os fundamentos preexistentes da epistemologia se revelaram frágeis; que a história é destituída de teleologia e, conseqüentemente, nenhuma versão de progresso pode ser plausivelmente defendida; e que nasceu uma nova agenda social e política com a crescente importância das preocupações ecológicas e, talvez, dos novos movimentos sociais em geral*³⁰. Apesar de ser marcada por um corte com o passado, a pós-modernidade não existe de forma isolada, pois necessita compulsivamente deste passado. A pós-modernidade precisa da modernidade e da tradição para se definir, o que se deve à sua reflexividade. Todos os seres humanos se mantêm em contacto com os fundamentos daquilo que fazem como elemento essencial de o fazerem. É um conceito

²⁸ Victoria Camps, *O Século das Mulheres*, Lisboa, Editorial Presença, 2001

²⁹ Tony Bilton, et al, *Introductory Sociology*, Londres, Macmillan Education, Lda, 1990 (2ª ed.), p.253.

Texto original: “a domestic unit composed of a man and woman in a stable marital relationship, with their dependent children”

³⁰ Anthony Giddens, *As Consequências da Modernidade*, Lisboa, Celta Editora, 1995, p.37.

que transcende a modernidade mas não a dissolve na sua fragmentação e descontinuidade.

Considerando esta dependência David Harvey³¹, fala numa continuidade dentro da descontinuidade e assume uma posição mais crítica em relação ao conceito de pós-modernidade, entendendo-o como uma versão da modernidade. Segundo este autor as características de descontinuidade, fragmentação, efemeridade já existiam no pensamento humano aplicados sobretudo à arte e à filosofia. Na verdade, Harvey aceita os elementos da pós-modernidade mas não as suas implicações na sociedade: *a mais difícil questão sobre o movimento pós-moderno [é] o seu relacionamento com a cultura da vida diária e a sua integração nela*³². É certo que a reflexividade da pós-modernidade não é consensual porque enquanto que aquela precisa da modernidade para se desenvolver, o mesmo não se passa com esta. Não obstante, a pós-modernidade reflecte-se actualmente no quotidiano social, coexistindo de forma mais ou menos pacífica, com a modernidade e a tradição.

Giddens resolve as contradições deste conceito, recorrendo a um outro: o de sociedade pós-tradicional. *Uma sociedade global (...) no sentido de espaço indefinido. Uma sociedade em que os laços sociais têm de ser construídos, ao invés de herdados do passado (...). Uma ordem social descentralizada em termos de autoridades, mas recentralizada em termos de oportunidades e dilemas*³³. Na verdade, uma sociedade com todos os elementos que caracterizam a sociedade pós-moderna, pelo que se entende não haver diferenças relevantes entre pós-modernidade e pós-tradicionalismo que justifiquem o uso separado dos conceitos. A intensificação do processo de globalização exige uma justificação para tudo o que tradicionalmente é

³¹ David Harvey, *Condição Pós-Moderna*, São Paulo, Edições Loyola, 2000.

³² Idem, p.62.

³³ Anthony Giddens, "Viver numa sociedade pós-tradicional", in Beck, Ulrich, et al, *Modernização Reflexiva - Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno*, Oeiras, Celta Editora, 2000, p.103.

aceite pela típica frase do "é assim porque é". Na família, abre-se um espaço ao diálogo que permite a manutenção dos vínculos interpessoais. Na ausência deste espaço, a única possibilidade, é a da desvinculação que nos dias de hoje, se manifesta através dos elevados números de separações e divórcios.

As questões da família de hoje, são questões de uma família pós-moderna ou pós-tradicional. Uma família que vive num tempo errático e acelerado, de incerteza, de inovação e de criação colectiva³⁴. Trata-se do primado do eu sobre o nós conjugal que desvaloriza a fidelidade e a perenidade, em favor da auto-realização de cada um. Na relação conjugal da família pós-moderna, há a consciência de que apesar de casados, os cônjuges são livres de decidirem a sua vida longe um do outro, assim como a decidem um com o outro.

Martine Segalan³⁵, aborda a questão das uniões livres, que surgem nos finais do século XIX, causadas pelas más condições de vida, das mulheres da classe operária. Estas uniões, vão sendo transformadas por influência da classe burguesa, caracterizada por um modelo familiar, onde o sentimento é o mais importante da relação e onde se associam duas capacidades de trabalho e dois salários. Em França, entre os anos 60 e 70, o crescimento das uniões livres decorre de um outro fenómeno: o da coabitação juvenil. Antoine Prost³⁶ verifica que em 1969, 17 em cada 100 casais que casam vivem juntos antes de casarem. Em 1977, já são 44. A partir dos anos 80, em França, são muitos os que não casam por entenderem que o casamento em nada altera as suas situações, podendo mesmo prejudicar a relação do casal. A coabitação deixa de ser juvenil para se tornar livre. O autor verifica que em 1982, 56% dos franceses consideram a coabitação normal. A recusa do casamento, é a recusa de submeter a

³⁴ Gurvitch, citado por David Harvey em *Condição pós-moderna - Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*, São Paula, Edições Loyola, 2000.

³⁵ Op. Cit.

³⁶ Op. Cit.

relação conjugal a outras forças que não a dos sentimentos. As expectativas que pesam sobre o casal a nível afectivo, sexual e material, impedem-no de estabelecer uma relação duradoura e explicam quer o número de divórcios, quer a ruptura das uniões de facto. *A noção de casal "fundido" da década de 60, estaria a ser substituída pela escolha do efémero*³⁷ e a família passa a ser uma reunião dos elementos que a compõem, num determinado momento.

Às uniões livres e ao casamento legalmente instituído, sucedem-se novos modelos familiares que decorrem da instabilidade e da efemeridade dos primeiros. Gérard Vincent³⁸, observa que o número dos divórcios triplica em França, passando de 30.000, em 1960, para 100.000 em 1984, e que nesta data, na Suécia, 40% dos casamentos terminam em divórcio. Este aumento, explica-se pela entrada das mulheres para o mercado de trabalho e pela conseqüente transformação dos papéis conjugais e parentais. A mulher adquire uma maior autonomia económica, o que lhe permite tomar decisões relativas a um possível divórcio. Para Edward Shorter³⁹, este fenómeno decorre de um primeiro, caracterizado pela intensificação da vida erótica do casal que injectou uma boa dose de material explosivo na relação conjugal. Na verdade, se as mulheres se sentem insatisfeitas com a relação que têm, um emprego lucrativo permite-lhes desfazerem a união. A instabilidade do casal, é um dos arautos da família pós-moderna que torna a ruptura das uniões numa forte possibilidade.

Uma outra dimensão da família pós-moderna tem a ver com a "destruição do ninho". Os pais vão perdendo o seu papel exclusivo na educação dos filhos. A tarefa passa a ser igualmente uma responsabilidade pública, que o Estado assume através das suas instituições e os adolescentes afastam-se do círculo familiar. Novamente, o papel das

³⁷ Martine Segalen, *Sociologia da Família*, Lisboa, Terramar, 1999, p.153.

³⁸ Vincent, Gérard, "Uma história do segredo?", in Ariès, Philippe e Duby, Georges, *História da Família Privada - Da Primeira Guerra aos Nossos Dias*, Porto, Ed. Afrontamento, 1991, vol.5.

³⁹ Op. Cit.

mulheres é decisivo. Na família tradicional, criar bebés era uma luta contra a morte e a sujidade. No século XX, a saúde pública baixa o risco de morte infantil e torna-se pouco gratificante para as mulheres, terem uma vida inteira dedicada aos filhos sem qualquer outra forma de realização pessoal⁴⁰.

O casal na família pós-moderna é flutuante: *uma díade conjugal, sujeita a cisões e fusões dramáticas e sem os satélites orbitais dos filhos púberes, amigos íntimos ou vizinhos (...) Apenas os familiares pairando em fundo, de sorriso amigo no rosto*⁴¹. A instabilidade do casal é o resultado da substituição da propriedade pelo sentimento e depois pelo sexo, como vínculo entre homem e mulher. O casamento é uma relação iniciada e mantida pelo maior tempo possível e a relação pura encontra-se à deriva. A força do amor, por si só não gera o compromisso nem lhe confere autoridade⁴². Este é quase sempre, um regatear de esforços, sobretudo quando há filhos. Na perspectiva de Sylviane Agacinski a *natureza política da relação homens/mulheres não abre sequer a perspectiva de uma emancipação ou de uma paz últimas: marca antes a fatalidade de um desacordo eterno*⁴³.

Os novos casais são aqueles em que marido e mulher trabalham e um filho programado, frequentemente pelas mulheres que estão na posse do controlo da fecundidade, é objecto de um grande investimento afectivo e acompanhamento. Para Agacinski⁴⁴, o nascimento de um filho, mais ainda

⁴⁰ Note-se que em Portugal, a taxa de mortalidade infantil clássica, era há poucos anos (1960) de 80‰ e que só muito recentemente, em 1991, é que esta taxa se aproximou dos valores europeus, com 10,9‰ (o mais elevado da Europa dos 12): em 30 anos o número de óbitos com menos de um ano por cada 1000 nascimentos, declinou em aproximadamente 87% (Dados retirados do trabalho de Maria João Valente Rosa, "O Envelhecimento e as Dinâmicas Demográficas da População Portuguesa a Partir de 1960: dos dados ao Dilema, in Barreto, António (org.), *A Situação Social em Portugal 1960-1995*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1996, p.200).

⁴¹ Edward Shorter, *A Formação da Família Moderna*, Lisboa, Terramar, 1995, p.299.

⁴² Giddens, Anthony, *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora, 1997.

⁴³ Sylviane Agacinski, *Política dos Sexos*, Oeiras, Celta Editora, 1999, p.17.

⁴⁴ Op. Cit. Esta ideia, é fortemente criticada por Elizabeth Badinter que na sua última obra ("Fausse Route", Paris, Odile Jacob, 2003) afirma que a ênfase dada à relação maternal, através do recurso ao natural, não é mais do que uma subtil reconstrução do instinto

que muitos projectos, faz com que cada um transcenda a sua pequena individualidade, com que se preocupe com o futuro para além da duração da sua própria vida. Segalen⁴⁵, verifica que no casal que mantém relações de igualdade, há uma redefinição das funções de paternidade e maternidade e existe um capital de autoridade parental a repartir: o filho torna-se num factor de poder entre os cônjuges.

1.4. A FAMÍLIA EM PORTUGAL.

A sociedade portuguesa é uma sociedade *pré-pós-moderna*⁴⁶, pois mantém traços fortes da cultura tradicional. A pequena agricultura familiar, representa uma estratégia de sobrevivência de muitas famílias portuguesas, e ao mesmo tempo, uma organização social dominada pelo poder patriarcal, pela desigualdade sexual e pela exploração do trabalho infantil. É possível potencializar esta agricultura, em termos dos ideais ecológicos que integram a pós-modernidade e resolver a dualidade portuguesa. Portugal dá um salto da tradição para a pós-modernidade, passando a galope pela modernidade. Fica o sentimento de que a sociedade ainda não foi o suficientemente moderna, para poder ser pós-moderna e talvez por isso, se pense que a sociedade portuguesa tem ainda que cumprir algumas das promessas da modernidade⁴⁷. No entanto, a globalização económica acelerou o processo de mudança social e algumas promessas, poderão nunca ser cumpridas no contexto pós-moderno.

A família portuguesa, nos últimos vinte anos, apesar de manter traços

maternal e conseqüentemente um retrocesso de décadas, nas conquistas dos movimentos feministas.

⁴⁵ Op. Cit.

⁴⁶ Boaventura Sousa Santos, *Pela Mão de Alice - O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto, Ed. Afrontamento, 1996 (5ª Ed.) (1ª Ed. em 1994).

⁴⁷ Idem.

tradicionais, tem mudado ao nível da sua estrutura e da forma como se estabelecem as relações, assumindo-se hoje, como uma família pós-moderna. Em 1960, havia 403.686 famílias com 5 ou mais indivíduos, em 2001 este número baixa para 345.456. Paralelamente, o número de pessoas a viverem sós, aumenta no mesmo período: passa de 253.848, para 631.762 (+149%). As famílias com 2 pessoas têm um aumento semelhante: passam de 460.694, para 1.036.312 (+125%)⁴⁸. As famílias que predominam são constituídas por 3, 4 ou 5 elementos que no seu todo representam, em 2001, 51%⁴⁹ das constituições familiares existentes. No entanto, a dimensão média familiar, tem sido fortemente abalada, até hoje, pelo peso das famílias com 2 e 1 elementos: passou de 4 indivíduos em 1960, para 3,1 em 1991 e 2,8 indivíduos em 2001⁵⁰. O estudo feito por Anália Torres⁵¹, entre 1997 e 2000, confirma esta tendência. A maior parte dos lares inquiridos, é constituído por duas a quatro pessoas e o tipo de agregado familiar, reforça a conjugalização da família. Predomina o casal com um ou dois filhos.

Quadro 2 - Alterações na Estrutura Familiar entre 1960 e 2001 em Portugal

	Nº de famílias com 5 ou + indivíduos	Nº de Famílias com 2 Indivíduos	Nº de Pessoas Sós	Dimensão Média Familiar
1960	403.686	460.694	253.848	4 Indivíduos

⁴⁸ Fonte para os dados de 1960: António Barreto e Clara Valadas Preto, "Indicadores sociais - População", in Barreto, António (org.), *A Situação Social em Portugal 1960-1995*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1996, pp.65-164, p.71, Q.1.19.

Fonte para os dados de 2001: Instituto Nacional de Estatística (INE), *Censos 2001 - XIV Recenseamento Geral da População, IV Recenseamento Geral da Habitação, Resultados Definitivos, Portugal*, Lisboa, INE, 2002, p.110.

⁴⁹ Instituto Nacional de Estatística (INE), *Censos 2001 - XIV Recenseamento Geral da População, IV Recenseamento Geral da Habitação, Portugal, Resultados Definitivos*, Portugal, Lisboa, INE, 2002, p.110.

⁵⁰ Fonte para os dados de 1960: António Barreto e Clara Valadas Preto, "Indicadores sociais - População", in Barreto, António (org.), *A Situação Social em Portugal 1960-1995*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1996, pp.65-164, p.71, Q.1.20.

Fonte para os dados de 1991 e 2001: Instituto Nacional de Estatística (INE), *Censos 2001 - XIV Recenseamento Geral da População, IV Recenseamento Geral da Habitação, Resultados Definitivos, Portugal*, Lisboa, INE, 2002, p.LXXXII.

⁵¹ Anália Cardoso Torres (cord.), *Homens e Mulheres entre Família e Trabalho*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Segurança Social e do Trabalho – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, 2004.

2001	345.456	↓	1.036.312	↑	631.762	↑	2,8 Indivíduos	↓
------	---------	---	-----------	---	---------	---	----------------	---

Fonte: António Barreto - *A Situação Social em Portugal 1960-1995* e INE - *Censos 2001*.

Desde os anos 50 até hoje, assiste-se a uma diminuição acentuada da taxa de natalidade e a um aumento da esperança de vida que, no ano de 2000, é de 71,82 para os homens e de 78,93 para as mulheres. Em relação ao casamento, até aos anos 70, os jovens casavam em idade precoce e desde então a idade média para se casar, tem avançado cada vez mais, sendo de 29,3 para os homens e 26,9 para as mulheres no ano de 2000⁵². As mulheres têm filhos cada vez mais tarde e deixaram de os ter depois dos 40 anos⁵³. O índice sintético de fecundidade passa de 3,15, em 1960 (o segundo mais elevado da Europa, a seguir à Irlanda), para 1,5, em 1995 (inferior à média europeia na mesma data). As taxas de fecundidade baixam sobretudo entre os 15 e os 24 anos, e a partir dos 35⁵⁴. A descida da taxa de fecundidade deve-se à revolução nas mentalidades, associada à descristianização e à procura de uma vida confortável e acima de tudo protegida. A protecção é garantida por uma progeneritura restrita, pois um filho custa caro até aos 20 anos ou mais e os pais depositam nele a esperança de uma ascensão social de linhagem. A esta realidade, opõe-se a realidade do quarto mundo: *aí como outrora entre as classes laboriosas que a miséria tornava perigosas, é o reino do "nada a perder". Nenhuma expectativa de promoção social. Fazem-se filhos e eles sobrevivem graças aos progressos médicos, aos abonos de família e ao rendimento mínimo assegurado às mulheres sós*⁵⁵.

⁵² Instituto Nacional de Estatística (INE), *Indicadores Sociais*, Lisboa, INE, 2002, p.20 e p.32.

⁵³ Idem, p.33. A idade média para se ter um filho único é em 2000, de 29 anos e para um primeiro, é de 27.

Registam-se em 2001, 150 casos de nascimentos de mães com mais de 40 anos, que representam 0,13% dos nados-vivos.

⁵⁴ António Barreto e Clara Valadas Preto, "Indicadores sociais - População", in Barreto, António (org.), *A Situação Social em Portugal 1960-1995*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1996, p.68.

⁵⁵ Gérard Vincent, "Uma história do segredo?", in Ariès, Philippe e Duby, Georges, *História da Família Privada - Da Primeira Guerra aos Nossos Dias*, Porto, Ed. Afrontamento, 1991, vol.5, p.271.

O estudo de Julia Brannen e Janet Smithson⁵⁶, em alguns países da Europa, mostra que os jovens centram os seus interesses nos estudos, na formação e na entrada para o mercado de trabalho. Tratando-se de um processo cada vez mais longo, dadas as incertezas e dificuldades em adquirir uma estabilidade profissional (passam por muitos trabalhos temporários, no início das suas carreiras), adiam as decisões que impliquem responsabilidades, como a de constituir família e a de ter filhos. Note-se também que há uma opinião não favorável à constituição de matrimónios, causada pela instabilidade familiar actual⁵⁷.

Perante estes cenários da realidade familiar portuguesa, não é de surpreender que se verifique uma tendência para um decréscimo populacional no nosso país, ao contrário do que se passa na maior parte dos países da União Europeia e de forma geral em todo o mundo. O gabinete de estudos populacionais projecta para 2050, um aumento da população mundial de 45% mas o acréscimo nos países desenvolvidos, é apenas de 4%⁵⁸. A situação é preocupante na Europa, onde se aponta, para a mesma data, um decréscimo de 8%, o que significa uma perda de 60 milhões de habitantes. Pesa neste valor, o crescimento negativo da Europa de Leste (-19%) e do Sul da Europa (-7%), nomeadamente o acentuado recuo populacional previsto para países como a Bósnia-Herzegovina, a Eslovénia e a Croácia, seguidos da Grécia (-12%) e logo a seguir, de Portugal (-11%)⁵⁹.

⁵⁶ Brannen, Julia e Smithson, Janet, "Conciliação entre o trabalho e os filhos: perspectivas de futura para jovens de cinco países", in *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº27, 1998, pp. 11-25.

Estudo feito na Irlanda, Noruega, Portugal, reino Unido e Suécia.

⁵⁷ António Teixeira Fernandes, "Dinâmicas familiares no mundo actual, harmonias e conflitos", in *Análise Social*, vol. XXIX (129), 1994, 5º, pp.1149-1191.

⁵⁸ Population Reference Bureau, "Demographic Data and Estimates for the Countries and Regions of the World", in *2004 World Population Data Sheet of the Population Reference Bureau*, in < http://www.prb.org/pdf04/04WorldDataSheet_Eng.pdf>

⁵⁹ Idem.

1.5. A CRESCENTE ACTIVIDADE PROFISSIONAL FEMININA.

De 1986 para 1998, a taxa de actividade profissional feminina aumentou de 50,3% (UE-12), para 58% (UE-15). No entanto, manteve-se inferior à taxa de actividade dos homens, apesar desta ter baixado de 80,6% para 77,8%, nas mesmas datas, respectivamente⁶⁰. Na verdade, as mulheres tornaram-se importantes contribuintes para o financiamento do lar, como o prova um estudo internacional, de 1996⁶¹ e quase metade das mulheres domésticas, pretendem entrar para o mercado de trabalho. O que quer dizer que a tendência, nos próximos anos, é para a continuação do crescimento da taxa de actividade feminina na Europa e nos Estados Unidos da América, onde se verifica o mesmo crescimento. Nos EUA, mais de treze milhões de mulheres iniciaram uma actividade profissional, entre 1979 e 1993, 73% a tempo inteiro⁶².

Portugal acompanha este crescimento com algumas especificidades: tem uma das taxas de trabalho a tempo parcial (8,8%, em 1998) mais baixas da UE (15)⁶³, e uma das mais elevadas ao nível da actividade feminina, que em 1998, era de 62,1%, (representando um aumento de quase 10%, relativamente a 1986)⁶⁴. O aumento da actividade profissional feminina, deve-se à mobilização militar dos homens nas décadas de 60 e 70, juntamente com a importância actual da remuneração das mulheres nas despesas do agregado familiar. Face a este tipo de constrangimentos, não há uma

⁶⁰ António Firmino da Costa, *et al.*, "Classes sociais na Europa" in *Sociologia - Problemas e Práticas*, Oeiras, Celta Editora, 2000, nº34, p. 17.

⁶¹ Estudo intitulado "Women: setting new priorities", publicado pela Whirpool Foundation, em 1996, resumido por Ana Vicente, no livro *As Mulheres em Portugal na transição do milénio*, Coimbra, Multinova, 1998.

⁶² Martin Carnoy, *Dans quel monde vivons-nous? - Le travail, la famille et le lien social à l'ère de l'information*, França, Éditions Fayard, 2001.

⁶³ Comissão Europeia, "Les femmes ont un long chemin à parcourir", in *Communiqués de presse*, 8 de Junho de 1999, in <<http://europa.eu.int/comm/eurostat/>>

⁶⁴ António Firmino da Costa, *et al.*, "Classes sociais na Europa" in *Sociologia - Problemas e Práticas*, Oeiras, Celta Editora, 2000, nº34, p. 36.

verdadeira dinâmica de autonomia e emancipação femininas que tem em conta a paridade dos sexos. A situação mantém-se nos dias de hoje, como observa Anália Torres⁶⁵. A maior parte das mulheres, sobretudo as menos escolarizadas (que têm uma grande representatividade no nosso país), trabalham por questões de sobrevivência e não de emancipação, como por vezes se pode pensar pelos discursos veiculados socialmente. Trata-se de um processo de modernização não emancipatório. O que explica que haja muitas mulheres, que se pudessem escolher, não trabalhavam. No entanto, é de ressaltar que ainda que a emancipação não esteja na origem do emprego feminino, é sem dúvida uma das consequências deste. A autora verifica também que o trabalho é um factor primordial de independência da mulher. Na verdade, trata-se ainda hoje, de um processo social mais importante pelas suas consequências, do que pelas suas causas⁶⁶.

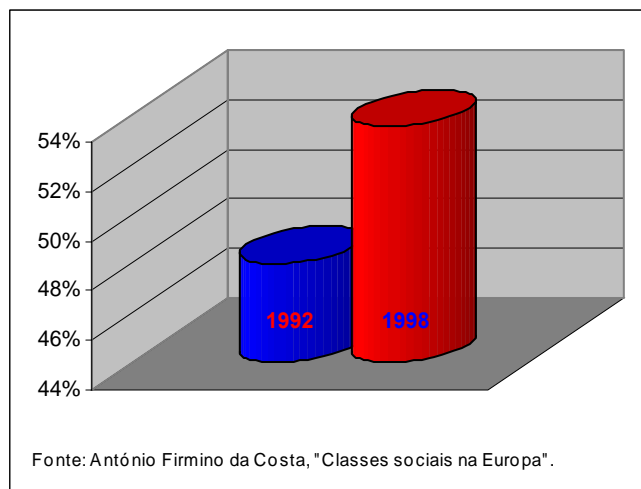
Um estudo de Eurico Figueiredo⁶⁷, em Portugal, mostra que a opinião dos jovens sobre o trabalho feminino, mudou radicalmente em 30 anos: à pergunta "a mulher deve ter um emprego durante toda a vida", em 1960, apenas 6,4% respondiam que sim, contra 80,7% na geração de 80 e 71,5% na geração de 90. À descida dos anos 80 para os anos 90, poderá estar implícita a ideia de que para diminuir as tensões actuais, a mulher deve "voltar para casa". No entanto, não é possível voltar atrás no tempo e recriar nos dias de hoje, um contexto que há alguns anos, assentava em valores de desigualdade e de dominação (em Portugal, só muito recentemente, a mulher pode votar, ter a sua conta bancária, ter uma profissão e casar sem pedir licença).

⁶⁵ Anália Cardoso Torres (coord.), *Homens e Mulheres entre Família e Trabalho*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Segurança Social e do Trabalho – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, 2004.

⁶⁶ Fernando Luís Machado e António Firmino da Costa, "Processos de uma modernidade inacabada", in José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (org.), *Portugal, Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, 1998., pp. 17-44.

⁶⁷ Figueiredo, Eurico, et al., *Valores e Gerações anos 80 anos 90*, Lisboa, Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA), 2001, p.80.

Figura 1 - Mulheres com o Ensino Secundário, na UE



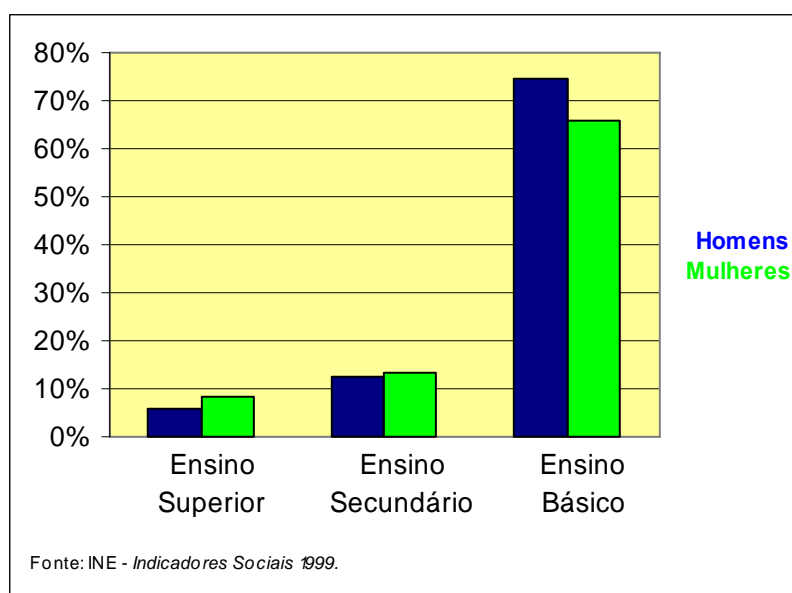
Um outro factor que tem contribuído para a crescente taxa de actividade feminina tem sido o crescimento da escolarização das mulheres. Na UE, em 1992, 48% tinham o ensino secundário ou mais e em 1998, este número passou para 53,5%. Estes números são sempre superiores nos homens, à excepção de alguns países como a Suécia, em que o número de mulheres com ensino secundário ou mais ultrapassa o dos homens (76,9% e 72,5%, respectivamente) e da Finlândia (71,1% e 68%). A situação é desfavorável para Portugal, que relativamente ao mesmo nível de ensino, tem a taxa de escolarização feminina mais baixa da UE (22%) e um crescimento de apenas 2,5% no mesmo período⁶⁸. É de notar que não chega a metade da média europeia.

No entanto, no nosso país e dentro dos baixos valores de escolarização atrás referidos, as mulheres têm vindo a entrar no ensino secundário e superior em número superior aos homens. Em 1999, 6% destes, tinha o ensino superior, para 8,2% de mulheres com o mesmo nível. No ensino secundário as diferenças são inferiores mas mantém-se, 12,3% e 13,3%, respectivamente. É sobretudo ao nível do ensino básico que os homens se destacam: com este nível estão 74,4% dos homens e 66% das

⁶⁸ António Firmino da Costa, et al., "Classes sociais na Europa" in *Sociologia - Problemas e Práticas*, Oeiras, Celta Editora, 2000, nº34.

mulheres⁶⁹. Poderá ser consequência de antigas desigualdades, correspondendo estes valores, às camadas mais envelhecidas da população. Ainda que estes dados sejam favoráveis para as mulheres, não podemos concluir como diz Ana Vicente que *no que aos desequilíbrios e géneros diz respeito, a questão está arrumada e conseguida, donde já não merecedora de qualquer análise nem intervenção (...) [pois] há áreas onde as situações são ainda geradoras de desigualdades*⁷⁰. A autora dá o exemplo entre outros, do discurso dos manuais escolares, da construção dos *curricula* escolares e da consideração pelo papel das professoras.

Figura 2 - Escolaridade dos Homens e das Mulheres, em 1999.



Sendo certa e definitiva a entrada da mulher para o mercado de trabalho, é de salientar que esta entrada não tem as mesmas características que a actividade profissional masculina. Como observa Lúcia Amâncio, o que à partida pode ser um indicador invejável de igualdade de oportunidades, traduz-se na “desigual distribuição de homens e mulheres por actividades

⁶⁹ INE, *Indicadores Sociais 1999*, Lisboa, ed. INE, 1999.

⁷⁰ Op. cit., p. 102.

profissionais e níveis hierárquicos”⁷¹, com uma “enorme representação das mulheres em grupos profissionais desqualificados ao nível das tarefas que desempenham e dos salários que auferem”⁷² e grandes dificuldades em entrar em sectores predominantemente masculinos, como é o caso dos empresários.

Os dados do Eurostat⁷³ revelam que no ano de 2000, 77% dos trabalhadores com salários baixos, são mulheres e que em Portugal, este número é de 79%. No nosso país, o salário das mulheres representa apenas 71,7% do dos homens, situação que contrasta com as alemãs cujo valor é de 89,9% (este valor baixa para 76,9% se for incluída a parte Oriental da cidade de Berlim), ou com o das suecas (87%)⁷⁴. As desigualdades no trabalho, sobressaem também na população que não está empregada. Em 2003, a taxa de desemprego feminina na União Europeia, é superior à masculina em 1,7 pontos percentuais⁷⁵.

Estas diferenças, estão associadas à forte presença das mulheres em trabalhos desqualificados e mal pagos. Ana Vicente, refere que existe 77,3% de feminização em "outras actividades de serviços, incluindo serviços pessoais e domésticos", 75% no ensino, 72,2% na saúde e serviços sociais e 71,5% na indústria têxtil e calçado⁷⁶. Confirma-se a terciarização da actividade feminina, que corresponde, a um aumento acentuado do emprego neste sector, em Portugal⁷⁷. Estudos efectuados em França, mostram que

⁷¹ Lígia Amâncio, *Masculino e Feminino – A construção Social da Diferença*, Porto, Edições Afrontamento, 1994, p. 14.

⁷² Idem.

⁷³ Eurostat, "Les bas salaires dans l'Union européenne", in *Collection Communiqués de presse, Thème: Population et Conditions Sociales*, nº94/2000, 3 août 2000, in <<http://europa.eu.int/comm/eurostat>>

⁷⁴ Marie-Paule Benassi, «Dans l'UE les femmes gagnent en moyenne 28% de moins que les hommes», in *Statistiques en Bref – Population et Conditions Sociales*, Bruxelas, Eurostat, Theme 3 – 6/1999, in <<http://europa.eu.int/comm/eurostat>>

⁷⁵ Eurostat, "Le chômage dans la zone euro stable à 8,8% - L' UE en hausse à 8,1%", in *Collection Communiqués de Presse, Thème: Population et Conditions Sociales*, nº75/2003, 1 de Julho de 2003, in <<http://europa.eu.int/comm/eurostat>>

⁷⁶ Op. Cit.

⁷⁷ Fernando Luís Machado e António Firmino da Costa, op. cit, pp. 17-44.

este crescimento não se limita ao nosso país. Marie-Agnès Barrère-Maurisson⁷⁸, observa que o desenvolvimento do sector terciário oferece às mulheres mais diversidade de empregos, quer ao nível do comércio, quer ao nível da administração pública.

Não é de descurar o peso da actividade feminina na agricultura em todos os países da UE dos 15, onde as mulheres representam em 1997, 37% da mão de obra nesta actividade. Os valores mais elevados encontram-se no nosso país e na Grécia, 47% e 44%, respectivamente e os mais baixos no Reino Unido (26%) e na Dinamarca (28%). Podemos pensar que o sector primário, tem uma importância acentuada para as mulheres portuguesas e gregas mas verifica-se que em Portugal e na Grécia a actividade agrícola é maioritariamente exercida a tempo parcial. Apenas 10% a tempo completo em Portugal e 4%, na Grécia. O mesmo já não se passa na Dinamarca que apesar de apresentar uma mão de obra mais fraca na agricultura, em 40% dos casos, ela trabalha a tempo completo⁷⁹. Assim, as mulheres portuguesas e gregas mantêm uma ligação parcial ao sector agrícola que lhes permite complementar o rendimento do agregado familiar.

Verificamos desta maneira que a actividade laboral na União Europeia é paga de forma desigual e que nos países onde as desigualdades são mais acentuadas, as mulheres recorrem ao trabalho agrícola a tempo parcial. Esta necessidade de trabalho reflecte a preocupação feminina com o bem estar familiar⁸⁰. A maior parte das mulheres que trabalha remuneradamente considera ter um emprego, não uma carreira e trabalham para financiar despesas familiares que consideram essenciais e não supérfluas. No entanto, valorizam muito o seu trabalho e o reconhecimento de um bom desempenho é mais importante do que o nível de remuneração (talvez por este motivo,

⁷⁸ Marie-Agnès Barrère-Maurisson, *Travail, famille: le nouveau contrat*, Mesnil-sur-l'Estrée (França), Éditions Gallimard, 2003.

⁷⁹ Comissão Europeia, "Le travail des femmes dans l'agriculture de l'UE", in *Communiqués de presse*, 7 de Maio de 2001, in <<http://europa.eu.int/comm/eurostat>>

⁸⁰ Op. Cit.

tenham uma atitude passiva relativamente às desigualdades atrás referidas). Se pudessem escolher entre ter mais tempo ou mais dinheiro, as pertencentes a classes mais elevadas optariam pelo tempo e as de classes mais baixas pelo dinheiro.

1.6. PARTICIPAÇÃO NAS TAREFAS FAMILIARES E DOMÉSTICAS.

Com a actividade profissional de ambos os cônjuges na família, surgem problemas que não se colocam quando um dos cônjuges está em casa, nomeadamente no que diz respeito à guarda dos filhos dependentes. Em 1997, num estudo realizado na Grande Lisboa, Anália Torres e Francisco Vieira da Silva⁸¹ verificam que no que respeita à guarda de crianças, predominam as soluções exteriores à família e que há um défice na oferta deste tipo de serviços, sobretudo até aos cinco anos. Na falta de equipamentos públicos ou apoiados pelo Estado, as famílias vêm-se forçadas a optar por soluções como amas, ou outras alternativas de circunstância, que têm um peso importante no orçamento familiar. Os autores analisam os custos psicológicos destas opções e afirmam que os pais têm um sentimento de cansaço físico e de culpabilização face às dificuldades em conciliar o trabalho e a vida familiar. As mulheres estão sobrecarregadas no que diz respeito ao trabalho não pago, havendo uma predisposição para o conflito. Os homens só se ocupam maioritariamente de reparações e de contas domésticas. Norberto Pinto dos Santos⁸², verifica que a maior parte do trabalho doméstico masculino (limpar, cozinhar, passar a ferro, cuidar das

⁸¹ Anália Torres e Francisco Vieira da Silva, "Guarda das Crianças e Divisão do Trabalho", in *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 28, 1998, pp. 9-65.

⁸² Norberto Pinto dos Santos, *A Sociedade de Consumo e os Espaços Vividos pelas Famílias*, Lisboa, Edições Colibri e Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Coimbra, 2001.

crianças) é entendido pelo homem, como uma ajuda e não como a realização efectiva das tarefas.

Mais recentemente, o estudo a nível nacional coordenado por Anália Torres⁸³, mostra que o recurso a soluções exteriores à família é menos representativo no país, do que na área da grande Lisboa. Este estudo dá a conhecer factos contraditórios, quanto à guarda das crianças. Do conjunto de inquiridos, 30% afirmam que é a mãe quem toma conta das crianças que têm entre 0 e 2 anos, no entanto, ao mesmo tempo, estas afirmam que trabalham a tempo inteiro e que estão ausentes de casa. A situação ocorre sobretudo no caso de mães com profissões desqualificadas e a resolução deste problema passa por uma de duas soluções: ou as crianças ficam sozinhas em casa, ou acompanham as mães para o trabalho. A primeira, é extremamente perigosa; a segunda, dada a idade dos filhos, quase que torna o trabalho das mulheres inviável.

Os dados do Inquérito à Ocupação do Tempo de 1999⁸⁴, efectuado pelo Instituto Nacional de Estatística, confirmam a sobrecarga das mulheres activas. Nos dias úteis, a duração média do trabalho profissional dos homens é de 9 horas, enquanto que a das mulheres é de 7h30. Por outro lado, verifica-se que no que respeita aos trabalhos domésticos, o homem activo apenas despende com eles uma hora diária, enquanto que a mulher regista, para as mesmas actividades, uma duração de quatro horas, que acresce às sete horas e meia de trabalhos profissional. Para além destes valores em tempo útil, ao fim de semana o trabalho profissional é substituído por trabalhos domésticos, particularmente no caso das mulheres. Há uma diferença de duas horas em relação ao trabalho doméstico masculino no mesmo período. Esta diferença vai quase por inteiro para o lazer dos

⁸³ Anália Cardoso Torres (cord.), *Homens e Mulheres entre Família e Trabalho*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Segurança Social e do Trabalho – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, 2004.

⁸⁴ Instituto Nacional de Estatística (INE), "Inquérito à Ocupação do Tempo - 1999", in *Informação à Comunicação Social*, Lisboa, INE, 2000, p.5.

homens. Assim as tarefas que suportam a rotina da família são asseguradas pela mulher: preparar refeições, efectuar a limpeza da casa, cuidar da roupa e das compras regulares.

O estudo de Anália Torres⁸⁵, mostra que tarefas como preparar as refeições, pôr a mesa, lavar a louça, tratar da roupa, limpar a casa, tratar dos filhos, se mantêm um domínio feminino, mesmo quando as mulheres trabalham. Há um grande desfasamento entre o que os casais pensam sobre a igualdade e o que fazem. Torna-se preocupante que a situação, seja considerada justa pela quase totalidade dos homens e por grande parte das mulheres. As que se queixam de injustiça, são as mais instruídas. Uma explicação para este fenómeno está na especificidade da relação conjugal. Jean-Claude Kaufmann⁸⁶ afirma que para além da simples contabilidade de tarefas e da sua divisão, há trocas no interior dessa relação de natureza afectiva e sexual que revestem outros significados. Por isso, uma situação injusta, pode não ser vivida, nem declarada como tal pelos seus protagonistas.

As mulheres sentem a sobrecarga familiar e aceitam melhor as campanhas a favor da colaboração de ambos os cônjuges nas tarefas familiares, como mostra a avaliação de uma campanha mediática, coordenada por Maria das Dores Guerreiro⁸⁷. A campanha só é bem recebida por 2,4% dos homens o que é preocupante, visto que o caminho para maior justiça, passa sobretudo pela sua colaboração. Uma explicação para este fenómeno poderá estar ligada a um sentimento de perda de autoridade: a *dinâmica igualitária conseguiu desqualificar a associação do homem à*

⁸⁵ Anália Cardoso Torres (coord.), *Homens e Mulheres entre Família e Trabalho*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Segurança Social e do Trabalho – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, 2004.

⁸⁶ Jean-Claude Kaufmann, *O Labirinto Conjugal – O casal e o seu guarda-roupa*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002.

⁸⁷ Maria das Dores Guerreiro, (coord.), *Partilha das Tarefas Familiares entre Mulheres e Homens: avaliação da campanha mediática*, Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, GICEA-Gabinete de Gestão das Iniciativas Comunitárias "Emprego" e ADAPT, 2000, p.45.

*autoridade mas não conseguiu demolir a associação das mulheres às responsabilidades domésticas*⁸⁸ e talvez por este motivo, Segalen⁸⁹ alerte para o facto de que os modelos tradicionais, apesar da vida profissional das mulheres, apesar do anunciado igualitarismo das relações conjugais, ainda estão bem presentes.

A mulher adopta uma atitude consensual e passiva na partilha das tarefas domésticas e por estranho que pareça, são os homens que afirmam que estas tarefas, são fonte de alguns conflitos⁹⁰. Trata-se de uma questão pertinente pois se numa situação de desigualdade nas relações familiares, as mulheres adoptam uma atitude passiva, de submissão, e os homens consideram que existem focos de conflito, relacionados com a gestão das tarefas familiares; podemos supor que ao tomar uma posição activa e ao exigir uma partilha de tarefas em casa, não havendo colaboração e entendimento dos companheiros, as relações conjugais se deteriorem mais facilmente e o número de rupturas de uniões continue a aumentar. No testemunho recolhido pela Iniciativa Comunitária para o Emprego, um empregado da construção civil afirma que a *disponibilidade para a mulher é pouca, logo o carinho e a atenção devida é mínima, o que gera uma série de conflitos no casal*⁹¹.

Aprofundando a questão, o mesmo estudo, apresenta alguns testemunhos de mulheres sobre a conciliação da vida familiar e profissional, cujas experiências apontam para as desigualdades mas também para uma vontade de mudança. Uma empregada fabril, casada com dois filhos afirma que para além das horas de trabalho normal, a mulher tem ainda que desempenhar as tarefas domésticas, o que faz com que tenha pouco tempo para a afectividade e para o diálogo com a família. Assim, a mulher encontra-

⁸⁸ Gilles Lipovetsky, *A 3ª Mulher: permanência e revolução do feminino*, Lisboa, Instituto Piaget, 2000, p.247.

⁸⁹ Op. Cit.

⁹⁰ Anália Torres e Francisco Vieira da Silva, op. cit.

⁹¹ Iniciativa Comunitária Emprego / Eixo Now do Fundo Social Europeu, *Afinal, não sou só eu - Conciliar o Trabalho e a Família*, Lisboa, Graal, 2000, p.44.

se subjugada à vontade do marido, não exercendo os seus direitos de liberdade e de opção. Um outro testemunho, resume o estado de espírito da mulher que exerce uma actividade profissional: *mesmo que me paguem o dobro do que eu ganho para ficar em casa, já não quero, foram tantos anos que fiquei farta*⁹². O desejo da mulher que trabalha é, no testemunho de uma médica, que os homens valorizem a importância do privado, da vida doméstica e se tornem co-responsáveis, partilhem *mais o cuidar dos filhos pequenos, dos pais idosos, as tarefas que não são economicamente rentáveis*⁹³. Quando não é possível mudar comportamentos que se instituíram há anos nas famílias, a mudança passa pela educação dos filhos: *educamos rapazes e raparigas para as mesmas tarefas. É um avanço, é um legado que queremos deixar-lhes, é um processo de mudança a partir da base*⁹⁴.

1.7. O RENDIMENTO DO AGREGADO FAMILIAR.

As necessidades de consumo familiar dependem do bem-estar físico e social e determinam a importância do capital financeiro para as famílias. Cada elemento da família tem tendência a formar o seu próprio mundo dentro do lar e a provocar uma multiplicação dos bens existentes, tornando-se numa fonte de despesas. Para a necessidade do consumo contribui também a imagem social que se quer transmitir: *a imagem social, interpretada aqui como a imagem que é transmitida diariamente pelo indivíduo nos contactos esporádicos ou nas relações sócio-culturais, é o reflexo de um conjunto de sinais exteriores, de hábitos de utilização de bens e lugares e, ainda, de comportamentos: trata-se de manter um estilo, que reflecte, em termos*

⁹² Idem, p. 26.

⁹³ Idem, p. 30.

⁹⁴ Idem, p. 39.

*económicos, um dado nível de vida e, mais do que isso, uma mentalidade e valores específicos*⁹⁵.

O Inquérito aos Orçamentos Familiares⁹⁶, de 2000, revela um forte crescimento de gastos na rubrica "Habitação; despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis" que passam a ocupar 20% da despesa total familiar. É de notar que desde 1995 até 2000, o número de agregados familiares com residência secundária duplica e representa 9% dos agregados existentes (306.000). O consumo das famílias é sobretudo um consumo social, pela primeira vez, os gastos em "Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas" passam para segundo plano, representando 19% da despesa total familiar, quando ainda em 1989, representavam 29%. Esta tendência caracteriza uma aproximação aos países mais desenvolvidos, visto que o excesso de peso em gastos com a alimentação, é sinal de atraso económico⁹⁷.

No Inquérito aos Orçamentos Familiares de 2000, os transportes são a terceira classe de despesa familiar, representam 15% da despesa do agregado. Na verdade, em 1995, 52% dos agregados dispõem de um veículo ligeiro de passageiros ou misto e em 2000, já são 60% (2,2 milhões)⁹⁸. O automóvel além de um meio de transporte para as famílias portuguesas, representa sucesso e ascensão social, e é um objecto de consumo simbólico. Os bens de utilidade e conforto, vão-se revestindo de referências simbólicas para o indivíduo, para o grupo em que ele se insere e para a sociedade em geral. *Assim sucede porque o ser depende do ter, que reflecte para a sociedade um parecer que determina a identidade social de quem possui os*

⁹⁵ Norberto Pinto dos Santos, *op. cit.*, p. 54.

⁹⁶ Instituto Nacional de Estatística (INE), *Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000 - Principais Resultados*, Lisboa, INE, 2002, p.3 e p.59.

⁹⁷ António Barreto, "Três décadas de mudança social", in Barreto, António (org.), *A Situação Social em Portugal 1960-1995*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1996, pp.35-60, p.54.

⁹⁸ Instituto Nacional de Estatística (INE), *Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000 - Principais Resultados*, Lisboa, INE, 2002, p.3.

*bens*⁹⁹. O aumento do consumo de bens como a habitação e transportes são indicadores da subida dos níveis de conforto. No entanto, é de notar que conforto pode não ser sinal de qualidade de vida pois, segundo o autor, são conceitos que se sobrepõem e excluem. A qualidade de vida está ligada a uma consciência colectiva de protecção da natureza e de preservação de recursos; e o conforto está associado ao bem-estar material que aumenta a produção industrial e promove a deterioração do ambiente.

No mesmo inquérito, observa-se que do total das receitas das famílias portuguesas, 50% têm a sua origem no trabalho assalariado e 34% nas pensões e que de forma geral, estas receitas aumentam 38% em relação ao ano de 1989. Torna-se importante analisar o trabalho na medida em que este é fonte de rendimentos e possibilita o bem-estar e conforto familiar, assim como pode ser fonte de tensões. Neste sentido, as conclusões do estudo de Anália Torres¹⁰⁰, são pertinentes. Para as famílias portuguesas a questão material é de importância vital, o trabalho é essencial por ser acima de tudo, uma fonte de rendimentos.

⁹⁹ Norberto Pinto dos Santos, op. cit., p.430.

¹⁰⁰ Anália Cardoso Torres (cord.), *Homens e Mulheres entre Família e Trabalho*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Segurança Social e do Trabalho – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, 2004.

CAPÍTULO II - O TRABALHO

Enquanto que a família evolui no sentido da privatização, o trabalho tem uma presença cada vez maior no espaço público. Até ao início do século XX, o trabalho é realizado no domicílio dos trabalhadores ou dos empregadores, em condições precárias e pouco remuneradas. Não se coloca a questão da vida privada que é praticamente inexistente, sobretudo para os trabalhadores da classe operária. Algumas fábricas instalam-se em zonas residenciais, não se distinguindo os espaços de trabalho, dos espaços familiares. O patrão tem uma responsabilidade paternal sobre os trabalhadores e estabelece contratos na base da confiança, sem qualquer interferência pública, ao nível da inspecção no trabalho.

A modernidade faz surgir novos conceitos, como o de população activa e não activa, de desemprego e de assalariado até então inexistentes. O trabalho no domicílio recua pois as fábricas pagam melhor e permitem um tempo de privacidade após o trabalho. Passam a ser o espaço profissional, desejado pelos trabalhadores. Forma-se a partir da classe operária, o assalariado e com este, a nova organização racional do trabalho.

Taylor defende a máxima produção, com o menor consumo possível e introduz os sistemas de controlo e medição dos tempos de trabalho. Ford inicia a produção em cadeia e associa-a ao consumo em massa, o que implica um aumento do poder de compra, por parte dos trabalhadores. A racionalização do trabalho, estende-se aos espaços ocupados pelas fábricas, com novos edifícios, construídos em função da produção, nomeadamente com hangares de um só piso e vedações à volta das fábricas, para controlar as entradas e saídas de pessoas e bens.

É nesta sociedade moderna, que o grupo dos trabalhadores assalariados cresce e se diversifica. Ao longo do século XX, aumenta o assalariado de alto nível, ou o assalariado burguês, constituído pelos

técnicos, pelos especialistas, pelos quadros médios e superiores, e decresce o número dos operários. Paralelamente, as relações laborais tornam-se impessoais, a comunicação nas organizações, sobretudo quando estas são grandes, faz-se por directivas escritas. Ao chegar aos anos 70, há um cansaço generalizado nas instituições, devido à monotonia das tarefas, ao formalismo e funcionalismo instalados. As novas teorias humanistas de origem americana, são acolhidas com agrado pelos trabalhadores. Defendem novos estilos de trabalho, mais informais e que têm em conta a maior realização do trabalhador na sua profissão.

Nos fins do século XX, a forte ligação do trabalho à nova economia global, fragiliza as exigências dos trabalhadores e põe em questão os direitos adquiridos da classe assalariada. Apesar de institucionalizados, os sindicatos têm cada vez menos adeptos e menos poder. Na verdade, enfrentam a globalização, o trabalho descontínuo e instável da pós-modernidade. O emprego estável, característico da modernidade, desaparece e as taxas de desemprego aumentam.

A sociedade transforma-se de forma irreversível, a classe assalariada decresce e aumentam os trabalhadores ligados às novas economias do conhecimento. Entre o trabalho assalariado, ainda predominante, e as novas formas de trabalho, instala-se um vazio social. Um espaço, onde os indivíduos não reúnem os requisitos, nem para uma forma de trabalho, nem para a outra. Surge o conceito de exclusão social, gerador de um novo individualismo que contrasta com o individualismo colectivo da modernidade, o individualismo negativo. Traduz-se por carências múltiplas: de trabalho, de afecto, de escolaridade, de segurança, de laços estáveis, de bens, enfim, de uma integração na sociedade.

A resolução da exclusão social, passa pela identificação das novas formas de trabalho que emergem da globalização. São formas de trabalho de uma sociedade em rede, que recorre à subcontratação de serviços

especializados e se apoia quer na flexibilidade produtiva, quer na individualização das relações sociais. As relações de trabalho, processam-se directamente entre o produtor de serviços e o cliente. O valor das actividades é atribuído em função do conteúdo de informação e da capacidade relacional que implicam.

Neste novo cenário global, a Europa perde terreno em relação a outros países do mundo, nomeadamente em relação aos Estados Unidos da América e ao Japão. O seu crescimento económico tem sido mais fraco, o que se deve à grande diversidade dos países da União Europeia. Há países como a Irlanda e o Luxemburgo, com um crescimento superior ao dos EUA, e outros, como Portugal com um crescimento que não acompanha sequer, o da Europa dos 15. Perante o atraso face a outros países mundiais e dada a sua diversidade interna, a Europa estabelece medidas de apoio à nova economia do conhecimento, no sentido de criar mais emprego e de preservar a coesão social. Medidas que têm em conta a aquisição de conhecimentos, ao nível da sociedade de informação e uma aposta forte no aumento dos níveis de escolaridade.

O investimento europeu, ao nível da sociedade de informação, pode ser medido em termos da aquisição e da utilização das novas tecnologias. Apesar de ter efectuado um forte investimento que chegou nos últimos anos, a ultrapassar ligeiramente o do Japão, manteve-se sempre inferior ao dos Estados Unidos da América. A situação é semelhante, no que diz respeito por exemplo, à utilização dos serviços de internet, que aumentou para o dobro, desde 1999, mas que se mantém inferior à dos americanos.

A situação de exclusão social, permanece um problema de difícil resolução, face à concorrência mundial de países mais avançados economicamente e em termos de integração na sociedade do conhecimento. Portugal, como país integrado na União Europeia, reflecte estas dificuldades, e outras que lhe são específicas, como é o caso das baixas taxas de

escolaridade. As taxas de desemprego aumentam, as taxas de remuneração são as mais baixas da Europa, e as taxas de pais a viverem sós, em lares partilhados, são das mais elevadas. Apesar da taxa de analfabetismo portuguesa baixar, continua elevada e a maior parte dos jovens, termina os seus estudos no 9º ano. A baixa escolaridade, torna-se um obstáculo à entrada na nova sociedade do conhecimento, visto não haver a capacidade para descodificar todas as informações que advêm da utilização das novas tecnologias da informação. Ainda assim, e com os fracos recursos que possuem, comparativamente com os restantes países da União Europeia, os portugueses revelam interesse em acederem aos serviços de internet.

Na prática, a pós-modernidade traz novas formas de trabalho, na teoria, permite novas discussões, nomeadamente no que diz respeito ao trabalho produtivo doméstico. A actual e primeira divisão social do trabalho, herdada da modernidade, é a divisão do trabalho produtivo doméstico e não remunerado, do trabalho fora do domicílio. A economia moderna exclui o trabalho produtivo doméstico e ao fazê-lo exclui também as mulheres que na maior parte dos casos, o executam. A igualdade entre o trabalho produtivo doméstico e não doméstico, só é possível, contabilizando economicamente e atribuindo um valor real ao primeiro.

Outro tipo de igualdade, ou desigualdade, surge ao nível da partilha das tarefas domésticas e da actividade profissional. Nas famílias onde ambos os cônjuges trabalham, persistem situações de desigualdade dentro e fora do espaço doméstico. Dentro, porque apesar de trabalharem fora do domicílio, são as mulheres as responsáveis pela execução da maior parte das tarefas do lar, fora do espaço doméstico, porque continuam a auferir remunerações inferiores às dos homens, e são mais vulneráveis à situação de desemprego e de emprego precário.

Nas situações em que ambos os cônjuges trabalham, a ligação entre a vida familiar e a vida profissional, é estreita e o que acontece a um nível, tem

sempre implicações no outro. Frequentemente, por exemplo, há um encadeamento entre situações de desemprego e de rupturas de uniões. Nas sociedades pós-modernas, o desejo de auto realização prevalece, face a outro tipo de ideais. Se a auto-realização passa pelo investimento maior numa carreira profissional, implica riscos em termos da não participação familiar. É por isso importante, encontrar novas formas de estar em família e no trabalho, que permitam um equilíbrio entre estes dois espaços, fundamentais na nossa sociedade.

2.1. O TRABALHO NAS SOCIEDADES PRÉ-MODERNAS.

Até finais do século XIX e inícios do século XX, o trabalho é sobretudo uma actividade doméstica, realizada em casas particulares. Os trabalhadores fazem-no por conta de outrem, ou por conta própria, em suas casas e nas dos empregadores. Segundo um estudo de Antoine Prost¹⁰¹, na região francesa, os trabalhadores ao domicílio são jornaleiros ou trabalhadores indiferenciados sem patrão fixo, que deixam o seu domicílio, para ir trabalhar em casas de outros. Recebem um salário inferior ao dos operários fabris que surgem por esta altura e, como relata ao autor, trabalham em más condições, desde o amanhecer até à noite, para conseguir sobreviver: *de pé às 4 horas da manhã, o pai e os filhos descem à cave para trabalhar no tear; a mãe prepara as tramas, e os teares fazem-se ouvir até às dez da noite: quinze horas de trabalho efectivo por dia, na humidade e muitas vezes à luz de velas de sebo*¹⁰². No trabalho ao domicílio, não há privacidade. O espaço doméstico é o mesmo que o espaço profissional e os conflitos públicos,

¹⁰¹ Antoine Prost, "Fronteiras e Espaços do Privado", in Philippe Ariès e Georges Duby (org.), *História da Família Privada - Da Primeira Guerra aos Nossos Dias*, Porto, Ed. Afrontamento, 1991, vol.5.

¹⁰² Idem, p.22.

desenrolam-se frequentemente, em locais privados.

Os trabalhadores independentes, são na sua maior parte, agricultores, artesãos e comerciantes. Entre estes, a família torna-se numa unidade de produção autónoma, mobilizada para a exploração agrícola ou para o comércio. Na agricultura, os filhos mais novos e os familiares mais idosos, levam as vacas para o campo, os adolescentes fazem o trabalho de criados, as mulheres mandam nos estábulos, nas hortas e no galinheiro. No comércio, ou entre os artesãos, a mulher trata das contas e os filhos, depois da escola, ajudam na loja ou fazem recados.

O facto de toda a família estar integrada numa mesma actividade económica, leva a uma mistura entre a vida privada e o trabalho produtivo. O orçamento familiar e profissional, confundem-se: *o dinheiro que a lavadeira gasta a comprar café, chocolate ou um lenço de pescoço é dinheiro que lhe pode faltar para pagar a renda ou para comprar gado*¹⁰³. Daí que o sucesso da empresa familiar, dependa da contenção dos gastos domésticos.

Para além do trabalho no domicílio, o trabalho fora de casa, vai tendo uma importância crescente. Por um lado, porque permite uma separação entre o espaço profissional e o espaço familiar, e por outro lado, porque é mais bem pago. No entanto, as condições de trabalho são desorganizadas e precárias. O autor, dá o exemplo francês da Renault que nas suas primeiras instalações, ocupa cerca de quarenta edifícios dispersos, em Billancourt. Os trabalhadores deslocam-se entre os diferentes locais de funcionamento da fábrica, o que atrasa o processo produtivo e provoca frequentemente, o recurso à mão de obra infantil. As fábricas para além de dispersas pela região, por vezes ao longo de quilómetros, não têm vedações e permitem a aproximação de qualquer pessoa estranha, sobretudo de vagabundos que se aquecem nos fornos industriais.

¹⁰³ Idem, p.28.

No início do séc. XX, só os burgueses têm direito à vida privada. Os operários, vivem para o trabalho, vêm de zonas rurais, dormem e comem nas fábricas, ou são alojados pelas empresas, em conventos. Na área da saúde, independentemente da classe social, os trabalhadores dormem e comem nos hospitais, em alojamentos com más condições e propícios à propagação de doenças, como por exemplo, a tuberculose. Normalmente, os empregados de comércio e os criados domésticos, ficam alojados nas casas dos patrões, como é o caso de alguns chocolateiros e padeiros. Como o espaço familiar se confunde com o profissional, os empregados e as empregadas prestam serviços na sua profissão e ao mesmo tempo, se for necessário, serviços domésticos, tais como servir à mesa, lavar a louça, serviços de cocheiro, etc.

Nas cidades, os prédios das habitações estão misturados com os armazéns e as oficinas, nas mesmas ruas, à volta de pátios. Os ruídos são os das crianças, os das máquinas, os dos martelos e de todo o equipamento de trabalho. Como as fronteiras entre os espaços públicos e privados se confundem, os patrões consideram as suas empresas como as suas casas, mesmo que estas estejam localizadas fora do lar familiar. A relação do empregador com o seu empregado, é uma relação paternalista. Encontram-se também pela mesma altura, patrões exploradores mas o bom patrão cuida dos seus trabalhadores, como um pai cuida dos seus filhos. A vida familiar, quer do patrão, quer dos seus empregados confunde-se com a vida profissional. O patrão não mora longe da sua fábrica, por vezes mora dentro desta e aparece frequentemente com a mulher e os filhos em acontecimentos de trabalho. A sua mulher, por sua vez, preside a acontecimentos sociais de caridade e de beneficência.

Os contratos de trabalho são privados, feitos na base da confiança e têm prioridade nas admissões, os filhos dos trabalhadores (estes, ficam gratos aos seus patrões, às vezes, para toda a vida). Os patrões, não vêem com bons olhos a intervenção de terceiros, nas relações laborais: opõem-se

frequentemente à entrada da inspeção de trabalho nas empresas, instalações que consideram privadas e recusam as opiniões dos poderes políticos, sobretudo de algumas facções que aparecem com discursos sindicalistas.

2.2. O TRABALHO NAS SOCIEDADES MODERNAS.

O trabalho nas sociedades modernas, assenta em novos conceitos dos fins do século XIX e meados do século XX. O principal conceito, é o de população activa que surge em França, em 1896 e em Inglaterra, em 1901. Define-se como a população que está presente no mercado de trabalho e que gera um ganho monetário, quer seja no mercado de trabalho, quer seja no mercado de bens e serviços. Com o aparecimento deste conceito, passa a ser mais fácil a recolha de estatísticas sociais relativas ao trabalho. Posteriormente, aparecem os conceitos de desemprego involuntário e de assalariado. Em França, em 1910, Robert Castel¹⁰⁴ afirma que se contam entre 300.000 a 500.000 desempregados, e coloca-se então, a questão da eficácia dos poderes municipais e dos sindicatos, o que leva ao debate sobre a necessidade da criação de um subsídio de desemprego.

No decorrer do século XX, o trabalho no domicílio, recua por razões económicas e sociais. Nas fábricas, ganha-se melhor e tem-se mais tempo disponível. Quando o operário sai da fábrica, sabe que o trabalho terminou e quando chega a casa, o tempo que lhe resta é para usar como desejar, na sua privacidade. O trabalho independente, não assegura a produção na quantidade necessária, nem a distribuição desta produção, a preços competitivos. Com o recuo do trabalho em casa, a família dissocia-se da

¹⁰⁴ Robert Castel, *Les métamorphoses de la question sociale - Une chronique du salariat*, Paris, Éditions Fayard, 1996.

empresa e nasce o direito à vida privada. O espaço da actividade económica, separa-se do espaço familiar, de forma física e jurídica, pois a figura do patrão deixa de existir, para dar lugar à de membro assalariado da empresa. O direito à vida privada, por parte dos trabalhadores, vai sendo conquistado progressivamente, primeiro pelos homens graduados, depois pelo pessoal masculino, pelas vigilantes casadas e por último, pelas enfermeiras casadas.

A Organização Científica do Trabalho, preconizada por Taylor, no final do século XIX, provoca alterações na disposição das máquinas e dos operários. Dividem-se os espaços de trabalho, aparecem as pequenas chefias a controlar os trabalhadores e o tempo de trabalho. Inicia-se a cronometragem da produção e para o efeito, introduzem-se os relógios de ponto que medem a quantidade de trabalho. Fixam-se os salários em função do rendimento obtido. A racionalização do trabalho industrial, introduz os conceitos de especialização e de qualificação do trabalho e dos trabalhadores, por oposição ao pessoal não qualificado, ou indiferenciado. O trabalhador assalariado vê crescer o seu salário em função da sua produtividade, deve produzir o máximo e consumir o mínimo. A partir dos anos 20, Henri Ford associa a produção em massa, ao consumo em massa e vem dar um novo impulso ao assalariado. Inventa nas suas fábricas, a fabricação em sequência contínua, ou como é mais conhecido, o trabalho em cadeia e institui o salário mínimo diário de cinco dólares ("five dollars day") que representa a possibilidade, para o operário moderno, de aceder ao estatuto de consumidor dos produtos da sociedade industrial. Trata-se de um ponto de viragem na cultura do assalariado que começa a procurar conforto e bem-estar através da aquisição de bens tais como um automóvel, uma casa e electrodomésticos.

A organização do trabalho fordista, elevou o nível de aplicação da visão racionalizadora de Taylor, do trabalhador individual e núcleos elementares de produção, para o conjunto da instalação fabril, afectando,

*pela mesma ocasião, aspectos como o das formas de remuneração dos trabalhadores, o controlo da qualidade dos produtos e, mesmo, da arquitectura geral da fábrica*¹⁰⁵. A produção nas fábricas, deixa de se organizar em função dos edifícios já construídos e passa a ser motivo para novas construções. A cadeia de produção exige continuidade, e obriga à construção de hangares de um só piso, como é o caso da Renault e da Citroën, em França. Constroem-se também vedações à volta das fábricas para controlar as entradas e saídas de pessoas e bens, recorrendo a vigilantes.

Em França, os bombardeamentos da Segunda Guerra Mundial, destroem muitos quarteirões e na reconstrução, dissociam-se as zonas industriais, das zonas residenciais. As únicas actividades que se mantêm nestas últimas, são as do comércio local. As oficinas mais antigas, vão fechando e dão lugar a prédios de habitação. As zonas industriais, passam a estar longe das habitações e diariamente os trabalhadores têm que se deslocar de um lado a outro, utilizando para o efeito, o automóvel, ou serviços colectivos de transporte. Surgem actividades diferentes nas indústrias, o período contínuo de trabalho expande-se e os trabalhadores passam a almoçar nos locais de trabalho. Os cafés e cantinas dentro e fora das empresas, são um novo espaço de convívio entre amigos e colegas. As comissões de trabalhadores promovem actividades de lazer.

As relações laborais transformam-se, nomeadamente a relação entre o empregador e o empregado. A empresa deixa de ser uma extensão da casa do patrão e o trabalhador deixa de ser um elemento integrante da família mais alargada daquele. Aceita a situação de assalariado mas não aceita a de criado para todo o serviço. Faz apenas o que estiver estabelecido em contrato de trabalho e/ou em convenções colectivas de trabalho. Para fazer

¹⁰⁵ João Freire, *Sociologia do trabalho - Uma introdução*, Porto, Edições Afontamento, 1993, p.69.

valer os seus direitos, os trabalhadores unem-se, constituindo sindicatos e manifestando-se através de greves. Fazem frequentemente apelo aos poderes políticos, para intervirem em casos de conflitos, o que desagrade aos patrões que vêem o seu poder diminuir, com o aumento das greves e da intervenção destes mesmos poderes.

O trabalho nas sociedades modernas, caracteriza-se pela conquista progressiva de direitos e regalias, por parte da classe operária. Para o efeito, contribuem de forma decisiva os sindicatos que conseguem, em 1906, a instituição de um dia por semana, para repouso obrigatório dos trabalhadores¹⁰⁶. Por um lado, esta mudança vem ajudar o trabalhador a reencontrar a sua dignidade, dando fim à violência de um trabalho contínuo e por outro lado, combate o desemprego permitindo a mais operários, partilharem o trabalho. Seguem-se a semana das quarenta horas semanais, as férias pagas e em 1950, a instituição de uma retribuição mínima garantida por lei, indexada à inflação e ao crescimento económico. Em 1945, é criada a Segurança Social francesa, destinada a proteger os trabalhadores e as suas famílias, de eventuais descidas de rendimentos e a cobrir as despesas com a maternidade e os encargos com pessoas dependentes.

A modernidade é o espaço e o tempo de crescimento do assalariado, no total da população activa. Robert Castel¹⁰⁷, observa que em França, em 1931, estes representam 49% da população activa e em 1975, 83%. Paralelamente, o número de trabalhadores na agricultura diminui e os trabalhadores não agrícolas aumentam, o que se deve ao desenvolvimento de actividades ligadas ao sector terciário, nomeadamente dos serviços ligados ao comércio, à banca, à administração local, ao Estado, e a novas actividades de publicidade e comunicação.

¹⁰⁶ Robert Castel, *Les métamorphoses de la question sociale - Une chronique du salariat*, Paris, Éditions Fayard, 1996.

¹⁰⁷ Op. Cit.

Ao longo do século XX, o grupo dos assalariados para além de crescer, transforma-se internamente. Aumentam os assalariados de alto nível, tais como os técnicos, os especialistas, os quadros médios e superiores, e decresce o número dos operários. Surge desta forma, uma nova categoria social: o assalariado burguês que se destaca pelas suas pretensões sociais. Trata-se do homem (*e acessoriamente da mulher*) eficaz e dinamica, libertada de arcaísmos, umas vezes descontraída e performante, grande trabalhadora e consumidora de bens de prestígio, de férias inteligentes e de viagens ao estrangeiro¹⁰⁸. O primeiro grupo a aparecer, é o dos engenheiros que reclamam para além dos mesmos direitos e regalias da classe operária, um sistema de reformas e salários específicos. Em 1975, Castel¹⁰⁹ verifica que entre os assalariados, 40% são trabalhadores qualificados, 40% são especializados e 20% são indiferenciados. Dos trabalhadores sem qualificações, 46,6% são mulheres. Do total de assalariados em França, um quarto são funcionários do Estado e beneficiam de forma geral, de uma maior estabilidade comparativamente com os trabalhadores de empresas privadas. Estas diferenças, acentuam clivagens sociais e tornam visíveis situações de trabalho precário que até ao momento passavam despercebidas.

Em pleno século XX, as relações de trabalho são impessoais. Nas grandes empresas, a informação e as ordens de trabalho são dadas através de notas de serviço e circulares internas, emitidas por superiores hierárquicos. A divisão entre a esfera pública e a esfera privada acentua-se. Os colegas de trabalho, nem sempre saem juntos para a realização de actividades de lazer, pois o lazer e os tempos livres passam a pertencer ao domínio do privado. O agrupamento de colegas no trabalho acontece quando

¹⁰⁸ Idem, p. 364.

No texto original: “(...) (et accessoirement de femme) efficace et dynamique, libéré des archaïsmes, à la fois décontracté et performant, gros travailleur et grand consommateur de biens de prestige, de vacances intelligentes et de voyages à l'étranger ».

¹⁰⁹ Op. Cit., p. 355.

há um objectivo comum de fazer valer direitos, ou quando estão em causa assuntos de trabalho. O ambiente das organizações empresariais, na modernidade, torna-se formal e funcional.

Na segunda metade do século XX, a concepção hierárquica herdada de Taylor, é posta em causa. A experiência da produção em série, levada ao máximo durante as guerras, para o fabrico de munições, fardas e outro material, cria um novo conceito: o de fadiga industrial, causado pela monotonia das tarefas produtivas. As novas teorias americanas, trazem um estilo de gestão menos rígido, menos formal e com mais autonomia para os trabalhadores. Um estudo efectuado nas oficinas da Western Electric Co., em Hawthorne, nos arredores de Chicago¹¹⁰, conclui que o factor humano é essencial no trabalho, ou seja, que o trabalhador para além de desejar uma boa situação económica, tem necessidade de ser amado, respeitado e de se identificar com um grupo humano. Rapidamente muitas empresas europeias aderem. Gérard Vincent¹¹¹, dá o exemplo da Renault, em França, em que a primeira lei que se adopta na empresa, é a de que é necessário ser-se simpático com o operário e a segunda, é a de que deve ser dada aos trabalhadores, a possibilidade de se exprimirem livremente.

Em Maio de 68, a França questiona todas as hierarquias institucionalizadas e depressa nas organizações, os trabalhadores reivindicam um trabalho livre, sem autoridade, sem a impessoalidade que caracteriza as relações da altura. Mas *a vontade de nada alienar da sua liberdade conduz à recusa das delegações de poder, à democracia directa, à instabilidade e ao enfraquecimento das organizações*¹¹². A tentativa de transportar para o trabalho as relações familiares que caracterizam o domínio

¹¹⁰ Estudo citado por João Freire, in *Sociologia do trabalho - Uma introdução*, Porto, Edições Afrontamento, 1993.

¹¹¹ Op. Cit.

¹¹² Gérard Vincent, "Uma história do segredo?", in Ariès, Philippe e Duby, Georges, *História da Família Privada - Da Primeira Guerra aos Nossos Dias*, Porto, Ed. Afrontamento, 1991, vol.5, p.136.

do privado, não vai de encontro aos objectivos empresariais. Os trabalhadores apercebem-se que o universo do trabalho, obedece a constrangimentos próprios. Apesar dos sindicatos se institucionalizarem, têm cada vez menos adeptos. Para tal contribui também a crise dos anos 70 e o aumento do desemprego.

2.3. O TRABALHO NA PÓS-MODERNIDADE.

Tal como acontece na família pós-moderna, o que caracteriza o trabalho na pós-modernidade é a sua diversidade. A diversidade e a descontinuidade das formas de emprego, substituem o paradigma do emprego homogéneo e estável dos tempos modernos. Há elementos novos e específicos que caracterizam o trabalho nas sociedades actuais. É o caso do aparecimento cada vez mais insistente, de indivíduos que pairam na estrutura social, que preenchem buracos na sociedade mas não encontram um lugar definido e que estão à margem do reconhecimento social. São eles os desempregados de longa duração, as pessoas que moram nas periferias das cidades, os beneficiários do rendimento social de inserção, as vítimas de reestruturações empresariais e os jovens à procura de um primeiro emprego que vão passando de estágios para biscates temporários, a fim de se manterem ocupados.

Estes novos elementos, dão origem ao aparecimento do conceito de exclusão social. Ele reúne um conjunto de problemas sociais que pode abranger grupos de pessoas que nada têm em comum, à excepção das suas situações socialmente marginais, provocadas pelas reestruturações sociais e

económicas das sociedades pós-modernas¹¹³. Pierre Bourdieu¹¹⁴, na década de 90, faz uma recolha exaustiva de informação, sobre o quotidiano de famílias residentes em França que se pronunciam ao nível pessoal, profissional e social e encontra relatos que testemunham as situações de exclusão social vividas nas sociedades ocidentais dos dias de hoje.

Os tempos pós-modernos caracterizam-se pela destabilização dos estáveis, pela precariedade do emprego e pelo défice de lugares ocupáveis na estrutura social. A primeira, atinge sobretudo o assalariado, pertencente à classe média baixa. A precariedade, manifesta-se nos empregos incertos. Há um movimento de actividade seguido de um outro, de inactividade, de situações provisórias marcadas pela incerteza do futuro. A forma descontínua do trabalho e o seu conteúdo insignificante, levam as pessoas a encarar a vida em função do presente, pois o amanhã ninguém sabe como gerir e configuram uma situação de neo-pauperismo¹¹⁵. O défice de lugares na estrutura social que proporcionam uma utilidade social e um reconhecimento público, observa-se pelo número de trabalhadores envelhecidos que rondam os 50 anos, ou menos, e não se enquadram no processo produtivo mas também não encontram um lugar fora dele; pelos jovens à procura de um primeiro emprego que percorrem vários estágios e vivem de biscates; e pelos desempregados de longa duração a quem se tenta, sem sucesso, atribuir novas qualificações, a fim de se reconverterem profissionalmente.

Pelo facto destes indivíduos não encontrarem um lugar na colectividade, Robert Castel¹¹⁶ introduz o conceito de individualismo negativo que assume a sua expressão máxima, na figura do vagabundo. Um indivíduo puro, desprovido de qualquer relação de dependência, ou interdependência

¹¹³ Robert Castel, *Les métamorphoses de la question sociale - Une chronique du salariat*, Paris, Éditions Fayard, 1996.

¹¹⁴ Pierre Bourdieu, (coord.) et al, *La Misère du Monde*, Paris, Édition du Seuil, 1993.

¹¹⁵ Robert Castel, *Les métamorphoses de la question sociale - Une chronique du salariat*, Paris, Éditions Fayard, 1996, p.411.

¹¹⁶ Op. Cit.

social, pertence a ele próprio. Representa um individualismo negativo porque se classifica por carências sucessivas: falta de consideração, falta de segurança, falta de bens e falta de laços estáveis. O individualismo negativo coexiste com o individualismo colectivo. É uma consequência do conjunto de transformações laborais, tais como a individualização das condições do trabalho, a fragmentação da força de trabalho e a efemeridade da vida profissional.

Não se está perante o fim do trabalho mas perante a sua diversificação. A sociedade moderna luta pela socialização progressiva dos camponeses e artesãos, no âmbito de um projecto de trabalho assalariado. A sociedade pós-moderna, apoia-se na individualização e na desagregação do trabalho. A especialização produtiva do trabalho, recorre à subcontratação temporária e localizada de serviços, bem como a uma redefinição constante das relações de cooperação e de concorrência. *Assim, a flexibilidade produtiva que caracteriza a nova economia e a individualização das relações sociais na base da sociedade em rede, destróiem os fundamentos do sistema de convivência colectiva que tinha até então encarnado a ideia de sociedade*¹¹⁷.

A Europa tem vindo a reforçar a sua actividade, no sector terciário, o que implica alterações ao nível das relações de trabalho, da produtividade (a produtividade no sector terciário, é inferior à registada na indústria tradicional) e o fim da classe trabalhadora moderna¹¹⁸. As relações de trabalho na pós-modernidade, resultantes da globalização económica, processam-se directamente entre o produtor de serviços e o cliente e o valor das

¹¹⁷ Manuel Castells, "Prefácio" in Carnoy, Martin, *Dans quel monde vivons-nous? - Le travail, la famille et le lien social à l'ère de l'information*, França, Éditions Fayard, 2001, p.10.

No texto original : « Ainsi, la flexibilité productive qui caractérise la nouvelle économie et l'individualisation des rapports sociaux à la base de la société en réseaux, brisent les fondements du système de connivence collective qu'avait jusqu'alors incarné l'idée de société ».

¹¹⁸ Robert Castel, *op. cit.*

actividades, é atribuído em função do conteúdo de informação e da capacidade relacional que implicam. Estas transformações, são abordadas por Richard Sennet¹¹⁹, num trabalho sobre a influência da situação económica actual, no carácter dos trabalhadores. Um bom trabalhador é flexível e adapta-se a tudo, dificilmente tem tempo para pensar, pois é-lhe exigido que corra e que produza. Numa recolha de várias histórias profissionais o autor regista, por exemplo, que o padeiro, conhecido pelo seu gosto em fabricar o pão artesanal e o amassar, flexibiliza-se e limita-se actualmente, a carregar em botões de fornos industriais. Já não se liga à profissão, pois está no trabalho de passagem, enquanto não arranja outro. Os trabalhadores sentem a falta de relações humanas e de objectivos duradouros. A sociedade parece assombrada, pelas *incertezas da flexibilidade, a ausência da confiança e empenhamento (...), o espectro de não se conseguir fazer nada numa pessoa neste mundo*¹²⁰. O mercado de trabalho nas sociedades actuais, incentiva o espírito de competição laboral e destrói a confiança entre colegas. O trabalhador conta consigo próprio, tendo como princípio a frase "cada um por si".

Castel¹²¹, distingue dois segmentos de emprego, no mercado de trabalho actual: o primário, formado por elementos qualificados, bem pagos, protegidos e com uma situação estável; e o secundário, formado por elementos com baixas qualificações, dependentes das oscilações da procura de mão de obra. Segundo o autor, numa situação de crescimento económico estes dois segmentos são complementares, mas numa situação de falta de emprego ou excesso de efectivos, entram em concorrência directa. A escolha das empresas, inclina-se para o segmento secundário, pois não há tantas exigências do ponto de vista contratual e de protecção social.

¹¹⁹ Richard Sennet, *A Corrosão do Carácter - as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, Lisboa, Terramar, 2001.

¹²⁰ Idem, p.211.

¹²¹ Op. cit.

O alargamento da subcontratação à escala global, leva as empresas a sub-contratarem serviços, em países onde a mão de obra é mais barata, o que afecta primeiramente o segmento secundário, em sectores de indústria tradicional como, por exemplo, a indústria têxtil e posteriormente, o primeiro segmento do mercado de emprego, com a subcontratação de empresas asiáticas, para a montagem de aparelhagens sofisticadas e de programas informáticos especializados. A globalização dos mercados, fomenta as trocas internacionais e a especialização dos países em determinados tipos de produção. Os países desenvolvidos estão mais dotados de trabalho qualificado e exportam bens de valor acrescentado. Os países em vias de desenvolvimento, estão mais virados para a produção que utiliza trabalho não qualificado, como certos produtos têxteis. A mundialização das trocas comerciais, favorece os trabalhadores qualificados nos países desenvolvidos e vem criar situações de desemprego em trabalhadores sem qualificação ou com baixo nível de qualificação. A este, associa-se o desemprego de adaptação que Fitoussi e Rosanvallon¹²² atribuem às transferências de populações entre sectores de actividade.

A Europa tem manifestado a viver nas duas últimas décadas, uma preocupação com a construção de uma União Europeia (UE) forte e independente, e com a intensificação das relações entre os Estados-membros. Face aos novos sistemas capitalistas que emergem da globalização, o crescimento económico europeu, não tem sido o esperado. O Mundo, divide-se em três blocos económicos: de um lado os EUA, o Canadá, o México e a Argentina, a liderarem a economia mundial, e do outro, os outros dois blocos constituídos pelo Japão e pela Europa que se associa a novos Estados e ao Norte de África. A globalização teve como consequências, a crescente queda de barreiras proteccionistas, dentro e fora

¹²² Jean-Paul Fitoussi, e Pierre Rosanvallon, *A Nova Era das Desigualdades*, Oeiras, Celta Editora, 1997.

da Europa, bem como uma subordinação do Estado a regras estabelecida externamente (pelo BCE, ou pela Organização Mundial do Comércio e FMI).

2.4. O ATRASO DA ECONOMIA EUROPEIA.

Em três períodos (1913-38, 1950-73, 1973-91) analisados por Luc Soet¹²³, há sempre uma convergência de crescimento entre os EUA, o Japão e a Europa. Apenas, no período mais recente de 1991 a 99, este crescimento foi bastante diferenciado. O PIB a preços constantes *per capita* cresceu 18% (1991-1999), enquanto que o da UE foi de apenas 13%. O autor explica esta evolução pelo facto dos EUA beneficiarem de uma *aplicação e implementação mais rápidas das novas tecnologias, de uma adopção mais rápida das infra-estruturas das chamadas novas "auto-estradas da informação" e de uma exploração comercial à escala mundial mais bem sucedida destas oportunidades de crescimento*¹²⁴.

Mais recentemente, no período de 1998 a 2002, Luc Protti¹²⁵, numa análise ao PIB mundial verifica que as diferenças se mantêm, ainda que com um crescimento mais moderado: os EUA têm um crescimento do PIB na ordem dos 3%, enquanto que a Europa dos 15, apresenta uma taxa de crescimento de 2,4%. Destacam-se países como a China, a Índia e a Coreia do Sul com taxas de crescimento muito acima daqueles valores (7,6%, 5,4% e 4,3% respectivamente). A maior concentração mundial de PIB por habitante, em 2002, continua no entanto, a verificar-se nos EUA (38.300 euros), seguida pelo Japão (25.200 euros) e em terceiro lugar, pela UE dos

¹²³ Luc Soete, "A Economia baseada no conhecimento num mundo globalizado", in Boyer, Robert et al, *Para Uma Europa da Inovação e do Conhecimento*, Oeiras, Celta Editora, 2000.

¹²⁴ Idem, p.11.

¹²⁵ Luca Protti, "Le PIB dans le monde 2002", in Eurostat, *Statistiques en Bref - Économie et Finances*, Theme 2 - 62/2003, de 2/12/2003, <<http://europa.eu.int/comm/eurostat>>

15 com 24.000 euros. O atraso face aos EUA, verificado nos últimos anos, deve-se em parte, à grande diversidade europeia. Em termos do crescimento económico, há países com um crescimento superior ao dos EUA como é o caso por exemplo, da Irlanda, do Luxemburgo e da Noruega. A Irlanda, teve um crescimento do PIB, medido em paridade do poder de compra (PPC) por habitante, de 41,4%, entre 1991 e 2000. O Luxemburgo teve um crescimento para o mesmo período, de 29,2%, a Noruega, de 23,7%¹²⁶. Segundo o Eurostat, até 2005¹²⁷, estes países manterão a liderança do crescimento económico europeu.

O caso da Irlanda, é exemplar. O seu crescimento foi acompanhado de uma descida do desemprego e da dívida pública. O Luxemburgo, reflecte o efeito das sucessivas políticas voltadas para as economias externas, baseadas na especialização regional. Há uma especialização na indústria de serviços, sobretudo nos serviços financeiros. Algumas das fragilidades apontadas para estes países são, no caso da Irlanda, o risco de um agravamento da inflação que se tem vindo a fazer sentir e no caso do Luxemburgo, as restrições sócio-ambientais¹²⁸. No que diz respeito a Portugal, em 1991, tem um PIB de 65% da média europeia (UE15)¹²⁹ e em 2001, este valor passa a ser de 70,6%, com tendência para baixar e voltar para o mesmo valor no ano de 2005. Segundo a estimativa do Eurostat, em 2005, estaremos na cauda da Europa (UE15) e o Luxemburgo em primeiro, com um PIB per capita em PPC na ordem dos 181,6%¹³⁰.

Perante o atraso face aos Estados Unidos da América e ao Japão,

¹²⁶ Eurostat, "PIB par habitant en SPA - Indicateurs Structurels", 2000, <<http://europa.eu.int/comm/eurostat>>

¹²⁷ Eurostat, "GDP per capita in PPS - Gross Domestic Product in Purchasing Power Standards", <<http://europa.eu.int/comm/eurostat/newcronos/queen>>

¹²⁸ Nuno Venes, "Ascensão", <<http://economiapura.euronoticias.pt>>

¹²⁹ Eurostat, "PIB par habitant en SPA - Indicateurs Structurels", 2000, <<http://europa.eu.int/comm/eurostat/Public/datashop>>

¹³⁰ Eurostat, "GDP per capita in PPS - Gross Domestic Product in Purchasing Power Standards", <<http://europa.eu.int/comm/eurostat/newcronos/queen>>

verificado nas últimas décadas, e respeitando a sua diversidade, a União Europeia, define medidas baseadas numa nova economia, mais inovadora, competitiva e com mais capacidade de criar emprego e preservar a coesão social: uma economia baseada no conhecimento. No seguimento deste objectivo, a presidência sueca, manteve a ênfase em metas em termos de emprego e na qualidade deste, bem como numa aposta da aprendizagem ao longo da vida e do desenvolvimento da igualdade de oportunidades. Uma particularidade do Governo de Estocolmo, foi o interesse no firmamento das relações com Moscovo. Um interesse mútuo, dado o período conturbado de ligações com os EUA, provocado pela mudança de administração destes e pela sua nova estratégia (sistema de defesa anti-missil).

Luc Soete¹³¹, sublinha três elementos que fazem parte integrante do conhecimento. O primeiro é que não é um bem de apropriação total e pode ser partilhado por muitas pessoas sem diminuir a quantidade disponível para cada uma delas (é um bem "não concorrente"). O segundo, é que a política e a economia devem compreender a forte relação entre o conhecimento como garantia da competitividade e o aparecimento das novas tecnologias de informação e comunicação. Finalmente o terceiro, é que a natureza do processo de inovação se alterou devido ao aparecimento das novas tecnologias da informação. A ciência e a tecnologia são socialmente distribuídas, com a ajuda de organizações, dando origem à produção social do conhecimento.

As políticas europeias dos anos 90, voltam-se para a ciência e tecnologia. No entanto, verifica-se que os êxitos técnicos não implicam necessariamente êxitos económicos. A capacidade da economia depende da eficiência e da dinâmica com que as empresas e instituições forem capazes de difundir e aplicar a informação e o conhecimento. Em termos de investimento em conhecimento, a União Europeia está entre os EUA e o

¹³¹ Op. cit.

Japão. O que diferencia os EUA, é o investimento no conhecimento ser suportado, numa grande percentagem, por empresas privadas. Em 1999, na Europa, o Estado gastava mais 25%¹³² do que os EUA, em financiamento do investimento em conhecimento.

O investimento europeu ao nível das novas tecnologias, aumenta de 3% do PIB nacional em 1991, para mais de 4% em 2001, chegando a exceder o investimento japonês, de 4% nesta data mas mantém-se sempre inferior ao dos EUA que ultrapassam os 5%. Os resultados deste investimento, são visíveis, em termos de níveis de acesso à internet. A Europa passa de 10% de fogos domésticos com este acesso, em 1999, para mais de 25%, em 2000. No entanto, a liderança das novas tecnologias continua a pertencer aos EUA, onde mais de 45% dos lares, acedem a serviços da internet¹³³.

Nos EUA, os capitalistas de risco mobilizam capitais privados para investimento em actividades do conhecimento. A indústria americana de semi-condutores ao crescer, associou-se à indústria de software e das telecomunicações (estabeleceram-se comunicações locais gratuitas) e tem desenvolvido as tecnologias de rede tais como a UNIX, Java e Netscape. O resultado é a liderança dos EUA em termos de fixação de preços da internet, em número de sites, fornecedores de serviços (ISP), acessos e vendas no comércio electrónico, e conseqüente crescimento no emprego, em ocupações ligadas a estes sectores.

Na Europa, a bolsa está virada para investimentos materiais, associados à indústria. As políticas dão ênfase à promoção da cooperação intra-estados, na investigação e desenvolvimento pré-competitivos, incentivam a investigação universitária e os programas de apoio a domínios

¹³² Luc Soet, op. cit., p.19.

¹³³ Eurostat, Annuaire 2003: Les Statisticiens au service de l'Europe, <<http://europa.eu.int/comm/eurostat>>, 2003.

tecnológicos específicos através de programas-quadro. O investimento numa economia do conhecimento, é também dificultado pelas diferenças existentes a este nível na União Europeia. A Itália, Bélgica, Alemanha e Áustria, os níveis de intensidade do conhecimento situam-se abaixo do nível médio da UE¹³⁴. Na Suécia, na França, na Dinamarca, na Finlândia e no Reino Unido, os níveis de intensidade do conhecimento, situam-se acima do nível europeu global. Para além da diversidade europeia, em termos de conhecimento, há um espírito empresarial e de inovação fracos, e uma baixa taxa de utilização de equipamentos de novas tecnologias de informação e comunicação que diminuem a eficácia das organizações. Opinião partilhada por Robert Lindley que afirma que só aumentam a sua eficácia as empresas que *conseguirem desenvolver métodos de trabalho que promovam a identificação e partilha (...) de elementos chave do conhecimento*¹³⁵.

A eficácia depende igualmente da quantidade do tempo de trabalho e nesta matéria, os europeus não fazem concessões. A população activa europeia, está menos disposta que, por exemplo, a americana a fazer horas extras, trabalhando em média menos tempo que esta¹³⁶. Enquanto que o número de horas trabalhadas diminui desde 1970, nos países europeus, assim como no Japão, nos Estados Unidos este número aumenta. A forma como o trabalho é visto, na União Europeia, está intrínsecamente associada à família. Os Estados europeus desenvolvem políticas sociais de apoio a estas que tem resultado numa diminuição das horas trabalhadas pelas famílias. Por exemplo, a Europa, prefere financiar publicamente as famílias, atribuindo licenças de trabalho e subsídios de maternidade às mães.

¹³⁴ Luc Soet, op. cit.

¹³⁵ Robert M. Lindley, "Economias baseadas no conhecimento", in Boyer, Robert et al, *Para Uma Europa da Inovação e do Conhecimento*, Oeiras, Celta Editora, 2000, p.36.

¹³⁶ Martin Carnoy, *Dans quel monde vivons-nous? - Le travail, la famille et le lien social à l'ère de l'information*, França, Éditions Fayard, 2001.

2.5. A POLÍTICA DE COESÃO SOCIAL NA UNIÃO EUROPEIA.

No sentido de incentivar o aumento do conhecimento e da inovação, a União Europeia moderniza os modelos de protecção social, associados à promoção de emprego e de coesão social. As diferentes experiências históricas e sociais dos Estados-Providência, enriquecem os intercâmbios entre os países e permitem reflectir sobre o novo modelo social europeu. Reexperimentar e recalibrar o sistema sem o destruir, é um desafio importante, dada a pressão da competição externa e da globalização financeira e da produção.

As diferenças entre os Estados-Membros, verificam-se a vários níveis. Os escandinavos têm taxas elevadas de emprego, apoiadas sobretudo no sector público, que neste momento estagna ou diminui as oportunidades de admissão. Têm por isso, que criar mais emprego ao nível privado. O Estado-Providência tem custos muito elevados e o seu financiamento torna-se cada vez mais difícil, sobretudo numa altura de grande mobilidade de capitais. Os anglo-saxónicos têm baixos custos com o Estado-Providência o que justifica os seus fracos sistemas de protecção social. São países onde a pobreza e a exclusão social, aumentam em grupos desqualificados, por falta de incentivos à produção especializada, de alta qualidade e competitiva. Os regimes continentais têm altas taxas de desemprego e uma grande dependência, face ao sistema de protecção social. Os Estados do Sul, caracterizam-se por uma pobreza semelhante à dos países anglo-saxónicos, e por uma acentuada dependência do sistema de protecção social, tal como se verifica nos países continentais. No entanto, há um número cada vez maior de pessoas não abrangidas por este sistema e por isso, expostas a situações de exclusão

social. Na análise feita por Maurizio Ferrera¹³⁷, países como a Irlanda, a Dinamarca, a Holanda e Portugal, têm desempenhos positivos por recorrerem à *policy mix*, uma política que combina as vantagens dos vários regimes.

A *policy mix* engloba uma política macro-económica forte, baseada na estabilidade dos preços, na disciplina cambial e na política fiscal, o que contribui para a descida das taxas de juro. A moderação e a flexibilidade salariais levam a um aumento da competitividade, do lucro e consequentemente, do emprego. Incentiva a implementação de sistemas fiscais e de protecção social, eficazes e favoráveis ao emprego, que diminuam as desigualdades provocadas pelas políticas salariais. Favorece a flexigurança, que associa o emprego seguro, ao emprego flexível. Pressupõe maior flexibilidade de padrões de trabalho, de salários e de horários de trabalho. A Holanda, foi pioneira na introdução deste conceito na sua política social. O acordo que assinou, garante protecção social a todos os trabalhadores temporários e a tempo parcial. Os que auferem baixos rendimentos, são compensados por deduções fiscais. A flexigurança é uma prioridade em relação a grupos em risco de exclusão social, como o dos trabalhadores sem vínculo permanente e o das mulheres.

A reestruturação do modelo social europeu, ou a sua recalibração, passa pela criação de mecanismos que permitam um aumento da taxa de emprego, tais como uma *policy mix* apoiada na flexigurança de que se falou anteriormente. Pretende-se que a taxa de emprego europeia, que em 2001, é de 64,1%¹³⁸, passe para próximo dos 70%, até ao fim desta década. Para este aumento, conta-se com o contributo da crescente actividade feminina

¹³⁷ Maurizio Ferrera, Anton Hemerijck, Martin Rhodes, "Prólogo", in *O Futuro da Europa Social - Repensar o Trabalho e a Protecção Social na Nova Economia*, Oeiras, Celta Editora, 2000.

¹³⁸ Eurostat, "Indicateurs Structurels", in *Collection: Données Gratuites, Thème: Statistiques Générales*, Mercredi, Juillet 30, 2003, <<http://europa.eu.int/comm/eurostat>>

que na mesma data, é de apenas 55%¹³⁹, através de incentivos à igualdade e à coesão social.

2.6. O TRABALHO EM PORTUGAL.

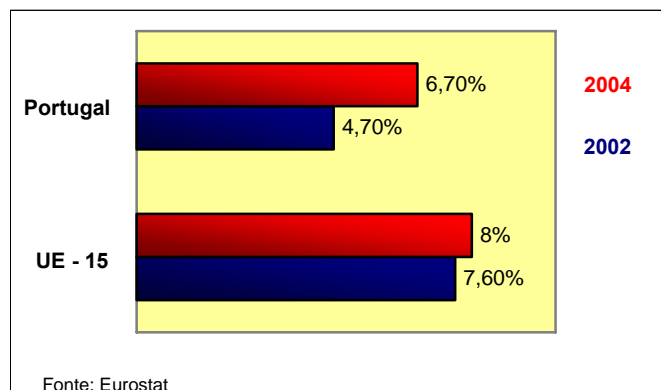
Portugal acompanha as transformações no resto da Europa e do Mundo, em termos da instabilidade e de exclusão social que caracterizam o trabalho pós-moderno. As taxas de desemprego mantiveram-se baixas durante os últimos anos mas com a introdução da nova economia do conhecimento, aproximam-se rapidamente dos valores europeus e cria-se uma clivagem entre os indivíduos digitalmente literatos e os iliteratos. O agravamento da taxa de desemprego tem sido dos mais elevados da União Europeia. Passou de 4,7%, em Maio de 2002, uma taxa que se mantinha mais ou menos estável desde 1999, para 6,7%, no fim de 2004. Na UE dos 15, a taxa passou de 7,6%, em Maio de 2002 para 8% no mesmo período¹⁴⁰.

¹³⁹ Idem.

¹⁴⁰ Para os dados relativos a 2002: Eurostat, "Le Chômage dans la zone euro stable à 8,8%", in *Collection Indicateurs Cés, Thème: Population et Conditions Sociales*, Mercredi, Juillet 30, 2003, in <<http://europa.eu.int/comm/eurostat>>

Para os dados relativos a 2004: Eurostat, "Le chômage dans la zone euro stable à 8,9%", in *Euro-Indicateurs, Communiquées de Presse* n° 141/2004, 1 de Dezembro de 2004, in <<http://europa.eu.int/comm/eurostat>>

Figura 3 - Agravamento da Taxa de Desemprego



Um comunicado do Eurostat¹⁴¹, dá a conhecer que os grupos das famílias monoparentais e dos desempregados, são os mais expostos à exclusão social. Em 2000, Portugal está entre os países que têm uma taxa mais elevada de pais sós, em lares partilhados (3,8%), ao lado da Espanha (4,1%) e do Reino Unido (3,2%). Em fogos normais tem das taxas mais baixas da UE (4,6%), por oposição à Dinamarca que tem uma taxa de 18,4%, ou ao Reino Unido (16,4)¹⁴². Outro grupo com fragilidades em termos de exclusão social são as pessoas idosas que vivem sós. Situação acentuada na Irlanda e no nosso país, onde estes grupos têm uma probabilidade quatro vezes superior à restante população, de auferirem rendimentos baixos; ao contrário do que se verifica em Espanha e nos Países Baixos¹⁴³. Os dados do Eurostat¹⁴⁴ revelam que no ano de 2000, Portugal tem uma das taxas de remuneração mais baixas da UE (52%), logo a seguir à Grécia (73%) e à

¹⁴¹ Eurostat, "L'exclusion sociale dans les États membres de l'UE", in Collection: Communiqués de presse - Thème: Population et Conditions Sociales, 31 de Janeiro 2000, <<http://europa.eu.int/comm/eurostat/Public/datashop>>

¹⁴² European Observatory on the Social Situation, Demography and Family, *Households with children under 16: distribution by household type*, <http://europa.eu.int/comm/employment_social/family/observatory/eurostat9.html>

¹⁴³ Eurostat, "L'exclusion sociale dans les États membres de l'UE", in Collection: Communiqués de presse, Thème: Population et Conditions Sociales, 31 de Janeiro 2000, <<http://europa.eu.int/comm/eurostat/Public/datashop>>.

¹⁴⁴ Eurostat, "Les bas salaires dans l'Union européenne", in *Collection Communiqués de presse, Thème: Population et Conditions Sociales*, nº94/2000, 3 de Agosto 2000, <<http://europa.eu.int/comm/eurostat/Public/datashop>>

Itália (57%).

O grupo dos desempregados caracteriza-se pelas baixas qualificações e pela ausência de competências específicas. A formação profissional, para este grupo, pode não adiantar pois *só a sua posição na fila de espera é que é melhorada, mas à custa de outras pessoas ainda menos qualificadas*¹⁴⁵. Uma das soluções para evitar a exclusão social provocada pelo desemprego, passa pela formação dirigida à população ainda empregada. Os serviços de empregos devem apoiar de maneira sustentada as pessoas, ajudando-as a pôr em prática estratégias de reintegração profissional e disponibilizando-lhes os recursos necessários para conseguirem procurar emprego com eficácia.

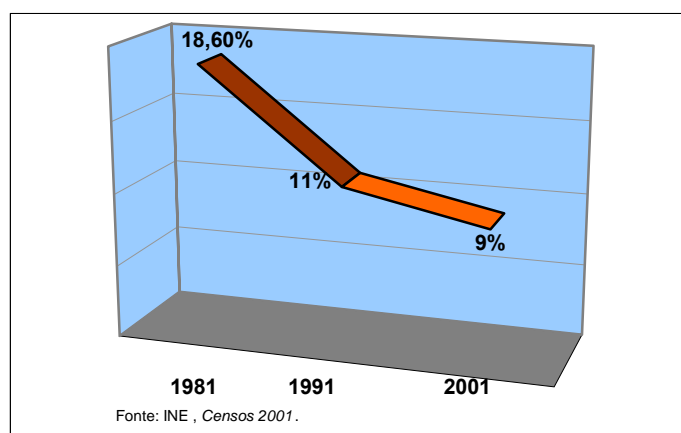
Em 1998, Portugal cria o Plano Nacional de Emprego (PNE)¹⁴⁶ que acima de tudo se debruça sobre formação profissional e sobre a organização do trabalho, em conformidade com as Directivas 4 e 13 do Conselho do Luxemburgo de Novembro de 1997. O PNE, tem 4 objectivos fundamentais: a promoção de uma transição adequada dos jovens para a vida activa; a inserção socioprofissional e o combate ao desemprego de longa duração e à exclusão; a melhoria da qualificação de base e profissional da população activa, numa perspectiva ao longo da vida; e a gestão preventiva e respectivo acompanhamento, dos processos de reestruturação social. Alguns dos objectivos têm vindo a ser conseguidos, como é o caso da integração dos jovens e do aumento das qualificações de base. No entanto, em relação a Portugal, temos de ter em conta o *défice de estratégias competitivas da maioria das empresas, a baixa escolaridade e formação da população activa (incluindo os gestores), [e] a insuficiente articulação dos níveis micro, meso e macro e supra nacional, da negociação*¹⁴⁷.

¹⁴⁵ Robert Lindley, op. cit. p.60.

¹⁴⁶ Resolução do Conselho de Ministros, nº59/98 de 6 de Maio.

¹⁴⁷ Marinús Pires Lima, "Reflexões sobre a negociação colectiva e a concertação social em Portugal", in Presidência da República *A Reforma do Pacto Social*, Lisboa, INCM, 2001, pp.301-355.

Figura 4 - Taxa de Analfabetismo Portuguesa



Em Portugal, a taxa de analfabetismo entre 1981 e 1991, baixa de 18,6%, para 11%¹⁴⁸ respectivamente e em 2001, baixa de forma mais moderada para os 9%¹⁴⁹. Em 1992, 9,4% dos portugueses tinham concluído o ensino secundário. Em 2001, este número tinha aumentado para 15,6%. Relativamente ao ensino superior, quase não há mudanças, pois passa-se de 10,5% da população para 10,75%, nas mesmas datas respectivamente¹⁵⁰. Apesar de se verificar um esforço de mudança, no aumento da escolarização dos portugueses, esta mantém-se aquém dos valores europeus. Em 1992, para o mesmo período, 36,5% da população europeia, tinha o ensino secundário e em 1997, o valor aumenta para 38,5%. No ensino superior, os valores passam de 16,2%, para 18,8%, respectivamente¹⁵¹.

O atraso escolar de Portugal coloca-o na cauda da Europa. A situação é flagrante, quando se verifica que em 2001, 72,8% da população tinha

¹⁴⁸ Fernando Luís Machado e António Firmino Costa, "Processos de uma modernidade inacabada", in Viegas, José Manuel Leite e Costa, António Firmino, org., *Portugal, Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, 1998., pp. 17-44, p.24.

¹⁴⁹ INE, *Censos 2001 - XIV Recenseamento Geral da População e IV Recenseamento da Habitação, Resultados Definitivos*, Lisboa, Edições do INE, 2002.

¹⁵⁰ INE, *Indicadores Sociais 1999*, Lisboa, Edições do INE, 1999.

¹⁵¹ António Firmino Costa, et al., "Classes sociais na Europa" in *Sociologia - Problemas e Práticas*, Oeiras, Celta Editora, 2000, nº34, p. 30.

abandonado a escola, até ao fim do ensino básico¹⁵². Uma realidade que contrasta com a da Suécia, onde apenas 7% dos estudantes param, nesta fase, os seus estudos¹⁵³. Correspondendo o fim deste primeiro ciclo, ao ensino obrigatório, pode observa-se que os jovens portugueses estudam porque são forçados a fazê-lo. Ideia confirmada por João Sebastião, que na análise que faz aos dados até 1991, diz que estes dão a entender a existência, *a par da ineficácia da escola, de uma resistência significativa das populações à ideia de prolongamento da escolarização*¹⁵⁴. Comparando os países com um nível de instrução elevada na Europa, em 1999, Portugal encontra-se nos últimos lugares com a Itália e a Polónia. Só 12,5% da população entre os 25 e os 34 anos, tinham um nível de instrução elevado. Mesmo a Grécia, ultrapassou-nos em muito com um valor de 25% para a mesma faixa etária¹⁵⁵. Quase metade (45,2%) da população grega, no intervalo de idades acima referido, possui o nível secundário¹⁵⁶. O caso da Grécia, é de salientar, por ser o país da UE-15 que menos gasta por aluno/estudante, nos estabelecimentos de ensino público. Só para termos uma ideia da forte distância de gastos em relação aos restantes países, em 1997, Portugal gastava mais do que o dobro quer no ensino secundário (87,2% da média europeia), quer no superior (87,3%) e só a Irlanda, a seguir à Grécia, gastava menos que nós. A concentração dos gastos da Grécia, está no ensino primário (72,1% da média europeia)¹⁵⁷.

Estudar estas diferenças pode ajudar-nos a encontrar soluções para a

¹⁵² INE, *Censos 2001 - XIV Recenseamento Geral da População e IV Recenseamento da Habitação, Resultados Definitivos*, Lisboa, Edições do INE, 2002.

¹⁵³ António Firmino Costa *et al.*, op. cit., p.30.

¹⁵⁴ João Viegas Sebastião, "Os dilemas da escolaridade", in José Manuel Leite e Costa, António Firmino, org., *Portugal, Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, 1998, pp. 311-327.

¹⁵⁵ Commission Européenne, "Quadro 12: Niveau d'instruction élevé par pays et par classe d'âge, 1999", in *Unité de l'Europe: solidarité des peuples, diversités des territoires - Deuxième rapport sur la cohésion économique et sociale*, 2001, <<http://europa.eu.int/comm/regional-policy/sources/docoffic/official/reports/contentpdf-fr.htm>>

¹⁵⁶ António Firmino Costa *et al.*, op. cit., p. 30.

¹⁵⁷ Eurostat, *Les dépenses par élève/étudiant dans l'UE en 1997*, in <<http://europa.eu.int/comm/eurostat/Public/datashop>>

situação portuguesa. Uma delas, passa por uma maior aposta no ensino primário e de transição para o secundário, numa tentativa de implementar uma sociedade do conhecimento e acesso ao conhecimento *vigiados e desenvolvidos*¹⁵⁸. Portugal incentiva o investimento na investigação e no desenvolvimento de software, de hardware, de novas tecnologias da informação e comunicação, das telecomunicações, da educação e da formação. No entanto, trata-se de um investimento que pressupõe cidadãos suficientemente escolarizados para descodificarem as informações que fazem parte destes elementos da sociedade do conhecimento. A sociedade do conhecimento cria novos empregos mas as situações de exclusão social são difíceis de resolver e aumentam, se não houver um planeamento adequado de integração de toda a população nesta nova sociedade. Os baixos níveis de escolaridade, aumentam o número de pessoas excluídas na sociedade que são, na opinião de Robert Lindley, *as últimas a ficar "ligadas", em termos electrónicos e sociais*¹⁵⁹.

Ainda assim, apesar dos baixos níveis de escolaridade e da falta de recursos que permitem o acesso às novas tecnologias, Portugal destaca-se pelo uso que faz dos serviços da internet. Por exemplo, em 2001, apenas 12% dos portugueses têm um computador pessoal, (a situação pior, é a da Grécia com uma percentagem de 8%), mas 29% da população acede a serviços de internet. Este valor, ultrapassa o de países como a Itália (26,99%), a Irlanda (23,68%), a França (26,52%), a Espanha (18,59%) e de forma mais compreensível a Grécia (18,35%). É de notar que em países como a Irlanda e a França, mais de um terço da população tem um computador em casa (39% da população no caso da Irlanda)¹⁶⁰. Na União Europeia dos 15, o acesso à internet faz-se sobretudo no ensino secundário.

¹⁵⁸ Robert M. Lindley, op. cit., p.37.

¹⁵⁹ Idem, p.34.

¹⁶⁰ Morag Ottens, "Statistiques de la société de l'information en Europe", in Eurostat, *Statistiques en Bref - Industrie, Commerce et Services*, Theme 4 - 38/2003, de 11/11/2003, <<http://europa.eu.int/comm/eurostat>>

Em Portugal, apesar de quase todas as escolas estarem "em rede", nem todos, nestas escolas, têm igual acesso. No ensino primário, só 50%¹⁶¹ das escolas têm acesso à internet. Os países que dão mais formação à população entre os 25 e os 64 anos, são a Suécia que passou de 14% em 1995, para 24% em 1999, e a Dinamarca, com um crescimento menos acentuado, na ordem dos 3%. Na cauda da população activa envolvida em formação, está a Grécia, seguida da França e de Portugal¹⁶².

2.7. O TRABALHO E A FAMÍLIA.

Nos últimos anos, dois movimentos contribuem para as alterações profundas nos modos de vida, no trabalho e nas famílias: por um lado, há o desaparecimento das estruturas familiares e de trabalho que predominam durante toda a modernidade; e por outro, os percursos individuais tornam-se precários, o que tem repercussões familiares e profissionais¹⁶³. Em termos estatísticos, há uma correlação directa entre a taxa de ruptura conjugal e a precariedade da relação laboral. São muitos os conflitos familiares e laborais, quando um dos cônjuges, perde o seu trabalho ou a sua família. Evelyne Sullerot¹⁶⁴, num estudo sobre a família, verifica que é frequente o encadeamento desemprego/divórcio, ou divórcio/desemprego. Robert Castel, faz referência a um estudo do CERC¹⁶⁵, realizado em 1993, em que se

¹⁶¹ Andreia Sanches, "Europa aposta na educação sob pena de perder a competitividade", in *Público*, Sexta-Feira, 23 de Março de 2001.

¹⁶² Idem.

¹⁶³ Marie-Agnès Barrère-Maurisson, *Travail, famille: le nouveau contrat*, Mesnil-sur-l'Estrée (França), Éditions Gallimard, 2003.

¹⁶⁴ Evelyne Sullerot, *A Família - Da crise à necessidade*, Lisboa, Instituto Piaget, 1999, pp. 312-313.

¹⁶⁵ Estudo intitulado "Précarité et risques d' exclusion en France", publicado pelo CERC - Conseil de l' Emploi, des Revenus et de la Cohesion Sociale, nº 109, 3º trimestre 1993, p. 30, citado por Robert Castel, *Les métamorphoses de la question sociale - Une chronique du salariat*, Paris, Éditions Fayard, 1996.

verifica que a proporção das rupturas conjugais é de 24% para indivíduos com uma situação de emprego estável, de 31,4%, para indivíduos em situações de trabalho precário, e de 38,7% para as pessoas inscritas nos centros de emprego, há mais de dois anos.

Quadro3 - Influência da situação profissional nas rupturas conjugais francesas, em 1993.

Situação profissional	% de Rupturas Conjugais
Emprego estável	24%
Emprego precário	31,4%
Inscritos no Centro de Emprego	38,7%

Fonte: CERC – Conseil de l'Emploi, des Revenus et de la Cohesion Sociale.

Stephen F. Duncan¹⁶⁶, estabelece três princípios sobre a ligação entre a família e o trabalho. O primeiro, é o de que ambos têm em si um potencial para o conflito porque as necessidades da família e as do trabalho interferem umas nas outras, havendo frequentemente acumulação de papéis. O segundo, é o de que os contextos em que ambos estão integrados se influenciam mutuamente. Os sentimentos de bem estar ou mal estar, são fluxos que se transportam do trabalho para a família, ou da família para o trabalho. O último princípio, é o de que o stress é minimizado quando há harmonia estabelecida entre as posições do trabalho e da família. O autor acrescenta que uma harmonia perfeita, não é possível mas ela aumenta se os objectivos do trabalho forem de encontro aos da família e vice versa. O testemunho de um casal sobre o assunto, recolhido pela Iniciativa Comunitária para o Emprego, assim o revela: *para nós, a conciliação trabalho e família não é fácil: porque a carga horária do trabalho é muito grande, pelo que é pouco o tempo que nos resta para a família; porque normalmente os problemas familiares são reflectidos no trabalho e os do trabalho são depois*

¹⁶⁶ Stephen F. Duncan, "Building Family Strengths Series, Balancing Work and Family", in *Montguide MT 9506 Human Resource Development*, 2001, <<http://www.montana.edu/wwwpb/pubs/mt9506.html>>

*reflectidos na família. E porque é muito difícil separar trabalho e família e compatibilizar sem conflitos*¹⁶⁷.

Articular a vida familiar com a vida profissional, não é fácil porque por muito que se lamentem, os indivíduos não abdicam do seu desejo de auto-realização. Uma ideia assimilada nos últimos anos, associada à satisfação pessoal e à felicidade, que se pode definir como o equilíbrio entre a oportunidade e o risco¹⁶⁸. No caso da relação entre o trabalho e a família, a oportunidade para uma realização profissional, implica o risco de uma não satisfação familiar. Quanto maior é o investimento na profissão, menor é na família e vice-versa, como se verifica em França, onde os pais investem 76% do tempo, na actividade profissional e apenas 24% em actividades familiares, já as mães, gastam 59% e 41%, respectivamente¹⁶⁹. O equilíbrio passa pela criação de novas formas de estar, no trabalho e em família. Entre estas, encontra-se a flexibilidade, que depois de introduzida na vida profissional, se generaliza no espaço familiar; o recurso cada vez maior, à subcontratação de serviços domésticos e de acolhimento à primeira infância; e a reivindicação junto dos empregadores de mais tempo para a família.

2.8. O TRABALHO PRODUTIVO DOMÉSTICO.

É na modernidade que se acentua a especialização dos espaços de trabalho e se estabelecem diferenças em função do valor atribuído a estes espaços. A concepção moderna do espaço, define o homem ou a mulher acima de tudo, pelo seu trabalho. Se na fase pré-moderna, homens e mulheres, trabalhavam sobretudo no lar e para o lar, o trabalho na

¹⁶⁷ Iniciativa Comunitária Emprego / Eixo Now do Fundo Social Europeu, *Afinal, não sou só eu - Conciliar o Trabalho e a Família*, Lisboa, Graal, 2000, p.41 e 42.

¹⁶⁸ Anthony Giddens, *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora, 1997.

¹⁶⁹ Marie-Agnès Barrère-Maurisson, op. cit.

modernidade, passa a ser remunerado e portanto, valorizado fora do domicílio. A primeira divisão social do trabalho, é a divisão do trabalho produtivo doméstico, não remunerado e sobretudo desempenhado pelas mulheres, do trabalho produtivo fora do domicílio, compensado através de uma remuneração e por isso, valorizado. Na verdade, *o dinheiro que se evita despendar, conta menos do que aquele que se ganha. O trabalho assalariado do homem, adquire (...) uma nova dignidade, e a mulher, que permanece em casa, torna-se a criada do marido*¹⁷⁰.

A divisão social do espaço privado e público, tem levado à exclusão económica do trabalho doméstico e conseqüentemente das mulheres. Por exclusão económica, *não deve apenas entender-se o facto de as mulheres (...) terem sido mantidas em casa, dependendo financeiramente da sua família de origem ou do marido. Devemos também ter em vista, pelo contrário, a exclusão do trabalho doméstico feminino da esfera económica*¹⁷¹. O espaço familiar privado, é deixado à responsabilidade das mulheres e permanece estranho ao espaço económico, não se atribuindo qualquer preço ao trabalho doméstico. Enquanto actividade não remunerada não surge como um equivalente razoável ao trabalho pago e por este motivo, o trabalho doméstico não é considerado como uma actividade socialmente relevante.

Gérard Vincent¹⁷², numa parte do seu trabalho sobre os segredos da família, fala das tentativas de quantificação do trabalho doméstico. Uma estimativa efectuada em França, em 1981, revela que 53.000 milhões de horas são consagradas ao trabalho doméstico gratuito e 39.500 milhões ao trabalho dito produtivo. Os operários activos, asseguram diariamente 96 minutos de trabalho doméstico, enquanto que as mulheres despendem 483 minutos para o referido trabalho, quando não trabalham fora de casa. Recentemente, tem havido progressos no que diz respeito à atribuição de

¹⁷⁰ Antoine Prost, op. cit., p.42.

¹⁷¹ Sylviane Agacinski, *Política dos Sexos*, Oeiras, Celta Editora, 1999, p.47.

¹⁷² Gérard Vincent, op. cit.

uma remuneração ao trabalho doméstico. Em 2001, o SPAF (Syndicat des Personnes Active au Foyer) que apoia os trabalhadores domésticos, publica numa página da internet, as conclusões de um estudo efectuado por uma comissão nomeada pelo Estado de Genebra, sobre as várias remunerações possíveis para o trabalho doméstico. Este estudo, teve como critérios de avaliação três factores: as aptidões, os esforços e a responsabilidade, necessários para as tarefas domésticas. No caso de um casal com filhos, o valor por hora, é de 16,88 Euros. Estimando cerca de 58 horas de trabalho semanal, para este tipo de família e multiplicando-as por 4,3 semanas (um mês), o estudo conclui que o valor mensal do trabalho doméstico, para a mesma família é de aproximadamente 4.214,04 Euros¹⁷³.

Atribuir um valor ao trabalho produtivo doméstico, é inseri-lo no mercado e trata-lo da mesma forma que são tratadas outras actividades económicas. É uma questão de justiça social, sobretudo para as famílias que decidem, livremente, que só um dos cônjuges exerce actividade profissional não doméstica. Trata-se de estabelecer um procedimento que possibilite uma igualdade no terreno. Na partilha de tarefas familiares, pode haver igualdade, mesmo sobre critérios de trabalho diferentes. As situações de desigualdade dentro e fora de casa, manifestam-se mais quando ambos os cônjuges exercem actividade profissional não doméstica. Dentro de casa, porque as mulheres adquirem independência no exterior mas mantém-se a divisão das tarefas em casa e das responsabilidades no quadro da vida doméstica, criando situações de dupla jornada de trabalho para a maioria das mulheres; fora de casa, porque as mulheres têm remunerações inferiores às dos homens, são mais atingidas pelo desemprego, por situações precárias de emprego e discriminadas no acesso a níveis de decisão dentro das

¹⁷³ SPAF - Syndicat des Personnes Actives au Foyer, *Des Chiffres*, <http://www.spaf.ch/chiffre_1.htm>

Nota: Os valores publicados foram US\$21,10 e US\$5.267,55. Conversão com base no custo do dólar de 25/2/2004 (€1,00 = \$1,25).

empresas. *Se a maternidade ainda é um problema para as mulheres que desejam apostar numa actividade profissional, a paternidade, essa, não parece por enquanto, na maior parte das nossas sociedades, reduzir a actividade económica dos homens*¹⁷⁴.

Anália Torres¹⁷⁵, acredita que é possível uma compatibilização do trabalho pago e do trabalho não pago. Trata-se de uma situação inviável, se não houver uma entrada do homem no mundo doméstico, o que significa possivelmente uma diminuição do seu investimento profissional. Ora a autora observa, no seu estudo, que os homens não estão dispostos a efectuarem qualquer esforço a este nível. Flexibilizam a sua opinião em relação à educação das crianças mas o trabalho profissional continua a ser a prioridade. Os homens podem pensar em termos de paridade e de simetria, mesmo nas tarefas familiares e domésticas mas são incapazes de abdicarem da sua *quota* no mercado de trabalho, também este caracterizado por profundas desigualdades. Face à dificuldade de articulação entre a família e o trabalho, e à resistência no que diz respeito à mudança de comportamentos, num contexto pós-moderno de instabilidade, globalização e individualização, torna-se imprescindível ir mais a fundo neste estudo, e entrar no universo doméstico, onde se desenvolvem as interacções conjugais. Por um lado, as relações conjugais traduzem as incertezas dos tempos actuais, por outro, estabelecem-se tendo como base, certezas herdadas da pré-modernidade e da modernidade, onde se reproduz uma situação de dominação masculina que explica as desigualdades criadas em função do género, quer na profissão e quer na família.

¹⁷⁴ Marie-Agnès Barrère-Maurisson, op. cit, p.20. No texto original: "Si la maternité est encore un problème pour les femmes dérivées de poursuivre une activité professionnelle, la paternité, elle, ne semble pas pour l'instant, dans la majorité de nos sociétés, réduire l'activité économiques des hommes".

¹⁷⁵ Anália Cardoso Torres (cord.), *Homens e Mulheres entre Família e Trabalho*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Segurança Social e do Trabalho – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, 2004, p.175.

III. AS RELAÇÕES CONJUGAIS

O que distingue as relações conjugais ao longo dos vários estados de evolução social, é o grau de dominação do homem, sobre a mulher e o grau de dependência desta, face àquele. As conquistas sucedem-se nas sociedades ocidentais, sobretudo no último século, onde se questiona e combate a dominação masculina sobre a mulher, que caracteriza a pré-modernidade. O caminho sem retorno, é o da igualdade face ao direito, ao trabalho, à política, na família, que pressupõe a observação e a denúncia das situações de injustiça.

Na relação conjugal pré-moderna, a dominação masculina é física, sexual, psicológica, económica, profissional, de direito e escolar. Com a entrada no século XX, o pensamento traz outras ideias sobre os modos como a relação conjugal se deve processar e a primeira alteração, dá-se com a introdução da afectividade e consequente crítica ao uso da violência e da força contra as mulheres. Gradualmente, a dominação física e sexual vai dando lugar a um discurso que põe a ênfase, no amor e respeito mútuos.

Posteriormente, o amor romântico, caracterizado nos filmes de Hollywood dos anos 30 a 50, é questionado pelos movimentos feministas dos anos 60 que denunciam as situações de opressão feminina familiar e reclamam a libertação da subjugação aos homens. Quebram-se os tabus sexuais, as relações conjugais estabelecem-se numa base de amor livre. O casamento mantém-se como a instituição predominante, o que se deve, sobretudo, a questões relacionadas com a transmissão do património familiar. O desenvolvimento da pílula, favorece a importância de aspectos ligados à sedução, aos flirts, às relações esporádicas e ao início precoce da vida sexual. À eliminação da dominação física e sexual sobre a mulher¹⁷⁶,

¹⁷⁶ Esta eliminação não é total e ainda hoje, persistem famílias onde se estabelecem relações conjugais características da pré-modernidade. Estudos actuais (Isabel Dias, *Violência na Família – Uma abordagem sociológica*, Porto, Edições Afrontamento, 2004),

segue-se a eliminação de outras formas de dominação, tais como as de direito, as de acesso ao ensino e ao mercado de trabalho. Em todas as sociedades ocidentais, as mulheres começam a votar, escolarizam-se e conseqüentemente entram no mercado de trabalho para profissões qualificadas, anteriormente ocupadas por homens, nomeadamente na carreira diplomática e de magistratura (em Portugal até 1975, estavam impedidas por lei).

As conquistas da modernidade, em termos de igualdade entre homens e mulheres são muitas mas o assunto, não se encontra encerrado. Ao entrarmos no século XXI, as situações de dominação mantêm-se a dois níveis: profissional, económico e conseqüentemente doméstico. Os homens têm duas vezes mais hipóteses que as mulheres, de alcançarem lugares de gestão nas empresas e beneficiam de mais promoções. O trabalho do homem e a educação dos filhos, concorrem para que os diplomas escolares femininos sejam desvalorizados no mercado de trabalho. O poder económico dos homens é superior ao das mulheres, o que se deve ao investimento daqueles a nível profissional e à discriminação real do mercado de trabalho, em termos de rendimentos (por toda a Europa, as mulheres ganham menos do que os homens). A dominação masculina em termos profissionais e económicos, influencia directamente a dominação doméstica e familiar. Os homens não participam de forma igual, nas actividades do foro doméstico, pois a sua disponibilidade é prioritariamente para a profissão. As mulheres, continuam a assegurar o abastecimento alimentar da casa e a decidir as refeições. A resistência masculina e mesmo, em alguns casos, feminina, a uma maior partilha das tarefas domésticas, bloqueia o movimento democrático que permite a escolha livre de ideias, de valores e de vida quotidiana.

É neste contexto, que as relações conjugais se desenvolvem,

mostram que a violência doméstica continua muito presente, na nossa sociedade. A diferença, reside no facto de ser, socialmente criticada e punida por lei.

pautadas desde a modernidade, pelos sentimentos, evoluindo até hoje, nas múltiplas formas de se manifestarem. O amor romântico, dá lugar a um amor racional que varia em função dos interesses individuais e conjugais. O matrimónio, deixa de ser a única via para os casais se relacionarem enquanto tal. As uniões livres, avançam de forma reconhecida ou clandestina, em função das leis de cada país.

Os papéis desempenhados pelas mulheres e pelos homens, nas relações que estabelecem, são fruto da socialização destes nos respectivos géneros. As raparigas, apesar de criticarem as injustiças paternas e as desigualdades, sentem desde cedo, a pressão dos pais para serem disciplinadas e arrumadas. Para os rapazes, o futuro doméstico não pesa e a crítica parental é sobretudo verbal, não tendo implicações práticas. Elas, são socialmente preparadas para viverem a relação de forma mais intensa, em termos afectivos e eles, pensam sobretudo na lógica da conquista.

No início da vida conjugal, as mulheres sentem-se divididas entre a necessidade de uma organização doméstica que funcione e a revolta contra a imposição do papel desempenhado pelas mães, com o qual não se identificam. Enquanto a família não se estabelece, ou seja, enquanto não há filhos, a organização faz-se recorrendo a lavandarias, refeições fora, ou à ajuda parental. Cria-se desta forma a imagem, ou a miragem, pós-moderna da igualdade, em que o casal improvisa e transmite a ideia de que não há qualquer tipo de preconceitos, ou injustiça, na relação conjugal. Depois do nascimento do primeiro filho, a mulher fica vinculada ao seu papel doméstico e resigna-se à sua condição, pois assumir as desigualdades, é assumir o insucesso das negociações conjugais, ou a sua posição de inferioridade, nas mesmas.

3.1. AS RELAÇÕES CONJUGAIS NA PRÉ-MODERNIDADE

Durante a pré-modernidade, as profundas mudanças económicas, as epidemias, a fome e as guerras levam as mulheres, a formas de resistência ou de transgressão que as fazem entrar, de uma forma ou de outra, na cena pública: *as mulheres são, em tempo de crises e de cóleras, activas agitadoras, ao lado dos homens que incitam e arrastam consigo*¹⁷⁷. No entanto, o espaço feminino, é marcado por normas e interditos, que condicionam as mulheres em todos os seus movimentos. A relação conjugal pré-moderna, é de dominação masculina ao nível físico-sexual, psicológico, económico, profissional, de direito e escolar, ou seja, a mulher não existe senão para procriar.

Na formação do casal, a união conjugal começa numa base de dominação física e sexual, sobre a mulher. Durante o século XIX, os primeiros dias da vida de casal, representam uma violência para a mulher, completamente alheia, até ao dia de casamento, do que são relações sexuais e do que é a vida a dois. A noite de núpcias, é uma noite em que as mulheres fogem, ou se submetem aterrorizadas, aos companheiros: *as histórias de noite de núpcias, na sua grande maioria, descrevem a violência e o horror dessa luta [entre marido e mulher] em que o sangrento corpo a corpo se decide com a vitória ignóbil do homem, frequentemente comparado a um animal no cio, a um monstro*¹⁷⁸. O povo, fala naturalmente da brutalidade dos maridos e da perda de virgindade das mulheres, enquanto na classe burguesa, se diz que os homens amam com realismo e se evita falar da sexualidade feminina. Mudar os papéis do homem e da mulher, na relação conjugal da pré-modernidade, é impensável. Por exemplo, inverter a posição

¹⁷⁷ Georges Duby e Michelle Perrot, *História das Mulheres - Do Renascimento à Idade Moderna*, Porto, Edições Afrontamento, 1991, P.17.

¹⁷⁸ Laure Adler, *Segredos de Alcova - História do Casal de 1830 a 1930*, Mem Martins, Terramar, 1990, p.37.

de dominador do homem, provoca a vergonha masculina. É seu dever, dominar a mulher e não ser dominado, por isso a *mulher por cima do homem é uma infâmia, a pior das torpezas, caindo o primeiro na vergonha de se deixar assim submeter pela segunda*¹⁷⁹.

À dominação masculina pela força física, junta-se a dominação psicológica porque ser homem é diferente de ser mulher e nos finais do século XIX, estas diferenças estão bem vincadas. Associadas à mulher, estão a indecisão, a falta de pontualidade, a passividade, a impulsividade, as perturbações psicológicas e a mentira. São características negativas, enunciadas de forma positiva, como por exemplo, esta última: *disse-se que a mulher mente mais do que o homem, porque era o melhor remédio para a sua debilidade frente a este e também porque a emotividade é perigosa para a veracidade. Mas o grau da sua estima pela verdade é superior ao homem*¹⁸⁰. Para os médicos da altura, o feminino, tem a ver com a infância, com o inacabado; o masculino, com a potência, com a conquista. Por isso, a mulher é volúvel, caprichosa, inconstante, instável. E o homem deve, no casamento, canalizar as suas energias instáveis. O carácter masculino, imprime energia e actividade ao corpo, razão ao entendimento. O carácter feminino, dá graça e doçura ao físico e espírito ao moral. Um é activo, o outro passivo e, como diz a autora, *o primeiro comanda e triunfa, o segundo sucumbe e suplica*¹⁸¹. As fórmulas sobre a inferioridade da mulher, em relação ao homem, são numerosas e é em função destas, que se organizam os papéis conjugais. O homem deve trabalhar no exterior e dominar o corpo e a alma da mulher, para a afeiçoar à sua imagem, e a mulher deve consolar o homem dos aborrecimentos e da fadiga do trabalho e ser para ele ao mesmo tempo mãe, irmã e esposa. A finalidade da mulher é amar, a sua natureza é

¹⁷⁹ Idem, p.103.

¹⁸⁰ F. Luque, *Pubertad - La Mujer à los 15 Años*, Madrid, Ediciones Morata, 1942, p.99.

No texto original: "(...) se ha dicho que la mujer miente más que el hombre, porque era el mejor remedio a su debilidad frente a éste y también porque la emotividad es peligrosa para la veracidad. Pero el grado de su estima por la verdad es superior al hombre".

¹⁸¹ Laure Adler, *op. cit.*, p.83.

amar um só, a sua missão é amá-lo sempre. A mulher é, por essência, uma doente, um ser ferido, sujeito ao fluxo menstrual¹⁸². A condição feminina limita-se à sua condição física.

Até ao século XX, as relações conjugais, vazias de sentimentos, raramente acontecem por amor. Para a grande maioria da burguesia, o casamento é a grande operação financeira da vida. Durante o século XVIII, enquanto os homens de ascendência nobre, podem casar com plebeias ricas, o mesmo já não se passa com as mulheres. Para estas, um casamento destes, é uma desonra porque assumem sempre o estatuto social dos maridos¹⁸³. Os homens são nesta altura, mais do que mulherengos, caçadores de dotes, pois o dinheiro é o móbil do casamento. A dominação masculina é económica e de direito, dado que a lei dá ao marido toda a autonomia, e à mulher casada, o estatuto de menor dependente. O casamento implica a comunhão dos bens, mas não a comunhão da sua gestão porque apenas o marido, e só ele, tem o direito de administrar a comunidade dos bens. Ele pode alienar os bens pessoais da sua mulher, ainda que tenha o usufruto das suas propriedades. Nos casamentos sob regime de separação de bens, raros, até meados do século XX, a esposa não pode alienar o seu próprio bem sem o consentimento do marido. Não pode recorrer à justiça sem a sua permissão, mesmo que possua, de raiz, um negócio, e não pode, em caso algum, comprar ou vender sem a sua autorização. A mulher casada, é uma escrava sob o jugo de um marido que pode, legalmente e em total tranquilidade, usar e abusar dela financeiramente.

A importância atribuída ao casamento, varia em função da classe social. Para a burguesia, é uma lei que serve para a reprodução da espécie, um contrato que regulamenta a transmissão de bens e uma instituição que

¹⁸² Laure Adler, op. cit.

¹⁸³ Olwen Hufton, "Mulheres, trabalho e família", in George Duby e Michelle Perrot, *História das Mulheres - Do Renascimento à Idade Moderna, Vol.3*, Porto, Edições Afrontamento, 1994.

assegura o bem comum, pois interessa a todos os homens burgueses. Sendo uma classe privilegiada, a burguesia divulga a política do casamento, como o único meio de regulação da reprodução e discrimina os celibatários e os operários: *o celibatário detém a vontade de fazer vacilar o sistema no seu todo, desflorando as jovens donzelas e destroçando as famílias (...). O segundo [o operário], não quer integrar-se, vivendo das uniões ilimitadas, (...) será confrontado com toda a espécie de medidas que procurarão fixa-lo e em seguida impeli-lo ao casamento*¹⁸⁴. Nas classes populares, as pessoas casam pouco e acabam gradualmente por levar uma vida de concubinação. As mulheres têm de trabalhar para se sustentarem, o que até meados do século XX é mal visto pela sociedade mas vão adquirindo com o seu trabalho, alguma independência. O rendimento das mulheres, quando estas trabalham, fica à guarda dos maridos, dos pais, ou dos patrões, no caso de estarem a morar em casa destes.

Nas cidades, o trabalho feminino, é sobretudo doméstico, e no campo, as tarefas estão associadas à ordenha, ao fabrico do queijo e da manteiga. A maior parte dos trabalhos femininos, situam-se hierarquicamente a um nível inferior em relação aos dos homens, e ao nível profissional, o modelo de dominação masculina mantém-se. Se as jovens pretendem fazer mais do que servir nas cozinhas, para além de saberem cozer, têm de ter alguma instrução, e saber falar convenientemente. Há um aumento da procura de emprego feminino, que está associado a salários baixos e a uma expansão dos ofícios ligados ao vestuário, classificados de trabalho indigente e exercidos em condições muito precárias¹⁸⁵. No campo, se os maridos são agricultores, as mulheres ajudam a tratar do gado, a cuidar da horta, a tratar das abelhas, a coser, a remendar, a fazer conservas. Nas cidades, se os maridos têm uma oficina de impressão, podem ter tarefas relacionadas com a

¹⁸⁴ Laure Adler, *op. cit.*, p.16.

¹⁸⁵ Olwen Hufton, "Mulheres, trabalho e família", in George Duby e Michelle Perrot, *História das Mulheres - Do Renascimento à Idade Moderna, Vol.3*, Porto, Edições Afrontamento, 1994.

escrituração; se os maridos são de classes médias ou altas, têm criados a dirigir, propriedades para governar com a ajuda de feitores e tratam da hospitalidade, em nome dos maridos. No entanto, todo o trabalho feminino, sai do âmbito das actividades produtivas, geradoras de rendimentos. Não é avaliado em termos monetários, é sempre um trabalho complementar aos dos maridos.

Ao casarem, se não abandonam a sua profissão, as mulheres passam a ter em acréscimo, o papel de esposas e mães: *A esposa infecunda é considerada como um ser incompleto que nunca deveria ter usufruído do direito de gozar as alegrias da conjugalidade. O casamento só é verdadeiramente reconhecido quando a esposa tem filhos*¹⁸⁶. O entendimento sobre a relação conjugal varia em função da religião professada. Enquanto que para um marido cristão, o casamento é sinónimo de perpetuação da espécie, sendo seu dever evitar ao máximo o prazer dos sentidos; para um marido pagão, a felicidade está na procura do prazer mútuo.

Durante séculos, os maridos mantêm a sua virilidade, recorrendo a prostitutas que são alvo de constantes agressões sexuais. As mulheres, pouco ou nada têm a dizer e devem aceita-lo, pois é uma forma de evitar o adultério masculino. A partir do século XVI, e devido às doenças como a sífilis, as prostitutas são perseguidas, a prostituição é socialmente e moralmente criticada, passando a ser ocultada. O adultério começa então, a tornar-se mais visível e no início do século XIX, atinge todas as classes da sociedade, provocando ciúmes e dramas passionais. A mulher adúltera arrisca tudo: a vida, os filhos, a honra. O homem, pelo contrário, não tem grande coisa a perder, apenas tem de suportar os desagradáveis reparos da mulher e o sustento de uma ou mais amantes. O adultério tem o seu lugar social, ao lado do casamento, pois *no casamento não se fornicava, praticava-se o*

¹⁸⁶ Laure Adler, *op. cit.*, p.113.

*coito, para procriar. No adultério, fornicar-se por prazer, sem procriar*¹⁸⁷.

A situação precária da mulher, na relação conjugal da pré-modernidade, é apoiada pela lei, que reproduz institucionalmente a dominação masculina de direito, sobre a mulher. Em caso de adultério, os tribunais deliberam sempre a favor do homem: *O adultério da mulher era considerado um delito maior que o do homem. A declarada culpada de adultério era condenada a prisão por um período que podia ir de três meses a dois anos, e só ao marido assistia o direito de suspender o efeito da condenação, caso consentisse em aceitá-la de novo como esposa. A mulher adúltera era punida em todos os casos, mas, para que um homem fosse acusado de adultério, a sua mulher devia provar que ele mantinha uma concubina no domicílio conjugal, sendo esta palavra entendida no sentido mais lato...*¹⁸⁸. Em caso de conflito, o homem é quem manda. A mulher do povo, quando não é desancada, humilhada, injuriada ou lançada pela janela pelo seu companheiro, pode ser, mesmo quando casada, abandonada de um dia para o outro sem um tostão e sem um móvel. O marido é livre de dispor dos móveis da comunidade, a título gratuito, em proveito de qualquer pessoa. Já entre os burgueses, os conflitos não são expostos publicamente, a não ser em casos de homicídio graves que os levam aos tribunais e fazem notícia nos jornais mundanos.

Em finais do século XIX, para a resolução de muitos conflitos, surge a possibilidade do divórcio. Em França, é aprovado em 1884 e vem trazer uma nova moral social ao casamento. A mulher passa a deter tanto poder como o marido, visto que lhe assiste o direito de romper com a união, tal como ao marido. O divórcio é aprovado em três casos: o adultério de um dos esposos, a condenação a pena infamante e os excessos, sevícias e injúrias graves. No entanto, também nestes casos, a lei privilegia claramente os maridos. É considerado de justiça que o marido possa obrigar a mulher a voltar para o

¹⁸⁷ Idem, p.155.

¹⁸⁸ Idem, p.149-150.

domicílio conjugal, apoderar-se dos seus rendimentos e recusar-se a pagar aos seus fornecedores sem que ela possa apresentar queixa contra ele. Um marido tem, por exemplo, direito de recusar à mulher a permissão de andar de bicicleta e a desobediência é uma injúria grave. A dominação masculina é tão clara e assumida que *a falta de reserva da mulher, a sua independência de conduta, o seu desprezo pelas conveniências, constituem injúrias graves que autorizam o marido a pedir divórcio*¹⁸⁹.

Em relação ao acesso ao ensino, o princípio que vale, é o de que a mulher não tem acesso ao conhecimento para si mesma mas para tornar a sua presença agradável aos que a rodeiam. Não é feita para o saber, mas para o prazer e o bem-estar do marido e dos filhos. A sua educação é essencialmente doméstica, feita em casa.

Na Europa, do século XVI ao século XIX, aparecem algumas alternativas como os conventos e os colégios internos, destinados à nobreza e a algumas famílias mais afortunadas. Em casa, as mulheres aprendem com as mães, de geração em geração, a viver e a trabalhar. Nas classes mais altas da sociedade, são chamados mestres para o ensino dos filhos e por vezes, raramente, as filhas vão ouvindo e beneficiando das lições dos irmãos. Com o tempo, as famílias começam a pensar numa educação para as raparigas que se apoia no ensino de tarefas associadas à cozinha, aos cuidados com as crianças mais novas, à manutenção das roupas da casa. No campo, acrescentam-se alguns trabalhos, como por exemplo, o cuidar da criação de animais.

Martine Sonnet, verifica que em Inglaterra é normal pôr os filhos e as filhas, como hóspedes em casas de outras famílias, normalmente de parentes. As raparigas devem aprender a ser virtuosas, a ter boas maneiras e a ser boas donas de casa. Nas famílias mais modestas, as raparigas deixam os seus lares para irem para as cidades, servir de criadas e aprender

¹⁸⁹ Idem, p.223.

a trabalhar. O recurso a internatos, é extremamente oneroso e só algumas famílias têm acesso a eles. Aparecem como fruto da reforma católica que incentiva a instrução feminina. Os mais conhecidos na Europa, a partir do século XVI, são os conventos das salesianas, os das beneditinas e sobretudo o das ursulinas, instalados em Itália e por toda a França. As famílias, recorrem igualmente a internatos laicos, que se debruçam sobre o ensino às raparigas, do saber viver em sociedade e das artes recreativas. Paralelamente, no início do século XIX, aparecem algumas escolas em regime de externato. São escolas a que acedem as filhas de comerciantes e artesãos das cidades.

De forma geral, todos os estabelecimentos de ensino assentam na transmissão da religião católica, dos rudimentos do saber ler, escrever e contar, e do manuseamento do fio e das agulhas. Em Portugal, até finais do século XIX, o normal é não haver qualquer acesso das raparigas ao ensino público. Nas classes burguesas, alta e média alta, a sua educação é efectuada em casa. A família recorre a uma preceptora, na maior parte dos casos de origem inglesa que ensina o inglês e o francês. Dada a dificuldade desta, na língua portuguesa, o ensino do português limita-se a algumas noções de gramática. Para além das línguas, as meninas aprendem a fazer algumas contas, têm noções de história e geografia e é corrente a aprendizagem de um instrumento musical.

Em 1888, é publicada a primeira lei que autoriza o governo a criar um liceu para as mulheres. É Alice Pestana que num documento sobre a educação da mulher, defende os dois primeiros princípios, que estão na base da escolarização feminina. Um, diz respeito à lei humana da igualdade, de origem cristã, o outro, assenta na ideia de que o cérebro feminino é susceptível de um grande desenvolvimento, e que é imprudente não estimar,

não promover e não assegurar o aperfeiçoamento das suas faculdades¹⁹⁰. A escolarização feminina inicia-se de forma muito incipiente e não se destina a toda a população. Serve para instruir a classe média operadora e pensante, deixando à parte as camadas populares que se dedicam a trabalhar a terra e ao trabalho nas indústrias rudimentares da altura, bem como nas artes mecânicas. As estratégias utilizadas pelas mulheres para ultrapassar a sua condição de inferioridade, são diversas. Para a mulher, dizer o que pensa é entrar em dissidência. Para se instruir, deve usar de manha, para falar deve associar-se e lutar contra a troça masculina, para escrever tem de permanecer anónima, e para viver feliz, tem que ler e ter aliadas, para convencer o homem de que é insuportável, quando é grosseiro¹⁹¹.

A justificação para as desigualdades nas relações conjugais, assenta na ideia iluminista, não questionada, de que se se pretende uma união indissolúvel, uma das partes deve ser superior à outra. O casamento não é compatível com uma ideia de democracia entre esposos. Na verdade, o contrato de casamento da altura, é um contrato de submissão voluntária por parte da mulher em relação ao seu senhor. Um contrato que contraria o princípio, do século das luzes, que denuncia as situações de escravatura e afirma que a mesma, não pode ser voluntária¹⁹². Na verdade, é o medo social das consequências da igualdade, que a impede de ganhar forma. Como diz a autora: *A ideia (...) da igualdade dos direitos contém em si uma força que pode fazer explodir o equilíbrio social estabelecido. Que os homens subjugados se tornem iguais não é muito de recear. Mas que fazer das mulheres, se o princípio da igualdade é susceptível de uma aplicação que*

¹⁹⁰ Elzira Machado Rosa, em *Bernardino Machado Alice Pestana e a educação da mulher nos fins do séc. XIX*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros - Edição da Comissão da Condição Feminina, 1989.

¹⁹¹ Arlette Farge e Natalie Zemon Davis, "Introdução", in George Duby e Michelle Perrot, *História das Mulheres - Do Renascimento à Idade Moderna*, Vol.3, Porto, Edições Afrontamento, 1994.

¹⁹² Michèle Crampe-Casnabet, "A mulher no pensamento filosófico do século XVIII", in George Duby e Michelle Perrot, *História das Mulheres - Do Renascimento à Idade Moderna*, Vol.3, Porto, Edições Afrontamento, 1994.

*visa todos os seres humanos? (E os negros, que faremos com eles, se os libertarmos?)*¹⁹³. Durante a Revolução Francesa, permanecem sem direitos de cidadania as mulheres, os servos e os criados¹⁹⁴. A identidade social e no caso das mulheres a identidade biológica, está associada ao domínio familiar até finais do século XIX, avançando até à segunda metade do século XX, em alguns países como Itália, França e Portugal, altura em lhes é concedido o direito ao voto.

3.2. AS RELAÇÕES CONJUGAIS NA MODERNIDADE

A grande diferença entre as relações conjugais da modernidade e as da pré-modernidade, está na introdução da afectividade e na eliminação de algumas formas de dominação masculina, nomeadamente ao nível físico, escolar e no direito. As mudanças nas relações conjugais da modernidade, são protagonizadas pela mulher, já que é o comportamento feminino que durante o século XX, modifica profundamente o modo de vida conjugal.

Ainda que se mantenham os casamentos por conveniência, o princípio subjacente à relação moderna, é o dos sentimentos correspondidos. Teoricamente, é uma ideia que existe desde finais do século XVIII. Rousseau, afirma que a influência das relações naturais é de tal forma mais importante que só ela decide o rumo da vida, e *se há uma tal harmonia de gostos, de humores, de sentimentos, de temperamentos, deveria levar um pai sábio, seja príncipe, seja monarca, a entregar sem hesitações ao seu filho a rapariga com a qual ele teria toda essa harmonia, mesmo que ela tivesse*

¹⁹³ Idem, p. 403.

¹⁹⁴ Raffaella Sarti, *Casa e Família - Habitar, Comer e Vestir na Europa Moderna*, Lisboa, Editorial Estampa, 2001.

*nascido numa família desonrada ou fosse filha do carrasco*¹⁹⁵. Na prática, só na modernidade a sociedade interioriza e luta por princípios como estes. Em França, no ano de 1906, reúne-se uma comissão de reforma de casamento, que sugere a entrada do amor no código como condição de casamento¹⁹⁶. As relações conjugais modernas, trazem sonhos para os jovens casais e criam novos conflitos sociais, sobretudo quando grandes interesses económicos e políticos estão em jogo. O maior exemplo, verifica-se no século XX, com a história apaixonante de Eduardo VII, de Inglaterra que desafia o Governo, com a sua amante Wallis Simpson. Americana, burguesa, divorciada e mulher inteligente, tem tudo o que a aristocracia e o parlamento inglês condenam. Durante os anos 30, o rei Eduardo VII, acaba por não aguentar a pressão e abdica do trono, passando a ser Duque de Windsor e escolhendo ir viver com Wallis para França, com quem casa a 3 de Junho de 1937.

A introdução do amor, ou do afecto na relação conjugal evolui de forma diferente, em duas épocas: antes e depois da Primeira Guerra Mundial. Antes, a relação conjugal é marcada pelo medo de uma gravidez indesejada. É motivo suficiente, para que a Igreja pressione os casais a não terem relações sexuais fora do casamento e se divulguem valores associados à virgindade pré-nupcial. Há outro motivo, para a valorização da família e da reprodução organizada, que tem a ver com as necessidades da guerra. Em França, durante a Guerra de 1914, multiplicam-se as instigações ao repopulamento, dado o grande número de baixas em combate. As autoridades eclesíásticas repetem que a fecundidade é lei, que a família é a base do mundo, e que a mulher só pode ser salva tornando-se mãe. É neste contexto, que a relação conjugal se desenvolve numa primeira fase da modernidade. O casamento mantém-se a principal instituição que regula a relação, no entanto, vai aumentando gradualmente o número de uniões

¹⁹⁵ Rousseau, citado por Jean-Claude Bologne, *História do Casamento no Ocidente*, Lisboa, Temas e Debates, 1999, p.311.

¹⁹⁶ Jean-Claude Bologne, *História do Casamento no Ocidente*, Lisboa, Temas e Debates, 1999.

livres, principalmente nas cidades, onde a pressão da Igreja se faz sentir menos. Para este aumento, contribui a decisão do Estado francês, durante a Primeira Guerra, em apoiar os soldados em combate, reconhecendo às namoradas, amantes, ou filhos, os mesmos benefícios em termos de pensões que as mulheres casadas têm.

Durante o século XIX e inícios do século XX, as uniões de facto, devem-se sobretudo à precariedade das condições de vida. A emigração dos campos para a cidade, cresce fortemente e às mulheres que vêm do campo, é negada casa, se forem viver sozinhas. Os senhorios dizem-lhes para irem viver com parentes, pois uma mulher na cidade, tem de ter alguém que a proteja. A condição feminina continua associada à fraqueza, à debilidade e à inferioridade, durante a primeira fase da modernidade. Sem grandes alternativas, as mulheres operárias quando chegam às cidades, optam por viver com um homem. As uniões de facto entre operários, proliferam, tendo como base, segundo Jean-Claude Bologne¹⁹⁷, falsos casais. Tal situação, deve-se igualmente, aos fáceis encontros que as oficinas proporcionam, aos custos elevados do casamento e à instabilidade das situações pessoais e profissionais. A estas uniões, por vezes seguem-se os filhos, facilmente aceites e, por vezes, o casamento.

Depois da Primeira Grande Guerra, com o reconhecimento da relação conjugal fora do casamento e com os progressos na contraceção, abre-se o caminho a novas formas de união. Há dois fenómenos sociais da modernidade, que transformam radicalmente a relação conjugal e que decorrem do uso de contraceptivos: a desculpabilização da sexualidade e a emancipação da mulher¹⁹⁸. A partir dos anos 20, as raparigas emancipam-se da tutela familiar, pelos estudos e pelo trabalho. Sobretudo nas cidades, e nas camadas mais altas da sociedade, as mulheres acamaradam, ou têm flirts, lêem romances que falam de amor e devoram tratados que falem de

¹⁹⁷ Op. cit.

¹⁹⁸ Jean-Claude Bologne, op. cit.

sexualidade. Já não chegam incultas, trémulas, aterrorizadas, à noite de núpcias. Algumas tentam mesmo escolher e seduzir deliberadamente o futuro marido. A jovem tímida e passiva cede lugar à jovem aventureira, senhora do seu destino. Deixa de haver, como princípio da relação conjugal, a dominação pela força. Critica-se fortemente o prazer que os homens retiram da virgindade das mulheres. Por esta altura, entende-se que *ser o primeiro possessor de uma mulher e julgar impor a sua marca através de um sofrimento que nenhum outro poderá alguma vez vir a causar, releva da bestialidade e da perversão*¹⁹⁹.

As raparigas sabem então o que as espera e, se muitas há que tentam resignar-se ou adaptar-se, outras anseiam pela revolta, numa altura em que a *garçonne* representa, para toda uma geração de raparigas, o desejo de acabar de uma vez por todas com a servil subjugação aos futuros maridos. A perda do valor simbólico ligado à virgindade feminina faz-se acompanhar de uma crítica dos valores sexuais masculinos. Uma sexualidade considerada violenta, que se define pela tomada brutal, o prazer imediato, egoísta, e a total ausência de respeito pelo outro. Laure Adler, descreve a mudança, nos seguintes termos: *A revolução fermenta entre as raparigas. As ideias de castidade e de pureza são examinadas, criticadas mesmo. É o que se designará por krach do pudor, cujas heroínas, imortalizadas desde 1894 por Marcel Prévost, são as semivirgens*²⁰⁰.

É possível estabelecer dois períodos de existência da conjugal moderna: até aos anos 60 e depois dos anos 60. O primeiro apoia-se na solidificação dos sentimentos que recentemente chegam ao casal e influenciam o fim da dominação física, com base no respeito mútuo. O segundo, apoia-se na crítica a todas as restantes formas de dominação a que a mulher é sujeita na relação conjugal, fruto de uma crítica mais alargada, às instituições e valores sociais da altura, promotores de desigualdades e

¹⁹⁹ Laure Adler, *op. cit.*, p.70.

²⁰⁰ *Op. cit.*, p. 25.

inibidores da liberdade. Em 1930, o Dr. Van de Velde²⁰¹ num estudo sobre o casamento perfeito, defende que para dar livre curso ao amor, com uma segurança relativa, a mulher só o pode fazer dentro do casamento. No entanto, reconhece que o maior inimigo desta instituição é o aborrecimento, sobretudo para a mulher, que ainda se encontra totalmente voltada para a família, sem qualquer outra actividade. O homem por seu lado, com a actividade profissional, não se aborrece tanto. Este autor, estabelece quatro pilares, para o sucesso da relação conjugal moderna: *a escolha judiciousa do cônjuge ; uma boa orientação psicológica dos esposos em geral e uma acomodação dos cônjuges em particular, uma solução da questão das crianças que responda aos desejos dos dois; uma vida sexual harmoniosa e florescente*²⁰².

Durante a primeira metade do século XX, a relação conjugal, caracteriza-se pelo amor e o pelo respeito entre cônjuges, incentivando-se a harmonia e a paz familiar. O ideal de amor na relação conjugal, é o amor das costureirinhas, das fotonovelas, da literatura de cordel²⁰³, que caracteriza sobretudo o período entre as duas Guerras e posterior à Segunda Guerra Mundial. Por esta altura, homens e mulheres, identificam-se com as estrelas de cinema, de televisão e das revistas femininas. Os homens escolhem o estilo da virilidade machista de Marlon Brando, John Wayne e Gary Cooper, ou então o estilo de romantismo de Montgomery Clift e Gérard Philipe, ou ainda o estilo galã de Alain Delon. Por seu lado, as mulheres, têm como modelo a mulher fatal personificada pela Ava Gardner e Rita Hayworth, ou a mulher criança representada por Brigitte Bardot e Marilyn Monroe. Podem

²⁰¹ Dr. Th. H. Van de Velde, *Le Mariage Parfait - Étude sur sa physiologie et sa technique*, Horw-Lucerne (Suisse), Éditions Montana, 1930.

²⁰² Idem, p.4.

No texto original: *“le choix judicieux du conjoint; une bonne orientation psychologique des époux en général et une accomodation des conjoints en particulier; une solution de la question des enfants répondant aux désirs des deux conjoints; une vie sexuelle harmonieuse et florissante »*.

²⁰³ Jean-Claude Bologne, *História do Casamento no Ocidente*, Lisboa, Temas e Debates, 1999, p.335.

ainda escolher entre a distinção de Grace Kelly, a ingenuidade de Audrey Hepburn, as bem nutridas Gina Lollobrigida e Anita Ekberg e a sentimental Romy Schneider. Estes são os nomes que povoam os sonhos da sociedade ocidental dos anos 50 e 60²⁰⁴.

O modelo da mãe-esposa-sem-profissão triunfa e ao mesmo tempo, democratiza-se. A preocupação demográfica dos Estados, o discurso médico sobre a educação dos filhos, o discurso psicológico sobre as relações mãe-filho, pressionam a mulher no sentido de se restringir a funções domésticas e familiares. O conceito de amor romântico, contribui para esta situação. Os ideais de amor romântico têm um impacto sobre a situação das mulheres, pois estes contribuem para a situar no “seu lugar”, a casa²⁰⁵. Em França, o regime de Vichy, tal como o de Franco em Espanha e até mais tarde, o de Salazar em Portugal, enquadram-se num tipo de regime “nacional-católico”, que designa o Estado de pai protector, das mulheres e ao mesmo tempo, coercivo. Trata-se de uma *Europa que exprime vontade de “nacionalizar” as mulheres e de resistir, com os seus próprios modelos de feminilidade, tanto ao comunismo como à americanização*²⁰⁶.

A literatura da primeira metade do século XX, dá-nos conta de alguns problemas, a que a relação conjugal está sujeita. Georges de Porto-Riche, retrata a insegurança do amor, através do discurso de uma mulher, que fala do marido, a um amigo: *Não sou como as outras mulheres, eu. Não espero nada dos meus direitos mas tudo do seu carinho. Ele é livre, eu não sou, reconheço. O que é que isso interessa! Desde que ele não me deixe*²⁰⁷. No

²⁰⁴ Fabienne Casta-Rosaz, *História do Flirt*, Lisboa, Temas e Debates, 2002.

²⁰⁵ Anthony Giddens, *Transformações da Intimidade – Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*, Oeiras, Celta, 2001 (1ª ed. 1995).

²⁰⁶ Françoise Thébaud, “Introdução”, in Duby et al, *História das Mulheres - O Século XX*, Porto, Edições Afrontamento, 1995, Vol.5, p.21.

²⁰⁷ Georges de Porto-Riche, *Anatomie Sentimental*, Paris, Société d'Éditions Littéraires & Artistiques, 1920, p.33.

No texto original : « Je ne suis pas comme les autres femmes, moi. Je n'attends rien de mes droits, mais tout de sa tendresse. Il est libre, je ne le suis pas, j'en conviens. Qu'importe! Parvue qu'il me garde”.

que diz respeito ao homem, Francis Bacon denuncia o aborrecimento e o peso das responsabilidades que o casamento envolve: *No dia seguinte ao do seu casamento, o homem envelhece sete anos*²⁰⁸.

A pressão da Igreja, faz-se sentir em toda a sociedade, com princípios conservadores em termos de relações entre sexos. É inflexível em questões como a contraceção, o casamento dos padres, ou a ordenação de mulheres. Mantém-se uma situação de dominação masculina sobre a mulher, quer em termos psicológicos, quer em termos económicos e de lei. A mulher deve ser submissa ao seu marido e deve procurar a protecção masculina. O casamento deve fazer-lhe feliz e o seu marido deve ouvi-la e respeitá-la. Apesar de entrar para o mercado de trabalho, emancipando-se economicamente, a mulher nunca deve colocar a sua profissão, à frente dos interesses familiares, ao contrário dos homens, a quem continua a atribuir-se o ganha-pão das famílias. Efectivamente, mesmo quando a mulher tem uma actividade profissional, raramente o seu vencimento é igual ou superior ao do marido. As mulheres só trabalham, se os maridos as autorizarem, o que cria muitos recalcamientos, como é o caso de uma professora impedida de leccionar pelo marido, durante os anos 50, que não expõe o desgosto causado por esta repressão²⁰⁹.

Autores como Joseph Peck²¹⁰, durante os anos 50, defendem que não é mau uma mulher trabalhar, desde que a sua ocupação esteja de acordo com a sua condição feminina. Ou seja, para o autor há profissões para homens e profissões para mulheres. Aceita a participação do homem em tarefas domésticas, quando a mulher trabalha, mas não em todas: *ele não*

²⁰⁸ Bacon, citado por Joseph H. Peck, *L' Aventure des Âges - l' amour, le mariage, les hommes*, Paris, Hachette, 1959, p.70.

No texto original : « Le lendemain de son mariage, l' homme se sent vieillir de sept ans ».

²⁰⁹ Relato de João Mohana, médico, in João Mohana, *Ajustamento Conjugal*, Lisboa, Edição Livros do Brasil, 1950.

²¹⁰ Joseph H. Peck, *L' Aventure des Âges - l' amour, le mariage, les hommes*, Paris, Hachette, 1959.

No texto original : « il ne doit faire la cuisine ou laver la vaisselle (...) il ne peut, sans perdre la face, faire les lits ni laver par terre ».

*deve cozinhar ou lavar a louça (...) ele não pode, sem perder a dignidade, nem fazer as camas nem lavar o chão*²¹¹. São aceitáveis tarefas como levar o lixo ao contentor, ou esvaziar os cinzeiros que usa. No que diz respeito às proibições e aos deveres, Peck é cauteloso, pois tem consciência do contexto de mudança em que vive. Limita-se a dar técnicas aos homens, para que estes possam evitar trabalhos domésticos. Basta mostrarem-se desastrados naquilo que lhes é pedido, partir uns pratos do serviço preferido da mulher; ou queimar uns ovos estrelados, ou colar um papel de parede todo torto. No que diz respeito aos filhos, para não perder o prestígio de chefe de família, o homem nunca deve levantar-se de noite para preparar biberões. A dominação masculina ao nível da vida conjugal, é subtilmente consentida, pela literatura da época mas, na prática, começa a falhar. O autor vai alertando os homens para o facto de que mesmo que desejem um assado para o almoço, podem ter de comer enlatados.

A actividade profissional feminina, aumenta gradualmente, nestas condições e uma das definições de uma segunda fase da modernidade, é a da mulher dona-de-casa e profissional, rainha do lar e consumidora prudente. Entre 1904 e 1946, as mulheres francesas constituem 36,6% a 37,9% da população activa e as inglesas 28,5%²¹². Em 1944, as alemãs representam 53% desta população, o que se compreende pela obrigatoriedade, a partir de 1939, do trabalho feminino durante a guerra (à excepção de grávidas e mães jovens)²¹³. Em 1975, só no assalariado, as mulheres do norte, representam 85% dos trabalhadores e no sul, 65%²¹⁴. Verifica-se por toda a Europa, uma crescente actividade profissional feminina. A situação muda para a mulher em termos profissionais, mas mantém-se em termos domésticos. Em 1975,

²¹¹ Idem, p.86.

²¹² Anne-Marie Sohn, "Entre duas guerras", in Duby et al, *História das Mulheres - O Século XX*, Porto, Edições Afrontamento, 1995, Vol.5, p.119.

²¹³ Gisela Bock, "A política sexual nacional-socialista e a história das mulheres", in Duby et al, *História das Mulheres - O Século XX*, Porto, Edições Afrontamento, 1995, Vol.5, pp.195 e 203.

²¹⁴ Rose-Marie Lagrave, "Uma emancipação sob tutela", in Duby et al, *História das Mulheres - O Século XX*, Porto, Edições Afrontamento, 1995, Vol.5, p.520.

efectua três vezes mais trabalho doméstico que os homens²¹⁵, acumula um trabalho mercantil e um não mercantil, enquanto que os homens são especializados no trabalho profissional.

Com a independência que a actividade profissional permite, a mulher é livre de decidir o rumo da relação conjugal e pode exigir mais dela. A partir do anos sessenta, as mulheres exigem aos homens, sejam eles maridos ou amantes, mais atenção e delicadeza, tanto de dia como de noite. Esperam que os homens prolonguem até à alcova os jogos e as subtilezas da sedução, ou seja que sejam peritos no flirt²¹⁶. A França é, por excelência, o país onde as mudanças na relação conjugal, se verificam mais rapidamente. O período da ocupação por estrangeiros, marca profundamente a sociedade do pós-guerra. Pétain e todas as ideias a ele associados, como é o caso do lema de Vichy "trabalho, pátria, família", são fortemente criticados. Facilmente a liberdade reconquistada após a guerra, se transforma na liberdade sexual e de expressão e encontra eco, após o surto de casamentos que se segue a todas as guerras. Na segunda metade do século XX, estamos perante uma nova fase da modernidade, em que as relações conjugais, se desenvolvem cada vez mais, fora do casamento. As uniões de facto deixam de ser uma consequência das condições sociais de vida e passam a ser um princípio, um ideal de luta. A relação conjugal, apoia-se no amor livre, e as uniões de facto, passam a ser um símbolo de liberdade. Em França, tornam-se numa das reivindicações feministas, sob o slogan "a mulher livre na união livre".

A voz principal da luta feminista dos anos sessenta, é Simone de Beauvoir, que em 1949, denuncia a situação de opressão e de dominação masculina sobre a mulher na sociedade e especificamente no casamento a que de forma coerente, toda a vida renuncia: *A mulher sustentada – esposa ou cortesã – não se liberta do homem por não ter na mão uma cédula de voto; se os costumes lhe impõem menos obrigações do que outrora, as*

²¹⁵ Idem.

²¹⁶ Fabienne Casta-Rosaz, *História do Flirt*, Lisboa, Temas e Debates, 2002.

*licenças negativas não lhe modificaram a situação; ela continua adstrita à sua condição de vassala. (...) este mundo, que sempre pertenceu aos homens, ainda conserva a forma que eles lhe imprimiram*²¹⁷. Se por um lado, o trabalho profissional liberta a mulher, através da autonomia económica, por outro lado, para muitas trabalhadoras fabris, por exemplo, trabalhar é pior do que ficar em casa, porque a independência económica é conseguida no meio de uma classe economicamente oprimida. A vontade das mulheres se libertarem da dominação masculina, herdada da pré-modernidade, mantida dentro casamento, levam à rejeição da institucionalização da relação. Sem dúvida que muito contribuem, até ao aparecimento da SIDA, a descoberta e uso generalizado da penicilina, para o tratamento de doenças sexuais, e os avanços na contraceção. As primeiras uniões livres, são sobretudo uma opção das camadas mais jovens da população. Podem seguir-se de uma legalização da situação, através do casamento, quando o casal pensa em ter filhos, o que acontece mais tardiamente, do que na primeira fase da relação conjugal moderna.

A relação conjugal que se desenvolve durante estas uniões livres, tem como objectivo a experiência de vários parceiros, até se escolher aquele com quem se partilha a vida e se pensa e descendência. Avança a idade para o primeiro filho e a idade para o casamento. Bologne²¹⁸, resume de forma clara a situação, em França: *Fundamentalmente diferente do "concubinato operário" do século XIX, regressou em força, nos anos 70, pelo topo da escala social. Fenómeno urbano mais que rural, a união livre tenta mais os professores, os magistrados e os quadros médios ou superiores. Nos jovens, a libertação sexual, que implica exigências mais precoces, juntamente com o prolongamento dos estudos que adia a sua realização, favorecem uma vida em comum que pode ou não desembocar em casamento. A elevação do nível de vida nos anos 1970-1975 deu a estes jovens uma independência*

²¹⁷ Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo*, Amadora, Bertrand, 1976, pp.511 e 512.

²¹⁸ Jean-Claude Bologne, *op. cit.*, p.368.

cada vez mais precoce. Quer estudem, quer trabalhem ou estejam mesmo desempregados, nas grandes cidades os jovens têm muitas vezes o seu apartamento independente. De 1968 a 1990, as uniões livres recenseadas conhecem um salto, sem precedente, passando de uma em trinta e cinco, para uma em oito casais. Por sua vez, a partir de 1972, o número de casamentos recua regularmente de dois a três por cento, em cada ano.

A relação conjugal, é ditada pela queda dos tabus à volta da sexualidade e pelo flirt. O prazer, já não é arrancado mas sim partilhado. Em França, o Maio de 68, é sem dúvida a expressão de todos os recalcamientos e desilusões, face à sociedade e às instituições da altura. Os jovens têm uma única vontade, a de cortar com a geração passada e com tudo o que a ela está associado. Com eles, surge uma nova relação conjugal, pautada pela reconquista do corpo, da liberdade de movimentos e sentimentos. Durante a primeira metade do século XX, ainda persiste fortemente, o tabu da virgindade e das gravidezes não desejadas. Só nos anos 50, quando a pílula é aperfeiçoada pelo Dr. Gregory Pincus e nos anos 60, quando é defendida politicamente pelo deputado francês Lucien Neuwirth e legalizada (em 1967), a mulher passa a ter a liberdade de escolha de engravidar ou não. O imperativo da virgindade das jovens e da fidelidade das mulheres, deixa de ser justificado pelo problema da filiação e do património. O risco de uma gravidez não desejada, da entrada na família de uma criança bastarda, que faz tremer as gerações anteriores, deixa de existir. A libertação dos costumes acelera, as mulheres pertencentes ao Mouvement de Libération des Femmes (MLF), descem às ruas e fazem manifestações. Exigem ser tratadas em pé de igualdade com os homens mas também serem respeitadas nas suas diferenças. A sexualidade deixa de ser um assunto da Igreja, da sociedade ou da família e passa a ser uma questão pessoal.

As leis seguem o movimento social e são trabalhadas de forma a diminuírem as desigualdades entre homens e mulheres, e consequentemente, a dominação masculina. No final dos anos sessenta, os

franceses acabam com o poder marital. Durante os anos setenta, concedem direitos e obrigações iguais a casais que vivam casados, ou em união de facto. Os filhos são reconhecidos, qualquer que seja o tipo de relação vivida pelos pais. A mulher pode ter um domicílio diferente do marido e manter-se casada (desde 1804 que a lei francesa afirmava que a mulher casada não tinha qualquer outro domicílio que não fosse o do marido). O aborto é legalizado e o adultério descriminalizado. O divórcio por mútuo consentimento, é aprovado em 1975, em França. No mesmo ano, é igualmente aprovado em Portugal, com a publicação do Decreto-Lei nº 261/75.

Em algumas matérias o nosso país é precoce, o que se deve à proclamação da República. Em 1910, a mulher deixa de dever obediência ao marido, o crime de adultério passa a ter o mesmo tratamento quer seja cometido por homens ou mulheres, o divórcio é admitido pela primeira vez. No ano seguinte, as mulheres adquirem o direito de trabalharem na Função Pública. Em 1913, concede-se o direito de voto apenas aos homens, desde que estes saibam ler e escrever. Em 1920, as mulheres são autorizadas a frequentar os liceus masculinos e em 1926, a dar aulas neles. No entanto, a instauração do Estado Novo, de cariz autoritário, apesar de alguns avanços em termos de acessos ao ensino, traz recuos nas mudanças anteriormente estabelecidas. No art.5º, da sua Constituição, estabelece uma igualdade parcial, dos homens e mulheres perante a lei. Aqueles votam se souberem ler e escrever mas estas, têm de ter cursos superiores ou secundários. Com a celebração da concordata entre Portugal e a Santa Sé, em 1940, o divórcio é proibido para os casamentos católicos. Em 1967, entra em vigor o novo Código Civil, revogado apenas em 1978, que legaliza a dominação masculina da relação conjugal, atribuindo aos maridos a função de chefes de família, e competência de todas as decisões relativas à vida em comum e aos filhos. Os chefes de família são, a partir de 1968, os únicos a poderem votar para as juntas de freguesia.

É a partir de 1975, com a instauração da Democracia, que Portugal entra na segunda fase da modernidade. Todos os portugueses podem votar, sem as restrições anteriores, as mulheres podem candidatar-se em igualdade com os homens, a cargos da administração local, da carreira diplomática e da magistratura. O divórcio passa a ser possível para os casamentos católicos. Em 1976, os maridos deixam de ter o direito de abrir a correspondência das suas mulheres e em 1978, o governo doméstico deixa de pertencer, à mulher e deixa de haver poder marital: na relação conjugal, ambos dirigem a vida comum e cada qual, a sua. A mulher deixa de precisar da autorização do marido para ser comerciante, ou ter qualquer outra profissão. Só vinte anos depois, se altera o Código Penal, de forma a permitir ao Ministério Público o início a procedimentos motivados por crimes de maus tratos conjugais, de que sobretudo as mulheres são alvo.

A modernidade é o tempo de mudança na relação conjugal, apoiada por novas leis que definem um tratamento igual e iguais oportunidades para os homens e as mulheres. A última revisão da Constituição da República Portuguesa, em 1997, acrescenta ao art.9º, entre outras, a alínea h) que estabelece como tarefa fundamental do Estado *promover a igualdade entre homens e mulheres* e altera por exemplo, a alínea b) do art.67º, tendo este que *garantir o acesso* das famílias a uma rede de creches e outros equipamentos de apoio familiar. Altera igualmente, a alínea b), do art.59º, que passa a considerar como trabalho digno aquele que permite a conciliação entre a actividade profissional e a vida familiar. Introduce o número 4, no art.68º que atribui às mães e aos pais *direitos de dispensa de trabalho por período adequado, de acordo com os interesses da criança e as necessidades do agregado familiar*. Em 1999, é publicada a Lei que regula as uniões de facto (consideradas como tal, desde que existentes há pelo menos dois anos), estabelecendo uma equiparação aos casais legalmente registados, ao nível do regime jurídico de férias, feriados e faltas, da aplicação do IRS, da possibilidade de adopção, do benefício de prestações

da segurança social, no caso de morte do ou da companheira²¹⁹.

As mudanças ocorridas durante o século XX, na relação conjugal, levam à eliminação da dominação masculina em termos físicos, legais e também escolares. Em todos os países da Europa, o número de raparigas escolarizadas progride muito rapidamente, o que altera o relacionamento entre sexos: os jovens passam a conviver desde cedo, com a abertura de escolas mistas e os namoros, deixam de ser vigiados pelos pais. Pelos números referidos por Rose-Marie Lagrave, na Noruega, em 1970, no ensino secundário há 58,7% de rapazes e 58,2% de raparigas; em França, elas ultrapassam-nos, representando 49%, enquanto que eles representam 42,1%, dos estudantes. A democratização do ensino leva a uma presença feminina cada vez maior, ainda que inferior à dos homens, no ensino superior. O acesso ao ensino superior revela-se de extrema importância para as mulheres, pois dele depende o acesso a uma actividade profissional. Na Áustria, por exemplo, a taxa de actividade passa de 48,3% para as mulheres com a instrução primária, para 74,9%, para as que têm o ensino superior. Na Suécia, passa de 58,6% para 86,7% e em França, de 28,6% para 69,3%, respectivamente²²⁰. A taxa de actividade das mulheres, varia desta forma, com o nível de instrução, sendo tanto mais elevada, quanto mais elevado é esse nível. Em Portugal, no ano lectivo de 1960-1961, 534 mulheres concluem o ensino superior público e privado (um quarto das conclusões). Trinta anos depois, este número aumenta para 9218, dezassete vezes mais, representando mais de metade do total das conclusões²²¹.

²¹⁹ As citações, estão incluídas em partes da Constituição, publicada na edição da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, *Portugal 2001 - Situação das Mulheres*, Lisboa, CIDM, 2001, pp.50, 52, 54 e 55.

Foram também retiradas desta edição as referências às alterações legais, desde o início do século, até ao ano 2000, em Portugal, anteriormente referidas.

²²⁰ Rose-Marie Lagrave, op. cit, p.525.

²²¹ António Barreto (org.), *A Situação Social em Portugal – 1960-1995*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1996.

Quadro4 - Taxa de actividade feminina, nos anos 70, em função da instrução.

	Instrução Primária	Instrução Superior
Áustria	43,3%	74,9%
Suécia	58,6%	86,7%
França	28,6%	69,3%

Fonte: George Duby, *História de Mulheres*.

Para as mulheres, adquirir um grau académico continua a ser, nos dias de hoje, sinónimo de libertação da condição doméstica, para o exercício de uma profissão. As mulheres que maior capital escolar detém, são as que diminuem o número de tarefas domésticas e familiares desempenhadas, as que afirmam haver maior participação masculina nestas tarefas e as que encaram as desigualdades existentes, como situações de injustiça²²².

3.3. AS RELAÇÕES CONJUGAIS NA PÓS-MODERNIDADE

As relações conjugais da pós-modernidade, são o fruto da história de dominação masculina pré-moderna e moderna, das incertezas que caracterizam o contexto familiar e profissional pós-moderno e da sobrevalorização do indivíduo face ao colectivo. As sociedades ocidentais, cada uma a seu ritmo, chegam ao final do século XX, integradas num mesmo processo de globalização e numa igual procura de melhores condições de vida que passam por questões ambientais, de justiça e de igualdade para todos, o que inclui iguais direitos para homens e mulheres, assim como para as diferentes raças, etnias, culturas e faixas etárias da população.

Na relação conjugal pós-moderna, a questão da dominação mantém-se ao nível doméstico, ainda que com menor visibilidade, consequência do poder masculino ao nível profissional, económico e político. Há uma estreita

²²² Anália Cardoso Torres (cord.), *Homens e Mulheres entre Família e Trabalho*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Segurança Social e do Trabalho – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, 2004.

dependência entre as opções profissionais das mulheres e os encargos domésticos que lhes são atribuídos. A atribuição do doméstico à mulher, faz funcionar a vida conjugal e está integrada na lógica da empresa. Os dados do Eurostat, mostram que os homens têm duas vezes mais hipóteses do que as mulheres, de alcançarem lugares de gestão nas empresas²²³. Beneficiam de mais promoções do que as mulheres, o que não se deve apenas às limitações da maternidade e às indisponibilidades temporárias por causa dos filhos. Para o efeito, contribuem as medidas a favor das mães que levam as mulheres a investir mais na família, mantendo lugares subalternos e os homens a investir na profissão, apoiados pela organização doméstica garantida pelas suas companheiras.

Em Portugal, os homens a ocupam quase o dobro dos lugares de supervisão²²⁴. O trabalho a tempo parcial, ou reduzido é a solução encontrada não pelos pais mas sim pelas mães de família que podem conciliar a vida profissional e a vida familiar sem terem de implicar os maridos nesta. Isto porque actualmente, a dona de casa faz parte de um modelo desvalorizado socialmente²²⁵. As mulheres que optam por não trabalhar, justificam a sua escolha pelo excesso de trabalho familiar. Na União Europeia, 17,6% de mulheres activas, deixam de trabalhar por causa de responsabilidades familiares²²⁶. Um dos motivos pelo qual o modelo da dona de casa é desvalorizado, deve-se ao facto do trabalho doméstico não ter uma equivalência em dinheiro. *É como se esse tempo sem valor mercantil fosse sem importância e pudesse ser dado sem contrapartida, e sem limites, em primeiro lugar aos membros da família, e sobretudo aos filhos (...), mas também no exterior, para tarefas benévolas, na Igreja, em instituições de*

²²³ Comissão Europeia, "La vie des femmes et des hommes en Europe", in *Communiqués de presse*, 8 de Outubro de 2002, in <<http://europa.eu.int/comm/eurostat/>>

²²⁴ Anália Cardoso Torres, op. cit., p.80.

²²⁵ François de Singly, op.cit., pp.54-64.

²²⁶ Comissão Europeia, "La réserve de main-oeuvre en Europe au printemps 2001", in *Communiqués de presse*, 15 de Julho de 2003, in <<http://europa.eu.int/comm/eurostat/>>

*caridade ou, cada vez mais, em associações ou partidos*²²⁷.

Se as mulheres estão no mercado de trabalho e deixam as posições subalternas para outras de nível intermédio, é graças ao progressivo capital escolar que adquirem. Em todos os países da União Europeia, por exemplo, a taxa de inscrições das mulheres no ensino superior, é sempre superior à dos homens²²⁸. Um bom diploma interfere na relação conjugal, antes do início desta, pois convida as mulheres, contrariamente aos homens, a permanecerem solteiras. O celibato específico das mulheres diplomadas resulta de um processo complexo, onde se encontra uma recusa da vida familiar e uma situação de exclusão do mercado matrimonial, que favorecem a escolha da união livre.

Para além da dominação masculina profissional, há que salientar o poder económico do homem, consequência do seu investimento na profissão e da discriminação real do mercado de trabalho, em termos de rendimentos. Em Portugal, é notória a diferença de rendimentos entre homens e mulheres, com o mesmo capital escolar. Anália Torres²²⁹, observa que apesar das diferenças serem fortes ao nível do ensino secundário (45,1% das mulheres, não ultrapassa os 375€ por mês), as mais chocantes, verificam-se no ensino básico, com os homens a auferirem entre 376€ e 750€, enquanto que as mulheres em 68,4% dos casos, não chegam aos 375€ mensais. Na verdade, só no ensino superior, as diferenças se esbatem e por isso, este adquire uma importância vital para aquelas. A dominação económica determina, disfarçadamente, o poder de decisão em muitas questões do foro doméstico e familiar, nomeadamente na possibilidade do homem dizer não à reorganização das tarefas do lar. Por toda a Europa, as mulheres auferem remunerações inferiores às dos homens. As diferenças mais marcantes encontram-se em Portugal, onde o salário das mulheres representa apenas

²²⁷ Pierre Bourdieu, *A Dominação Masculina*, Oeiras, Celta Editora, 1999, p.85.

²²⁸ Comissão Europeia, "La vie des femmes et des hommes en Europe", in *Communiqués de presse*, 8 de Outubro de 2002, in <<http://europa.eu.int/comm/eurostat/>>

²²⁹ Anália Cardoso Torres, op. cit.

71,7% dos homens, situação que contrasta com a das alemãs cujo valor é de 89,9% (este valor baixa para 76,9% se for incluída a parte Oriental da cidade de Berlim), ou com o das suecas (87%)²³⁰. Estas diferenças, poderão estar associadas à forte presença das mulheres em trabalhos desqualificados e mal pagos. O estudo de Anália Torres, é elucidativo a este nível: metade (49,9%) das inquiridas recebe menos que 375€, enquanto que os homens recebem em grande parte (45,9%), entre 375€ e 750€²³¹. O salário feminino adquire a especificidade de ser, em última análise, opcional.

Ressalve-se que as diferenças de salários na União Europeia, são menos visíveis no sector público, onde o salário feminino representa em média 87%, do salário masculino, com dois países, a contrariarem esta realidade. É em Portugal e na Itália, que as mulheres têm mais vantagens em trabalhar no sector público, visto que os seus salários representam respectivamente 108% e 101% do salário dos homens²³². Os Estados português e italiano afirmam-se aqui, como os grandes promotores da igualdade salarial.

Para completar o círculo de dominação masculina, há que somar a dominação masculina doméstica e familiar. Ao contrário do que dá a entender a sociologia dos anos 70, a progressiva entrada das mulheres no mercado de trabalho, não é acompanhada de forma idêntica ao aumento de participação dos homens nas tarefas domésticas²³³. Verifica-se que as mulheres asseguram a maioria das tarefas relacionadas com a casa, tanto na alimentação, na limpeza da casa, como nos cuidados e na socialização da criança na primeira e segunda infância, bem como nos domínios escolares e nas actividades extra escolares. Existem tarefas tabu, que não parecem ser

²³⁰ Comissão Europeia, "Les femmes ont un long chemin à parcourir", in *Communiqués de presse*, 8 de Junho de 1999, in <<http://europa.eu.int/comm/eurostat/Public/datashop>>

²³¹ Anália Cardoso Torres, op. cit.

²³² Comissão Europeia, "La vie des femmes et des hommes en Europe", in *Communiqués de presse*, 8 de Outubro de 2002, dados recolhidos na página da internet da Comunidade Europeia: <<http://europa.eu.int/comm/eurostat/>>.

²³³ Martine Segalen, *Sociologia da Família*, Lisboa, Terramar, 1999.

negociáveis, como é o caso das que estão relacionadas com a cozinha: *não só as mulheres são praticamente as únicas a assumir a cozinha do quotidiano (o homem só arregaaça as mangas nas ocasiões mais festivas) mas também reivindicam para si essa tarefa, incorporando assim expectativas presumidas do seu papel*²³⁴.

Há muitas mulheres que não cedem os domínios tradicionalmente seus, no entanto, há outras que de boa vontade os partilhariam mas não conseguem pois esbarram com a resistência masculina. Sem o consentimento dos homens, não há mudança, pois as mulheres estão cansadas de negociações estéreis que resultam em desentendimentos conjugais. Os avanços na contracepção tiveram consequências directas na fecundidade, na taxa de divorcialidade, e consequentemente na expansão do trabalho profissional feminino. No entanto, não têm qualquer efeito na reorganização dos papéis, no seio na unidade conjugal. Mesmo nos jovens coabitantes, a divisão dos domínios de poder, permanece de *pedra e cal*²³⁵. As decisões são tomadas colectivamente e de forma igualitária, na maior parte dos domínios, excepto no familiar. Todas as tarefas domésticas que consistem em programar os abastecimentos e as ementas são da competência da mulher. Há quem pense por isso, que a dominação é feminina e não masculina, no entanto tal não é possível, visto que a organização familiar e doméstica actual, não é fruto da liberdade de escolha mas sim de uma imposição. Torna-se necessário um aumento da competência masculina nas tarefas tradicionalmente femininas, para que se possa pensar em troca, ou em partilha de tarefas.

A falta de participação dos homens no espaço doméstico, é um dos motivos, pelos quais as análises feministas, sublinham a apropriação do trabalho doméstico (invisível porque não está incluído nas contas da nação) pelos maridos, que beneficiam de todas as vantagens do casamento. É

²³⁴ Martine Segalen, op. cit., p. 269.

²³⁵ Idem.

também um dos motivos do fracasso do primeiro feminismo²³⁶. A revolta das mulheres face à sua situação, começa por se manifestar pelo desejo de apagar a sua diferença em relação aos homens, adoptando os modelos masculinos de valorização dos valores viris (feminismo androcêntrico). Depressa se apercebem que não podem viver como homens porque não têm quem se ocupe da casa, enquanto trabalham. O preço da adopção de modelos masculinos é elevado, pois o que está subjacente é a depreciação do feminino, associada à desvalorização dos atributos da maternidade, que se pode encontrar por exemplo, nos trabalhos de Simone de Beauvoir²³⁷. Posteriormente, as mulheres decidem cortar com tudo o que é masculino passando para um feminismo radical, reivindicando a sua auto-suficiência e orgulhando-se da sua condição. Para algumas mulheres, a escolha da homossexualidade foi a forma de pôr fim às desigualdades da relação heterossexual.

A questão da igualdade nas relações entre homens e mulheres, não é um assunto de mulheres. Trata-se de um indicador-chave, da realidade do processo democrático. A democracia inclui o movimento social que permite a escolha pessoal de ideias, de valores e de vida quotidiana²³⁸. A resistência masculina, à partilha das tarefas domésticas tradicionalmente nas mãos das mulheres, bloqueia o movimento. *As antigas formas de subordinação ou de exclusão continuam a ser reconduzidas, sem que as possamos combater de outro modo que não seja o de denunciar ritualmente a contradição entre a igualdade teórica dos seres humanos e a desigualdade de condição das mulheres e dos homens. Entre a igualdade dos direitos e as desigualdades de facto*²³⁹. É difícil compreender até que ponto as desigualdades são conscientes, dado que na relação conjugal, ambos os cônjuges estão

²³⁶ Sylviane Agacinski, *Política dos Sexos*, Oeiras, Celta Edditora, 1999.

²³⁷ Simone de Beauvoir, *op. cit.*

²³⁸ Jean-Claude Kaufmann, *O Labirinto Conjugal – O casal e o seu guarda-roupa*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002.

²³⁹ Sylviane Agacinski, *op. cit.*, pp.44 e 45.

aparentemente convencidos que fazem o seu melhor e de que são iguais. A dominação masculina é disfarçada pela ilusão da igualdade, provocada por cortes pontuais com a geração anterior²⁴⁰.

A dominação masculina pode ser consciente e livremente consentida, através do princípio de naturalização²⁴¹. Uma pessoa pode ser manipulada associando-se os comportamentos que se deseja que tenha, à sua personalidade. Para o efeito, basta convencê-la que os seus actos decorrem da sua natureza, e por isso, do que há de mais profundo no seu ser. Neste sentido, as desigualdades na relação conjugal, podem ser conscientes e livremente aceites pela mulher. A psicologia social actual, assume um papel de extrema importância neste processo e é talvez por isso que lhe é atribuída responsabilidade na dominação masculina: *A psicologização da sociedade não tem por isso, os efeitos esperados de uma feminização, ela permitiu voltar a pintar papéis velhos com cores mais atraentes, propor uma variante mais aceitável da divisão sexual do trabalho – em nome das funções do pai e da mãe que não devem ser confundidas – apesar das críticas. A psicologia constituiu e constitui um dos principais meios através dos quais a dominação masculina (...) é lentamente reabilitada*²⁴².

A dominação masculina que se desenvolve no espaço doméstico e familiar, incentiva a dominação no espaço profissional, pois a disponibilidade para o trabalho é um dos critérios centrais do recrutamento. Ainda que as tarefas de lida doméstica, como por exemplo, a limpeza da casa, possam

²⁴⁰ François de Singly, "Les habits neufs de la domination masculine", in *Masculin / Féminin*, Revue Esprit, n°196, Paris, Novembro 1993.

²⁴¹ Robert-Vincent Joule et al., *La soumission librement consentie – Comment amener les gens à faire librement ce qu'ils doivent faire?*, Paris, Presses Universitaires de France (PUF), 1998.

²⁴² François de Singly, op. cit., pp.63-64.

Texto original : « La psychologisation de la société n'a donc pas les effets attendus d'une féminisation, elle a permis de repeindre les vieux rôles sous des couleurs plus attrayantes, de proposer une variante plus acceptable de la division sexuelle du travail – au nom des fonctions du père et de la mère que ne doivent pas être confondues – malgré les critiques. La psychologie a constitué et constitue un des moyens principaux par lesquels la domination masculine (...) est réhabilitée en douceur ».

diminuir, as tarefas relacionadas com os filhos exigem disponibilidade. O desempenho do papel de uma “boa mãe”, retira disponibilidade à mulher, limitando o seu sucesso profissional. Slogans como “as mulheres triunfaram”, ou “os homens estão a perder poder”, servem para relegar para segundo plano, os problemas associados ao feminismo.

Ao poder profissional e económico dos homens, acresce o poder da Igreja, da Escola e do Estado que mais não fazem senão reforçar através de mecanismos próprios, a dominação masculina. A relação de forças que se gera na unidade familiar, é produto desta dominação alargada, pelo que a sua eliminação é uma das fases da construção da igualdade. Torna-se necessária uma combinação equitável entre a família e o trabalho²⁴³ que passa pela igualdade no trabalho profissional e por uma participação colectiva, nas tarefas familiares, ou pela possibilidade de delegar estas tarefas a serviços colectivos públicos, como por exemplo, os serviços ao domicílio. Esta combinação é necessária quando numa família, ambos os cônjuges têm uma actividade profissional, e depende em muito da vontade política das nossas sociedades.

3.4. O AMOR NA PÓS-MODERNIDADE.

A relação conjugal pós-moderna, caracteriza-se por uma vivência diferente da afectividade. Depois da pastoral do século passado e do período entre as duas guerras, a relação conjugal é alvo de uma análise mais atenta. O amor das costureirinhas, das telenovelas, da literatura cor-de-rosa é rejeitado pelos jovens intelectuais existencialistas, que não acreditam nele, e é rejeitado também pelas teorias da psicanálise, que o reduzem a pulsões

²⁴³ Marie-Agnès Barrère-Maurisson, *Travail, famille: le nouveau contrat*, Mesnil-sur-l'Estrée (França), Éditions Gallimard, 2003.

sexuais. Actualmente, o amor transforma-se em tabu, assim como a sexualidade o foi durante grande parte do período da modernidade. Se numa primeira fase, toda a gente fala de amor, mais recentemente, o seu uso é cada vez menos frequente. O amor já não é o que se sente, mas o que se faz e em determinados meios, é mais compensador fazer amor do que fazer sentimentos. *"Amo-te" é hoje a frase mais difícil de pronunciar. Pudor? Medo? Exigência excessiva?*²⁴⁴.

Anthony Giddens²⁴⁵, explica a transformação distinguindo o amor apaixonado do amor confluyente. Ao nível das relações interpessoais, o primeiro é perturbador porque desenraíza o indivíduo do mundo e faz com que ele se predisponha a efectuar escolhas radicais. Por isso, o amor-paixão é perigoso e não é considerado como uma base suficiente para um compromisso. O casamento por amor, é cada vez menos um acto impulsivo e cada vez mais um estado, uma construção em comum que é preciso aprender a consolidar²⁴⁶. Transforma-se por isso, num desafio para muitos. A esperança de vida aumenta e um casal que não se divorcie partilha, em média, cinquenta anos de vida. O desejo de ter filhos já não é o objectivo do casamento e as razões existentes são temporais: a beleza, a juventude são efémeras. As situações alteram-se cada vez mais depressa, raros são os que podem conservar durante toda uma vida o mesmo trabalho e a mesma casa. Na relação conjugal da pós-modernidade, há crises que têm que ser atravessadas, para as quais a reflexão tradicional sobre o casamento, não encontra resposta. Os casais encontram resposta no divórcio, optando cada vez mais por não estabelecerem qualquer vínculo institucional às suas uniões.

O que sustenta a relação conjugal pós-moderna é o amor confluyente

²⁴⁴ Jean-Claude Bologne, op. cit.

²⁴⁵ Anthony Giddens, *Transformações da Intimidade – Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*, Oeiras, Celta, 2001 (1ª ed. 1995).

²⁴⁶ Jean-Claude Bologne, op. cit.

que é activo, contingente, e que por isso, choca com o tradicional *para sempre*, ou com o ser-se único e exclusivo. A sociedade da separação e do divórcio é uma consequência deste amor confluyente que presume a igualdade na dádiva e na contradádiva emocional. Torna o homem mais vulnerável, pois supõe que este, manifesta em igualdade com a mulher, as suas preocupações, deixando de ser frio e inacessível em relação aos sentimentos. O amor confluyente, não pressupõe a exclusividade sexual, nem tem uma relação directa com a heterossexualidade. É uma forma de amor em que a sexualidade de um indivíduo não tem de ser negociada como parte da relação²⁴⁷. Consoante o interesse na relação conjugal e a identidade dos seus intervenientes, é possível falar não de um mas de vários amores²⁴⁸. Observa-se por exemplo, o flash amoroso dos primeiros encontros, a criação de laços de familiaridade, o amor dos encontros pontuais. Em relação a este último, as representações sociais variam em função do género. No que diz respeito ao homem, pode ser apelidado de mulherengo, aquele que *as ama e deixa*, alguém para quem o abandono, é apenas o prelúdio de um novo encontro²⁴⁹. O colectivo pós-moderno está marcado pela memória da modernidade: um homem que tem várias mulheres, é considerado um D. Juan, a mulher com vários homens é considerada como fácil, superficial ou inconsciente.

Num estudo efectuado em França, Bologne²⁵⁰ verifica que a vida de casal e que o casamento estão em claro recuo mas que o número de lares aumenta (aumento de 37% de 1968 a 1990, enquanto a população só aumentou 14%). Esta situação, deve-se ao aumento dos lares constituídos por uma única pessoa (27% dos lares em 1990), que podem ser jovens que se tornaram autónomos, divorciados de trinta a cinquenta anos ou viúvos da

²⁴⁷ Anthony Giddens, *op. cit.*

²⁴⁸ Jean-Claude Kaufmann, *O Labirinto Conjugal – O casal e o seu guarda-roupa*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002.

²⁴⁹ Anthony Giddens, *op. cit.*, p.59.

²⁵⁰ *Op. cit.*

idade avançada. A aversão relativamente ao casamento, as novas facilidades de divórcio, a baixa da mortalidade e o aumento do nível de vida que confere mais cedo aos jovens a sua independência, alteram a estrutura demográfica da sociedade francesa. O casamento permanece maioritário entre os casais que vivem juntos (87,53% em 1990), graças aos casais com mais de quarenta anos de idade. Acima dos quarenta anos, com ou sem filhos, os casais que vivem sob o mesmo tecto, são casados em mais de 90% dos casos. Esta tendência, pode ser observada em Portugal, onde mais de metade da população (57,4%) revela ser casada e o número de casados aumenta à medida que aumenta a idade²⁵¹.

Nos finais do século XX, chega-se ao reconhecimento de um duplo casamento, um mais flexível, outro mais solene. Em França, para 51% dos católicos praticantes, o casamento é "um importante compromisso religioso", o que corresponde à opinião maioritária, que surge mesmo à frente do interesse dos filhos. Em compensação, para o conjunto dos entrevistados, é acima de tudo "indispensável para os filhos" (43%)²⁵². 80% das uniões francesas, começam fora do casamento, o que pode ser explicado pela evolução das mentalidades, dos ritmos de vida e das concepções da existência²⁵³. Numa sociedade que vive de forma acelerada, em que se é levado a mudar muitas vezes de emprego, de cidade, até mesmo de país, hesita-se em fazer projectos a longo prazo. Pode viver-se o presente, sem preocupações com o futuro e sem ter em conta o passado. O casamento indissolúvel e eterno permanece um ideal ou uma instituição do passado.

O contexto actual português assemelha-se ao francês, no entanto as taxas ao nível das uniões de facto mantêm-se baixas. O estudo efectuado por

²⁵¹ Anália Cardoso Torres, *op. cit.*

²⁵² INSEE Première, nº235, Dezembro de 1992, estudo citado por Jean-Claude Bologne, *op. cit.*, p.366.

²⁵³ Jean-Claude Bologne, *op. cit.*

Anália Torres²⁵⁴, mostra que 37,1% dos inquiridos casados pelo Registo Civil, tinham coabitado anteriormente e que este número, é de 6,8% para os que são casados pela Igreja. Observa-se também que o número de uniões de facto, aumenta à medida que aumenta a escolarização. Pode concluir-se que a pressão da Igreja e os baixos níveis de escolarização dos portugueses, justificam os seus comportamentos (acresce o facto do reconhecimento legal da união de facto, ter sido tardia em Portugal – 1996). A forma como os casais se unem, continua a ser o casamento legalmente instituído. As uniões de facto não chegam, em 1991, a 1%²⁵⁵ mas em 2001 já estão quase em 7%(6,9%)²⁵⁶. É de salientar, por um lado, que a percentagem de casamentos não católicos no total de casamentos triplica entre 1960 e 2001 e por outro lado, que o número de divórcios, entre 1960 e 1991, aumenta 17 vezes e de 1991 para 2001 quase duplica. Em 1960, os divórcios representavam 1% dos casamentos, em 1991, já representam 14% e em 2001, 33%²⁵⁷. Estes números revelam o enfraquecimento da influência da Igreja e a fragilidade das relações conjugais actuais.

Quadro5 - Alteração nas Uniões de Facto e nos Divórcios entre 1991 e 2001, em Portugal

	% de Uniões de Facto sobre total de Uniões		% de Divórcios sobre total de Casamentos	
1991	1%		14%	
2001	6,9%	↑	33%	↑

Fonte: António Barreto, *A Situação em Portugal 1960-1995* e INE, *Anuário Estatístico de Portugal, 2001*.

A sociedade individualista da pós-modernidade, dá menos importância

²⁵⁴ Anália Cardoso Torres, op. cit.

²⁵⁵ António Barreto e Clara Valadas Preto, "Indicadores sociais - População", in Barreto, António (org.), *A Situação Social em Portugal 1960-1995*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1996, p.71, Q.1.19.

²⁵⁶ Instituto Nacional de Estatística (INE), *Censos 2001 - XIV Recenseamento Geral da População, IV Recenseamento Geral da Habitação, Portugal, Resultados Definitivos*, Portugal, Lisboa, INE, 2002, p.LXV.

²⁵⁷ Fonte para os dados de 1960: António Barreto e Clara Valadas Preto, op. cit., p.70, Q.1.14.

Fonte para os dados de 2001: Instituto Nacional de Estatística (INE), *Anuário Estatístico de Portugal 2001, Portugal*, Lisboa, INE, 2002, p.48 e p.51.

à construção social, de uma família ou de uma nação, e considera que a vida é um valor a cultivar para si mesmo, sem preocupações com problemas mais gerais. *A perda de população ou a sobrevivência da humanidade parecem questões muito teóricas que dizem respeito ao conjunto de uma população, isto é, geralmente aos outros*²⁵⁸. Apesar de alguns casamentos se contraírem para gerar ou criar filhos, em primeiras ou segundas famílias, as relações conjugais do casamento pós-moderno, estabelecem-se tendo por base ou o princípio da coabitação, ou um princípio de habitação simples²⁵⁹. O primeiro assenta na igualdade, em sentimentos de amizade e simpatia mútuos, o segundo, tem um envolvimento emocional quase inexistente.

3.5. A SOCIALIZAÇÃO NA DIFERENÇA E A DOMINAÇÃO.

Se pensarmos nas diferenças que existem entre homens e mulheres, e que não existem entre homens, ou entre mulheres, a única que encontramos é a diferença biológica, entre os corpos masculino e feminino. Na diferença anatómica, entre órgãos sexuais, fundamenta-se a oposição, socialmente construída entre géneros, e a divisão social do trabalho. A partir desta oposição, estabelece-se a divisão das coisas e das actividades, num sistema simétrico que só termina quando se entra na família e se discute a (as)simetria nas práticas familiares e domésticas. A sociedade organiza-se dicotomicamente, estabelecendo a diferença entre o alto e o baixo, para cima e para baixo, à frente e atrás. Oposições que se registam como se fossem diferenças da natureza e que justificam a divisão entre os sexos, como se esta pertencesse à ordem natural das coisas.

O problema deste sistema de oposições, reside na incapacidade da

²⁵⁸ Jean-Claude Bologne, op. cit.

²⁵⁹ Anthony Giddens, op. cit.

sociedade aceita-las numa base de igualdade. Por isso, ser alto é ser melhor que ser baixo, estar à frente é melhor que estar atrás e ser homem é melhor do que ser mulher. A diferença entre sexos, está associada a uma hierarquia, num sistema androcêntrico, em que o masculino se assume ou no centro ou no seu topo. Há então um sexo maior e um menor, um forte e um fraco que legitima a sujeição da mulher ao homem²⁶⁰. Trata-se da lógica da privação ou da diferença, que valoriza a unidade e choca com a multiplicidade da realidade em que vivemos. Na perspectiva de Sylviane Agacinski²⁶¹ deve ser substituída pela lógica do misto porque leva a que a descrição de um sexo, seja feita a partir do outro. Dá-se prioridade a um, apagando o outro e estabelece-se uma hierarquização automática da diferença. Justificada numa diferença biológica, *a diferença homem/mulher é, sem dúvida, sempre e em parte socialmente construída, na medida em que se refere a lugares e a estatutos*²⁶².

Herdada da modernidade, a organização simétrica da sociedade, conduz a um sistema de dominação masculina, que provoca assimetrias a nível familiar, profissional e na relação conjugal. As práticas e as representações dos dois sexos não são simétricas, pois dada a socialização nos respectivos géneros, os rapazes e as raparigas têm pontos de vista diferentes face à relação amorosa. Os homens, pensam sobretudo na lógica da conquista (vangloriam-se das conquistas femininas) e o acto sexual é concebido por estes, como uma forma de apropriação e de posse. Os rapazes tendem a compartimentar a sexualidade, concebida como um acto agressivo e sobretudo físico de conquista orientado para a penetração e para o orgasmo²⁶³. As mulheres, são socialmente preparadas para viverem a sexualidade como uma experiência íntima e fortemente carregada de

²⁶⁰ Françoise Héritier, *Masculino Feminino, O Pensamento da Diferença*, Lisboa, Instituto Piaget, 1998.

²⁶¹ Sylviane Agacinski, *op. cit.*

²⁶² Pierre Bourdieu, *op. cit.*, p.21.

²⁶³ Pierre Bourdieu, *op. cit.*

afectividade, o que não inclui necessariamente a penetração mas que pode englobar um vasto leque de actividades (falar, tocar, acariciar, abraçar, etc.).

A socialização dos homens e das mulheres nos respectivos géneros, não é feita de forma passiva. As crianças opõem-se desde cedo, à disciplina que os pais tentam transmitir. À medida que o tempo passa, a resistência pode diminuir ou aumentar. A oposição dos jovens às ordens paternas, é na maior parte dos casos, uma resistência corporal, que se traduz na vontade de não se mexerem²⁶⁴. A revolta que se manifesta principalmente na adolescência, é comum aos rapazes e às raparigas. Ambos os sexos criticam as mães pelos excessos de arrumação e limpeza, no entanto a pressão é mais sentida pelas raparigas. Para os rapazes, o futuro doméstico não pesa e a crítica parental é sobretudo verbal, não tendo qualquer implicação prática. As pesquisas realizadas junto de mulheres²⁶⁵, mostram que há vontade de oposição relativamente às suas mães, no que respeita à roupa de casa, e mais amplamente às práticas domésticas referentes à limpeza e à arrumação. Manifestam nestes termos, o desejo de não manterem o seu papel doméstico no futuro, sobretudo nos meios onde a escolarização é maior. Mais tarde, nas suas casas, este passado marca-as: *A transmissão mãe-filha toma as formas novas, mas o seu aspecto tumultuado não deve disfarçar o facto de, fundamentalmente, ela conservar toda a sua eficácia*²⁶⁶.

A socialização assume muitas formas, incluindo a escolha do parceiro no início da relação conjugal. Mesmo que a autorização dos pais já não seja necessária depois de atingida a maioridade (excepto para as pessoas sob tutela), as pressões continuam a ser possíveis. Se não é possível influenciar o casamento, pode proporcionar-se os encontros. A organização de festas, de eventos, em certos meios abastados ou snobes, permite o relacionamento entre jovens do mesmo nível social e limita alianças indesejáveis. *Não se*

²⁶⁴ Jean-Claude Kaufmann, *op. cit.*

²⁶⁵ *Idem.*

²⁶⁶ *Idem*, p. 55.

*podem simplesmente varrer séculos e séculos de preconceitos, e o mito do casamento equilibrado, bem combinado, em que a razão permite o surgimento do amor, sobreviveu ao neo-romantismo*²⁶⁷. O motivo destas pressões, é sobretudo económico, pois o que está em causa é a transmissão do património. Mesmo que durante o período da modernidade, se alterem as leis, no que diz respeito a heranças, prevendo situações de transmissão do património por meios alternativos, mesmo que o exercício da sexualidade, se situe cada vez mais fora da obrigação conjugal, o casamento continua a ser uma das vias legítimas de transferência da riqueza²⁶⁸. Sem duvidar da importância do amor na interação conjugal, este pode ser o produto de uma escolha devidamente contextualizada, ou melhor dizendo socializada²⁶⁹.

No início da vida conjugal, as mulheres ficam divididas entre os gestos aprendidos, o imperativo de lavar e arrumar e a revolta contra o papel materno, que consideram injusto. Por seu lado, os rapazes, não tendo incorporado hábitos de arrumação e de limpeza, aprendem por si, se necessário, o que fazer. Até lá, encontram soluções intermédias, como a lavagem da roupa em casa dos pais, ou como a compra de uma máquina, para situações de emergências (quando já não há mais roupa). A organização doméstica, autónoma dos pais ou de lavandarias, define a formação do casal, *diz-me onde lavas a roupa, dir-te-ei se formas um casal*²⁷⁰.

Uma das características da relação conjugal pós-moderna, é a aparente ausência de ideias pré-definidas sobre os papéis a desempenhar. Os casais improvisam e constroem a pouco e pouco o seu universo conjugal. Havendo à partida, por parte dos cônjuges, sensibilização quanto às questões de justiça e igualdade, e como se observa, resistência à socialização nos géneros, quando esta se torna injusta para as mulheres, é

²⁶⁷ Jean-Claude Bologne, op. cit.

²⁶⁸ Pierre Bourdieu, op. cit.

²⁶⁹ Jean-Claude Bologne, op. cit.

²⁷⁰ Jean-Claude Bologne, op. cit., p. 34.

de esperar que não haja formas de injustiça, ou de dominação na sua relação. Se tal não acontece, é porque a socialização nos géneros, associada ao contexto institucional lhe é favorável, condiciona a interacção conjugal. As estruturas de dominação, *são o produto de um trabalho incessante (portanto histórico) de reprodução para que contribuam agentes singulares (entre os quais os homens, com armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado*²⁷¹.

O discurso exterior à relação conjugal, é contraditório na medida em que a procura política de justiça social, não é acompanhada pelo discurso dos órgãos de comunicação. As mulheres são objectos simbólicos num estado permanente de insegurança corporal ou melhor, de dependência simbólica: existem antes do mais por e para o olhar dos outros, quer dizer enquanto objectos acolhedores, atraentes, disponíveis. Espera-se delas que sejam femininas, quer dizer sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, reservadas, senão apagadas. Mesmo que muitas mulheres rompam hoje, com as normas e as formas tradicionais de reserva e exibam de forma controlada o corpo, como um indício de libertação, o discurso social veiculado pelos media (sobretudo nos *spots* e imagens publicitárias), mostra que a representação feminina continua subordinada ao ponto de vista masculino. A nova lógica global, não superou o androcentrismo tradicional e moderno, apenas o perpetua através de novas formas, cada vez mais subtis²⁷².

A interacção conjugal, completa o quadro de contradições pós-modernas: à crítica e à vontade expressa pelas mulheres de mudança, opõe-se a rotina doméstica dos seus gestos. Os indivíduos procuram novos papéis e novas formas de fazer, as mulheres reclamam a igualdade mas na interacção conjugal, os percursos assemelham-se. As formas de fazer no masculino, são pontuais e não vinculam os homens, pois estes não têm a

²⁷¹ Pierre Bourdieu, *op. cit.*, p.30.

²⁷² Sylviane Agacinski, *op. cit.*

competência suficiente para se afirmarem num espaço naturalmente criado para a mulher. Transformam-se, quando interessados em participar nas tarefas domésticas, em alunos das suas companheiras e por vezes, maus alunos²⁷³. Algumas mulheres tendo gosto nos seus gestos, não estão prontas para ceder o seu espaço, mesmo quando criticam a injustiça da sobrecarga de tarefas, acabando por se auto-armadilharem²⁷⁴. Os papéis a desempenhar pelos cônjuges, são definidos pelos jogos de interacção, no início da sua relação e nestes jogos, pesam os laços afectivos que unem o casal e a vontade de agradar ao outro, associados à socialização dos gestos domésticos.

Na relação conjugal pós-moderna, sobretudo quando esta se insere num quadro familiar onde existem dependentes, a socialização feminina conduz as mulheres a serem dominadas, assim como a socialização masculina conduz os homens, a dominarem. São comportamentos por vezes, alheios à própria vontade dos intervenientes, condicionados pelas expectativas associadas aos géneros feminino e masculino. Anália Torres observa que o género condiciona o comportamento de homens e de mulheres, para além da sua própria vontade, nos diferentes contextos em que estão inseridos: *Espera-se de um homem jovem, em início de carreira, que ele queira fazer boa figura na empresa e que fique para além da hora de trabalho e não vá para casa mais cedo acompanhar o seu filho acabado de nascer. É o inverso que se espera da mulher. Esta visão dominante acaba por condicionar todas as esferas – privada e pública – dos desempenhos em que os homens e mulheres estão envolvidos*²⁷⁵.

As mulheres são submetidas a um trabalho de socialização que tende a diminuí-las, a negá-las, fazem a aprendizagem das virtudes de abnegação, de resignação e de silêncio. Os homens herdaram uma posição confortável,

²⁷³ Jean-Claude Kaufmann, op. cit.

²⁷⁴ Idem.

²⁷⁵ Anália Cardoso Torres, *Vida Conjugal e Trabalho – Uma Perspectiva Sociológica*, Oeiras, Celta Editora, 2004, p.140.

com o revés da medalha: são prisioneiros de um sistema de representações que colide com os novos discursos individualistas. O privilégio masculino também é uma armadilha, pois o dever impõe a cada homem, a afirmação da sua virilidade em todas as circunstâncias. A virilidade, entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também como aptidão para o combate e para o exercício da violência. Trata-se de uma noção *eminentemente relacional, construída diante dos e para os outros homens e contra a feminidade, numa espécie de medo do feminino, e antes de mais em si próprio*²⁷⁶.

Note-se que na relação de forças conjugal, e porque esta é um espaço de múltiplas transações afectivas que tem por base o amor e respeito mútuos, há posições de força diferentes. Visto que o doméstico é essencialmente feminino, pode haver abusos de poder por parte das mulheres, que se traduzem em formas de violência psicológica sobre o homem, como por exemplo, a chantagem afectiva, os insultos e as pressões psicológicas. No entanto, estas manifestam-se nos dois sentidos e estão integradas num contexto mais alargado de dominação, que faz com que o poder feminino se exerça por mera procuração²⁷⁷.

Abordar a questão da dominação, é uma necessidade quando se fala na relação entre homens e mulheres, como o é se se falar das minorias étnicas, da violência infantil, bem como de outros problemas onde esteja presente uma relação de forças desigual. Não se pretende por isso, transformar as mulheres em vítimas, numa espécie de feminismo vitimista²⁷⁸ mas sim tornar visível a realidade, tal como ela é e compreender os processos que contribuem para a sua mudança.

²⁷⁶ Pierre Bourdieu, op. cit.

²⁷⁷ Idem.

²⁷⁸ Elisabeth Badinter, *Fausse Route*, Paris, Odile Jacob, 2003.

IV. METODOLOGIAS

Debruço a atenção para as temáticas dos capítulos anteriores, por entender que estas são directamente afectadas pelas mudanças sociais que se verificam nos dias de hoje. A família, mantém-se a célula estruturante do indivíduo, onde este cresce e aprende a viver em sociedade. O trabalho assalariado, é a principal fonte de rendimentos, para metade dos portugueses²⁷⁹ e quando se fala na profissão, está em causa a sobrevivência dos indivíduos. As relações conjugais, são uma fonte de intensas trocas afectivas que interferem com os indicadores de natalidade e com a estabilidade emocional de cada indivíduo. O indivíduo movimenta-se nas esferas familiar, profissional e conjugal condicionado pelo seu espaço social, *essa realidade invisível, que não se pode nem tocar com o dedo, e que organiza as práticas e as representações dos agentes*²⁸⁰. Um espaço em que os indivíduos se posicionam de forma diferente, consoante esquemas

classificatórios, princípios de visão e de divisão e de gostos diferentes que constituem o seu *habitus*.

Tendo como objecto de estudo a análise da relação entre o indivíduo e as esferas acima mencionadas, é imprescindível conhecer este indivíduo. As relações que se estabelecem, dependem da sua visão do mundo, fruto da socialização no seu género e da pressão social, profissional, familiar e conjugal de

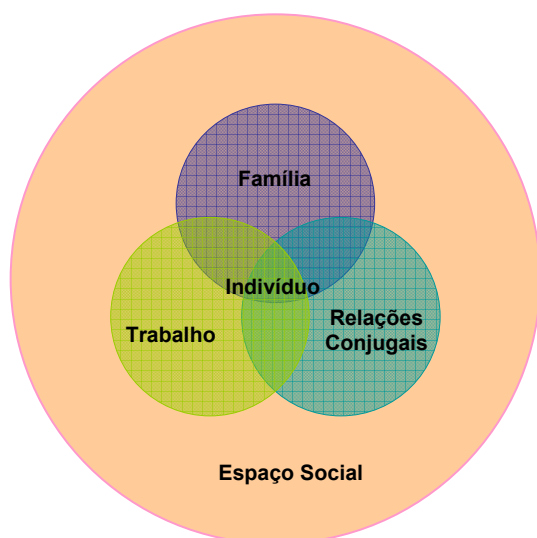


Figura 5 - Objecto de Estudo

que é alvo. Num contexto em que a família, o trabalho e as relações

²⁷⁹ INE, *Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000*, op.cit.

²⁸⁰ Pierre Bourdieu, *Razões Práticas – Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras, Celta Editora, 1997, p.10.

conjugais, vacilam sem destino certo, as opções individuais são cada vez mais, uma fonte de estabilidade individual e social. É em volta da experiência do indivíduo, em interação com o seu meio que se desenvolve a investigação. A sua relação com o todo, o seu entendimento do contexto em que vive, nem sempre obedece às regras sociais a que está sujeito. Surgem contradições, quando não age em conformidade com o seu pensamento, que provocam a divisão indivíduo/sociedade (entre o um e o todo). A multiplicidade de fenómenos sociais que surgem como consequência deste conflito pós-moderno não é previsível, nem obedece a qualquer regularidade social quantificável.

A consulta bibliográfica que efectuo abrange estudos descritivos que utilizam metodologias extensivas. Para o desenvolvimento do conhecimento social, são essenciais as abordagens estatísticas, pois constituem uma fonte geral de informação. Juntamente com a experiência de que sou objectivamente portadora, permitem o aparecimento da primeira hipótese: num contexto familiar, onde existem filhos dependentes, e ambos os cônjuges trabalham, os interesses profissionais e pessoais dos indivíduos, facilmente se tornam incompatíveis com os interesses familiares. A incompatibilidade de interesses conduzem a uma relação conjugal que se estabelece em termos de igualdade ou de dominação, dependendo em primeiro lugar, do valor atribuído à família por cada uma das partes envolvidas e em segundo lugar, da participação dos indivíduos na organização doméstica e familiar.

O indivíduo existe em função do todo e este existe, em função daquele por isso tão importante são as linhas que estruturam a sociedade, como a compreensão dos modos de vida que ela integra. As fontes estatísticas e os resultados de inquéritos por questionário, retratam de forma clara, a realidade das dimensões sociais em estudo mas não permitem a sua compreensão. Na verdade e *se nos aproximarmos, tacteando, dos significados quotidianos da leitura num mundo desigual, globalizado e desterritorializado, incorporando a*

*componente analítica do projecto de vida e do campo de possíveis, então quem sabe desvendaremos o que tende a ficar oculto e veremos para além do que é visível*²⁸¹. Num contexto, em que a dissolução do social e a crescente insegurança, põem em causa o determinismo na vida social²⁸², não basta a procura do conhecimento em geral, é urgente um conhecimento mais aprofundado do particular onde os modelos deterministas não são operacionalizáveis.

4.1. A ESCOLHA DAS METODOLOGIAS QUALITATIVAS.

O investigador é o gestor da investigação nas escolhas metodológicas que efectua em função do seu objecto de estudo. A metodologia que melhor serve esta pesquisa pressupõe uma abordagem compreensiva. Uma metodologia integrada no pensamento pós-moderno que recusa o universalismo das teorias modernas: *o pós-modernismo conduz a um compromisso com o múltiplo, com o local, com as lutas autónomas de libertação, assim como conduz à rejeição do imperialismo de uma modernidade iluminada que pretende falar em nome de outros (população colonizada, pessoas de cor, grupos étnicos, minorias religiosas, mulheres, e classes trabalhadoras) numa voz unificada*²⁸³. A solução passa pelo recurso a metodologias qualitativas que são, para alguns autores²⁸⁴ e em sintonia

²⁸¹ João Teixeira Lopes, *Escola, território e políticas culturais*, Porto, Campo das Letras, 2003, p.67.

²⁸² António Teixeira Fernandes, "Alguns Desafios Teórico-Metodológicos", in António Esteves e José Azevedo, *Metodologia Qualitativa para as Ciências Sociais*, Porto, Instituto de Sociologia Faculdade de Letras Universidade do Porto, 1998, p.16.

²⁸³ Stuart Hall, David Held e Tony McGrew, *Modernity and its Future*, Cambridge, Open University, 1992, p.229.

No texto original: "(...) post-modernism entails engaging in multiple, local, autonomous struggles for liberation, rejecting the imperialism of an enlightened modernity that presumed to speak for other (colonized peoples, blacks and ethnic groups, religious minorities, women, and the working class) with a unified voice".

²⁸⁴ Michel Foucault, *As Palavras e as Coisas*, Lisboa, Edições 70, 1991.

com o paradigma pós-moderno, uma forma de crítica às limitações da modernidade. Na pós-modernidade não há um conceito temporal, o pensamento assenta na descontinuidade e a ênfase está na significação dos fenómenos culturais pois é esta que lhes dá vida. Não se trata de ver ou demonstrar, mas sim de interpretar o pensamento humano, que se enuncia através de operações sucessivas ao nível da linguagem: *não se pode conhecer a ordem das coisas na sua natureza isoladamente, mas sim descobrindo a mais simples e em seguida a que estiver mais próxima para que se possa aceder (...) às coisas mais complexas*²⁸⁵.

As metodologias qualitativas, assentam em dois paradigmas: o positivista e o interpretativo²⁸⁶. No primeiro a partir de categorias predefinidas observa-se os comportamentos dos indivíduos. Pressupõe um esforço indutivo do investigador, uma sistematização de dados, que resultam na construção de uma teoria sociológica de campo²⁸⁷. O sociólogo transforma as suas perspectivas em categorias relevantes, propriedades e hipóteses. No paradigma interpretativo o objecto de análise é formulado em termos de acção, uma acção que vai para além dos comportamentos, pois inclui o sentido que os actores lhe dão.

Actualmente, as perspectivas positivista e interpretativa tendem convergir, utilizando abordagens técnicas semelhantes e reconhecendo-se a dimensão interpretativa da análise qualitativa, numa perspectiva de continuidade. Como lembra Michelle Lessard-Hébert, *o debate sobre uma distinção paradigmática pode conduzir à construção de barreiras que entram a (...) liberdade de movimentos e impede o progresso das questões*

²⁸⁵ Michel Foucault, *As Palavras e as Coisas*, Lisboa, Edições 70, 1991, p.108.

²⁸⁶ Michelle Lessard-Hébert et al, *Investigação Qualitativa – Fundamentos e Práticas*, Lisboa, Instituto Piaget, 1994.

²⁸⁷ Barney G. Glaser e Anselm L. Strauss, *The Discovery of Grounded Theory*, New York, Aldine de Gruyter, 1967.

A *grounded theory*, assenta em quatro pressupostos: a adequação ao tema, a possibilidade de ser compreendida pelos que trabalham na área, uma dimensão suficientemente abrangente, para poder integrar diversos aspectos da realidade e o controlo teórico que permite a adaptação constante da teoria, ao trabalho de campo.

*metodológicas de ordem prática, com as quais os investigadores actualmente se defrontam*²⁸⁸. Torna-se necessário fazer a ponte entre as metodologias quantitativas e qualitativas e dentro destas, entre as que têm uma orientação moderna e pós-moderna. Na verdade, este é o desafio da pós-modernidade: dissolver as fronteiras, resolver o conflito e criar o consenso entre o global/globalizante e o individual/individualizante.

Têm sido os estudos feministas que mais têm contribuído para os avanços das metodologias qualitativas. Ao longo dos anos 80, as mulheres da classe operária, as de cor diferente, as lésbicas, afirmam que as meta narrativas em nada se aproximam das suas realidades. Iniciam-se estudos localizados, falíveis e sem pretensões de generalização à restante população feminina. A análise incide sobre histórias discretas que aludem à emergência, à transformação e ao desaparecimento de práticas discursivas que são tratadas isoladamente umas das outras. O discurso, afirma-se através da actividade linguística e através de sinais, símbolos, actividades e textos. O entrevistador transforma-se num instrumento para promover uma Sociologia para as mulheres, *como uma ferramenta que torna possível os comentários exprimidos e gravados das mulheres sobre o assunto muito pessoal de pertencer ao sexo feminino numa sociedade patriarcal capitalista*²⁸⁹.

Entre os estudos de mulheres e a pós-modernidade existem inicialmente, focos de tensão que se justificam pelo facto daqueles recusarem a descontinuidade histórica desta²⁹⁰. O feminismo tanto excede os termos do pensamento modernista, como vai resistindo a uma absorção nos discursos

²⁸⁸ Michelle Lessard-Hébert et al, *Investigação Qualitativa – Fundamentos e Práticas*, Lisboa, Instituto Piaget, 1994, p.35.

²⁸⁹ Ann Oakley, "Interviewing women: a contradiction in terms", in Helen Roberts, *Doing Feminist Research*, Londres, Routledge Kegan Paul, 1990 (1ª Ed.1981), p.489.

No texto original: "(...) as a tool for making possible the articulated and recorded commentary of women on the very personal business of being female in a patriarchal capitalist society".

²⁹⁰ Michel Foucault, *As Palavras e as Coisas*, Lisboa, Edições 70, 1991.

da pós-modernidade²⁹¹. No entanto, é pós-moderno na sua atenção à especificidade cultural das diferentes sociedades e tempos, bem como à especificidade dos diferentes grupos que nelas se inserem²⁹².

4.2. OS ENTREVISTADOS.

A população em estudo é constituída por casais com filhos dependentes e que têm uma actividade profissional. Para além destas condições, inicialmente estabeleço como critério para as entrevistas que os casais tenham no mínimo três filhos. Uma família maior sente mais necessidade de organização e cria mais rapidamente regras de convivência. À medida que fui avançando e comparando as entrevistas efectuadas a casais com dois filhos e a casais com três filhos, verifiquei que as dificuldades na gestão familiar são as mesmas a partir do primeiro filho e vão aumentando à medida que o número de filhos aumenta. São dificuldades associadas à gestão do tempo e à distribuição de tarefas, em função dos papéis assumidos na família e em função do exercício da actividade profissional.

A amostra deste estudo é constituída em bola-de-neve. Trata-se de uma técnica não probabilística, pouco rigorosa do ponto de vista estatístico mas indispensável do ponto de vista qualitativo²⁹³. Entrevisto pessoas conhecidas, a quem vou perguntando se me podem indicar outras e assim

²⁹¹ Janet Ramson, "Feminism, Difference and Discourse – The Limits Of Discursive Analysis for Feminism", in Caroline Ramazanoglu, *Up Against Foucault – Explorations of Some Tensions Between Foucault and Feminism*, Londres, Routledge, 1993.

²⁹² Nancy Fraser e Linda J. Nicholson, "Social Criticism Without Philosophy: an encounter between feminism and postmodernism", in Linda J. Nicholson, *Feminism/Postmodernism*, Londres, Routledge, 1990.

²⁹³ António Joaquim Esteves, "Metodologias Qualitativas", in António Esteves e José Azevedo, *Metodologia Qualitativa para as Ciências Sociais*, Porto, Instituto de Sociologia Faculdade de Letras Universidade do Porto, 1998, pp.1-8.

sucessivamente. A utilização deste processo, permite um distanciamento das pessoas entrevistadas, de forma a diminuir os efeitos de julgamentos prévios na percepção e no registo da situação dos entrevistados. Ainda assim outro investigador pode, face à mesma informação recolhida, ter uma concepção diferente da análise a efectuar. Há mais do que uma entrevista, a casais com características semelhantes, a fim de validar os resultados, através da repetição dos dados produzidos e verificados.

No sentido de diversificar a amostra, incluo casais com qualificações superiores e inferiores ao ensino secundário. Não tive dificuldade em encontrar entrevistados com mais de dois filhos, onde pelo menos um dos entrevistados tivesse uma formação superior. No entanto, entre pessoas conhecidas, não encontrei casais com qualificações inferiores ao décimo segundo ano que tivessem mais do que dois filhos. Contactei uma creche que me pôs em contacto com famílias constituídas por um ou dois filhos. Foi-me dito que os casais com mais filhos, ou tinham escolaridade superior ao décimo segundo ano (para este tipo de casais, já havia entrevistados), ou um dos dois cônjuges não tinha actividade profissional, o que incluía mulheres domésticas e indivíduos desempregados que não fazem parte da população em estudo. A esta situação, associei os dados recolhidos no início da investigação, relativos à diminuição da dimensão média familiar portuguesa, registada no último recenseamento²⁹⁴.

4.3. AS ENTREVISTAS.

O objecto deste estudo inclui o indivíduo no feminino e no masculino

²⁹⁴ Instituto Nacional de Estatística (INE), *Censos 2001 - XIV Recenseamento Geral da População, IV Recenseamento Geral da Habitação, Resultados Definitivos*, Portugal, Lisboa, INE, 2002, p.LXXXII.

A dimensão média das famílias portuguesas é de 2,8 indivíduos em 2001.

em interacção, no seu contexto familiar, profissional e conjugal. As entrevistas a homens e a mulheres, permitem analisar estas dimensões e compreender as práticas quotidianas dos dias de hoje. As entrevistas são feitas a ambos de forma a poder comparar o entendimento que cada um faz do seu contexto e o valor atribuído às dimensões em estudo. Em função do desenvolvimento da temática e do conteúdo das entrevistas efectuadas, são entrevistados doze indivíduos, que formam seis casais. O local das entrevistas é sempre, a casa dos entrevistados, para que seja possível a observação directa do ambiente familiar.

Os procedimentos metodológicos exigem o controlo das técnicas por parte do investigador, podendo neste caso, verificar-se uma relação de dominação com os entrevistados e as com entrevistadas. Não se trata da defesa resultante da dominação masculina, que Martyn Hammersley enuncia: *Onde os homens estiverem incluídos como fonte de informação, não se pode ou não se deve eliminar a hierarquia do processo de investigação. Os homens impõem uma hierarquia e, quer queiram quer não queiram, as supostas investigadoras feministas devem explorar todos os recursos que têm para exercer o controlo sobre a relação, partindo do princípio que nas circunstâncias presentes a única escolha está entre dominarem ou serem dominadas*²⁹⁵. Não me recordo de qualquer momento em que afim de evitar uma situação de dominação, tenha sido obrigada a assumir uma posição dominadora.

Por ser importante que os entrevistados abordem as temáticas em estudo, não opto pela entrevista não-estruturada, pois há questões que poderiam não ser faladas. Entendo que a ausência de verbalização de

²⁹⁵ Martyn Hammersley, "Hierarchy and Emancipation", in Clive Seale, *Social Research Methods – A Reader*, Londres, Routledge Student Readers, 2004, p.479.

No texto original: "And where men are included as sources of data, hierarchy probably cannot or should not be eliminated from the research process. The men impose a hierarchy and, whether they do or not, presumably feminist researchers must exploit whatever resources they have to exert control over the relationship, on the grounds that in present circumstances the only choice is between being dominant or being dominated".

vivências quotidianas, não é sinónimo de insignificância para os intervenientes. Por exemplo, alguns homens afirmam que a família é o mais importante nas suas vidas mas verifica-se uma tendência para falarem de forma mais extensa sobre a sua profissão. Se estes não se exprimem sobre a família, através de uma orientação concreta do entrevistador, não é possível compreender o significado que lhe é dado por aqueles. Só quando entrevistados e entrevistadas, se pronunciam sobre as várias dimensões das suas vidas, é possível uma comparação sobre o entendimento que têm relativamente às mesmas situações. Os assuntos podem não ser abordados por não serem relevantes, ou por serem muito relevantes: *Com efeito, alguns aspectos podem ser simultaneamente importantes e bastante perturbadores, de tal modo que os inquiridos os reprimam ou, mais simplesmente, preferem não falar deles, enquanto outros poderão ser tão importantes que os mesmos inquiridos os consideram demasiado óbvios para que valha a pena citá-los*²⁹⁶.

A entrevista escolhida para esta investigação é semi-estruturada. O contexto de conversa guiada ajuda na compreensão dos procedimentos habituais dos casais através da explicação que estes dão para a sua situação conjugal, profissional e familiar. Há flexibilidade para se descobrirem novas dimensões de análise, não contempladas na construção teórica efectuada. É o tipo de entrevista mais indicada para os estudos qualitativos, sobretudo efectuados por investigadores feministas: *A utilização de métodos qualitativos, (...) tem sido entendida como mais adequada ao conhecimento que as feministas pretendem produzir (...).As entrevistas semi-estruturadas ou não estruturadas tem sido a técnica de investigação mais frequentemente associada a estas correntes apesar de poderem, claro, ser utilizadas para produzir quer dados quantitativos quer dados qualitativos*²⁹⁷.

²⁹⁶ William Foddy, *Como Perguntar*, Oeiras, Celta Editora, 2002, p.146.

²⁹⁷ Mary Maynard, "Methods, Practice and Epistemology", in Clive Seale, *Social Research Methods – A Reader*, Londres, Routledge Student Readers, 2004, p.465.

No texto original: "The use of qualitative methods, (...) was regarded as more appropriate to the kinds of knowledge that feminists wished to make available (...).Semi-structured or

Através de um primeiro guião, testo os tópicos de orientação das entrevistas e posteriormente, utilizo o guião definitivo (anexo 1 e anexo 2) que me permite conduzir a entrevista em função das hipóteses formuladas. Os primeiros tópicos referem-se ao agregado familiar de origem e pretendem recolher informação que permita conhecer a socialização a que os entrevistados foram sujeitos. Os restantes tópicos dividem-se de forma a identificar os interesses e motivações dos entrevistados ao nível familiar, conjugal e profissional. Alguns assuntos servem de apoio a outros, como é o caso dos conflitos conjugais, cuja intenção é estimular a conversa sobre a relação quotidiana e a abordagem do poder.

Alguns temas, apesar de importantes são banalizados ou reformulados, com o fim de colocar os entrevistados à vontade seguindo a perspectiva de William Foddy, de que é impossível *prever se determinado tópico será ou não psicologicamente perturbador para este ou aquele inquirido. Na melhor das hipóteses, quando ocorrem efeitos associados a tais perturbações, eles poderão ser minimizados através da sensibilidade e da prática do entrevistador, por exemplo, adoptando a norma de trabalhar ao ritmo do cliente (ou seja, colocar as exigências da entrevista de lado e tentar devolver aos inquiridos a sua confiança e auto-estima sempre que existam sinais de ansiedade psicológica)*²⁹⁸. Apesar das entrevistas serem orientadas, é dada liberdade de discurso e de pensamento aos entrevistados, alterando-se por vezes a ordem dos assuntos, em função do decorrer da conversa. Desta forma, houve uma estruturação mínima das entrevistas, sem se perder a riqueza e a profundidade dos discursos.

unstructured interviewing has been the research technique more often associated with this stance, although this can, of course, produce both quantitative and qualitative data”.

²⁹⁸ William Foddy, *Como Perguntar*, Oeiras, Celta Editora, 2002, p.134.

4.4. A ANÁLISE DE CONTEÚDO E DE DISCURSO.

Para esta investigação são importantes a análise de conteúdo e a análise de discurso. A primeira, constrói a teoria a partir do enraizamento dos dados com o fim de produzir categorias analíticas. Tem os seus fundamentos na *grounded theory*²⁹⁹ que associa expressões idênticas a significados idênticos. A análise de discurso recusa este tipo de associação que retira a linguagem do seu contexto. Por isso os seus defensores tecem algumas críticas à análise de conteúdo: (...) *a análise de conteúdo é deliberadamente e explicitamente cega a muitas coisas a que normalmente somos sensíveis na linguagem quotidiana: contexto, ironia, segundo sentido, ordem oculta, implicação, etc...*³⁰⁰. As fortes divergências entre os dois tipos de análise, tornam compreensível a guerra aberta aos procedimentos de cada mas a crítica mais violenta é veiculada pela teoria discursiva que de forma justificada reclama para os sujeitos analisados uma alma: *o interesse não está na definição de palavras que consta dos dicionários, ou em noções abstratas de sentido, mas nas distinções que os participantes fazem nas suas interações, que têm implicações importantes nas suas práticas*³⁰¹.

Por vezes as expressões idênticas correspondem significados idênticos pois nem sempre os discursos, ainda que portadores de uma história social do sujeito, contêm ironias e contradições. Os dois tipos de análise são

²⁹⁹ Barney G. Glaser e Anselm L. Strauss, *The discovery of grounded theory : strategies for qualitative research*, New York, Aldine de Gruyter, 1967. Teoria de campo.

³⁰⁰ Lupicínio Iñiguez e Charles Antaki, "El Análisis del Discurso en Psicología Social", in *Boletín de Psicología*, nº 44, Setembro, pp.57-75, p.59.

No texto original: "(...) el análisis de contenido es deliberada y explícitamente ciego a muchas de las cosas a las que normalmente somos sensibles en el lenguaje cotidiano: contexto, ironía, doble sentido, agenda oculta, implicación, etc..."

³⁰¹ Jonathan Potter e Margaret Wetherell, *Discourse and Social Psychology – Beyond Attitudes and Behaviour*, Londres, Sage Publications, 1989 (1ªEd.1987), p.170.

No texto original: "We are not interested in the dictionary definitions of words, or abstract notions of meaning, but in distinctions participants actually make in their interactions and which have important implications for their practice".

necessários e complementares, pois as entrevistas são passíveis de serem estudadas das duas formas, enriquecendo-se desta forma os resultados da investigação. Recorrendo à análise de conteúdo, procedo à categorização dos conceitos de família, de trabalho, de relação conjugal e de capital financeiro e à sua subdivisão por casal entrevistado (ver anexo 3). Desta forma efectuo a recolha de informação sobre o quotidiano e as motivações dos entrevistados. Paralelamente, através da análise dos seus discursos, em cada categoria foi possível o despiste de algumas situações de incoerência, de contradição, nomeadamente em cenários de dominação. A comparação dos discursos femininos e masculinos potencializa a análise dos textos, pois permite identificar as divergências existentes entre os cônjuges, relativamente às várias dimensões em estudo.

A análise de discurso dá visibilidade ao detalhe na interpretação dos textos e promove o diálogo entre a teoria e as mudanças de vida actuais, *porque a teoria necessita da prova da prática, da prova das lutas reais em que estamos implicados*³⁰². O que está em causa, não são as definições de palavras do dicionário, ou as noções abstractas de significado mas as distinções que os participantes realmente fazem nas suas interacções e que têm implicações importantes para as suas práticas. Strauss³⁰³ afirma que mesmo influenciadas por mitos ou por preconceitos, estes reflectem sentimentos recalcados. O significado intencional tem sido o único absorvido pelas teorias da análise do discurso. Mais recentemente, autores como Verschueren³⁰⁴, defendem que no discurso para além do significado

³⁰² Norman Fairclough, "Propuestas para un nuevo programa de investigación en el análisis crítico del discurso", in Luisa Martín Rojo e Rachel Whittaker, *Poder-decir o el poder de los discursos*, Madrid, Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid, 1998, pp.35-53, p.53. No texto original: "(...) porque la teoría necesita la prueba de la práctica, la prueba de las luchas reales en las que nos hallamos implicados".

³⁰³ Claude Lévi-Strauss, "The structural study of myth", in Clive Seale, *Social Research Methods – A Reader*, Londres, Routledge Student Readers, 2004, p.335.

³⁰⁴ Jef Verschueren, "El regreso de la pragmática al significado: comentarios sobre la dinámica de la comunicación, los grados de prominencia y la transparencia comunicativa", in Luisa Martín Rojo e Rachel Whittaker, *Poder-Decir o el poder de los discursos*, Madrid, Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid, 1998.

intencional, há um significado convencional que não deve ser descurado. O comportamento verbal pode ser uma consequência social e não uma manifestação de intenções. A construção do significado é interactiva e por isso o contexto não pode ser negligenciado.

Nesta investigação, o contexto é transmitido pelo discurso de um segundo interveniente. O confronto de dois discursos no feminino e no masculino, relativos a uma realidade vivida a dois, associa o significado intencional e o significado convencional. Há dois discursos que coexistem e se validam ou invalidam porque o que cada indivíduo é depende da forma como se vê e da forma como é visto.

4.5. O TRATAMENTO INFORMÁTICO DOS DADOS.

O recurso ao programa Nudist³⁰⁵ é de extrema utilidade prática, na medida em que permite procurar e encontrar os textos a analisar de forma quase imediata depois de terem sido codificados. As possibilidades oferecidas pelo programa são imensas mas a que mais me serviu foi o ordenamento dos textos transcritos pelas categorias e subcategorias previamente definidas (ver anexo 4). Kelle³⁰⁶ alerta para o facto da codificação destes textos, servir para se ter a certeza de que todos os dados relevantes para a investigação, são devidamente recolhidos em função dos objectivos estabelecidos. O programa informático N6 permite entre outros procedimentos, esta codificação e é por isso, um acelerador tecnológico que

³⁰⁵ N6 (Non-numerical Unstructured Data Indexing Searching & Theorizing) qualitative data analysis program; Melbourne, Australia; QSR International Pty Ltd. Version 6.0, 2002.

³⁰⁶ Udo Kelle, "Theory Building in Qualitative Research and Computer Programs for The Management of Textual Data", in Clive Seale, *Social Research Methods – A Reader*, Londres, Routledge Student Readers, 2004.

No texto original: "(...) coding and retrieval represents an open technology which can be creatively used in various contexts of hermeneutic work".

serve os propósitos da investigação científica: *a codificação e a pesquisa de informação representam uma tecnologia aberta que pode ser utilizada de forma criativa nos vários contextos do trabalho hermenêutico*³⁰⁷.

4.6. A OBSERVAÇÃO.

A observação que acompanha as entrevistas é discreta no sentido de não perturbar o ritmo de vida normal dos casais. Na perspectiva de Peretz³⁰⁸, tem como objectivo a apreensão do ambiente em que os entrevistados vivem, os lugares, os acontecimentos, as pessoas e as interações dos actores sociais. É um princípio assente durante a observação que, tal como o autor refere, as pessoas nem sempre fazem o que dizem, ou dizem o que fazem; assim como os actos das pessoas advêm do entendimento que estas têm das suas situações e dos outros e estes actos são interpretados e tratados pelo observador em função de uma escolha teórica.

A partir da observação, ao fim da décima segunda entrevista, é possível constatar que as formas de viver e as respostas às entrevistas se tornam redundantes, o que permite a definição do número necessário de entrevistas em função das hipóteses enunciadas. São quatro os casais portadores de uma tipologia diferente de relacionamento conjugal. Dois dentro de um cenário de dominação e dois dentro de um cenário de igualdade. O critério da redundância é o meio para abarcar as situações hipoteticamente definidas. *Se o investigador procurar diversificar sistematicamente os perfis, chegará forçosamente o momento em que já não conseguirá encontrar novos casos francamente diferentes dos que já encontrou e em que o rendimento marginal de cada entrevista suplementar*

³⁰⁷ Udo Kelle, op. cit., p.313.

³⁰⁸ Henri Peretz, *Métodos em Sociologia*, Lisboa, Temas e Debates, 2000.

*decrecerá rapidamente*³⁰⁹.

Durante as entrevistas é possível observar o tipo de habitação que cada casal tem, a forma como estão arrumados os objectos, a adaptação dos entrevistados à minha presença e algumas práticas quotidianas. Em alguns casos é possível verificar a correspondência dos seus discursos ao que é observado. É o caso entre outros, por exemplo da dificuldade de acesso a transportes públicos da Helena que se confirma visto a casa estar a um quarto de hora a pé, da paragem de autocarro mais próxima; ou do João que afirma participar activamente na organização doméstica e familiar, o que verifica durante a entrevista com naturalidade da sua parte no desempenho de algumas tarefas; ou no facto da Rita não pretender ser a primeira a ser entrevistada porque tem de ir preparar o jantar.

³⁰⁹ Raymond Quivy e Luc Van Campenhout, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, 1998 (2ª Ed.), p.163.

CAPÍTULO V - PERSPECTIVAS DE DOMINAÇÃO E DE IGUALDADE

5.1. PERSPECTIVAS DE DOMINAÇÃO.

As relações entre homens e mulheres até meados do século XX, são marcadas por diferenças hierarquizadas, em que aqueles assumem um papel de dominadores e estas de dominadas. Trata-se de uma dominação visível no direito, nas relações profissionais, económicas, familiares, conjugais e sociais. O século XX, é um século de construção de novas relações que pressupõem a igualdade de tratamento de todos os cidadãos, a igualdade de deveres e de direitos perante a lei e a sociedade. Ao entrarmos no século XXI, há muitas conquistas conseguidas em termos de liberdade e de democracia; e muitas outras por conseguir, como por exemplo, as que concernem as relações do foro familiar, onde o privado impera e o informal cria as suas próprias leis em função de trocas afectivas e de testemunhos que passam de pais para filhos. A organização doméstica e familiar está longe de ser igualitária³¹⁰ pois as tarefas ligadas ao lar e aos filhos, são quase sempre desempenhadas pelas mulheres. Para além da dominação masculina familiar, podemos falar de dominação económica, pois os homens auferem de remunerações superiores à das mulheres³¹¹, de dominação profissional porque estão em maioria nos locais de decisão empresarial e de dominação política por se encontrarem maioritariamente representados.

Na perspectiva de Fisher³¹², a dominação é uma relação de poder onde um ou mais indivíduos exercem o controlo sobre outro ou outros. A

³¹⁰ Anália Cardoso Torres, *Vida Conjugal e Trabalho – Uma Perspectiva Sociológica*, Oeiras, Celta Editora, 2004.

³¹¹ Comissão Europeia, "Les femmes ont un long chemin à parcourir", in *Communiqués de presse*, 8 de Junho de 1999, in <<http://europa.eu.int/comm/eurostat/Public/datashop>>

³¹² Gustave-Nicolas Fisher, *A Dinâmica Social – Violência, Poder, Mudança*, Lisboa, Planeta Editora, 1994.

dominação económica permite a aquisição de meios materiais e imateriais que concorrem para o seu reforço e pressupõe que haja aceitação de uma repartição desigual de meios, por parte dos dominados, o que faz com que permanecem neste estado³¹³. Na dominação conjugal, estabelece-se uma relação afectiva que assenta na submissão e na docilidade do dominado, bem como na ausência de crítica para com o dominador. Tal fenómeno pode ser explicado por um dos efeitos do poder enunciados por Fisher³¹⁴: o da sua privação. Quando os indivíduos não têm poder, são colocados em condições que não lhes permitem dominar a realidade em que se encontram. Podem, por consequência, desenvolver um sentimento geral de impotência relativamente a uma situação. O autor mostra que uma das formas de privação do poder, está sobretudo associada às mulheres, nas dificuldades que estas têm em conciliar as responsabilidades familiares e as responsabilidades profissionais, bem como na sua dificuldade em enfrentar estereótipos que as excluem de lugares de liderança. A atribuição de poder às mulheres, no âmbito das ideologias de igualdade de oportunidades, é considerada pelos homens como uma usurpação. As mulheres mantêm-se numa condição de dominação que resulta dos papéis sexuais que Lígia Amâncio define como *uma dimensão da construção social do género onde se traduz a assimetria generalizada deste processo, visto que a sua função normativa só é evidente para o grupo dominado*³¹⁵.

Uma das hipóteses enunciadas nesta investigação, é a de que o tipo de relação conjugal do dominante versus o dominado se desenvolve quando, exercendo ambos uma profissão, um dos cônjuges investe mais do que o outro, na família. Há uma sobrecarga directa para o que tem de assegurar as tarefas familiares e domésticas. Observam-se dois tipos de dominação, uma manifesta ou fatal, encarada como definitiva por parte dos cônjuges, por

³¹³ Idem.

³¹⁴ Idem, p. 149.

³¹⁵ Lígia Amâncio, *Masculino e Feminino – A Construção Social da Diferença*, Porto, Edições Afrontamento, 1994, p.88.

incapacidade de criação de uma nova realidade familiar. Outra justificada por motivos de conveniência social, pois os entrevistados adoptam discursos igualitários para justificar as suas práticas desiguais. Vivem numa estrutura de dominação masculina dissimulada.

5.1.1. A DOMINAÇÃO FATAL.

Neste tipo de relação, não se questionam os papéis desempenhados pelos cônjuges na organização familiar e doméstica. As regras da relação conjugal mantêm-se durante os anos, desde a formação do casal por serem entendidas como fazendo parte da normalidade. Trata-se de uma fatalidade pois justa ou injustamente, os actores não percebem qualquer mudança como um acto da sua responsabilidade. Os comportamentos adoptados podem ser desiguais mas ajustam-se à única realidade social conhecida, não havendo construção de novas realidades nem por parte do homem, nem por parte da mulher.

O casal escolhido para tipificar esta forma de dominação, é a Helena³¹⁶ e o Jorge³¹⁷. São casados e têm duas filhas, uma de seis anos e a outra de dois. Vivem num apartamento alugado, com dois quartos, uma cozinha, uma casa de banho e uma sala de 17m². O prédio está longe da rede de transportes públicos e só dispõem de um automóvel utilizado pelo Jorge, o único que sabe conduzir. As entrevistas são efectuadas num Domingo de manhã, onde é possível observar que a casa está arrumada. Enquanto um dos cônjuges é entrevistado, o outro toma conta das filhas.

³¹⁶ Helena – 30 anos, residente no Porto, assistente de idosos ao domicílio, com o 9º ano, católica não praticante, com duas filhas.

³¹⁷ Jorge – 30 anos, residente no Porto, electricista, com o 6º ano, católico não praticante, com duas filhas.

5.1.1.1. A outra paixão do Jorge.

Em casa da Helena e do Jorge, as tarefas caseiras são asseguradas pelo trabalho feminino e pontualmente, pela participação masculina em tarefas como pôr e levantar a mesa e aspirar. Não há qualquer divisão, ou partilha de tarefas na medida em que, à excepção das mencionadas, a maior parte são da responsabilidade da Helena. A sua execução não é questionada e a intervenção mínima do marido é considerada normal porque os homens fazem algumas coisas de forma pontual. Os seus discursos estão embebidos de feminilidade, um conceito que Conceição Nogueira³¹⁸ define como uma construção do género feminino associado ao suporte afectivo, ao cuidado dos outros, caracterizado pela emocionalidade e vulnerabilidade.

Helena:	Jorge:
<p>“<u>[Faço] Tudo</u>. (...) Comer, fazer <u>camas</u>, dar-lhes <u>banho</u> também, quando vêm cedo, mas depois visto o <u>pijama</u>, elas não param quietas... Quase todos os dias, tenho que <u>limpar</u> este chão.. Tudo, tudo, tudo: pôr a <u>máquina a lavar</u>, <u>estender a roupa</u> que ficou a lavar, tudo, tudo.”</p> <p>“Passar <u>a ferro</u> geralmente <u>passo</u> só <u>uma vez por semana</u> e depois, de Sexta para Sábado, à noite, quando elas estão a dormir. Mas é uma vez por semana, não tenho dia exacto, é.. quando me dá assim, aqueles dias em que me dá vontade, passo.”</p> <p>“ <u>Água, luz, compras, sou eu</u>. O <u>aluguer da casa</u>, também sou eu. (...) Eu é que vou ao banco depositar o aluguer, ehh.. “</p> <p>“<u>O meu marido levanta a mesa, põe a mesa e aspira</u> e, às vezes, ajuda-me ao fim de semana a limpar o pó, <u>aquelas coisas normais que os homens vão fazendo</u>. Agora.. de resto, tenho que fazer tudo. Quando chego, ponho-as aqui a ver televisão e <u>tenho que fazer tudo</u>.”</p>	<p>“É ela que <u>faz quase tudo</u> (risos)! É ela que passa a ferro, que faz as camas, cozinha, eh.. é que olha mais pelas miúdas.”</p> <p>“Sei lá! Normalmente, he.. <u>aspiro a sala, ponho a mesa, levanto a mesa</u>, eh.. às vezes até me ponho aí, a limpar os móveis. Assim quando não tenho nada.. estou um bocado entretido.”</p>

Os estereótipos da feminilidade que vinculam a Helena ao seu espaço doméstico, contribuem para a sua aceitação do papel de “faz tudo” em casa.

³¹⁸ Conceição Nogueira, *Um novo olhar sobre as relações sociais de género – feminismo e perspectivas críticas na psicologia social*, Braga, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

O marido, considera a família mais importante que outras actividades que possa ter mas a sua disponibilidade divide-se entre a família, o trabalho e a música.

Helena:	Jorge:
“Se eu pudesse, <u>dava-lhes tudo</u> . Mas para mim, para qualquer mãe acho eu, é a <u>melhor coisa</u> que nós temos <u>no mundo</u> .”	“(…) [A família] é <u>sempre mais importante</u> .” “(…) Uma das coisas que eu gosto de fazer, uma.. posso dizer, <u>outra paixão, é a música</u> . Mas <u>também</u> tenho vezes que <u>gostava de passar mais tempo em casa</u> , mesmo com elas.” “(…) Quando é preciso.. quer dizer, às vezes faço horas, tenho muitas vezes, que vou.. tenho trabalhos para fora e vou.. <u>passo às vezes, a semana inteira sem vir a casa</u> .”

A satisfação familiar da Helena e do Jorge, é motivada pelo convívio que esta permite, sobretudo quando este se alarga à família mais afastada, como por exemplo os sogros e os cunhados. Os momentos de insatisfação devem-se no caso da Helena, à obrigação de diariamente trazer as filhas do infantário até casa. No caso do Jorge, devem-se à pouca disponibilidade que tem para as filhas, devido ao tempo que dedica à actividade musical.

Helena:	Jorge:
“O que é que me satisfaz.. Gosto de.. À noite, às vezes, aparece aqui a minha sogra, os meus cunhados e o que eu <u>adoro</u> , é <u>ter a casa cheia</u> . Não gosto de estar assim.. Quando somos só nós os dois e elas, estamos bem assim. Adoro <u>quando a família vem aqui</u> , aparece então de surpresa, melhor. E o que mais me desagrada, se calhar andar a correr no dia a dia. Não gosto o que temos andar.. ‘que do infantário da Beatriz, até aqui não temos transportes. (...) venho sempre a correr, porque tanto quer colo, como quer chão, acho que <u>é o que mais me desagrada</u> , ao fim do dia, ter que <u>vir a pé com elas</u> .”	“Porque.. às vezes acho, quer dizer, vejo assim eh.. às vezes dou por mim a pensar que.. vejo assim o tempo.. elas a crescer e.. <u>pouco tempo passo com elas</u> . Lá está, <u>derivado</u> a isso, <u>à música</u> . E às vezes, dou comigo.. às vezes, penso não é? Vejo elas a crescer, e, ou pouco tempo passo com elas.” “Talvez o.. <u>satisfazer.. o estar com a família</u> . E outra das coisas é, às vezes, também não estar, ou passar mais tempo fora porque trabalho.. lá está. Às vezes, tenho vezes no fim de semana que é.. como é o caso de hoje, por exemplo, ‘tou... Toquei ontem à noite e ‘tou hoje de manhã, com elas mas de tarde, já vou outra vez.. eh.. talvez essa é <u>uma das coisas que não me satisfaz</u> . <u>É o pouco tempo</u> , não estar o tempo suficiente.”

5.1.1.2. “Ele detesta estar em casa!”

A Helena é assistente de idosos ao domicílio e o Jorge é electricista. A

actividade da Helena corresponde a uma profissão que pelas suas características de cuidado aos outros, se associa tradicionalmente às mulheres. Lígia Amâncio observa que lhes é reconhecida competência em profissões ligadas à saúde e à assistência social, por serem consideradas como um prolongamento das funções familiares para a esfera pública, o que traduz *uma divisão entre a esfera pública e a esfera privada, que persiste para além da entrada da mulher no mundo do trabalho, como é o caso da sociedade portuguesa*³¹⁹. O interesse profissional da Helena e do Jorge é elevado e ambos estão satisfeitos com as actividades que exercem. A Helena se pudesse, gostava de trabalhar mais horas, o que não corresponde à vontade do marido que apesar de compreender a importância da profissão da Helena para a família, prefere que ela trabalhe menos para se ocupar da família. Já esta, não pensa o mesmo em relação ao trabalho do marido, porque ele não gosta de estar em casa e não tem paciência para as filhas. Entende que o marido, em casa é mais um trabalho para si, pois tem que o vigiar na relação que este estabelece com aquelas.

Helena:	Jorge:
<p>"Eu gosto de estar em casa mas acho que também estar, por exemplo, quatro, seis horas em casa, não tenho.. como é que hei-de dizer. (...) <u>gosto de fazer o que faço</u>, gosto de falar, por acaso <u>tenho um emprego ótimo</u>, é que <u>os idosos gostam de falar</u> e eu também gosto de falar. Ehh.. prontos <u>é aquela coisa de eu gostar</u>. É importante neste caso, <u>faço o que eu gosto</u>."</p> <p>"(...) [Gosto] menos, esta situação que tenho que o senhor esta mesmo... (...) eu <u>detesto</u> mesmo é <u>entrar em casa deles sozinha</u> (...) e o ver assim na cama já.. [morto]. De resto no meu trabalho, eu gosto de tudo."</p> <p>"Porque, lá está, nós <u>quando fazemos uma coisa que gostamos, não nos cansamos tanto</u>. (...) Não me canso e <u>não me importava de fazer mais horas</u>. Eu vi a diferença porque eu já, já fui empregada de balcão e é uma profissão que eu detesto. Então a mim, pedirem-me para fazer mais horas nessa profissão, eu ficava!... E se pudesse, nunca fazia e</p>	<p>"[O trabalho].. é uma coisa que gosto de fazer. <u>Uma paixão</u>. Já gosto desde, desde que comecei, sempre foi <u>à volta da electricidade</u> e portanto, é um trabalho que <u>gosto muito</u>."</p> <p>"Hee... No trabalho, gosto de quase tudo, não é? <u>Quase tudo o que eu faço, gosto</u>, não é? (...) .. temos dias em que tudo corre bem, temos dias em que nada nos corre bem (...) <u>o que mais me chateia, é quando, quando o sítio é pequeno</u> e estamos todos a trabalhar ao mesmo tempo. Isso, é capaz de me custar mais."</p> <p>"(...) gosto bastante do que eu faço mas já.. <u>o tempo que passo já chega, já é suficiente</u>. Quando é preciso.. quer dizer, às vezes faço horas, tenho muitas vezes, que vou.. tenho trabalhos para fora e vou.. <u>passo às vezes, a semana inteira sem vir a casa</u>."</p> <p>"Claro que gostava, <u>gostava de menos tempo</u> [a</p>

³¹⁹ Op. Cit., p. 70.

<p>se pudesse nunca ia trabalhar.”</p> <p>“É uma ajuda, ehh... e é importante porque eu sei que se ele [o marido] estivesse em casa muito tempo, que ele ficava afectado, porque <u>ele detesta estar em casa!</u> (Ri-se) Acho que ele me chateava a mim também. Assim <u>é importante que ele saia de casa, que trabalhe.</u>”</p> <p>“(…) <u>ele tem pouca paciência para</u> as crianças, para <u>as filhas.</u> (...) Ele tem pouco tempo, ele tem pouca paciência. Acho que <u>ele trabalhar menos horas era para eu ter que tomar conta dele,</u> também! (ri-se) Tenho que estar sempre a dizer “não faças isso às miúdas!”.”</p>	<p>trabalhar] mas.. mas a ganhar o mesmo! (ri-se).”</p> <p>“Ora bem.. (silêncio). Acho que [trabalhar] <u>é uma coisa que ela gosta,</u> que ela faz ehh.. para além de me ajudar (...) a sustentar a casa, as filhas, tudo.”</p> <p>“Por uma parte, <u>era bom</u> [a Helena diminuir as horas de trabalho], <u>por causa de estar mais tempo com elas.</u> Assim, elas passavam menos tempo no, menos tempo no ATL e no infantário, dava-lhes mais atenção.”</p>
---	--

O Jorge pode trabalhar sem constrangimentos familiares, o que se deve aos estereótipos associados ao género masculino. O homem *é uma pessoa autónoma e internamente determinada, porque independente de qualquer função ou contexto específicos, enquanto que o estereótipo feminino traduz um modelo de pessoa condicionada às fronteiras de uma função social específica e orientada para contextos de interdependência afectiva e sexual*³²⁰. É o caso da Helena que tem a sua actividade profissional condicionada pelas funções domésticas e familiares que exerce. Sente-se sobrecarregada com as tarefas não só durante a semana, como também aos fins de semana. A gestão da família e da profissão é encarada pelo marido, de forma sucinta, em termos de ausência do ambiente familiar.

<p>Helena:</p> <p>“Prontos, por exemplo, tem <u>Sábados</u> que afecta-me um bocadinho, não é? (...) Por exemplo, ontem foi um dia desses. Eu <u>de manhã fui com elas às compras e de tarde, tive que ir a casa de um doente dar-lhe a medicação.</u> Às vezes interfere isso. Mas durante <u>a semana,</u> prontos é aquela rotina que <u>temos que andar a correr</u> (...) <u>jantamos mais tarde,</u> ou assim. Agora, aos Sábados para mim, ir trabalhar.. (...). <u>Ontem eram dez da noite e ainda andava aqui, com o aspirador na mão.</u>”</p> <p>“(…) Comigo, é tudo a <u>falta de tempo</u> que está a interferir em tudo. Quando nós só temos uma criança, (...) ninguém manda calar ninguém mas <u>quando</u> (...) <u>estão as duas juntas, é horrível.</u> Então <u>atrasa-me</u> tudo. (...) porque tenho que andar sempre:”ó Manuela, não batas à Beatriz, ó Beatriz,</p>	<p>Jorge:</p> <p>“É um bocado.. Lá está, como eu disse, <u>é um bocado difícil conciliar.</u> Lá está, <u>o trabalho</u> ocupa quase o <u>tempo inteiro,</u> lá está como eu disse. Tenho a <u>música como hobby</u> mas tento conciliar a família e o trabalho.”</p>
---	---

³²⁰ Lígia Amâncio, op. cit., p.68.

não batias à Manuela”, “Manuela, faz isto”(…)”	
--	--

A Helena esteve desempregada durante uns tempos, só a tratar de tarefas familiares e domésticas. Com o nascimento da segunda filha, as despesas aumentaram muito e a necessidade de contribuir economicamente para o sustento familiar, levou-a a procurar trabalho. Aceitou a profissão de assistente de idosos, a primeira que lhe propuseram, que começou a exercer após uma formação profissional na área. No entanto, devido às necessidades de tratamento da filha Beatriz, frequentemente doente, não pôde aceitar trabalhar a tempo inteiro. O médico aconselhou-a a colocar a filha na creche só da parte da manhã. À medida que o tempo passa e as filhas crescem, a Helena tem aceite cada vez mais trabalhos, tendo a gestão do tempo de trabalho por sua conta.

Helena:	Jorge:
<p>“(…) tenho o curso de ajudante de educadora. Mas acabei o curso e não consegui colocação em lado nenhum. (...) na altura, <u>a Beatriz</u> andava com estes problemas e foi logo no princípio, onde <u>deu muitas despesas</u> (...). Então eu com este curso, <u>consegui ser assistente domiciliária de idosos</u>. (...) para mim, foi um choque, não é? Embora digam que as pessoas idosas sejam iguais às crianças, tem coisas que não tem nada a ver. (...) Mas <u>agora, já adoro</u>. “</p> <p>“Entretanto <u>agora é que aceitei trabalhar mais tempo porque a Beatriz começou a melhorar</u>. Porque até a Beatriz.. andar sempre doente, só ia ao infantário de manhã.”</p> <p>“(…) eu <u>não tenho ninguém atrás de mim</u>. Eu sei que tenho que cumprir aquele horário e ir lá mas por exemplo, às vezes preciso de falar com alguém do infantário e eu sei que posso chegar dez, quinze minutos mais tarde ‘que não tenho ninguém ‘olha, então não chegaste...mas como é?’. Isso é bom para mim. (...)”</p>	

5.1.1.3. O Jorge consegue ter “um bocadinho mais de poder”.

A Helena e o Jorge namoraram muitos anos antes de começarem a viver juntos. Durante alguns tempos viveram com os pais da Helena e

posteriormente, arranjaram casa. O motor de arranque da união, foi o nascimento da primeira filha, que os levou a casar pelo registo. Posteriormente, decidiram casar pela igreja, procuraram casa e mudaram-se a fim de adquirirem a autonomia que precisavam.

Helena:	Jorge:
<p>“Pronto.. não sei, <u>namoramos oito anos</u> e achávamos que era demais e <u>o que me levou (...)</u> mais a casar, é que eu engravidei da Beatriz. (...) Uns dias antes da Beatriz nascer <u>decidimos casar pelo registo</u> e eu disse “então só casamos pela Igreja, quando a Beatriz andar”, ‘que assim, ela vai ser a nossa menina das alianças A Beatriz não, a Manuela. (...)”</p> <p>“(…) <u>Só depois</u> de termos casado pelo registo (...) é que já tínhamos arranjado uma casa, já tínhamos posto.. (...) o essencial lá dentro. <u>Decidimos então ir à Igreja, casar e morar juntos.</u>”</p>	<p>“Ora bem.. Eh.. <u>namorei</u> na altura por volta de <u>sete, ou oito anos</u> e ‘apois (...).. <u>a minha mulher engravidou e.. resolvemos casar.</u> Também já era muito tempo, já.. tempo de namoro. E.. sempre um dum lado, o outro do outro, e.. ‘tava eu nos meus pais e ela nos pais dela e prontos, resolvemos casar e juntar, <u>juntamo-nos.</u> Ainda ficamos um bocado <u>na casa dos pais dela</u> e <u>depois resolvemos arranjar casa.</u> Quem casa, quer casa, não é? Resolvemos procurar..”</p>

A Helena considera a sua relação com o Jorge boa e este, tem uma posição mais conformada, dando a entender que é normal. A primeira pensa a relação conjugal a dois e gostava de ter mais tempo para estar só com o marido. O Jorge, estende esta relação ao resto da família, pretendendo mais tempo para passar não só com a mulher, como com as filhas. Os interesses divergem dentro de uma relação que tem momentos melhores e momentos piores. A satisfação conjugal é obtida a partir da resposta dada às expectativas em relação ao outro, de acordo com os papéis estabelecidos desde o início da relação.

As desigualdades são assumidas e encaradas com naturalidade, pois fazem parte de uma rotina que se institucionalizou. A Helena compara o seu marido aos maridos que têm atitudes com as quais não concorda e classifica o seu marido de bom marido. Não vai para os cafés sem ela, gosta de estar com a família, é compreensivo e tem um trabalho. Para o Jorge um bom marido, ou uma boa mulher são aqueles que se respeitam e se ajudam mutuamente. Por um lado, considera que a mulher precisa que ele participe

mais em termos familiares e domésticos, por outro lado, não abdica nem dos seus interesses pessoais, nem do seu conforto.

Helena:	Jorge:
<p>“Dias melhores, dias piores mas acho que <u>até é uma relação boa</u>. Não somos um casal que anda sempre a discutir (...)”</p> <p>“Ah sim, às vezes.. (...) Estamos os dois, (...) Não há ninguém sempre “ó mãe, ehehe!”, claro que <u>era bom</u>, de vez em quando! (...) <u>uma vez fomos sair sozinhos</u> e uma tia disse logo “onde estão as meninas, onde estão?” (...) é tão raro conseguirmos fazer isso! (...) para nós, sabe-nos que é uma maravilha. <u>Para nós os dois</u>, claro, nós <u>temos pouco tempo</u>.”</p> <p>“[O Jorge] É uma pessoa que não consegue ir tomar um café sozinho, gosta sempre companhia. Então acho ótimo. <u>Há mulheres que passam um horror de tempo em casa, e os maridos nos cafés</u>. (...) É bom marido, é assim uma pessoa até compreensivo. Ajuda quando eu lhe peço para fazer alguma coisa. (...)”</p> <p>“(…) Quando ele precisa de alguma coisa eu ajudo também, ehh porque [o Jorge] trabalha, <u>arranjou trabalho para ajudar</u>, sou uma boa mãe, eu acho. (...) acho que sou uma boa mulher.”</p> <p>“Não sei.. Tenho mais coisas para fazer do que ele, não é? <u>Tenho mais obrigações do que ele</u>, não é? Ele tem dias que (...) vai fazer assistência às lojas e <u>chega aqui às nove</u>. (...) <u>já está tudo feito, eu é que fiz tudo</u>. Sem ajuda. Eu acho que <u>sou</u> a mais <u>penalizada</u> nisso.”</p>	<p>“É sempre muito, muito.. Tem os seus altos, os seus baixos mas <u>vamos andando</u>.”</p> <p>“Sim. Talvez ter mais tempo. Passamos, como eu disse, [gostava de] <u>passar mais tempo com a família</u>.”</p> <p>“(…) <u>Sempre foi assim desde o início</u>, que comecei a namorar, sempre tem sido assim. Lá está, de vez em quando, temos as nossas chatices, como, como.. mas isso passa. (...)”</p> <p>“Ora bem, ser bom marido.. sei lá, <u>respeita-la, olhar pelas filhas e ajuda-la</u> no que puder. Ser boa mulher, também, a mesma coisa. Há que respeitá-lo.”</p> <p>“Ehh.. (...) <u>gostava de ajuda-la mais. Deixa-la com mais tempo p’ ra ela</u> se divertir, ou p’ra ela descansar. Gostava de poder ajudar em mais.”</p> <p>“(…) às vezes teimo por causa assim.. de coisas mínimas e.. (...) eu sei que as miúdas têm que brincar, não é? He.. normalmente <u>elas são.. desarrumam</u> muito. <u>Uma coisa que me chateia</u>, às vezes, <u>é ver as coisas fora de sítio</u>.”</p>

A aceitação da ordem familiar estabelecida é o resultado da dominação masculina, pois *se se aceitar que os homens, relativamente às mulheres, têm mais poder, e ocupam uma posição mais vantajosa na sociedade, compreende-se como os discursos prevaletentes de feminilidade servem para manter a desigualdade de poder*³²¹. A Helena afirma que o marido tem mais poder do que ela, pois pode mais facilmente dispor do seu tempo para fazer o que quer. Não lhe é possível, como é possível ao marido, sair de casa sem que as filhas interfiram, dado o elevado grau de

³²¹ Conceição Nogueira, op. cit., p.101.

dependência destas. E se sai, o Jorge não fica sozinho, tem de recorrer a uma cunhada mais nova que se desloca até sua casa, para o ajudar a tomar conta das filhas. O entendimento do Jorge sobre a igualdade, gera algumas contradições, visto não ser coerente com as práticas quotidianas instituídas.

Helena:	Jorge:
<p>“(…) <u>há coisas que não podemos fazer como eles, não é?</u> Enfim, por exemplo, é muito mais fácil ele sair à noite, tem mais esse poder, do que eu. Eu tenho sempre as miúdas dependentes de mim. Porque elas estão sempre “ó mãe!”. Hoje.. tenho dias que por exemplo, vou ali ao pão, começam logo “também vou”, acordam de noite, chamam logo a mãe e se eu não estiver... ele já me disse “olha, quando tu vais aos jantares, elas põem-se para aí a berrar: “Quero mãe! Quero mãe!””. Percebe?”</p> <p>“Acho que nisso, <u>ele ainda consegue ter um bocadinho mais de poder. Pode sair sem pensar que alguém está a chamar por ele. E eu já não tenho essa..</u>”</p> <p>“(…) Ele sai à noite, se quiser, é muito, muito raro. (...) Quando eu estava a tirar o curso, fazíamos muitos jantares e eu ia sempre e ele ficava com as miúdas. Ele e a irmã, vinha para aqui. Lá está, <u>ele não tem muita paciência e elas</u> são um bocadinho.. <u>estão sempre a pedir coisas.</u> Agora é o leite, agora é o boneco, agora chega-me isto e então <u>eu peço sempre ajuda a uma cunhada minha.</u> E ehh.. portanto, ele também me diz sempre, “olha, vai, <u>a Patrícia vem para aqui,</u> ajuda-me e assim” (...). Prontos, acho que é um direito que nós temos também às vezes nos libertarmos um bocado da família.”</p>	<p>“(…) temos <u>os mesmos direitos tanto um como o outro,</u> he.. ter os mesmos direitos. O que ela fizer, eu também posso fazer e <u>ela também pode.</u>”</p>

5.1.1.4. A ausência de mudança.

O processo de negociação da distribuição dos papéis familiares e domésticos ocorre quando começam a nascer os filhos: *o nascimento do primeiro filho corresponde a uma reformulação do sistema de valores e a um centramento sobre o interior, com a crescente importância do lar*³²². Numa fase posterior, grande parte das negociações passam pela associação dos cônjuges, aos papéis previamente estabelecidos, no sentido de se

³²² Catarina Delaunay, *O Enredo conjugal – Uma viagem à realidade quotidiana do consumo*, Lisboa, Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2001, p.233.

encontrarem consensos. A mudança no início da vida a dois, é entendida como suficiente pois exige um esforço de adaptação de ambos e um corte com alguns procedimentos da geração anterior. Definidos os papéis a desempenhar pelos cônjuges, é difícil encontrar por parte dos mesmos, predisposição para a mudança. François de Singly³²³ observa que basta que o homem faça qualquer coisa que o pai da sua companheira não tenha feito, ou que a sogra faça normalmente, para que o casal pense ter alcançado a revolução conjugal. É a diferença entre a afirmação de tarefas partilhadas e a prática desta mesma partilha, bem como o fim de alguns rituais que caracterizam o casamento, tais como o uso da aliança, o uso do nome do marido, as referências em público das expressões “o meu marido” ou “a minha mulher”, que faz a sociedade acreditar que há mudança e que o presente é melhor do que o passado.

Para a Helena, a evolução efectua-se até hoje, em termos de autocontrolo e de aumento da capacidade de ouvir os outros. Para o Jorge, as mudanças são percepcionadas em dois tempos: antes e depois do casamento. A grande mudança está no sentido de responsabilidade que adquiriu e o levou a pôr de lado hábitos de diversão que tinha na juventude. Em termos de organização familiar e doméstica, o Jorge e a Helena pararam no tempo, há sete anos, quando casaram. Desde então, não há negociações e consequentemente, não há mudanças de comportamentos, porque a *evolução decorre de uma lógica de comparação entre diferentes gerações (...) e não da comparação entre sexos*³²⁴.

Helena:	Jorge:
“(…) <u>Com a idade nós vamos modificando o comportamento.</u> Eu sei que quando casei, <u>era</u> uma pessoa mais.. como é que eu hei-de dizer, <u>mais espontânea</u> , ehh.. por exemplo, eu tinha uma coisa, é que dizia tudo logo o que me vinha à cabeça, <u>o que pensava eu dizia</u> . Agora, já não faço	”Ela também era tal e qual como eu, saía para se divertir. Depois também de casar e <u>depois de ter a primeira filha, começou a ter mais..</u> lá está, é a <u>responsabilidade. Fazer de comer, tratar..</u> ”

³²³ François de Singly, “Les habits neufs de la domination masculine”, in *Masculin / Féminin*, Revue Esprit, n°196, Paris, Novembro 1993.

³²⁴ Catarina Delaunay, op. cit., p.227.

<p>tanto assim para ninguém ficar chateado. (...)</p> <p>Eu agora, é assim: <u>agora eu prefiro engolir</u>, até posso ficar.. alguém me dizer alguma coisa que fico chateada mas eu agora, até <u>prefiro calar, do que responder</u>. Porque eu antigamente respondia a tudo o que me diziam. (...) houve uma mudança em mim, eu sei.”</p> <p>“Em princípio, depois de termos casa, onde morar juntos e não sei quê, também às vezes havia uma discussão (...). (...) ele já não é tão orgulhoso e <u>eu também já aprendi a calar um bocadinho</u>.”</p> <p>“(…) <u>ele em casa não fazia nada</u>. Não fazia nada, nada. Porque eles são cinco rapazes e só têm uma rapariga, que é a mais prejudicada, porque ela.. mesmo a minha sogra entendia que eles “são rapazes, eu e a tua irmã.. não tens que fazer nada”. E ele veio assim, mas prontos <u>isso foi resolvido</u> graças a Deus.”</p>	<p>“(…) .. <u>desde.. que me casei</u> eh.. sei lá, assim, pois <u>comecei a ter</u> um bocadinho <u>mais de responsabilidade</u>. Na altura, quando namorava, quando namorávamos, só queria era.. lá está, qualquer jovem.. queria era divertir.. colegas e depois de me casar, isso é que levou uma reviravolta bastante grande. Tinha mais responsabilidade, a casa e outros assuntos para resolver assim com mais, mais responsabilidade. <u>Mudei bastante nisso, nesse aspecto</u>.”</p> <p>“Nunca, <u>nunca me deu p’ ra isso</u> [aprender a cozinhar]. Nem.. lá está, às vezes, o pouco tempo que se tem, não dá p’ra.. Talvez desse, mas <u>nunca foi do meu agrado, cozinha</u>.”</p>
--	--

As práticas quotidianas do Jorge e da Helena, reflectem o respeito por uma ordem social instituída, como se pode observar através do discurso sobre a educação que pretendem para as filhas. Deve haver respeito pelas regras sociais, mesmo que estas impliquem encaminhar as filhas para práticas religiosas que os pais não têm.

<p>Helena:</p> <p>“(…) Estou sempre a dizer à Manuela: “ó Manuela, quando alguém te dá alguma coisa, tens que dizer obrigada”. Prontos, <u>tento sempre que elas agradeçam, serem educadas</u>, não é? Ehh.. a Manuela, quando achou interessante ir para a <u>catequese</u>, ‘que via os primos ir, também <u>achei que fazia parte da educação</u> ela ir e deixei-a ir (...).”</p>	<p>Jorge:</p> <p>“(Silêncio) Eh..serem educadas, <u>bem educadas</u>.”</p>
---	--

5.1.1.5. “A única coisa que a minha mãe os obrigava era a estarem a horas em casa”.

Os comportamentos e os valores da Helena e do Jorge assentam na informação que recebem da família de origem e das suas experiências de vida. A influência escolar é fraca, pois na escola aprenderam o básico. No caso da Helena conclui o nono ano profissional já depois de casada e de ter tido as duas filhas. Parou de estudar depois da escolaridade obrigatória para ajudar a mãe que tinha dificuldades em sustentar a família. O Jorge não tinha

sucesso escolar e foi obrigado a começar a trabalhar quando tinha catorze anos, com o sexto ano. A aprendizagem no agregado familiar dos pais é por isso, determinante nas práticas quotidianas: (...) *os papéis, enquanto padrões comportamentais desejáveis, contribuem para que as crianças diferenciem perceptivamente as actividades masculinas e femininas sob a forma do que devem fazer os homens e as mulheres*³²⁵.

Helena:	Jorge:
<p>“Éramos três na altura. O mais novo veio depois mas <u>nós</u> sabemos que <u>dávamos muita despesa</u>. Então eu cheguei e disse à mãe “não quero mais estudar”. Prontos, naquela altura <u>fazer o 6º já era o normal</u>.”</p> <p>“O 9º <u>fiz há pouco tempo</u> quando tirei este curso de crianças. Eu já tinha tirado um de crianças mas tinha sido muito fraquinho. Depois perguntaram-me se eu queria tirar outro de crianças e eu disse “eu queria mas preferia com escolaridade”, e então disseram-me “este é para teres o 9º ano” e eu disse “então eu vou”. <u>Foi num ano</u>.”</p>	<p>“Ora bem eu.. eu na escola, baldei-me um bocado, queria.. Na altura queria brincadeira. Não ligava muito à escola e depois como quer dizer, <u>na escola não dava nada, tive mesmo que ir trabalhar</u>. Tanto é que depois arranjei trabalho e comecei a estudar à noite. Era trabalho, trabalho e escola mas foi, foi, foi isso.”</p> <p>“Comecei [a trabalhar] <u>desde os 14</u>, mais ou menos.”</p>

No agregado familiar de origem, a Helena colaborava juntamente com a irmã e a mãe, nas limpezas da casa aos Sábados. Durante a semana, à noite lavavam a louça. Os dois irmãos não tinham qualquer participação nestas tarefas. A única obrigação era chegarem a casa às horas marcadas pela mãe, ou para almoçar, ou para dormir. O pai passava muito tempo fora e quem fazia tudo em casa, olhava pelos filhos e pagava as contas, era a mãe. A única tarefa partilhada e feita em conjunto pelo pai e pela mãe, era a ida às compras. A mãe da Helena tinha ajuda da avó e da tia, que a levavam juntamente com a irmã à escola e as iam buscar.

Na família do Jorge, a situação era semelhante. A mãe lavava a louça, fazia o almoço e o jantar, aspirava a casa e levava os filhos à escola. O pai tratava do pagamento das contas da água e da electricidade, por vezes ajudava a pôr a mesa e pouco mais fazia. A irmã mais nova do Jorge, era a que mais participava nas tarefas domésticas, o Jorge era o mais velho dos

³²⁵ Lúcia Amâncio, op. cit., p.71.

cinco e fazia recados, punha a mesa e pontualmente, trazia os irmãos da casa da ama.

Helena:	Jorge:
<p>"Isso [limpeza e aspiração] éramos <u>nós as três, ao Sábado</u>. Ao fim de semana, é que dava para fazer isso."</p> <p>"Eu, ou a minha irmã [púnhamos a mesa]. Era quem estivesse à mão."</p> <p>"Pouca coisa.. À noite, por exemplo, à noite, era <u>eu ou a minha irmã</u> era uma de cada vez, <u>a lavar a louça</u>, mais nada."</p> <p>"Praticamente nada. A única coisa que a minha mãe os [aos irmãos] obrigava, era a <u>estarem a horas em casa</u>. Isso era muito rígida, de resto."</p> <p>"(...) Até se saíssem à noite, marcava horas para eles estarem em casa."</p> <p>"(...) o meu irmão, o mais velho, ele foi mais criado com a minha avó. E eu sei que na minha avó, ele ia ajudando. (...) porque ela já era uma pessoa com alguma idade e era ele que lavava a louça, aspirava e não sei quê.. <u>Quando vinha para a mãe, ele não fazia nada. Em casa, ele também nunca fez nada.</u>"</p> <p>"Era assim: para estas coisas que nós temos que pagar, normais aluguer, <u>água e luz, era a minha mãe</u>. Relativamente às <u>compras, iam os dois</u> mas a minha mãe é que organizava o dinheiro todo (...)."</p> <p>"(...) <u>A nossa avó ia-nos levar à escola de manhã</u>, 'que a nossa mãe pegava muito cedo, depois ia <u>uma tia</u> nossa, <u>ia-nos buscar</u> à escola e deixava-nos num ATL(...). <u>O meu pai</u>, é que <u>chegava</u> sempre muito <u>tarde</u>, por volta das oito, oito e meia. Já estava tudo em casa, <u>já estava tudo pronto</u> para jantar."</p> <p>"(...) a minha mãe tinha mais trabalho, não é? (...) passou muitos anos connosco sozinha, <u>a trabalhar para três filhos</u>. Portanto, ela já <u>estava habituada a ser ela a fazer tudo, e continuou</u> (...)."</p>	<p>"A minha mãe, <u>a minha mãe</u>, fazia as tarefas, eh.. normais.. <u>lavava a louça</u>.. fazer, <u>fazer jantar, almoço</u>. <u>O meu pai</u> no que podia.. no que podia, ajudava.. <u>pôr a mesa</u>.. sei lá, mas.. Mas também.. pouco, <u>ou nada</u>."</p> <p>"Ai isso, era sempre com o meu pai. <u>O meu pai</u> é que <u>tratava dessas coisas</u> [das contas da água e da electricidade]."</p> <p>"Porque <u>a minha irmã</u> também, na altura.. <u>ajudava bastante</u>, mas em antes dela.. dela, enquanto era criança, e tudo.. portanto, ajudava bastante. E mesmo <u>eu</u>, também.. em algumas coisas, <u>ajudava</u>."</p> <p>"Eh.. É assim, normalmente a <u>minha mãe é que</u>, normalmente <u>tratava mais</u>. O meu pai saía mais cedo para trabalhar e ela, a minha mãe, é que tratava disso. Levava..[os filhos à escola]"</p> <p>"Na altura, (...) ela [a mãe] tratava, <u>levava-me à escola</u>. também a escola era lá à beira, na Pasteleira, o bloco era quase em frente à escola. Normalmente era ela, sempre, que tratava disso."</p> <p>"(...) <u>tinha dois irmão</u> que estavam numa ama, <u>também ia busca-los</u>. Às vezes calhava a mim ir lá. Também era perto."</p> <p>"(...) sou o mais velho.. deles todos, portanto, fazia-lhe.. <u>fazia-lhe os recados</u>.. também, também.. <u>pôr a mesa</u>.. Pouco, pouco ou mais que isso.."</p>

Relativamente ao trabalho, os pais de ambos trabalhavam apesar de a certa altura, a mãe da Helena ter ficado desempregada e desde aí ter permanecido em casa. Os rendimentos das mães, ainda que inferiores aos dos maridos, eram importantes, pois juntamente com o salário destes, asseguravam o pagamento das despesas da casa no final de cada mês. Nas suas famílias de origem, a importância dada ao dinheiro era associada à

sobrevivência e no caso dos pais da Helena, o que sobrasse era distribuído em função das necessidades de cada filho. Os pais não discutiam os seus problemas à frente dos filhos, pelo que o Jorge e a Helena não têm memória dos seus desentendimentos.

Helena:	Jorge:
<p>“Eh.. portanto, o meu <u>pai</u> passava muito tempo fora porque era <u>picheleiro</u> e mecânico.”</p> <p>“A minha <u>mãe</u>? Já trabalhou, <u>na fábrica</u> dos fósforos. Só que entretanto fechou e ela, desde que fechou depois, ficou em casa e nunca mais.”</p> <p>“(…) chegavam ao fim do mês, faziam as compras que tinham a fazer, <u>pagavam o que tinham a pagar e o resto, era mesmo para gastar durante o mês</u>. Não eram assim pessoas muito agarradas (…). Quando tinham, o que a gente pedia eles iam dando. (…)”</p> <p>“Eles.. que eu me apercebesse, eles <u>tinham poucos desentendimentos</u>. E a nossa casa na altura, era pequenina, dava para percebermos. (….) nunca discutiram na nossa beira, <u>nunca se pegaram à nossa beira</u>. (….) He.. lá está, eram duas pessoas muito calmas. (…)”</p>	<p>“Ora bem, a minha <u>mãe</u> era.. é assim, era <u>soldadora</u> mas era assim, havia aqui uma fábrica que era, que era de gás (….) estava na máquina onde colocava umas garrafas pequeninas. Faziam lá a solda.”</p> <p>“O meu <u>pai</u> era <u>fundidor</u>. Também trabalhava aqui nesta rua.. (….) Era uma fundição.”</p> <p>“(…) tínhamos que fazer com que chegasse.. <u>gerir bem, para dar para o mês todo</u>. Compras, sei lá, para outras despesas.”</p> <p>“(…) <u>era raro eles chatearem-se</u>, sinceramente assim.. ‘que nem me lembro de os ver assim chateados. Se fosse, se fosse.. era assim uma coisa mínima, passageiro mesmo.”</p>

5.1.1.6. O dinheiro é para pagar as contas.

As diferenças de rendimentos influenciam o poder feminino de negociação porque *quanto mais recursos o marido traz para o casamento, mais a mulher o considera como tendo direito a prevalecer nas decisões*³²⁶. Apesar de não haver grandes negociações em termos da organização familiar e doméstica, o salário da Helena confere-lhe alguma independência do marido e permite-lhe contribuir para as despesas da casa. Possibilita os almoços em casa e melhorar as refeições que têm. Se só o Jorge tivesse rendimentos, não era possível a Helena almoçar em casa, e eram obrigados a refeições mais fracas ao jantar, por falta de dinheiro.

Helena:	Jorge:
<p>“(…) quando eu tive a Beatriz, fui logo despedida e</p>	<p>“(…) <u>ganho mais</u>, mais do que ela. Mas prontos, lá</p>

³²⁶ Catarina Delaunay, op. cit., p.49.

CAPÍTULO V – PERSPECTIVAS DE DOMINAÇÃO E DE IGUALDADE

<p>nós vimos a impressão que é ser dois a ganhar, por um. Nós ficamos mesmo.. <u>eu ia ao meio dia comer à minha mãe, 'que não chegava</u>, à noite, <u>comíamos em casa mas não aquilo que nós comíamos quando éramos os dois a trabalhar</u>.. E agora, desde que eu comecei a trabalhar, portanto chega ao fim do mês são <u>dois ordenados, ajuda imenso!</u> Foi <u>por isso</u> que.. por causa de ser dois ordenados é <u>viemos para esta casa</u>, só com um.. portanto o meu é de uma importância razoável."</p> <p>"(...) trabalhar, dá-nos um bocadinho mais de poder, não é? <u>Não estamos dependentes</u> deles (...)"</p>	<p>está juntamo-nos <u>os dois e pagamos as despesas</u> da casa. Comida para a casa, vesti-las, calça-las."</p> <p>"(...) o..[dinheiro] é aquilo que <u>faz falta para a casa e para tudo</u>. Para o bem estar, para tudo.., para elas, para ajudar no que elas precisam."</p>
---	--

O trabalho da Helena e do Jorge assegura a aquisição de bens essenciais tais como a comida, a roupa e a casa. Os fracos recursos económicos influenciam a estrutura familiar. A Helena e o Jorge não pretendem ter mais filhos porque entendem que não têm capacidade para os sustentar e lhes dar o necessário para viverem. Viver bem é ter dinheiro para fazer face às despesas mensais, é ter uma casa e ter uma família.

Helena:	Jorge:
<p>"(...)eu, por mim, tinha mais um. Só que <u>a nossa vida também não dá para ter mais</u>. (...)"</p> <p>"<u>Não temos condições</u>, para termos três."</p> <p>"<u>Dinheiro</u>, prontos acho que tínhamos novamente que estar a mudar de casa.(...) Por tudo: por tempo, por <u>paciência</u>, 'que eu digo que já não tenho paciência, por um bocadinho de tudo."</p> <p>"Viver bem, (...) ter uma casa melhor, na casa eu aposto, quanto mais melhor, melhor, melhor. Ter uma família. Em questões de dinheiros, lá está, eu costumo dizer "eu não quero muito", que tenha <u>o essencial para o dia a dia</u>. Prontos, acho que é isso. <u>Casa, família</u>."</p>	<p>"É assim, neste momento, (...) <u>não há possibilidade</u> para isso [ter mais filhos]. Não p' ra já. (...) Talvez.. <u>por uma questão de dinheiro</u>, sei lá... E também, às vezes, [querer] ter <u>mais tempo para dedicar</u>.. também tenho, tenho <u>música</u>, sou músico. Às vezes vejo um bocado também.. também porque não ajudo.. não consigo ajuda-la muito.. também derivado a isso. Porque a música, além do trabalho.. e música, ocupa-me muito tempo."</p> <p>"Para mim, <u>viver bem é.. ter dinheiro durante o mês</u>, para se poder sustentar.. estabilizar, poder também sair com a família, dar uns passeios, estar em casa.. normalmente, é isso."</p>

Apesar de manifestarem um interesse profissional semelhante, têm uma disponibilidade diferente para as suas profissões. Os interesses familiares, conjugais e individuais divergem. A Helena tem mais preocupações familiares do que o marido e uma opinião diferente sobre a relação conjugal, gostava de ter mais tempo para estar com ele. Trata-se de uma relação conjugal que se

enquadra no tipo de relações que caracterizam a primeira fase da modernidade. É dada ênfase ao amor e à harmonia familiar e ao homem são permitidas algumas tarefas domésticas leves, pelo que se excluem entre outras a lavagem da casa e a confecção das refeições³²⁷.

Verifica-se uma forte socialização nos géneros masculino e feminino que trava a mudança efectiva de comportamentos. Há uma participação desigual nos rendimentos familiares e a vinculação da Helena a todo o tipo de tarefas familiares e domésticas. A organização familiar e doméstica, mantém-se inalterada desde o casamento. O seu discurso e o do Jorge, conduzem-nos a um cenário de dominação masculina consentida. Configura-se uma relação conjugal do tipo dominante versus dominado que confirma uma das hipóteses enunciadas.

5.1.2. A DOMINAÇÃO JUSTIFICADA.

As relações conjugais com predominância de uma dominação masculina oculta, caracterizam-se pela necessidade dos cônjuges justificarem os seus comportamentos, recorrendo a teorias igualitárias no interior de uma estrutura desigual. Havendo uma forte consciência das desigualdades existentes e falta de vontade em mudar as rotinas instituídas, o casal opta por criar as suas próprias regras. O que os diferencia do primeiro casal é a introdução da discussão sobre a organização doméstica e familiar e a problematização da vinculação feminina ao espaço doméstico. Para tal contribuem maiores recursos e maior capital escolar. O casal que tipifica este tipo de dominação decide conscientemente por uma manutenção deste cenário.

³²⁷ Joseph H. Peck, *L'Aventure des Âges - l' amour, le mariage, les hommes*, Paris, Hachette, 1959.

A Rita³²⁸ e o Rui³²⁹ são um casal com três filhos, um rapaz e duas raparigas com dezasseis, oito e quatro anos respectivamente. Vivem num apartamento comprado com cerca de 200m², quatro quartos, um escritório amplo, três casas de banho, uma cozinha e uma sala com 40m². Situa-se à face de uma avenida bem fornecida em termos de transportes públicos que servem sobretudo o filho mais velho que se desloca frequentemente sozinho. Quer a Rita, quer o Rui têm carta de condução e um automóvel próprio. As entrevistas são efectuadas num Domingo ao fim da tarde. Enquanto a conversa decorre com o Rui, a Rita prepara o jantar e toma conta das filhas e posteriormente enquanto a entrevisto, o resto da família janta na cozinha umas costeletas de porco.

5.1.2.1. “Ele ganhou... Não precisávamos os dois de estar a marcar golos”.

Os discursos da Rita e do Rui, não são muito claros no que diz respeito à organização doméstica e familiar. Se por um lado, é consensual a dependência de toda a família do trabalho da Rita, na medida em que esta cozinha as refeições diárias em casa, por outro lado, o discurso não é tão seguro quanto a outras tarefas. O Rui ao falar das tarefas que a sua mulher faz, não enuncia directamente qualquer tarefa e fala numa partilha não rígida, com base em muitos critérios que não são claros. Alguns estão relacionados sobretudo com tarefas familiares de apoio aos filhos, em função das exigências destes. A Rita trata da gestão da despensa, da cozinha e das roupas. Isto porque *persiste (...) uma divisão de género em termos de organização das tarefas domésticas segundo a qual a mulher fica responsável pela confecção das refeições familiares (papel de esposa e*

³²⁸ Rita – 40 anos, técnica de emprego, com o 12º ano, residente em Matosinhos, católica praticante, com três filhos.

³²⁹ Rui – 45 anos, engenheiro consultor para a qualidade, com mestrado, residente em Matosinhos, católico praticante, com três filhos.

mãe)³³⁰.

No que diz respeito aos filhos, há uma maior distribuição de tarefas, visto que o Rui leva as filhas diariamente à escola e o filho ao treino de natação. O discurso da Rita nem sempre é coerente, pois inicialmente afirma que o marido vai buscar as filhas à escola e lhes dá banho. No decorrer da conversa afirma é preciso muito esforço e dedicação da sua parte, para depois do trabalho ir buscar as filhas, dar-lhes banho, ajuda-las nos trabalhos de casa e fazer o jantar. Estas são as suas tarefas diárias que o marido esclarece, ao afirmar que chega mais tarde que a mulher a casa e que é difícil acompanhar-las. Os filhos não exigem o mesmo por parte dos pais. O Rui afirma que para tomar conta da filha mais nova, é preciso terem mais disponibilidade psicológica e menos cansados. É da sua responsabilidade levar os filhos à escola e tratar de tudo o que diga respeito à área das finanças e impostos. A Rita veste e prepara as filhas de manhã, vai busca-las à escola e trata de todas as tarefas domésticas.

Rita:	Rui:
<p>"(...) <u>Ocupo-me</u> mais do, do aspecto das crianças, <u>do levanta-las, vesti-las e arranja-las</u> para... para ir p'rá Escola, eh... e depois <u>ocupo-me</u> do aspecto funcional <u>do dia-a-dia da casa</u>, das refeições, do estabelecer... <u>fazer refeições</u>, eh, tratar de <u>roupas</u> e esse tipo, esse tipo de coisas é da minha responsabilidade sempre."</p> <p>"Se há, <u>coisas para fazer comida</u>, se há, leite, se há, iogurtes, não sei quê, isso... preocupo-me sempre <u>mais eu</u>."</p> <p>"(...) <u>tenho que as ir buscar</u> às sete, eu saio do serviço às seis e um quarto e depois <u>vou a correr</u> (...)"</p> <p>"(...) não é muito fácil (...) chegar do emprego (...), <u>ir buscar duas crianças à escola</u>, meter as duas crianças em casa e <u>ter que lhes dar banho, fazer jantar, ajudar</u> nas tarefas, <u>nos trabalhos escolares</u> (...)"</p> <p>"É sempre <u>ele que leva as crianças à Escola</u>. (...) O banho, <u>o banho das crianças é sempre da responsabilidade d'ele</u>, eh... vai, <u>vai sempre levar o Eduardo ao treino</u>...Ehh, <u>vai buscá-lo</u> sempre ao fim-da-tarde (...) <u>ir buscar as meninas</u> ao colégio."</p> <p>"(...) ele é que <u>trata sempre, tudo o que é papéis,</u></p>	<p>"Nós aí [na partilha de tarefas] temos.. nós temos uma, <u>uma divisão de tarefas que</u> pronto, que, que, que <u>obedece a muitos critérios</u>. Mas depende, depende dos filhos digamos, da carga que os filhos necessitam da nossa parte.. (...)"</p> <p>"(...) eu nunca me.. uma das minhas falhas.. embora goste, <u>nunca me dediquei à, à parte doméstica</u>. Ou seja, eu tenho alguma dependência, eh.. <u>na parte alimentar</u>, pois <u>ela colabora muito mais</u> aí do que.. <u>do que eu</u> (...)"</p> <p>"(...) tenho uma tarefa que é levantar-me às seis da manhã, para <u>levá-lo todos os dias ao treino</u> (...) além de levar o Eduardo levo, <u>levo as outras também, geralmente</u>..(...)"</p> <p>"(...) na <u>área financeira</u>, o contacto (...) com os bancos ou (...) com problemas relacionados com, que possam advir dessa área, provavelmente aí <u>sou eu que dedico mais atenção</u>."</p> <p>"(...) Eh.. se for <u>acompanhar as mais novas</u>, aí é <u>mais difícil</u> porque <u>eu chego um bocadinho mais tarde</u> do que a Rita, ehh.."</p> <p>(...) Às vezes, a pessoa vem.. ou porque vem.. com uma maior carga de stress, qualquer motivo.. do dia de trabalho, [tratar da filha mais nova]</p>

³³⁰ Catarina Delaunay, op. cit., p.203.

delego completamente nele: <u>impostos, bancos, tudo, tudo, tudo, não me preocupo com nada d'essas coisas. (...) Ele não sabe cozinhar rigorosamente nada, e <u>portanto</u>, cozinhar... <u>sou eu que sou a responsável</u> por isso e não sei quê.”</u>	<u>depende de quem tiver mais capacidade porque.. ela exige um tipo de, de disponibilidade nessa área, de não estar com carga, com stress (...).”</u>
--	---

Observa-se no discurso da Rita e do Rui, uma vontade de igualdade na distribuição das tarefas familiares e domésticas que não é acompanhada pela prática quotidiana. A justificação das diferenças entre o que é dito e o que é feito, passa sobretudo pela teoria do Rui sobre a igualdade. Entende que não deve haver uma partilha aritmética de tarefas, pois as capacidades de cada um são diferentes e por isso, devem ser exploradas de forma diferente. O trabalho em equipa não exige segundo o Rui, que ambos estejam ao ataque. Apesar de se definir como um jogador com espírito de equipa, o seu discurso aponta para um papel de treinador, na medida em que decide os papéis de cada um no jogo conjugal. É uma questão que fica definida logo no início do casamento, altura em que a relação se torna conflituosa pelo facto da Rita resisitir à divisão de tarefas imposta pelo marido. No entanto, numa atitude de acomodação³³¹ acaba por aceitar o papel que lhe é imposto e reconhece que o Rui ganhou a guerra.

Rita:	Rui:
“Depois é assim, em termos, em termos de divisão de tarefas, <u>tivemos muitas guerras</u> porque eu tinha uma ideia muito matemática do que era dividir tarefas. Eu achava que era assim: se há dois pratos para lavar, eu lavo um e tu lavas outro, isto levando ao extremo. Mas era assim, portanto eu achava que dividir tarefas era, dividir exactamente, matematicamente as coisas. E o Rui não achava. No fundo, <u>ele ganhou</u> um bocado porque é assim, <u>ele achava que</u> , que se éramos uma equipa, <u>não precisávamos os dois de estar a marcar golos</u> . Um devia estar a marcar golos, o outro devia estar à defesa. Eu não achava isso e ao início tivemos ali muitas fricções (...).”	“ (...) eu, sempre entendi que <u>a partilha não é</u> uma, uma, não é uma partilha <u>aritmética</u> .. mas é uma partilha das, das coisas exploradas, as melhores capacidades de cada um.. (...). Portanto, umas vezes.. tendo, idênticas capacidades para o mesmo tema, para o mesmo assunto.. umas vezes é um, outras vezes é outro.”

³³¹ Correia Jenuíno, citado por Catarina Delaunay, op. cit.

O autor define cinco soluções na gestão de conflitos: a competição (“eu ganho e tu perdes”), a acomodação (“eu perco/cedo e tu ganhas”), o compromisso (“ambos perdemos / cedemos alguma coisa”), a evitação (as pessoas evitam / fogem do conflito) e a colaboração (“eu ganho e tu ganhas”).

O discurso do Rui vai de encontro aos seus interesses que são os interesses do grupo pertencente ao género masculino e como diz Bourdieu é *ao servirem os seus interesses na luta interna do campo da produção [simbólica] (...) que os produtores servem os interesses dos grupos exteriores ao campo de produção*³³². A Rita considera a família como o mais importante que tem, é uma fonte de satisfação por permitir a união entre todos e por ser um meio através do qual, podem exprimir amor uns pelos outros. O que gosta menos são algumas tarefas como vestir as filhas, tratar de limpezas e de louças. O Rui numa perspectiva mais global, entende que a família é fundamental para a construção de uma sociedade melhor. Sente-se satisfeito por sentir que os filhos gostam de estar com os pais e por poder retribuir esse sentimento. Gostava que houvesse mais organização por parte dos seus familiares.

Rita:	Rui:
<p>"(...) A minha família é o meu, é o, é o meu suporte, são... é a minha estaca, é... eu acho que <u>a família é a coisa mais importante que eu tenho.</u>"</p> <p>"(...) satisfaz-me <u>muito a união</u> que nós temos, ehh... o quanto gostamos uns dos outros (...). <u>o amor que sentimos</u>, a disponibilidade que temos... sei lá o, o eles sentirem que podem contar connosco. (...) e nós sentirmos que é, que podemos contar com eles. (...) eu acho que tenho a família que, que construo (...) <u>não há coisas que não me satisfaçam.</u>"</p> <p>"Eu gosto muito de tratar das minhas filhas... o ver acordar... o acordá-las é a parte melhor, melhor do dia. Depois... o carinho, aqueles mimos, aquelas coisas. Depois, a <u>prepará-las p'ra ir para a Escola já não...</u> pronto, já pode não ser tão agradável <u>porque</u> às vezes elas, pronto, (risos) t'ão com o tau e <u>não se querem vestir</u> mas... mas gosto d'isso."</p> <p>"<u>Limpar, louças, detesto</u> e... <u>limpar pó e aspirar</u> também não (...)."</p>	<p>"(...) para mim, [a família] <u>é fundamental</u>, foi sempre fundamental. (...) se constituir uma boa família, uma, uma família que cresça, sob várias perspectivas. (...) que proporcione condições aos filhos para eles irem mais longe. Que sirvam então de plataforma, para que os filhos possam sair e possam voar. (...) <u>se criar uma boa família, a sociedade</u>, enfim, <u>tem que ser melhor.</u>"</p> <p>"O que me satisfaz <u>mais</u> é <u>sentir que eles gostam imenso de estar connosco</u>. Ehh.. gostam de estar. E , e.. eu gostar de estar também, não é? O que me satisfaz <u>menos</u>, eu gostava que, na minha perspectiva, no tal meu defeito intrínseco, eu <u>gostava que eles fossem mais organizados</u>. Essa é a minha.. isso será uma luta eterna com eles e com outras pessoas."</p> <p>"Acima de tudo eu <u>gosto de tudo o que</u> (...) <u>implique um conceito de organização ou relação</u>, eu agrada-me (...)."</p>

³³² Pierre Bourdieu, *O Poder Simbólico*, Lisboa, Diefel, 1989, p.12.

Apesar da família ser fundamental, a Rita e o Rui acham que o tempo que têm para esta, sobretudo ao fim de semana, é suficiente. Mesmo que tivessem mais disponibilidade, seria para actividades pessoais que têm a ver com o gosto de cada um. No caso do Rui são actividades ligadas às artes, no caso da Rita não estão definidas mas correspondem a uma necessidade de isolamento, de estar só.

Rita:	Rui:
<p>“(…) ainda que pudesse chegar às cinco horas e vir embora e ir buscar as minhas filhas à Escola, só ia às sete. E portanto, das cinco até às sete [era para] <u>ter algum tempo para mim e para estar sozinha e para fazer o que quisesse.</u>”</p>	<p>“(…) isso [mais tempo para a família] <u>teoricamente é desejável.</u> (...) por outro lado, <u>penso que não.</u> No sentido em que nós, por exemplo, tentamos preservar <u>o fim de semana, já que é um período mais alargado, para um maior convívio,</u> (...) com os miúdos e com pessoas digamos familiares ou amigos mais, mais íntimos (...)”</p> <p>“Mas há toda uma área que eu, que eu, gosto imenso que é a parte de, de.. relacionada com.. com <u>arte</u> e com <u>desporto</u>, ou seja, <u>exposições.</u> Gosto muito de <u>ler</u>, de <u>música</u>, <u>concertos.</u> <u>Gostava de ter muito mais tempo para ter essa vertente</u> que eu acho que é fundamental.”</p>

5.1.2.2. O “profissionalmente tudo o que eu tiver hipótese eu vou” do Rui e o “está completamente fora de questão” da Rita.

Para a Rita, a família vem sempre primeiro, sendo um obstáculo a aspirações pessoais. Gostava de ter continuado a estudar, concluir uma licenciatura para poder progredir na carreira profissional. Abdicou das suas aspirações para não prejudicar a estabilidade dos filhos. O Rui fez o mestrado depois da licenciatura e sempre que tiver hipóteses de avançar profissionalmente, avançará mesmo que isso implique menos disponibilidade para estar em casa. A família fá-lo ponderar opções ao nível geográfico, pois se fosse solteiro não estaria a trabalhar em Portugal.

Rita:	Rui:
<p>“(…) eu só tenho o 12º ano, e pensei durante algum tempo, que <u>gostaria de fazer uma licenciatura, estudar (...) para poder ascender na carreira.</u> Mas depois, ponderei mais friamente no assunto e acho que... É assim: <u>as desvantagens</u> que eu ia ter <u>em</u></p>	<p>“(…) Onde estou, <u>tento sempre aprender mais</u> e portanto, <u>profissionalmente, tudo o que eu tiver hipótese,</u> ou se houver hipóteses para isso, eu.. <u>eu vou.</u> (...) eu hoje pondero muito mais os projectos também em função do meu agregado familiar. <u>Se</u></p>

<p><u>termos de, da estabilidade dos meus filhos, não, não justificaria uma ascensão na carreira. Portanto, deixei essa , essa ideia de lado. Claro que tenho, que tenho aspirações (...) e sempre que houver (...) possibilidade de progredir na carreira, vou fazer isso (...). Mas o que implique estudar fora de horas, sair à noite e deixar as crianças isso, está completamente fora de questão.</u></p>	<p><u>eu estivesse solteiro, se calhar não estava aqui em Portugal (...).</u></p> <p><u>“(...) há, vai haver ocasiões (...) em que terei menos oportunidades de acompanhar, quem eu quero acompanhar que são os filhos e a mulher (...).”</u></p>
---	---

O contacto social e o convívio que a actividade profissional permite, é essencial para a realização pessoal da Rita e do Rui. A satisfação está no convívio que o trabalho proporciona à Rita, pela utilidade social deste. Não considera a hipótese de deixar de trabalhar, pois a profissão é um meio de alcançar a felicidade. Lamenta o volume de trabalho pois implica uma diminuição de qualidade na sua execução. A sua dedicação ao trabalho, revela a sua ambição e resulta da convicção de que realiza um trabalho bom e importante. Trabalha sempre depois da hora de sair e não vê interesse na redução do seu horário de trabalho. O Rui valoriza a criatividade e a diversidade da sua actividade. Gosta de contactar com realidades diferentes que o tiram da monotonia dos trabalhos rotineiros. Sente-se insatisfeito com as energias e a produtividade que se perdem, por causa da falta de organização.

<p>Rita:</p> <p>“Sou técnica de emprego.”</p> <p>“(…) <u>sinto-me realizada</u> no que faço, e portanto, <u>venho para casa feliz</u>, satisfeita, e gosto imenso de trabalhar. Não me imagino, <u>não me imagino sem trabalhar</u>, estar em casa sempre, só a cuidar deles (…).”</p> <p>“Olha, <u>satisfaz-me imenso o facto de conviver com muitas pessoas</u>. O facto de sentir que pelo meu trabalho, muitas pessoas têm caminhos abertos para, para se realizarem profissionalmente (...). Isso satisfaz-me imenso. <u>Satisfaz-me menos, o facto de ter muito</u>, muito <u>trabalho</u> e muitas vezes, no contacto com as pessoas, não lhes poder dedicar a atenção que eu gostaria, a cada uma delas (...).”</p> <p>“(…) o meu horário de trabalho termina às cinco e eu raramente saio do serviço antes das seis e um quarto. Portanto, <u>não é o facto de eu diminuir as horas</u> (...) <u>no serviço</u>. Se calhar não era isso <u>que me fazia vir mais cedo para casa</u>. <u>Sou um bocado obcecada pelo serviço e quero sempre fazer mais,</u></p>	<p>Rui:</p> <p>“Actualmente, eu sou consultor.”</p> <p>“Actualmente eu <u>tenho um trabalho</u> que é.. que é <u>entusiasmante</u> nesse aspecto, que é <u>diversificado</u> portanto, contacta-se com <u>muitas realidades</u>. Nesse aspecto, é.. é importante porque é bastante <u>criativo</u>.. e portanto, <u>não é monótono</u>, não é rotinante. O que me satisfaz menos no trabalho é (...) a maior parte de nós todos somos desorganizados e depois andamo-nos fartos de queixar, (...) porque <u>falham</u> coisas perfeitamente basilares e insignificantes, como <u>pontualidade no início das reuniões</u>. (...) parece que não ser pontual, não ser organizado, tudo isso é normal. (...) <u>Desagrada-me a desorganização e a perda de energia</u> que se tem quando.. quando se pretende desenvolver alguma coisa (...). Portanto, é preciso gastar energia para fazer trabalho, para produzir trabalho e aquilo que eu sinto, é que nós gastamos imensa energia, para produzir muito pouco trabalho! (...)”</p>
---	--

e mais e mais.” “(...) <u>Imponho-me na minha profissão</u> , pelo bom desempenho que possa... que possa ter. E pronto, <u>pelo cuidado que ponho nas coisas</u> , (...) pela tentativa que faço de resolver os problemas das pessoas (...).”	
--	--

O exercício de uma profissão pelos dois elementos do casal, é reconhecida como sendo de extrema importância pela Rita e pelo Rui. Há uma compreensão mútua da satisfação que o trabalho proporciona ao outro. Esta satisfação contribui, segundo a Rita para a estabilidade e para o bom ambiente familiar, pois se o marido estiver feliz no trabalho, transmite essa felicidade à família. O discurso do Rui coincide com o da mulher, ao afirmar que quando esta se sente bem no trabalho, isso tem implicações nele. Acrescenta que o trabalho da mulher é importante, pela contribuição económica que representa.

Rita: “Dou uma importância muito grande [ao trabalho do Rui], porque é assim, é também um <u>factor de estabilidade</u> . Para ele, o facto dele fazer uma coisa que, que gosta mais ou gosta menos, <u>interfere com o bom</u> , o bom <u>ambiente familiar</u> . Porque <u>se ele estiver feliz no trabalho</u> , <u>transmite</u> também <u>essa felicidade</u> , esse bem estar cá em casa.”	Rui: “(...) é duplamente importante nestes, nestes seguintes aspectos: primeiro, porque eu sinto que ela se sente realizada e isso para mim, é o primeiro.. é o primeiro aspecto; e depois, é evidente, vem o aspecto, o <u>carácter económico</u> mas o primeiro aspecto, é fundamental. Eu sinto que <u>ela se sente bem</u> e portanto, <u>a partir daí eu sinto-me bem</u> .”
---	--

A conciliação entre o trabalho e a família resulta para a Rita, de muito esforço e dedicação. Recorre a serviços de terceiros, para as limpezas normais da casa o que a alivia desse trabalho. Para o Rui, a solução está na utilização de horas tardias para tratar de assuntos que não têm a ver com a família, como por exemplo a relação com a mulher.

Rita: “Não posso dizer que seja fácil. Porque é assim, ehh... trabalho longe de casa, portanto trabalho até tarde, muitas vezes. (...) Exige, exige <u>muito esforço e dedicação</u> ”. “Felizmente <u>tenho uma, uma funcionária</u> (risos),	Rui: “Geralmente faço o seguinte: tento.. tento algumas coisas fazer num.. em horas tardias.. não é. Assim como também, por vezes, eu e a minha mulher <u>reservamos essas horas tardias</u> .. mais tardias, <u>para nós!</u> Portanto, ou seja, <u>roubamos um</u>
--	---

que me <u>vem ajudar</u> e portanto (...), não é fundamental que se faça as <u>limpezas normais e semanais</u> . Aquelas coisas que todas as pessoas têm que fazer, tenho uma ajuda e portanto, <u>não faço isso</u> .”	<u>bocadinho às horas de sono</u> .”
---	--------------------------------------

5.1.2.3. A teoria do Rui: “O fundamental é que haja espírito de equipa”.

O Rui e a Rita, conhecem-se num grupo de jovens onde debatem ideias e exprimem as suas opiniões. Durante o período de namoro discutem com frequência e defendem acaloradamente os seus pontos de vista. Apesar de se conhecerem muito bem sentem uma grande mudança quando se casam e começam a viver juntos. Os primeiros tempos exigem adaptação de ambos a muitas situações e criam-se muitos conflitos. A Rita esclarece que se devem sobretudo à divisão de tarefas domésticas, pois ela insiste numa partilha igual e o marido considera que nem tudo tem de ser dividido de forma matemática. Os desentendimentos resolvem-se com o passar do tempo, graças ao amadurecimento e à gestão das diferenças. Segundo o Rui, as dificuldades existentes nos primeiros tempos de vida do casal, são ultrapassadas por aprenderem a trabalhar em equipa.

Rita:	Rui:
<p>“Nós <u>já nos conhecíamos quando começámos a namorar</u>, fazíamos parte do mesmo grupo de jovens. (...) Durante o período de namoro tivemos muitas discussões mesmo, nós <u>sempre defendemos os dois muito acaloradamente os nossos pontos de vista</u>, que nem sempre são... nem sempre eram os mesmos. (...) <u>tínhamos os dois uma personalidade um bocado vincada</u>. (...) Eu acho que, que nos ficámos a conhecer muito bem, (...) tivemos um amor rico em discussão de ideias. O início de casamento, (...) <u>não foi muito fácil</u>, a adaptação de duas pessoas, (...) que (...) de repente, começaram a viver os dois no mesmo tecto, debaixo do mesmo tecto, não foi muito fácil. Ehh... o início, <u>havia ali muitas pequenas</u>... muitas <u>pequenas questões que não estavam</u> muito bem, <u>muito bem limadas</u>. Depois é assim, em termos, <u>em termos de divisão de tarefas, tivemos muitas guerras</u> porque eu tinha uma ideia muito matemática do que era dividir tarefas. (...) Entretanto, acho que fomos crescendo, fomos amadurecendo, <u>fomos aprendendo a gerir as nossas diferenças</u>.”</p>	<p>“(...) eu e a Rita (...) <u>somos duas pessoas com personalidade forte</u>. E aquilo que nós.. ou que eu sinto, é que muito do, da possível conflitualidade, que existe quando duas pessoas, duas personalidades, em casa, se encontram e portanto, há uma maior <u>tendência para choques</u>, isso aconteceu na nossa fase.. <u>nos primeiros 3 anos</u> (...). Foi uma fase (...) que envolve a <u>adaptação de dois indivíduos para um conceito de equipa</u>. Que é o meu conceito, é a minha leitura, ou seja, eu tenho uma individualidade, sei como funciono como indivíduo, eu sei como devo funcionar quando estou dentro de uma equipa. (...) <u>essa primeira fase da nossa vivência a dois, foi marcante</u>. E portanto aí, houve maior número de choques e de conflitos, no início da adaptação. <u>Há medida que o tempo vai passando por nós</u>, pela nossa relação, (...) não porque vamos envelhecendo, mas porque <u>vamos aprendendo cada vez mais a trabalhar em equipa</u>, essas.. essas dificuldades foram, ultrapassadas (...).”</p>

A imutabilidade dos papéis assumidos no momento da formação do casal, há cerca de dezassete anos, reforça a ideia de que *um simples gesto pode matar o futuro*³³³, ou seja se a mulher recém casada assume como um papel seu, a tarefa de cozinhar por exemplo, irá comprometer o processo de partilha desta tarefa com o marido no futuro. O Rui fala metaforicamente dos papéis, dando a entender que num trabalho em equipa, não interessa onde se chega, interessa sobretudo ir numa mesma direcção, ainda que uns tenham voz de comando e outros não. Esta voz de comando é o reconhecimento de que o poder tem de existir e tem de ser aceite pelos restantes elementos. A Rita aceita este discurso por parte do marido e afirma que os dois são uma equipa. Para ela, um bom marido, é aquele que divide as alegrias, as preocupações e que está presente. Atribui à palavra poder um sentido negativo e não sente que não há poder na relação que estabelece com o marido.

Rita:	Rui:
<p>"(...) eu acho que não há diferença entre, (risos) <u>bom marido e boa mulher</u>. É um casal, são dois elementos do casal, independentemente de, de, de um ser marido e o outro ser mulher. <u>É uma equipa</u>."</p> <p>"Sei lá, olha eu acho que acima de tudo, um <u>bom marido</u>, é uma pessoa que seja <u>companheira, amiga</u>, que esteja <u>presente</u>. Que divida as, que <u>divida as alegrias e as preocupações</u>... pronto."</p> <p>"(...) Eu nunca vi as coisas em termos de poder. Sei lá, ter poder... O ter <u>poder</u> às vezes <u>tem</u> um, um <u>sentido</u> um bocado <u>negativo</u>. Poder, <u>autoridade</u>, não sei..."</p> <p>"(...) não sei, quer dizer, <u>eu não sinto</u>, nunca, nunca como tendo poderes, ou <u>que algum de nós tenha poder</u>, ou preponderância <u>sobre o outro</u>, não sinto isso."</p>	<p>"Para mim, os deveres e os direitos é.. é trabalhar em equipa. E isso, quando se trabalha em equipa, tem-se direitos e deveres. Ou seja, é o mesmo que tu estares numa.. Várias imagens, por exemplo, tu vês aquelas provas de, de, de regatas, de.. Se tu gostares de ver os jogos olímpicos, com os cayates e a.. É impensável que alguém queira chegar à meta, queira chegar em primeiro, ou em 2º, ou em 3º lugar. Não interessa isso. Depois é outra questão.. mas.. quem queira chegar, para chegar tem que ser.. alguns têm, depende das situações, <u>alguns têm voz de comando e há alguns que não têm voz de comando</u> mas mesmo assim, <u>os dois estão a remar no mesmo sentido</u>. Portanto, o que é <u>fundamental é que haja um espírito de equipa</u> e a partir daí, se houver esse espírito de equipa, as coisas vão.. Portanto, não é, não é fundamental saber o resto."</p>

O Rui e a Rita preocupam-se em alimentar a relação através de momentos de conversa à noite, quando os filhos já estão a dormir. O cansaço do dia a dia e a monopolização das conversas por parte destes, não lhes

³³³ Catarina Delaunay, op. cit., p.236.

permite durante a rotina doméstica e familiar, encontrar tempo para conversarem sem serem interrompidos. À noite, após o jantar, saem para tomar café e põem a conversa em dia. Deitam-se sempre depois da meia-noite e a Rita afirma que sente mais o cansaço que o marido, o que lhe retira a vontade de falar. O Rui gostava de ter mais tempo para o seu mundo, onde inclui a relação com a mulher.

Rita:	Rui:
<p>"Gostava, gostava. Até porque é assim, <u>com as vidas profissionais</u> que nós temos, preenchidas como, como temos, <u>com três crianças em casa</u> que <u>absorvem</u> a grande, a <u>grande parte do nosso tempo</u>. (...) Estabelecemos uma... um pequenino espaço que <u>é todos os dias, a seguir ao jantar, nós vamos os dois tomar café. Sozinhos</u>. (...) ali que estamos um bocado, uma meia hora, uma hora, sentados na mesa do café, ou então a andar a pé pelas ruas, quando é Verão. Conversamos um bocado, só nós, sem interrupção. (...) quando estamos a jantar, <u>os miúdos monopolizam a conversa</u>, (...) têm imensas coisas para contar e portanto, nós <u>temos pouco tempo para nós</u>. Quando nos vamos deitar, é sempre tardíssimo, sempre depois da <u>meia noite e meia, uma hora, vamo-nos deitar</u>. A maior parte das vezes estamos cansados, eu especialmente. O Rui tem uma resistência muito maior que a minha. Mas <u>eu estou muitas vezes cansada</u> e a disposição e a disponibilidade para conversar e para trocar impressões não é muito grande (...)."</p>	<p>"Gostava de ter (...) <u>mais tempo para</u> o meu pequeno mundo.. para, ou digamos, poder <u>reproduzir</u> mais vezes durante a minha vida, <u>a altura em que, por exemplo, eu e a Rita namorávamos</u>. Os momentos eminentemente a dois, o mundo eminentemente a dois, gostava de ter mais vezes, <u>não digo que, que não tenha</u>, tenho, tenho várias vezes, mas.. E tenho muitas vezes, até que digamos, provavelmente mais do que aquelas até às vezes, as condições da vida permitem mas, mas não há dúvida de que gostava de ter ainda mais momentos desse género."</p>

O facto de conversarem, ajuda-os a encontrarem consensos sobre os assuntos quotidianos e a respeitarem as diferenças de cada um. A Rita quando se desentende com o marido amua durante alguns dias, não gosta de pedir desculpas mas acaba por conversar sobre as divergências e resolver os problemas que surgem no dia a dia. O Rui afirma que nunca se zanga durante muito tempo e que tem necessidade de esclarecer os assuntos rapidamente. Quando há conflitos, mesmo que a mulher amue, toma sempre a iniciativa de encontrar uma solução, dialogando com esta. Criam um ambiente propício ao diálogo e ao entendimento que pressupõe aprenderem a conviver com as diferenças mesmo nos momentos em que estas criam conflitos. O Rui assume o papel de comando nas negociações,

tomando a iniciativa de reconciliação e expondo longamente as suas opiniões. Parte do princípio que quando há problemas, as responsabilidades são partilhadas mas acrescenta que a resolução destes, pode não ser da sua responsabilidade.

Rita:	Rui:
<p>“Eu tenho, eu tenho um defeito muito grande, que tenho vindo a melhorar, ao longo do tempo. Mas que, que ainda não está completamente resolvido, que é assim: eu amuo com muita facilidade. E depois sou capaz de ficar dois dias amuada e magoada e, e não dou com facilidade o braço a torcer. Ehh... raramente peço desculpa e pronto e isso tem... cria muitos, cria muitas dificuldades de, de, de transposição de alguns pequenos conflitos que surgem.”</p> <p>“(…) hoje em dia, nós percebemos perfeitamente que <u>embora tenhamos pontos de vista diferentes</u>, tenhamos ideias diferentes sobre muitas coisas, mas nós <u>podemos ter um fio</u>, um fio <u>condutor comum</u> e organizar a nossa vida de acordo com o que são as diferenças de um e do outro (...).”</p>	<p>“(…) quando tenho um problema com alguém, eu <u>não consigo ter esse problema muito tempo</u>, sem.. <u>sem falar</u> com esse alguém. Portanto, quando existe um problema <u>entre nós</u> os dois, <u>geralmente sou eu</u>, eh..que acabo portanto, mesmo que a pessoa, como se diz em bom português, amue eu não, não dou muito tempo, muito tempo para que, essas fases de amuo, para que essas tendências aconteçam. Porquê? Porque <u>sinto uma necessidade de</u>, de, entre aspas, <u>tirar as coisas a limpo</u>. Entre aspas ou sem aspas, é assim de tentar perceber. E sabendo sempre e isso está sempre presente na minha vida, é assim: que quando existe qualquer coisa entre duas pessoas, ou um número muito alargado, <u>é muito difícil que haja só o problema</u>, ou <u>o defeito</u>, ou <u>culpa</u>, conforme o que queiramos dizer, <u>de um lado</u>. (...) <u>Não significa que às vezes seja eu depois, eu depois a resolvê-lo</u>, não é? Mas geralmente sou eu que, que, que.”</p>

5.1.2.4. A ausência de mudança.

As mudanças de comportamento surgem como consequência do diálogo constante entre os dois que permite um ajustamento gradual e a redução de algumas divergências iniciais. A Rita amua cada vez menos quando há conflitos e o Rui cria menos conflitos por motivos de desorganização doméstica. São mudanças sobretudo do âmbito psicológico que os ajudam a convergir um para o outro e que passam levemente por questões de organização doméstica e familiar. Por exemplo, o Rui há uns anos, estava muito ausente de casa e devido a uma alteração profissional, consegue chegar mais cedo a casa. Executa algumas tarefas familiares, como ir buscar as crianças à escola, dar-lhes banhos e ajuda-las nos trabalhos domésticos, o que não acontecia antes. No entanto, já se verificou que são tarefas pontuais, sem um carácter de rotina, pois a Rita assume-as como tarefas suas. Afirma que a participação do Rui é suficiente, não

pretende que ele tenha mais tarefas do que as que tem. Para este, as tarefas familiares não integram a mudança que passa sobretudo por uma maior condescendência em relação ao comportamento da sua mulher e dos seus filhos.

Rita:	Rui:
<p>“Eu era capaz de ficar uma semana inteira amuada e sem falar e de costas voltadas e cada vez recalcar mais as situações que, que tinham acontecido. E às vezes era uma coisinha muito pequenina que depois, se ia transformando numa bola de neve e ia aumentando e ia evoluindo e as coisas ficavam mais complicadas. Porque eu raramente falava e raramente esclarecia as coisas. Agora não. Pronto, já fui aprendendo e vou falando e vou esclarecendo as coisas e elas não vão, não vão assumindo as proporções que assumiam (...).”</p> <p>“(…)ele já corrigiu imenso (risos) as horas, as horas de trabalho. Portanto, o que aqui há uns quatro ou cinco anos, para ele, estar em casa às sete da tarde era completamente impensável, agora está às sete da tarde, a maior parte dos dias. E... e vai buscar as crianças à Escola e vem com elas e dá-lhes banho e ajuda, a fazer os trabalhos de casa, coisa que há uns anos atrás era impensável. Portanto, isso para mim, já foi uma posição significativa (...).”</p> <p>“(…) tem mudado. Eu acho que é assim, temos aprendido os dois, a gerir as nossas diferenças e a gerir os nossos... A saber lidar com... com o temperamento um do outro e a encontrarmos a forma mais fácil e mais... de lidarmos em conjunto, com as nossas diferenças de pontos de vista .”</p>	<p>“Eu acho que ela tem mudado, por exemplo, ela era uma pessoa, quando.. quando a relação entre, entre as duas pessoas, havia um pequeno problema, é uma pessoa que é, <u>é muito difícil de dar o braço a torcer</u>. Tanto que ela é capaz, hoje em dia, não sei, estou a vê-la mas penso que <u>é uma das características que ela lentamente, também aprendeu a melhorar</u>.”</p> <p>“É assim, eu mudei (...). Porque sempre tive um nível de exigência para comigo, por vezes tendo a colocar esse nível de exigência de, por exemplo, de organização. Por isso, é que eu me chateio! (risos) (...) porque implica, implica essa falta de <u>organização</u>, de prever as coisas. Eu sou muito desse género, de tentar organizar para prever e para prevenir situações. (...) hoje em dia (...), <u>percebo que há pessoas que não estão interessadas com isso</u>, e portanto, não, não fazem, (...) não é por querer irritar os outros, não é por maldade, é porque não têm essas características e, não tendo, eu tenho que saber, tenho que saber ser mais condescendente. Eu acho que <u>aprendi a ser mais condescendente</u> e o facto de viver com a Rita, ajudou a isso.”</p>

Nas negociações conjugais o forte capital escolar do Rui tem um peso importante. A Rita pára de estudar no décimo segundo ano para começar a trabalhar, por ter reprovado numa disciplina. Tendo três disciplinas decide estudar e trabalhar ao mesmo e acaba por ser incapaz de conciliar as duas actividades. Este insucesso e o facto de nunca mais ter parado de trabalhar, levam-na a não continuar os estudos. A contrário dela o Rui continua a estudar até terminar o curso de engenharia química, altura em que é convidado para ser assistente na faculdade. Mais tarde já depois de estar casado faz o mestrado na área e pensa mesmo fazer o doutoramento. Sente-se muito seguro dos conhecimentos que adquire ao longo dos anos e aplica-

os no dia a dia a todas as situações. Desenvolve capacidade de argumentação que se verifica nas longas teorias como por exemplo a do trabalho de equipa já referida e a do conceito de trabalho associado à física.

A superioridade escolar confere ao Rui um bom estatuto social e um papel dominante nas conversas que tem com a mulher que se assume sobretudo como ouvinte. Como observa Catarina Delaunay³³⁴ quanto mais elevado é o estatuto social do marido, maior é o seu poder. A falta de instrução é objecto de proveito para o homem que exerce a dominação, visto que a falta de escolarização feminina deixa as mulheres sem defesa. Sobre o assunto Bourdieu observa a propósito das classes menos instruídas, que é *sem dúvida no terreno da educação e da cultura que os membros das classes dominadas têm menos hipóteses de descobrir o seu interesse objectivo e de produzir e de impor a problemática conforme aos seus interesses*³³⁵.

Rita:	Rui:
<p>"[Comecei a trabalhar] com dezoito anos."</p> <p>"Foi... (risos) foi o facto de <u>eu ter chumbado a uma disciplina no 12º ano</u>. Só tinha três... não...! Foi o facto de eu só ter três disciplinas no 12º ano e o 12º ano ser feito de noite. Aqui em Matosinhos só tinha, só tinha aulas de noite. E eu tinha feito sempre tudo com muita facilidade até ao 11º e depois achei que o 12º ano só com três disciplinas, ainda p'ra mais à noite, que me deixava imenso tempo livre. Eu não tinha nada que fazer, então arranjei um emprego para fazer durante o dia e pronto e fui. E comecei a trabalhar nessa altura e depois nunca mais parei de trabalhar."</p> <p>"Mas pronto, tentamos conversar sobre as coisas e <u>o Rui fala muito mais que eu</u>. Eu, <u>eu falo menos</u>. Pronto mas, mas vamos expondo os nossos pontos de vista e tentamos limar as arestas que vão surgindo."</p>	<p>"Quer dizer eu comecei a trabalhar aos vinte e poucos anos depois que <u>saí da faculdade</u>. Portanto fiz um estágio depois entrei no mundo trabalho. (...) na altura <u>fui convidado</u> para ser auxiliar (...) ficar como <u>assistente na faculdade</u>."</p> <p>"Até porque pronto, como <u>eu estudei</u>, a minha formação é em química e <u>até pelo</u> conceito de trabalho que vem da física, a pessoa sabe que está a despender energia. A noção de trabalho em física, envolve o conceito de energia. Portanto, é preciso gastar energia para fazer trabalho, para produzir trabalho. E aquilo que eu sinto é que nós gastamos imensa energia para produzir muito pouco trabalho! Que é exactamente o factor determinante. E isso é a parte mais negativa. Quer dizer, isso é um conceito que vem já.. que se estende a todo o país."</p> <p>"(...) eu gosto sempre de.. de aprender mais (...) eu <u>tenho mestrado</u>, <u>já pensei</u> em fazer <u>doutoramento</u> mas.. (...) não tenho essa obsessão (...)."</p>

³³⁴ Op. cit.

³³⁵ Pierre Bourdieu, *La distinction*, Paris, Les Éditions Minuit, 1979, p.452.

No texto original : « (...) *c'est sans doute sur le terrain de l'éducation et de la culture que les membres des classes dominées ont le moins de chances de découvrir leur intérêt objectif et de produire et d'imposer la problématique conforme à leurs intérêts* ».

5.1.2.5. “O meu irmão raramente colaborava”.

Nos agregados de origem da Rita e do Rui, era da responsabilidade dos pais o exercício duma actividade profissional fora de casa. As mães, assumiam-se como domésticas e ocupavam-se de todas as tarefas em casa. No entanto, a mãe da Rita tinha uma actividade paralela de costura e trabalhava muitas vezes em casa, até tarde. Era o pai que acordava os filhos e lhes dava o pequeno almoço e que tratava das contas da casa. Os assuntos da casa eram da competência da mãe que tinha ajuda das duas filhas, já que o filho, por preguiça, nunca participava nas tarefas domésticas.

Pelo discurso do Rui, podemos pensar que há uma grande diferença entre o seu quotidiano e o do tempo em que vivia com os pais. Fala numa divisão de tarefas não tão equitativa, típica da geração anterior. No entanto, a organização doméstica e familiar actual não é diferente da do agregado familiar de origem. A mãe, tal como a mulher, ocupava-se das tarefas familiares e domésticas e o pai tal como ele, tratava das contas e dos impostos. A diferença regista-se com um aumento da participação masculina em actividades do foro familiar, o que já acontecia na casa da Rita mas não na do Rui e na entrada desta para o mercado de trabalho, o que não se passou nem com a sua mãe que ia trabalhando de forma informá, nem com a sua sogra.

Rita:	Rui:
<p>“<u>O meu pai trabalhava fora</u> mas sempre.. O meu pai sempre ajudou a minha mãe em tudo. <u>A minha mãe</u>, sendo <u>doméstica</u>, trabalhava muito em casa, <u>fazia roupas para fora</u> e não sei quê... Trabalhava até tarde, portanto, <u>era sempre o meu pai que nos levantava, de manhã e que nos arranjava o pequeno-almoço</u> e tratava de nós. Porque a minha mãe, porque a minha mãe ficava sempre mais um bocadinho a descansar.”</p> <p>“Em termos de <u>impostos, contas</u>, não sei quê, era sempre o meu <u>pai</u> que, que tratava dessas coisas. Em relação à <u>gestão doméstica</u>, do dia-a-dia, era a minha <u>mãe</u>, era.. a responsabilidade era da minha mãe.”</p> <p>“<u>O meu irmão raramente colaborava</u> e mesmo nas tarefas que lhe eram destinadas a ele, <u>éramos sempre eu e a minha irmã que as fazíamos</u>,</p>	<p>“Ora bem a divisão de tarefas não.. Digamos <u>era típico da geração anterior</u>. Uma divisão <u>não</u> tão equitativa, não é? Muito mais.. <u>As tarefas de casa muito mais a cargo da minha mãe.</u>”</p> <p>“(…) <u>de vez em quando</u>, (….) porque o meu pai não, não estava cá, não estava, não estava junto de nós. Nessa altura, <u>a minha mãe tratava</u>. Mas <u>habitualmente, era ele</u> que tratava dessas questões [<u>contas e impostos</u>], mais digamos, ligadas com esses aspectos, não é?”</p> <p>“(…) aquilo a que se chamava antigamente “<u>despesas de mercearia</u>”, de ir à mercearia e controlar essa gestão era totalmente <u>a cargo da, da minha mãe</u> (….)”</p> <p>“(…) o meu <u>pai</u> tinha uma, uma <u>actividade</u> que era <u>muito de, de viajar</u>, não é? (….) Por aquilo que eles</p>

porque ele (risos) <u>era um preguiçoso</u> e não... e não fazia nada. (risos)”	me contam quando eu, eu nasci, o meu pai pois, estava bastante tempo, <u>mais do que um mês às vezes fora de casa</u> . E portanto, basicamente <u>todo o esforço familiar era sustentado pela minha mãe</u> (...).”
---	--

O trabalho economicamente produtivo era assegurado pelo pai da Rita e pelo pai do Rui. O primeiro era trabalhador da EDP (Electricidade de Portugal), sempre trabalhou com muito gosto e dedicação, vivendo intensamente a sua profissão. O segundo era comerciante de artigos de ourivesaria e o trabalho era sobretudo, uma base financeira para sustentar o agregado familiar. A justificação para as mães serem domésticas, está na necessidade de alguém tomar conta dos filhos e de ser uma situação normal as mães ficarem em casa e não terem uma profissão, no caso da família poder prescindir da remuneração das mulheres. O Rui afirma que em Portugal, só nas classes sociais mais favorecidas, o que não era o seu caso, é que algumas tinham pretensões de trabalhar, senão era suposto ficarem em casa a tratar de assuntos familiares e domésticos. Segundo ele, era assim que a sociedade estava formatada.

Rita:	Rui:
<p>“A minha <u>mãe</u> era <u>doméstica</u>, o meu pai era... trabalhava na EDP. Era responsável pelos postos de transformação da EDP.”</p> <p>“Sempre <u>o meu pai</u>.. sempre, <u>sempre se dedicou de corpo e alma</u> a qualquer coisa que fazia. Portanto, era muito, muito <u>empenhado</u>, (...) <u>sempre que havia um problema</u> de uma avaria, uma coisa qualquer, ele ia a <u>qualquer hora</u>, e estava sempre lá e era, era dedicado a ponto de nós irmos em viagens e ele ir a olhar para os postos para ver se estavam melhor feitos do que os dele (risos), ou piores. Vivía, vivia de uma forma muito intensa o que fazia.”</p> <p>“(…) Acho que foi uma, uma situação natural. Pronto, era normal naquela altura e os filhos nasceram. Os meus, <u>os meus irmãos mais velhos</u> nasceram com um intervalo.., <u>nasceram passado pouco tempo de eles casarem</u>, cerca de um ano depois deles casarem, e nasceram os dois muito próximos. E portanto, <u>a necessidade</u> da minha mãe ficar a <u>tomar conta deles</u>. E a minha mãe depois trabalhava em casa, tinha aquela actividade de fazer roupas para fora e não sei quê e portanto, trabalhava em casa. <u>Não tinha a necessidade de ir trabalhar fora</u>.”</p>	<p>“Ora bem, a minha <u>mãe</u> é <u>doméstica</u>, não é? Aquilo a que se chama doméstica, uma, uma profissão muito.. muito sui generis. O meu pai , o meu <u>pai trabalha na área da ourivesaria desde sempre</u>, não é? Agora trabalha por conta própria, já há bastantes anos. (...) portanto uma é doméstica e o outro é empresário.”</p> <p>“(…) É importante ter <u>uma profissão, até pela razão mínima que é uma base de poder sustentar um agregado familiar</u>. (...) Não só as pessoas, mas aquilo que querem fazer, querem conhecer (...) têm que estar <u>sustentadas</u> em, em algo que se converta <u>em escudos, ou euros, ao fim do mês</u>.”</p> <p>“Eu penso que naquela época, não.. As mulheres tinham.. Primeiro, havia.. quase <u>não havia sequer hipótese das mulheres trabalharem fora de casa</u>. Portanto, eu penso que é uma questão que muito sinceramente, as pessoas se calhar nem se colocavam, não é? Ou raramente. Ou então, a <u>sociedade</u> estava <u>formatada</u> de tal forma que (...) parecia um, um estado natural. Quer dizer, <u>um</u> ficaria a fazer <u>tarefas</u> eminentemente <u>domésticas</u> e o <u>outro</u> sairia para o <u>exterior</u> e faria qualquer outro tipo de actividade (...), <u>só</u> para senhoras, ou</p>

	mulheres, neste caso com.. em classes muito favorecidas que teriam já outro poder de decisão e outra perspectiva de vida e outros horizontes (...).”
--	--

5.1.2.6. Para além do mínimo em termos económicos, é importante a actividade cultural.

Para o Rui e para a Rita o dinheiro deve servir para viver o dia-a-dia com dignidade. Não têm ambição de ter muito, apenas o necessário para adquirir as coisas que fazem falta, pois se não há um mínimo a vida pode complicar-se. Apesar do rendimento do Rui ser superior ao da Rita, representando sessenta a setenta por cento do orçamento do agregado, o dinheiro nunca é repartido de forma rígida. É considerado dos dois e gasto em função do espírito de equipa. As condições económicas devem permitir ter, no caso do Rui, tempo para os outros e acesso a actividades culturais. Para a Rita, trata-se de obter ajuda para as tarefas domésticas, pois só assim consegue tempo para estar com as filhas. A sua falta de tempo decorre da dificuldade de conciliar a vida profissional e familiar e reduz na perspectiva de Catarina Delaunay³³⁶, a disponibilidade para satisfazer as necessidades de lazer, cultura e participação cívica.

O poder económico constitui um meio para aceder de forma descontraída a actividades diversas que definem para o Rui e para a Rita, a qualidade de vida. O acesso a estas actividades está igualmente condicionado pelo tempo que cada um dispõe para o efeito. Para a Rita viver bem passa em primeiro lugar, pela possibilidade de ter uma profissão e pelo respeito dos filhos em relação às suas opções de vida. Ao contrário do Rui, o seu discurso revela uma ausência de tempo para pensar actividades que não estejam associadas às suas responsabilidades familiares e profissionais.

Rita: “(...) o meu rendimento é (...) um terço do, do	Rui: *(...) eu mudei de, de emprego, já foi bastante
--	---

³³⁶ Op. cit.

<p>peso, do rendimento do agregado familiar. Já houve alturas em que significava muito, muito pouco (...).”</p> <p>“Mas não, não vivo preocupada em juntar dinheiro, em ter muito dinheiro, em viver... não. <u>Eu quero ter o dinheiro necessário para o dia-a-dia</u>, para as coisas que me fazem falta, gosto da vida que eu criei. Mas não tenho aspirações a, de repente ganhar muito dinheiro, ser muito rica, ter muitas coisas. Não preciso disso.”</p> <p>“(…) na nossa família <u>nunca houve “o meu dinheiro”, “o teu dinheiro” mas há “o nosso dinheiro”</u>. Já houve uma altura em que o Rui realmente tinha um, um emprego em que, em que tinha um salário muito, muito superior ao meu mas (...) nunca sentimos que o dinheiro fosse sinónimo de poder, ou sinónimo de maior importância ou.. Nada disso.”</p> <p>“(…) <u>qualidade de vida</u>, (...) é eu <u>ter tempo</u>. É ter tempo para <u>poder brincar com as minhas filhas</u>, fazer jogos, <u>fazer com elas os trabalhos de casa</u> de uma forma tranquila. Sem, <u>sem pressões</u>, sem grandes stresses... É poder <u>ter alguém que me ajuda nas tarefas de casa</u> para eu ter mais disponibilidade para isso. É <u>ter um trabalho que me realiza</u> e que... pronto. É ter um, é ter uns filhos que vão... pronto que respeitam, percebem qual é, qual é a nossa... qual é a nossa filosofia de vida e basicamente é isso.”</p>	<p>mais. Actualmente não, não é tão preponderante como era antigamente. Mas digamos, direi que (...) sei lá, <u>60%, 70%</u> no máximo talvez (...).”</p> <p>“(…) o dinheiro (...) hoje em dia, no tipo de sociedade em que temos, pois se não houver o mínimo, a vida torna-se um bocado complicada. Portanto, mas.. mas eu não sou daquelas pessoas que.., nunca fui e penso que nunca serei, <u>que vive obcecada com isso</u>. Acho que há um mínimo que <u>é para se poder viver, viver com dignidade</u> (...) não sacrifico uma série de valores com isso(...).”</p> <p>“(…) eu sempre vi a relação de casal como relação de equipa (...) o dinheiro (...) é dos dois! (...) Para nós, foi sempre (...) a nossa conta. (...) É <u>o mesmo que esteja tudo</u>, que esteja tudo <u>no mesmo saco</u>, no mesmo bolo. <u>Vai-se utilizando em função das necessidades</u> (...)”</p> <p>“A <u>qualidade de vida</u>, olha, passa pela vertente daquilo que eu te falei há pouco. <u>Passa pela vertente económica</u>, ou seja, há uma vertente económica, há <u>um mínimo</u> ao nível de.., das <u>condições económicas</u> que fazem, hoje em dia, com que a pessoa tenha qualidade de vida. Passa pelo tempo que se tem <u>para os outros</u>, pela.., pelo <u>acesso</u> a uma série de aspectos relacionados, na minha perspectiva, relacionados com o, com essas <u>questões de carácter cultural</u>, que fazem com que as pessoas cresçam e.., e se enriqueçam. (...)”</p>
---	--

A Rita e o Rui não atribuem uma importância fundamental ao dinheiro e satisfazem-se com o que têm. As condições económicas determinam juntamente com outros factores, o número de filhos que o casal pretende. Ambos idealizam à partida uma família com dois filhos e têm três, a terceira filha não está planeada. Para o Rui mais de dois filhos implica uma gestão difícil em termos económicos, de viagens e de malas. Só tendo mais recursos é possível gerir as dificuldades que surgem com mais filhos, o que não é o caso. Por causa de constrangimentos logísticos e económicos o Rui preferia só ter tido dois filhos.

<p>Rita:</p> <p>“Não. É... é um bocado, é assim, eu gostava, eu <u>gosto de ter uma família grande</u>. Simplesmente, <u>face às condições de vida que temos</u> e ao trabalhar fora de casa e ao pouco tempo que depois lhes poderíamos dedicar, acho que este é o número que, é o número que eu quero e <u>não quero mais</u> (risos). “</p> <p>“Eu <u>idealizei uma família com</u> menos membros</p>	<p>Rui:</p> <p>“O meu.. <u>o meu número ideal era dois</u> (silêncio) e durante muito tempo foi dois mas durante muito tempo só tivemos um, portanto <u>acabámos por ter três</u> e penso que não, agora.. acho que é o suficiente.”</p> <p>“Ah.. é como ter um número mágico (...). Um, eu acho extremamente limitado. Respeito e compreendo <u>muitas limitações que fazem com que</u></p>
--	--

<p>(risos), eu existencializasse que ia ter <u>dois filhos</u>. (risos) mas corresponde integralmente à, à família que eu idealizei. (risos)”</p>	<p><u>casais optem por ter, ou não ter, ou ter um filho</u>. (...) <u>A partir de dois</u>, começa a ter alguma, alguns aspectos que começam a ser difíceis de gerir, ou então <u>tem que se ter enormes condições para se poder gerir</u>. Exemplo: sei lá, quando nós vamos de <u>férias</u>, agora, o <u>carro</u> fica completamente <u>lotado</u>, não é? Completamente lotado. <u>Obriga</u> a fazer uma.. uma <u>gestão, daquilo que se leva</u>, onde se vai. Agora com <u>limitações de cadeiras</u>, há uma miúda, tem <u>quatro anos</u>. Quer dizer, há desde a parte logística, a outras questões, não é? À <u>parte económica</u> e a.. e a.. Portanto, para mim <u>o número ideal era dois</u>, foi sempre dois.”</p>
---	--

Os interesses profissionais da Rita e do Rui são diferentes na medida em que o Rui está pronto a investir sempre mais na sua carreira, enquanto que a Rita opta por parar de pensar no assunto, para não prejudicar os filhos com as suas ausências. As preocupações familiares são por isso diferentes e implicam maior disponibilidade por parte daquela. Os interesses conjugais são semelhantes na medida em que há uma procura de tempo para o desenvolvimento da vida em casal. Há uma forte socialização dos dois cônjuges nos géneros masculinos e femininos que os leva a reproduzir as práticas familiares paternas e maternas. Alguns comportamentos mudam, sobretudo ao nível da participação masculina em tarefas com os filhos. Mantém-se no entanto, a predominância feminina em todas as actividades do lar. A relação conugal do Rui e da Rita é o retrato tipo das relações que caracterizam a segunda fase da modernidade, em que a mulher é dona-de-casa, profissional, rainha do lar e consumidora prudente. A participação masculina no rendimento da família é superior à feminina e a organização da vida familiar mantém-se desde os primeiros tempos de vida do casal, altura em que ficaram alicerçadas as regras conjugais. Observa-se uma situação de dominação conjugal masculina que confirma uma relação conjugal do tipo dominante versus dominado.

5.2. PERSPECTIVAS DE IGUALDADE.

Falar de igualdade é sempre difícil pois ninguém é igual e por isso no seu absoluto trata-se de um conceito inatingível. É contudo o termo que serve de referência quando se fala de justiça, de direitos e de deveres dos indivíduos. Como diz uma das entrevistadas nesta investigação: (...) *basicamente há necessidades que são iguais em todos. A partir do momento em que essas necessidades são asseguradas, depois há bastantes diferenças*³³⁷. A dificuldade assenta na forma como cada indivíduo define as suas necessidades básicas.

A Constituição Portuguesa define a igualdade como um princípio *segundo o qual ninguém pode ser privilegiado beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual*³³⁸. Nas famílias dos dias de hoje, a negociação conjugal pode levar os indivíduos à privação de direitos, assumindo características de dominação de um cônjuge em relação ao outro, assim como pode resultar na igualdade entre os dois. Até ao último século, não há qualquer negociação conjugal pois a relação está historicamente definida em termos de dominação do homem sobre a mulher. Actualmente, os casais apoiam-se cada vez mais em ideologias de igualdade, uma realidade veiculada pelos discursos masculinos e femininos analisados, ainda que por vezes portadores de contradições.

A construção da igualdade pressupõe dois movimentos: um exterior e o outro interior ao indivíduo. O primeiro apoia-se na vontade política e na criação de instrumentos legais que permitam e incentivem esta igualdade. O segundo exige a transformação dos papéis sexuais dos discursos a eles

³³⁷ Isabel – 38 anos, médica estomatologista, com licenciatura, residente no Porto, católica praticante, com três filhos.

³³⁸ Art. 13º da Constituição Portuguesa.

associados, uma perspectiva que Teresa Toldy³³⁹ associa ao feminismo radical. A individualidade feminina assim como a individualidade masculina devem ser consideradas como pertencendo a um todo constituído na sua base pela família onde cresce e no seu topo pela sociedade onde se desenvolve. A igualdade entre homens e mulheres na pós-modernidade deve associar todos os esforços que promovam a igualdade. Nesta união consiste a recente política de *mainstreaming*, um dos mecanismos de auditoria de género, abordados por João Casqueira Cardoso³⁴⁰.

Respeitando a igualdade de todos perante a lei, é preciso reconhecer *o direito das mulheres à diferença, baseada não nas determinações masculinas daquilo que constituiria a natureza feminina, mas no direito a serem elas a determinar as suas diferenças*³⁴¹. As normas da feminilidade actuam frequentemente contra os interesses das mulheres e as normas da masculinidade servem muitas vezes para criar indivíduos agressivos, egoístas e incapazes nas artes de cuidar do outro. Aceitando as diferenças de género, importa por um lado saber como são vividas estas diferenças em termos relacionais³⁴² e por outro lado, em função das vivências estudadas, importa criar condições políticas e legais que permitam a adopção de práticas e discursos de igualdade entre géneros.

Recentemente, têm sido desenvolvidos esforços neste sentido, a Plataforma de Acção de Pequim por exemplo, estabelece em 1995, como medida a adoptar pelos Governos, a elaboração de políticas na esfera da

³³⁹ Teresa Toldy, “Perspectivas histórico-hermenêuticas sobre os instrumentos de igualdade de oportunidades”, in João Casqueira Cardoso (org.), *Os instrumentos de igualdade de oportunidades em Portugal*, Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa, 2004.

A autora define o feminismo radical como aquele que confere à mulher individualidade e direito à diferença. Distingue-o de uma perspectiva mais liberal, que o reconhece como uma cidadã com direitos iguais ao homem.

³⁴⁰ João Casqueira Cardoso (org.), *Os instrumentos de igualdade de oportunidades em Portugal*, Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa, 2004.

³⁴¹ Teresa Toldy, “Perspectivas histórico-hermenêuticas sobre os instrumentos de igualdade de oportunidades”, in João Casqueira Cardoso (org.), *Os instrumentos de igualdade de oportunidades em Portugal*, Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa, 2004, p.115.

³⁴² Conceição Nogueira, op. cit. A autora aborda esta perspectiva como fazendo parte do novo feminismo cultural.

educação, para mudar as atitudes que reforçam a divisão do trabalho com base no género, *com vista a promover o conceito da partilha das responsabilidades familiares no que respeita ao trabalho doméstico e, em particular, no que se refere ao cuidado das crianças e dos idosos*³⁴³.

Uma das hipóteses desta investigação assenta na ideia de que se houver igual disponibilidade dos dois elementos que formam o casal, para a família, para o trabalho e para a relação conjugal pode ser criada entre eles uma relação de igualdade. Depende da forma como é negociada a organização familiar e doméstica. Na negociação é relevante o peso da socialização de cada um dos cônjuges nos respectivos géneros, a adopção dos comportamentos em conformidade com esta negociação, a participação económica do casal no orçamento familiar e o capital escolar. Em Portugal a publicação de leis que incentivem a igualdade, nos últimos anos sobretudo após a integração na União Europeia é abundante mas contrasta com uma realidade que recusa a mudança ou se transforma muito lentamente. É esta a realidade que se pretende compreender com os casos em estudo.

5.2.1. A IGUALDADE DE RECURSOS.

As relações conjugais com predominância de uma igualdade de recursos, caracterizam-se pela capacidade financeira do casal, em recorrer a serviços familiares e domésticos prestados por terceiros. Os cônjuges reduzem ao mínimo a sua participação nestas tarefas, ocupando o seu tempo com o que desejarem. O que diferencia este tipo de casal, da Rita e do Rui, são os recursos económicos que permitem a contratação de empregados.

³⁴³ Presidência do Conselho de Ministros, Alto Comissário para as Questões da Promoção da Igualdade e da Família, *Plataforma de Acção da Quarta Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres – Pequim, China, 1995*, Lisboa, Comissão para a igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), 1997, p. 133. Ver alínea d) do nº 179, do objectivo F.6.

Não há qualquer discussão sobre a vinculação feminina ao espaço doméstico, pois esta ocorre num grau irrelevante. Para tal contribui um maior capital escolar feminino associado a rendimentos próximos dos masculinos.

A Isabel e o Paulo³⁴⁴ são casados e têm três filhos, um rapaz e duas raparigas com oito, onze e seis anos respectivamente. Vivem num apartamento comprado com mais de 300m², cinco quartos, um escritório amplo, quatro casas de banho, uma cozinha e uma sala com cerca de 75m². Situa-se à face de uma rua bem fornecida em termos de transportes públicos. Quer a Isabel, quer o Paulo têm carta de condução e um automóvel próprio. As entrevistas são efectuadas num Sábado à tarde, no escritório da casa.

5.2.1.1. As tarefas domésticas e familiares reduzidas ao mínimo.

Em casa da Isabel e do Paulo a maior parte das tarefas domésticas e familiares são desempenhadas por terceiros. Não há negociações conjugais sobre o assunto, pois o problema não se coloca. O trabalho da Isabel resume-se a gerir e a orientar os serviços que outros fazem, o que ela repete frequentemente. Orienta os banhos, o vestir e o deitar dos filhos mas estes tomam banho, vestem-se e deitam-se sozinhos. As tarefas que a Isabel tem diariamente são o levar os filhos à escola e o estar presente às refeições. O Paulo entende que o seu papel em casa, para além de estar um bocado presente, é assegurar a manutenção económica desta. A Isabel define como tarefa do marido, o dar de comer aos filhos mas entende-se no fim da frase que é uma questão mais relacionada com o saber, do que com o fazer. É por isso capaz de desempenhar essa tarefa mas não é certo que o faça, não é referido por ele.

Isabel:	Paulo:
"É <u>as refeições juntos</u> , é tomarem banho, <u>orientar</u>	"Eu acho que vamos dividindo. Eu acho que <u>a</u>

³⁴⁴ Paulo – 43 anos, médico psiquiatra, com licenciatura, residente no Porto, católico praticante, com três filhos.

CAPÍTULO V – PERSPECTIVAS DE DOMINAÇÃO E DE IGUALDADE

<p><u>os banhos, orientar o vestir-se, orientar o deitar na noite, ir buscar à escola, ir levar à escola, orientar as actividades extra-curriculares e os estudos.</u></p> <p>“(…) a única coisa em que [os filhos] colaboram é , é <u>arranjarem-se e vestirem-se</u> (...) não têm mais nenhum papel assim activo nas tarefas domésticas.”</p> <p>“Ora bem, eu <u>faço a gestão familiar e doméstica</u> (...)”</p> <p>“Tenho um horário que me é compatível com a vida familiar. (...) permite-me <u>entrar depois de deixar as crianças na escola</u>, (...) permite-me ao fim do dia, <u>estar em casa a tempo de jantar</u> a horas (...) e permite-me ter os <u>fins-de-semana livres</u> (...)”</p> <p>“Ora bem, [o Paulo] <u>dá as refeições na mesa</u>, de resto <u>não sabe fazer mais nada.</u>”</p>	<p><u>Isabel</u> é que está mais... <u>Leva-os de manhã</u>, articula mais as coisas (...)”</p> <p>“As tarefas que a <u>Isabel</u> participa, praticamente, são <u>tarefas</u> mais na... em relação às <u>crianças</u>. <u>Levá-las</u> (...)”</p> <p>“Ah! As <u>tarefas</u> que tenho <u>em casa</u>. As tarefas que tenho em casa é basicamente.. são tarefas muito centradas na <u>manutenção</u> provavelmente mais <u>económica</u>. Quer isto dizer, é óbvio que eu giro mais fora de casa e alimento externamente e monetariamente a minha casa. Mas <u>estou</u> assim, <u>um bocado</u>, todos os dias, <u>em casa</u> e decido se for preciso tomar alguma decisão em relação a isso. Mas fora isso... (risos) as coisas comandam-se mais ou menos. Mas estou por aqui. Sempre que é preciso.”</p>
---	---

No que diz respeito a ir busca-los e ajuda-los nos trabalhos de casa, não se verifica que seja a Isabel a fazê-lo. Por um lado, o casal afirma que sim, por outro, afirmam que é a mãe desta que o faz, pois o horário de trabalho da Isabel, não lhe permite este acompanhamento. As tarefas domésticas são todas realizadas por uma empregada doméstica interna que contrataram para os aliviar desse serviço. Subcontratam uma empresa que vai buscar roupa ao domicílio e a devolve passada a ferro, subcontratam outra empresa para tratar das contas da casa e dos respectivos consultórios onde trabalham. É da responsabilidade da Isabel reunir facturas que comprovam as despesas que ambos têm e entrega-las ao contabilista que tem a empresa à beira do seu consultório.

<p>Isabel:</p> <p>“(…) <u>uma empregada que faz as refeições</u> e que elas estão sempre prontas quando necessário e <u>tenho a minha mãe para os ir buscar à escola</u> porque <u>eu não tenho horário</u> para ir buscar à escola à hora a que eles saem. E às vezes, <u>ajuda-os a fazer os trabalhos de casa.</u>”</p> <p>“Temos uma empresa de contabilidade que trata disso mas <u>sou eu</u>, normalmente que organizo as papeladas e <u>que reúno as facturas</u>, para organizar tudo.”</p> <p>“(…) tem-se buscado ajudas de maneira a não haver a sensação de sobrecarga de uns em relação a outros. Sei lá, o facto de <u>contratar uma empregada interna</u> que <u>alivia o trabalho doméstico</u> (...)”</p>	<p>Paulo:</p> <p>“(…) <u>Levá-las, trazê-las e dar algum apoio em termos escolares</u> que... há.. muitas vezes, (...) gestão <u>com a mãe dela</u>, (...) portanto ela [Isabel] articula <u>ai</u> as coisas mais ou menos.”</p> <p>“(…) não me importo de <u>cozinhar</u>, embora <u>não precise por causa da empregada</u>. Umm.. mas não me importo de cozinhar, não me importo de vez em quando, de dar grandes arrumadelas à casa.”</p> <p>“É ela [que trata da empresa de contabilidade]. (...) <u>o consultório dela está ao lado do contabilista</u> e portanto, como ela tem mais tempo para andar a transportar para o contabilista, entramos num acordo.”</p>
--	---

Sobre as idas aos médicos, não há consenso pois quer a Isabel quer o Paulo, afirmam que o fazem. É possível que seja uma tarefa partilhada e efectuada pelos dois. Dividem os pagamentos de tudo: o Paulo paga a empregada doméstica, o crédito da casa, as viagens e as férias. A Isabel paga a escola dos filhos, a ginástica da filha, a empresa de contabilidade. Ambos pagam as respectivas despesas pessoais: carros, empregadas e rendas de consultórios. Verifica-se que o Paulo compara o esforço económico da mulher com o seu, atribuindo-se maior importância nos pagamentos que efectua e concluindo por isso que paga tudo. O facto de cada um ter a sua conta bancária é um factor que minimiza os conflitos conjugais, já que a liberdade individual de cada um gerir o seu dinheiro é preservada e respeitada³⁴⁵.

Isabel:	Paulo:
<p>“Ao médico <u>levo eu</u>. Mas depois eles ficam com a empregada.”</p> <p>“As <u>contas</u> são.. são mais ou menos <u>divididas a meio</u>. Ele paga umas, eu pago outras.”</p> <p>“<u>Cada um tem a sua conta</u>, embora cada um participe, também na conta do outro. Mas cada um deposita o seu dinheiro na sua conta e dessa conta, <u>cada um paga aquilo que está estabelecido pagar</u>. (...)”</p> <p>“E depois <u>eu pago</u> a despesa da <u>contabilidade</u>. <u>Cada um paga a gasolina</u> dos seus carros, <u>cada um paga as rendas dos seus consultórios e as empregadas</u> dos seus consultórios e <u>cada um paga</u> também, os seus <u>seguros</u>. Ah! A <u>escola</u> dos miúdos <u>pago eu</u>, normalmente, as actividades extra-curriculares: o <u>ténis paga o Paulo</u>, a <u>ginástica pago eu</u>. Está assim mais ou menos equilibrado.”</p>	<p>“Ah, eu isso <u>fifty-fifty</u>. Às vezes posso ser até <u>mais eu</u>, não sei (...). Portanto de facto, eu estou nos hospitais, conheço-os todos e eu vou ter com os colegas (...). Tudo o que seja Santo António e Pedro Hispano vou eu. Se for S. João vai a Isabel.”</p> <p>“Sou <u>eu empregadas, carro e casa</u>. A <u>Isabel só paga</u> ... bem, uma percentagem das <u>empregadas</u>. Viagens, férias, <u>tudo sou eu</u>.”</p>

A Isabel não está interessada em ter mais tempo para estar em casa e com a família porque entende que o tempo que dispensa a esta é suficiente. O Paulo afirma estar interessado em ter mais tempo para a família mas

³⁴⁵ Catarina Delaunay, op. cit.

exprime uma dúvida que nos leva a pensar que se trata dum desejo de não contrariar uma vontade geral. Gostava de estar mais cedo em casa porque nunca chega antes das nove da noite. Agrada-lhe a estabilidade da família e não gosta dos conflitos no interior desta. Considera-a mais importante que o trabalho, apesar de na prática dispensar quase a totalidade do seu tempo quotidiano, à profissão. Para a Isabel, a família é um espaço de acolhimento, de intimidade e de aprofundamento de relações. Sente-se satisfeita com estas relações, com a alegria e a união familiares. O que lhe desagradava são as birras e as discussões em família. Apesar de gostar de bebés, a Isabel não tem vontade de ter mais filhos. Não lhe agrada a rotina doméstica e manifesta interesse em que os filhos sejam rapidamente independentes. O Paulo concorda com a mulher por uma questão de conforto, pois mais filhos implicaria mudar de carro.

Isabel:	Paulo:
<p>"(...) <u>não me agrada muito a rotina em casa</u>. Gosto mais de estar a trabalhar. E acho que <u>o tempo que temos</u> livre, que temos todos juntos <u>dá perfeitamente</u> para.. para conversarmos e para estarmos, <u>não noto</u> assim uma <u>necessidade de</u> ter mais <u>tempo</u>."</p> <p>"É um espaço de <u>acolhimento</u>, é um espaço de <u>intimidade</u>, de <u>aprofundamento</u> das <u>relações</u> de uns com os outros e de crescimento também."</p> <p>"O que me satisfaz <u>mais</u> é.. as <u>relações interpessoais</u>, a <u>alegria</u> quando se está junto, o sermos <u>unidos</u>, o termos <u>prazer de estar juntos</u>."</p> <p>"É as <u>birras</u>, é as <u>discussões</u>, é o chamar a atenção sempre das mesmas coisas, a <u>rotina</u> que é às vezes, é um pouco <u>forçada</u> e as <u>regras</u>, às vezes <u>não</u> são propriamente, facilmente <u>assimiladas</u> por todos."</p> <p>"Sim, tipo um desejo [de ter mais filhos] (risos), <u>não é tanto uma vontade</u>. (...) Porque gosto muito de bebés."</p> <p>"[É importante os filhos] começarem a pensar livremente pelas suas cabeças e <u>o mais depressa possível independentes de nós</u>."</p>	<p>"Sim, claro! Quem não gostaria, não é? (...) Porquê? Porque (...) começo a trabalhar às nove e meia da manhã e pronto. Nove, nove e meia pronto mas <u>antes das nove da noite, não chego</u>."</p> <p>"<u>Mais... estabilidade</u>. <u>Menos</u>, às vezes alguma <u>colisão</u>."</p> <p>"Atribuo importância.. Acho que é <u>mais importante a família que o trabalho</u>."</p> <p>"Não. (...) Porque não (risos). <u>Três chegam</u>. Já é demais e <u>tenho que comprar outro carro diferente</u>."</p>

5.2.1.2. A concretização de duas carreiras em simultâneo.

A Isabel é médica estomatologista e trabalha como profissional liberal,

a tempo inteiro no seu consultório privado. O marido é médico psiquiatra e para além de exercer parcialmente uma profissão liberal em consultório próprio, trabalha num hospital público e noutros locais em regime de avença. Tem por isso mais dificuldade que a Isabel em controlar o tempo de trabalho. A profissão absorve-lhes muito tempo mas valorizam-na muito por lhes permitir ter o nível de vida que querem. O Paulo estabelece uma pontuação de zero a dez e atribui nove pontos ao trabalho profissional, considera-o como um dos objectivos principais da vida. Dá-lhe prazer fazer o que gosta, ganhar dinheiro e ter o reconhecimento de colegas relativamente ao seu desempenho. A Isabel gosta de lidar com pessoas diferentes diariamente, sente-se realizada por estar a participar de forma activa na sociedade e por ter uma boa retribuição económica. Tanto a Isabel como o Paulo valorizam a profissão do cônjuge como um factor de satisfação pessoal para cada um.

Isabel:	Paulo:
<p>"Médica estomatologista."</p> <p>"Porque o meu trabalho, além de me dar <u>satisfação</u>, <u>trago dinheiro</u> que nos <u>permite</u> usufruir de um <u>tipo de vida que nós gostamos</u>."</p> <p>"Tenho um horário.. Digamos que eu, como <u>trabalho em profissão liberal</u>, eu criei o meu próprio horário."</p> <p>"O que <u>satisfaz mais</u> é.. é fazer uma <u>actividade que eu gosto</u>, lidar com <u>pessoas</u> diferentes todos os dias, ter a possibilidade de <u>conviver com</u> muita <u>gente</u> e.. e ter uma <u>boa retribuição económica</u> por aquilo que eu faço (...)."</p> <p>"É um veículo de <u>realização pessoal</u>. É assim que se participa na sociedade, que se é um membro activo."</p> <p>"Olha, é um trabalho que também o <u>satisfaz</u> [ao Paulo] e o <u>preenche</u> e que <u>economicamente, também</u> o motiva e.. e é <u>interessante</u>."</p>	<p>"Médico."</p> <p>"(...) a minha profissão neste momento está mais... é mais difícil em termos.. de controlar em termos de tempo. Quer dizer, enquanto a <u>Isabel</u> está.. é <u>profissional liberal</u> e pode escolher o tempo e <u>eu sou</u> as <u>duas coisas</u>: <u>profissão pública</u>, <u>profissão liberal</u>, <u>mais outras</u> coisinhas que tenho. Portanto nunca tenho... o meu horário não é o horário da Isabel, não é?"</p> <p>"De zero a dez? Vamos lá, nove."</p> <p>"(...) as pessoas (...) têm que ter <u>objectivos na vida</u> e a <u>profissão</u> é uma delas, é uma das principais."</p> <p>"(...) Eu acho que <u>as pessoas quando não têm trabalho</u>, estão <u>tramadas</u>! Não têm hipótese.."</p> <p>"Mais... o que mais me satisfaz é o prazer de <u>fazer coisas que gosto</u>, é o prazer em termos <u>económicos</u>, também porque entre ganhar xis e porque o prazer de <u>ser reconhecido</u> e ver que as <u>pessoas apreciam</u> o nosso <u>trabalho</u> e que estamos a fazer coisas interessantes (...)."</p> <p>"Acho que isso [o trabalho da Isabel] é uma <u>coisa boa</u>. A Isabel, durante um período de tempo que não trabalhou, e era uma merda. (...) a Isabel não precisaria de trabalhar para eu manter aquilo que conseguimos mas acho que foi muito <u>bom do ponto de vista pessoal</u> e agora pronto, também <u>teve sorte</u> e pronto."</p>

O facto de haver pessoas dependentes da Isabel e do Paulo é determinante para definirem o tempo que despendem com a profissão. Sentem que não podem diminuir o ritmo de trabalho por isso afectar outras pessoas. O que a Isabel menos gosta na sua profissão é da rotina e do cansaço que sente quando trabalha. O Paulo sente que a responsabilidade do seu trabalho é muita por ter famílias que dependem economicamente dele e sente-se preso a uma cadeia. A Isabel é da mesma opinião, afirma que não diminui as horas de trabalho por isso implicar uma diminuição de rendimentos. Nenhum dos dois pretende diminuir o ritmo de trabalho mas ambos gostavam que o outro o fizesse. Os rendimentos provenientes do trabalho são um factor de satisfação e assumem uma importância vital para ambos.

Isabel:	Paulo:
<p>"(...) O que me <u>satisfaz menos</u> é, às vezes, a <u>rotina do trabalho</u> em si que, às vezes é um bocadinho repetitivo e um bocadinho <u>cansativo</u> mas é isso."</p> <p>"Sim [menos horas de trabalho]. Se isso <u>não afectasse o rendimento</u>."</p> <p>"Gostava [que o marido trabalhasse menos]."</p>	<p>"(...) o que é que <u>menos gosto</u>: a <u>responsabilidade</u>."</p> <p>"Porquê? Quando se começa a ter, entre aspas, um status xis (...) <u>muitas pessoas dependem de nós</u> se tu não trabalhas, elas deixam de ganhar. Estás, estás <u>preso numa cadeia</u>. Tens cinco abaixo de ti, ou seis abaixo de ti, se tu não ganhares elas também não ganham. (...) há <u>famílias dependentes</u> de ti, <u>a tua e a dos outros!</u>"</p> <p>"(...) Agora <u>gostava mesmo de deixar tudo e ir para o Brasil</u> (...) Agora já estava numa de fazer seis meses cá e seis meses lá mas não acho que o paraíso exista, <u>não é possível</u> (...)."</p> <p>"Acho que sim (...) [gostava que a mulher trabalhasse menos]."</p>

A Isabel e o Paulo investem o que pretendem na profissão e pensam já ter alcançado o suficiente. A primeira, não pretende expandir mais pois deixaria de ter o controlo que tem de organizar o seu horário como quer, fazendo pontes e indo de férias quando lhe apetece. O Paulo tem o reconhecimento dos pares o que o satisfaz plenamente. Teve propostas para subir mais em termos de carreira e recusou. Não se sente líder e pensa ter alcançado mais do que tinha previsto para a sua profissão.

Isabel:	Paulo:
<p>“Não porque isso.. <u>se eu investisse mais</u> e se expandisse muito, isso era capaz de me absorver demasiado tempo e de já <u>não</u> ser uma coisa <u>controlável por mim</u>. Assim como está, <u>eu tenho o controlo de tudo</u>, de sair quando quero, de..”</p> <p>“É o poder de conseguir <u>organizar</u> o <u>horário quando se quer</u>, ter a <u>liberdade de interromper</u> e <u>fazer uma ponte</u> quando se quer, ter a liberdade de fazer <u>férias</u> na altura que se quer (...).”</p>	<p>“Umm... reconhecimento dos pares, poder de influenciar mas é uma coisa que não me cativa muito, quer dizer e <u>tive</u> até muito <u>recentemente uma situação em que podia ter muito mais poder</u> do que o que tenho agora, mesmo muito mas <u>não quis</u>. Não, <u>não sou</u> o que se chama um <u>líder</u>, não gosto de ser líder. Embora ache que neste momento (...), eu estou bem lançado. E tenho algum poder. Tenho o feeling que tenho algum poder agora que <u>sou muito bem reconhecido pelos pares da minha actividade</u>. (...) acho que estou bem cotado. Não acho, tenho esse feeling. Porque dos outros e.. e que <u>tenho evoluído acima das minhas perspectivas</u>, da, do que eu tinha planeado. Tinha feito um plano xis, já ultrapassei aquilo que eu tinha planeado. Agora, já <u>podia ter ido muito cá para cima</u> e não quis. Porque preferi talvez ajudar a família.”</p>

5.2.1.3. O não às “férias com as criancinhas” do Paulo.

Nem o Paulo, nem a Isabel queriam viver sozinhos, como gostavam um do outro decidiram casar. Para a Isabel pesou muito na sua decisão, a forma como viveu no seu agregado familiar de origem, o que a levou a querer reproduzir a vida que teve. Para o Paulo faz parte da sociedade, é uma norma talvez conservadora mas que todos acabam por aceitar. A relação conjugal tem tido altos e baixos, o que consideram normal. À medida que o tempo passa vão aprendendo a conversar para a melhorar. Actualmente a relação que têm corresponde às expectativas iniciais, porque o Paulo sente-se feliz e a Isabel, sente que a paixão inicial deu lugar à intimidade, à serenidade e à cumplicidade.

Isabel:	Paulo:
<p>“Ter <u>prazer</u> em.. em viver em <u>família</u>, <u>não viver sozinha</u>, <u>ter encontrado a pessoa certa</u> e <u>reproduzir</u> o tipo de <u>vida</u> que eu tinha levado na minha <u>infância</u>, com a parte dos filhos.”</p> <p>“Correu com alguns <u>altos e baixos</u>. Houve alturas em que houve assim, mais desentendimentos e depois destas alturas, faz-se uma <u>avaliação</u>, uma <u>conversa</u> e tenta-se afinar um bocado o que é que está mal, o que é que está mal para um, o que é que está mal para o outro e como é que pode ficar melhor. (...) já decorreram alguns anos (...) e acho que <u>a gente</u> também <u>vai aprendendo</u> (...) as coisas vão correndo mais, mais suavemente, sem tantos</p>	<p>“O que é que me levou a constituir família (risos), eu acho que é uma <u>norma</u> tão assente. Sim... (silêncio) eu acho que <u>faz parte da sociedade</u> onde estamos. A determinada altura foi <u>um acto de querer</u> e pronto, quis. Acho, acho que não, não provavelmente.. Num acto tal <u>conservador</u> mas que toda a gente acaba por sair, por tentar fazer. <u>Sozinho não me estava a ver, gostava de uma pessoa</u>, portanto why not?”</p> <p>“Com <u>altos e baixos</u>. Mas mais altos que baixos. Normal.”</p> <p>“Bem, eu, eu.. Quando tu casas, o que é que tu</p>

<p>altos e baixos.”</p> <p>“Corresponde.. (risos) Eu acho que <u>inicie</u> [a relação conjugal] <u>muito entusiasmada e com muita paixão</u>. Acho que depois passei assim por alguns solavancos e acho que essa paixão vai-se suavizando um pouco mas vai <u>nascendo</u> outro tipo de sentimento, outro tipo de <u>intimidade</u>, uma <u>relação mais serena</u> mas, mas também bastante <u>gratificante</u>, em que as pessoas já se conhecem melhor, pode.. pode não haver tanto entusiasmo mas há mais <u>cumplicidade</u>.”</p>	<p>chamas <u>expectativas</u> iniciais? Tu queres <u>ser</u> é feliz portanto, <u>eu</u> acho que <u>sou feliz agora</u> pronto. A Cláudia Schiffer é que.. Estou a brincar! (risos)”</p>
---	---

A Isabel afirma que a sua relação com o marido tem por base o amor e a compreensão, o que a torna harmoniosa. O Paulo, confirma que estão num período muito bom e estável porque estão a viver bem, sem graves problemas. Para a Isabel, um bom marido e uma boa mulher são aqueles que se entendem com amor e bom senso. Para o Paulo, é importante a estabilidade que ele e a mulher têm.

<p>Isabel:</p> <p>“É uma <u>relação que tem por base o amor</u> e que também tem <u>compreensão</u> e capacidade de aturar algumas coisas e de fazer algumas cedências para que tudo em comum seja mais harmonioso.”</p> <p>“São duas pessoas que <u>com amor e entendimento e bom senso pretendem viver em casal</u>, viver em família.”</p>	<p>Paulo:</p> <p>“No presente, para mim, [a relação] <u>é muito boa</u>. (...) Porque está tudo <u>muito estável</u>, estamos a viver bem, bem.. Acho que.. acho que tenho essa noção de que <u>estamos a viver</u>, a viver <u>muito bem</u>. <u>Não há problemas</u> assim de maior, com tudo, as criancinhas são todas muito queridinhas e ...aam (ironia)! Portanto, está tudo, eu acho que está, está bem. <u>Estamos num bom período</u>.”</p> <p>“(…) Um bom marido é um fulano que.. Eu acho que sou um bom marido (risos)! Sei lá. (...) Porque <u>o que se pretende com um bom marido e uma boa mulher é uma relação de estabilidade</u>, do casal. E eu acho que <u>isto nós temos</u>.”</p>
---	---

A Isabel e o Paulo, têm tempos de férias a dois que lhes permitem passar tempo juntos sem os filhos. A Isabel não sente necessidade de mais tempo para a relação, o marido não se importava de ter mais tempo com a mulher porque entende que com os filhos não tem férias. Afirma que gostava de ter mais tempo para si mas que não pode por causa das opções profissionais que fez. O tempo seria para ir ao ginásio, para jogar golfe e para massagens. Neste aspecto, pensa que está em desvantagem relativamente à mulher que organiza o tempo como quer mas reconhece que é fruto de

opções pessoais que efectuou. A Isabel por seu lado, quando conversa sobre as desvantagens relativamente ao marido, fala dos papéis domésticos, afirmando que é uma consequência da sua vontade de ter o comando em casa a seu gosto.

Isabel:	Paulo:
<p>“Acho que <u>está bem</u> [o tempo para a relação].”</p> <p>“Não. Quer dizer, acho que <u>temos posições diferentes dentro de casa</u> mas eu também digamos que <u>não abdicaria</u>, entre aspas, de algumas <u>responsabilidades</u> que tenho <u>em casa</u> porque eu <u>gosto de</u> sentir que tenho o <u>comando</u> das coisas, não é? Por isso, digamos também que é um bocado por opção que eu faço questão de ser eu a organizar a vida familiar como eu quero. De maneira que não posso dizer que pronto, que.. <u>Os papéis estão assim distribuídos por vontade dos dois. Está equilibrado.</u>”</p>	<p>“Sim, embora eu ache que neste momento, as coisas estão muito difíceis. Já <u>entrámos num acordo de férias só nós dois</u>. Férias com as criancinhas (faz sinal negativo, com a cabeça)! E é assim. (...) Pouca gente deve ter tantas férias como nós.”</p> <p>“(…) <u>vontadinha</u> tenho de trabalhar uma tarde por semana, ou <u>ir para as massagens</u>. Aquela coisa “Não. Pronto acabou, vou para casa”. Neste momento <u>não posso</u>. (...) as coisas articularam-se assim, <u>ela tem outras coisas que são desvantagens e eu tenho outras mas gostaria de ter mais tempo</u> mas neste momento sei que estou, não posso (...) “</p> <p>“Em termos pessoais, <u>não tenho tempo</u> para <u>ginásio, golfe</u>, uma data de coisas que não.. que não posso.”</p> <p>“Às vezes é só porque, por ter que.. Mas isso também <u>é uma coisa que eu</u>, em que eu <u>me meti</u>. Por ter, por ter me metido em mais coisas porque isto é assim: é uma bola de neve.”</p>

5.2.1.4. A ausência de participação da Isabel nas tarefas familiares e domésticas.

Os comportamentos podem ou não alterar-se em função dos conflitos de interesses que vão surgindo na relação conjugal. Actualmente, os desentendimentos entre o Paulo e a Isabel são poucos. Têm a ver com a maneira como utilizam o dinheiro e com os interesses de cada um. O Paulo atribui os desentendimentos às arrumações da casa e a Isabel atribui-os à educação e aos tempos livres. Segundo esta, os problemas resolvem-se conversando mas para o marido, resolvem-se com o dinheiro, pois quanto mais têm menos discutem. Nos conflitos, há um vencedor que às vezes é um, outras vezes é o outro, o que corresponde ao entendimento que faz do poder. Umhas vezes tem um, outras vezes tem o outro. A Isabel fala em termos de habilidade para fazer feliz o marido.

CAPÍTULO V – PERSPECTIVAS DE DOMINAÇÃO E DE IGUALDADE

Isabel:	Paulo:
<p>“Ou <u>era</u> por questões de aplicação do <u>dinheiro</u>, ou por desentendimento acerca da <u>educação</u> dos filhos ou, ou de atitudes, ou dos castigos, ou de aplicação dos <u>tempos livres</u> de cada um. <u>Egoísmo</u>, de parte a parte, às vezes um querer fazer mais à sua maneira e o outro querer fazer mais de outra maneira.”</p> <p>“Normalmente <u>há sempre uma discussão</u> e depois há assim um <u>tempo de amuo</u>, ou reflexão e depois normalmente, há assim uma <u>conversa apaziguadora</u>.”</p> <p>“Eu acho que, quer dizer, <u>há mais ou menos um entendimento democrático</u>. Não há assumidamente assim alguém ditador mas digamos que <u>eu tenho mais tendência para impor</u> o meu modelo e <u>a minha maneira</u> de ser <u>em família</u>.”</p> <p>“(…) ter poder não é mandar no outro. Acho que ter poder é se calhar, ter a habilidade de conseguir que o outro também se sinta feliz na relação.”</p>	<p>“Às vezes, têm a ver com estas cenas tipo <u>arrumações</u> e às vezes, temos critérios um bocado diferentes e gastos de <u>dinheiro</u> também, às vezes. A Isabel compra coisas que eu não percebo, às vezes. Pronto, é sempre, as conversas do costume, quase em todos os casais: dinheiro, arrumações, “onde é que meteste aquilo?” não é? Aquelas porcarias. Mas <u>agora muito pouco</u>, muito mesmo. <u>Quanto mais dinheiro se tem, menos se discute</u>.”</p> <p>“A determinada altura, o feeling que eu tenho agora, mm.. quer dizer, <u>às vezes ganha um, outras vezes ganha outro</u>. É difícil..”</p> <p>“Hmm, por acaso já não.. não.. Vejo isso de quem manda e quem é que não manda. Mmm.. fifty-fifty. <u>Se ela dá um berro eu também dou</u>.”</p> <p>“O que é.. Ter <u>poder</u> era, eventualmente, <u>obrigar</u> a outra pessoa <u>a fazer</u> aquilo, <u>aquilo que eu quisesse</u>. Mas não é uma coisa que eu goste. (...)”</p>

A relação conjugal da Isabel e do Paulo, é calma e estável pois os assuntos que geravam discórdia foram sendo resolvidos ao longo do tempo. Segundo o Paulo os comportamentos mudaram porque ambos estão mais *soft*, têm como princípio não se aborrecerem mutuamente. O que quer dizer que a Isabel não o massacra, uma característica que atribui às mulheres na sua relação com os homens e que os faz, ou desligar ou ficar indiferentes. Para a Isabel as negociações sobre a partilha de tarefas familiares e domésticas que originavam conflito, resolveram-se recorrendo a serviço de terceiros. Os recursos económicos permitem-lhes resolver estes problemas, sem que qualquer dos dois fique sobrecarregado. A Isabel afirma que as tarefas não eram partilháveis, o que quer dizer que o marido não participava na sua execução. No caso destes recursos faltarem e não sendo possível contratar empregadas para as tarefas domésticas e familiares, a responsabilidade destas seria da Isabel.

Isabel:	Paulo:
<p>“Ao longo dos tempos tem-se vindo a ver o que é que dava mais conflito, o que é que se pode resolver, como é que se pode resolver. E <u>tem-se vindo a resolver esses problemas passo a passo</u>.”</p> <p>“(…) <u>ele não tem disponibilidade de tempo para..</u></p>	<p>”[A relação conjugal] é mais calma (risos), mais <i>soft</i>, já não me chateio tanto.”</p> <p>“Também acho que sim. [A Isabel] está mais.. está mais <i>soft</i>, como se diz (risos), acho que sim.”</p>

<p>para se poder confiar tarefas de rotina habitual.”</p> <p>“Já que <u>não eram partilháveis</u> as tarefas domésticas, passaram a ser feitas por uma terceira pessoa.</p>	<p>“(…) acho que entramos numa de “OK!”, tacitamente <u>ninguém chateia</u>.”</p> <p>“Não pela, pela.. Não era pelo impor, era pelo <u>massacrar</u>. A <u>mulher consegue ser</u>, quando quer.. ser <u>chata</u>. Depois o <u>homem desliga ou.. ok!</u> Não é? (risos) Deixa andar.”</p>
---	---

Para a mudança contribui a capacidade de gestão da Isabel que lhe é proporcionada pelos recursos económicos e pelo forte capital escolar de que é portadora. Termina o curso e começa logo a trabalhar, habitua-se a ter autonomia de decisão e autonomia financeira: *não se torna necessário dar satisfações ou pedir a opinião do cônjuge relativamente a compras de vulto quando o dinheiro utilizado (...) é considerado pertença pessoal de quem o aplica, que se sente no direito absoluto de poder dispor dele como bem entender*³⁴⁶. Um hábito que lhe permite criar uma realidade familiar que vai de encontro aos seus interesses, numa gestão que o Paulo considera boa. Tendo ambos um forte capital escolar e a mesma profissão reconhecem-se como iguais. O Paulo compreende que a mulher não possa trabalhar menos tempo porque ela também é médica e na medicina é complicado dizer que não aos doentes. A licenciatura da Isabel, confere-lhe o direito de dizer que não às tarefas domésticas e familiares e de dizer que sim à sua profissão, assim como o marido o faz e em casa ninguém faz o que quer que seja. Esta situação é observada por Anália Torres³⁴⁷ que afirma haver uma diminuição no desempenho das tarefas familiares e domésticas por parte das mulheres, à medida que o capital escolar é maior.

<p>Isabel:</p> <p>“(…) acabei a licenciatura e comecei logo a trabalhar.”</p> <p>“(…) deixou de haver a discussão de quem é que faz o quê. <u>Basicamente, ninguém faz nada</u>.”</p>	<p>Paulo:</p> <p>“(…) curso e internato portanto [comecei a trabalhar] lá p’rós vinte e seis.”</p> <p>“(…) ela já <u>consegue fazer boa gestão</u> (...) não sei se ela quereria [diminuir as horas de trabalho] mas acho que sim (...) mas também <u>percebo</u> que seja complicado. A medicina é um bocado complicado</p>
---	--

³⁴⁶ Catarina Delaunay, op. cit., p. 101.

³⁴⁷ Anália Cardoso Torres (cord.), *Homens e Mulheres entre Família e Trabalho*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Segurança Social e do Trabalho – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, 2004.

	e ela sendo também médica (...) é muito complicado depois dizer aos doentes: “Olha, tchau desapareçam!” (...). Percebo que também não seja possível.”
--	---

5.2.1.5. “Os filhos nunca lavavam louça, nem arrumavam cozinha”.

A família onde a Isabel cresceu, era constituída pelos pais e cinco filhos, quatro raparigas e um rapaz. A do Paulo era constituída pelos pais e três filhos rapazes. Nem a Isabel, nem o Paulo têm uma experiência activa em termos de realização de tarefas domésticas e familiares nos seus agregados familiares de origem. A primeira colaborava arrumando a sua roupa ou fazendo a cama. O segundo por vezes ajudava a tomar conta dos dois irmãos que eram mais novos. A organização da casa era assegurada pelas respectivas mães e empregadas. Os pais não participavam de assuntos domésticos. No caso do pai da Isabel decidia sobre a compra de carros, as férias e as aplicações financeiras. O pai do Paulo levava os filhos, por vezes, à escola e era da sua responsabilidade trabalhar fora de casa, visto a mãe ser doméstica e a família depender financeiramente só dele. Tanto a Isabel como o Paulo testemunham práticas de vinculação da mulher às tarefas domésticas e familiares o que se repercute nas responsabilidades actuais da primeira. No entanto, a socialização desta é fraca, já que sendo quatro raparigas, nunca lhe foi exigida a participação nas tarefas domésticas e familiares. No caso do Paulo a socialização no género masculino é forte, já que por serem rapazes, não tinham responsabilidades domésticas.

Isabel:	Paulo:
“Sete pessoas. (...) Portanto dois pais, cinco irmãos.”	“(…) éramos cinco pessoas. Os pais e três filhos.”
“Ora bem, em casa (...) com os filhos, faziam-se as refeições também os passeios, as férias.”	“Em termos domésticos pronto, a minha <u>mãe</u> era <u>doméstica</u> mesmo, estava em casa.”
“Ou era a mãe ou era a empregada [que fazia as refeições].”	“E tínhamos empregadas. Sim, uma <u>empregada interna</u> .”
“Havia uma <u>empregada</u> que <u>ajudava</u> , distribuía-se pela mãe e pela empregada e os <u>filhos</u> ajudavam a manter os <u>quartos arrumados</u> .”	“E o meu pai, em termos domésticos.. (...) No fundo, a <u>gestão</u> da <u>casa</u> estava a cargo da minha <u>mãe</u> .”
“Os <u>filhos</u> colaboravam em pôr.. em pôr a <u>mesa</u> , tirar a mesa, fazer a cama, arrumar as roupas. Mas	“Quem <u>levava</u> à <u>escola</u> era o meu <u>pai</u> e às vezes, quem ia <u>buscar</u> era a <u>empregada</u> , ou a minha

CAPÍTULO V – PERSPECTIVAS DE DOMINAÇÃO E DE IGUALDADE

<p>não.. nunca lavavam <u>roupa</u>, nunca lavavam <u>louça</u>, nem arrumavam <u>cozinha</u>, nem pôr a roupa a secar. (...) Porque isso <u>era</u> feito pela <u>mãe</u> com a ajuda da empregada. A <u>mãe</u> tinha o domínio da <u>gestão</u> da <u>casa</u> e o <u>pai</u> talvez tivesse o domínio noutro tipo de decisões: <u>comprar carros</u>, ir de <u>férias</u>, <u>aplicações financeiras</u>, esse tipo de coisas.”</p>	<p><u>mãe</u>.”</p> <p>“O domínio digamos, o domínio caseiro quer dizer, em relação à decisão, <u>o que é que se come, o que é que se faz</u>, aquelas coisas.. <u>Arrumação</u>, as coisas onde é que ficam, <u>era</u> basicamente da minha <u>mãe</u>. (...) sem dúvida. O meu <u>pai</u> era mais aquela situação de.. alguém tinha que <u>ganhar!</u> E era ele.”</p> <p>“Não. Somos todos <u>rapazes</u> portanto <u>não havia</u> essas <u>tarefas</u> [domésticas]. Não quer dizer.. Se era <u>mais velho</u>, fazia algumas coisas tipo <u>tomar conta dos outros</u>. Esse tipo.”</p>
---	---

Os pais da Isabel e do Paulo davam muita importância ao trabalho profissional. Dele provinha o sustento das famílias, sobretudo no caso do Paulo onde só o pai trabalhava. Na família da Isabel o pai ganhava mais do que a mãe porque trabalhava mais horas do que esta. A mãe tinha um horário de trabalho que lhe permitia compatibilizar as responsabilidades familiares com a sua profissão. A mãe do Paulo nunca trabalhou pois segundo este, na altura as mulheres que pertenciam a uma determinada classe social, não o faziam. Tinham educação mas não era suposto trabalharem. A sua mãe teve pretensões de o fazer e tentou abrir umas lojas mas não tiveram sucesso. A mãe da Isabel estudou com o objectivo de ser professora primária.

Isabel:	Paulo:
<p>“A <u>mãe</u> era <u>professora primária</u> e o meu <u>pai</u> era <u>professor universitário</u>.”</p> <p>“A <u>mãe</u>, como era professora, tinha um <u>horário</u> de trabalho <u>pequeno</u> e conseguia acompanhar e fazer as distribuições na escola e ter tempo para a vida em casa.”</p> <p>“[O trabalho] era muito <u>importante</u> porque era o <u>sustento</u> da <u>família</u>.”</p> <p>“O meu pai [ganhava mais] talvez, acumulava mais trabalho.”</p> <p>“O <u>dinheiro</u> era para se viver bem. Era <u>para usar em benefício de todos</u>. Não era propriamente para amealhar.”</p>	<p>“<u>Engenheiro</u> civil. (...) O meu pai atribuía uma grande. Era importante, quer dizer, era a base. (...). Nós dependíamos do trabalho dele. Era a <u>única pessoa a ganhar</u>.”</p> <p>“(…) eu acho que [a minha mãe] <u>nunca trabalhou</u>. Quer dizer, depois de determinada altura quis montar umas <u>lojas</u> mas sempre <u>sem</u> grande <u>sucesso</u>. (...) naquela época, a maior parte das <u>pessoas com</u> determinado <u>status social</u> ou um determinado poder económico, a <u>mulher não trabalhava</u>. Portanto, ela não trabalhava. Tirou.. quer dizer estudou até determinada altura mas depois, a ideia que eu tenho é que as minhas tias também nunca trabalharam. Pronto e aprendem. É aquele estilo! Aprendem piano, francês e pouco mais. Pronto, ponto final.”</p>

A Isabel afirma que na relação conjugal dos pais, o pai era mais autoritário que a mãe e que esta era penalizada com a sobrecarga de trabalho profissional e familiar. O mesmo não se passava em casa do Paulo visto que a mãe não trabalhava. Este é de opinião que nenhum dos dois estava em desvantagem, era uma relação equilibrada e quando havia discussões a mãe conseguia o que queria. Os desentendimentos dos pais da Isabel eram resolvidos através do diálogo e segundo ela, de forma democrática.

Isabel:	Paulo:
<p>“Talvez o <u>pai</u> um bocadinho mais <u>autoritário</u>.”</p> <p>“[Resolviam os desentendimentos] discutindo, falando.”</p> <p>“Acho que não [se impunham]. Até <u>havia democracia</u>.”</p> <p>“Acho que havia uma <u>sobrecarga</u> de responsabilidade, de <u>trabalho familiar na mãe</u>. Mas acho que ela entendia isso como o seu dever. Não vejo que.. Não se pode dizer que se sentisse penalizada.”</p>	<p>“Tenho essa.. Essas coisas aí não, não. [A relação era] fifty-fifty.”</p> <p>“(…) Por acaso <u>não tenho</u> essa <u>ideia de grandes discussões</u>. Acho que provavelmente, houve algumas mas olha motivo (...). Ah! Motivos! Provavelmente <u>a maior parte das discussões</u>, já estou a ver, eram segundo me lembro, <u>tinha a ver com a minha avó</u>.”</p> <p>“Eu acho que por acaso aí <u>a minha mãe ganhava</u>, que <u>chateava</u> tanto <u>o meu pai</u> que ele tinha que desistir.”</p>

5.2.1.6. O dinheiro “compra tudo!”

O dinheiro é fundamental para a Isabel e para o Paulo porque para além de assegurar as despesas básicas da família, permite-lhes manter o nível de vida que pretendem e um estatuto social elevado. A Isabel fala dos carros, de uma boa casa, da empregada, dos seguros, da alimentação, dos estudos, das actividades extra-curriculares dos filhos e de uma vida confortável. Afirma que o poder económico pode não trazer felicidade mas é um poder real. O Paulo entende a necessidade do dinheiro como se fizesse parte de um processo irreversível, de uma máquina que é preciso alimentar. Para ele, o dinheiro faz a diferença entre um adolescente e um adulto, por possibilitar a independência e acrescenta que para além de pagar as despesas todos os meses o dinheiro compra tudo, inclusivamente a saúde.

Norberto Pinto dos Santos³⁴⁸, verifica que o rendimento do agregado familiar proporciona à família o consumo desejado e está associado ao seu conforto e segurança e que os filhos representam um aumento continuado dos gastos até ao momento em que formam a sua própria família (individual, nuclear ou plurinuclear). Dos rendimentos dependem as oportunidades que lhes são oferecidas: as opções pelo instituto de línguas, pela mota, pelas viagens de férias, pelas mesadas.

Isabel:	Paulo:
<p>“O dinheiro é muito importante na medida em que assegura a subsistência da família e <u>assegura</u> um <u>estilo de vida</u> compatível com aquele que nós achamos agradável. Permite-nos ter uma boa <u>casa</u>, <u>viver confortavelmente</u> ter uma boa <u>empregada</u> que nos ajude, ter <u>carros</u>, <u>seguros</u>, <u>alimentação</u> assegurada em função das necessidades da família que nos rodeia, poder pagar os <u>estudos</u>, poder pagar as <u>actividades extra-curriculares</u>.”</p> <p>“É viver com estabilidade económica. Depois disso, viver com estabilidade emocional, com um ambiente tranquilo, com alegria, com alguma <u>despreocupação</u>. Haver um espaço em que as pessoas se sentem felizes. Acho que há um tipo de poder que se tem com o dinheiro. Que é o chamado <u>poder económico</u>. O que <u>não quer dizer</u> que seja a <u>felicidade</u>, mas <u>é um poder real</u>.”</p>	<p>“(…)a determinada altura, <u>há um</u> (...) <u>status</u> em termos económicos <u>que se pode dar</u> quer aos <u>filhos</u>, quer à <u>mulher</u> (...)”</p> <p>“Mmm... é politicamente incorrecto o que eu vou dizer mas [a importância do dinheiro] <u>é muita</u> (risos), o resto é tanga.”</p> <p>“[O dinheiro] <u>compra tudo!</u> Inclusive <u>saúde</u>. Por muito que as pessoas pensem que não.”</p> <p>“(…)Vou-te dar este exemplo: <u>passar de adolescente para adulto</u>, não é a idade, <u>é o poder económico</u>. “Já tenho dinheiro, já sou adulto, posso fazer aquilo que eu quero, pronto. Sou adolescente, estou sempre dependente.” O <u>dinheiro dá independência e a independência dá poder</u>.”</p> <p>“Porque começa em mais coisas.. para <u>ganhar mais dinheiro para alimentar</u> “xis”, porque depois é assim: mete-se uma <u>empregada</u>, mete-se isto, depois tens que <u>pagar ao final do mês</u>, portanto o <u>dinheiro tem</u> que <u>existir</u>.”</p> <p>“Porque é assim: a determinada altura <u>é uma máquina</u> e para alimentar a máquina.. O <u>carro se não anda</u>, ponho <u>gasolina</u> e o que eu.., e o que estrategicamente, <u>quer dizer, eu agora não posso olhar muito para trás</u> (...)”</p>

A Isabel e o Paulo participam de forma semelhante no orçamento familiar. A primeira afirma que ganha 40% do total de rendimentos que têm e o Paulo, afirma que ganha dois terços. Sendo a Isabel que trata dos assuntos com a empresa de contabilidade e dada a incerteza do Paulo, é possível que a versão feminina seja a correcta. Há uma participação semelhante dos dois

³⁴⁸ Norberto Pinto dos Santos, *A Sociedade de Consumo e os Espaços Vividos pelas Famílias*, Lisboa, Edições Colibri e Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Coimbra, 2001.

no capital financeiro da família.

Isabel: “40%.”	Paulo: “(…) agora neste preciso momento, <u>talvez dois terços</u> . Mas não tenho a certeza, confesso. (...) Nós não fazemos..., eu ainda não fiz bem as contas, mas...”
-----------------------	--

No discurso da Isabel e do Paulo verifica-se que os interesses familiares são semelhantes. A disponibilidade de ambos é limitada pelos interesses profissionais. Sentem-se satisfeitos com o tempo que têm para trabalhar, para a família e para a relação conjugal. O dinheiro é essencial para manter o nível de vida que pretendem, para criar estabilidade conjugal e permitir um relacionamento equilibrado. Como a maior parte dos serviços domésticos e familiares são realizados por terceiros, não se colocam as questões de participação nestes. A terciarização dos serviços domésticos é uma das estratégias para resolver os problemas da família pós-moderna. Estas estratégias passam pelos trabalhos domésticos partilhados entre cônjuges, pela contratação de uma empregada doméstica, pelo envolvimento da família para cuidar dos filhos, e pela integração das crianças em instituições de educação fazem parte, da terciarização da produção doméstica que caracteriza a actual conjuntura económica. São alternativas pelas quais as famílias optam em função das suas possibilidades monetárias e dos constrangimentos ou facilidades profissionais. *Este modo de terciarização ganha adeptos porque agrega os elementos mais significativos do bem-estar físico e social: o conforto, o individualismo como expressão da identidade social, a valorização do tempo livre sobre o tempo de trabalho*³⁴⁹.

A socialização no género é mais forte no Paulo do que na Isabel, o que explica a sua total ausência dos assuntos da casa. Os comportamentos alteram-se não no sentido de uma maior participação masculina nas tarefas familiares e doméstica mas numa redução quase completa da participação

³⁴⁹ Norberto Pinto dos Santos, op. cit, p.92.

feminina nestas. O capital financeiro torna-se essencial pois permite as mudanças desejadas. Ambos contribuem de forma semelhante nos rendimentos familiares. A relação conjugal estabelece-se num cenário de igualdade.

5.2.2. A IGUALDADE EM CONSTRUÇÃO.

Quando os recursos económicos não permitem a subcontratação de todo o tipo de serviços domésticos e familiares, a construção da relação conjugal num cenário de igualdade faz-se com grande esforço do casal. Os cônjuges questionam os seus papéis na relação e na organização familiar e doméstica. As regras da vida conjugal vão acompanhando as necessidades de cada um e a mudança vai acontecendo em função do quotidiano. O casal vai construindo diariamente, uma nova realidade assente em pressupostos de igualdade.

O casal escolhido para tipificar esta relação conjugal, é constituído pela Maria³⁵⁰ e pelo João³⁵¹, casados, com três filhos, dois rapazes e uma rapariga com onze, seis e quatro anos. Vivem num apartamento comprado com cerca de 150m², três quartos, uma cozinha, duas casas de banho e uma sala de 30m². O prédio está longe da rede de transportes públicos mas dispõem de dois automóveis que ambos utilizam. O do João pertence à empresa onde trabalha. As entrevistas são efectuadas num Domingo à noite, a seguir ao jantar. É possível observar uma refeição ligeira de sopa seguida de castanhas assadas. Não há qualquer preocupação em arrumar a casa que está com objectos espalhados por todo lado, desde brinquedos a uma nova

³⁵⁰ Maria – 31 anos, residente em Matosinhos, coordenadora de um projecto na cidade da Maia, engenheira alimentar, ex-aluna de doutoramento, católica não praticante, com três filhos.

³⁵¹ João – 33 anos, residente em Matosinhos, delegado comercial, com o 12º ano, católico não praticante com três filhos.

televisão. Enquanto converso com a Maria, o João arruma a cozinha, trata dos banhos dos filhos e deita-os. A seguir à entrevista, a Maria chama o marido e vai desejar boa noite aos filhos.

5.2.2.1. O esforço da partilha.

O João e a Maria expressam de forma coincidente, a vontade de encontrar a igualdade conjugal em termos de tarefas familiares e domésticas. Esta trata de fazer o jantar e de ir buscar os filhos à escola e aquele, trata da arrumação da cozinha e de fazer as compras para a casa. A participação masculina na esfera familiar é cada vez maior e gradualmente, o João substitui a Maria em tarefas como dar banhos aos filhos, dar os jantares e deita-los.

Maria:	João:
<p>“[A minha tarefa] é arranja-los de manhã (...) e depois só chegamos outra vez ao fim da tarde, a casa. Portanto é <u>dar banhos, fazer o jantar e deitar.</u>”</p> <p>“(…) há o <u>ir buscar</u> e o dar banho do dia a dia, dos dias da semana que realmente, o João muitas vezes não está.”</p> <p>“[O João] participa em tudo, praticamente. Faz compras, trata das crianças, no que for necessário.”</p> <p>“(…) <u>em relação à cozinha</u>, é perfeitamente autónomo. <u>Arruma tudo</u> (…).”</p>	<p>”[Compete à Maria] <u>fazer o jantar</u> e tem a responsabilidade de <u>os ir buscar</u>”</p> <p>“A minha tarefa em casa, <u>sou responsável pela arrumação da cozinha</u>, desde levantar a mesa e em função da hora que chegar a casa. Se chegar a casa cedo, ajudo nos banhos e ajudo no processo de dar de jantar e ajudo a deita-los.”</p>

Há um conjunto de tarefas que não são divididas porque são alvo de uma distribuição aleatória, em função das necessidades do momento. É o caso do transporte dos filhos para a escola e do pagamento das contas domésticas. A organização doméstica inclui um conjunto de tarefas previamente definidas, outras sem qualquer responsabilidade atribuída e outras tarefas, cuja responsabilidade é de terceiros, como é o caso da limpeza e da arrumação da casa. O discurso da Maria e do João sugerem que os papéis sociais não são rígidos, vão sendo construídos ao longo dos

tempos em função das negociações conjugais.

Maria:	João:
<p>“É muito repartido. (...) <u>Ele leva os que saem primeiro, a Joana, e/ou só o João.</u> Eu levo os outros. Ou então, se eu preciso de sair mais cedo, ele leva todos.”</p> <p>“Por exemplo, pagar contas é quem tem o papel. Normalmente é na data limite e é quem chega primeiro ao multibanco. Fazer compras, <u>fazemos os dois.</u>”</p> <p>“Quando estava mais por casa, tinha na mesma <u>empregada</u> e ela <u>arruma e essas coisas todas</u>, é ela que faz.”</p>	<p>“<u>Eu levo</u> à escola a <u>Joana e o João</u>, e a Maria vai busca-los.”</p> <p>“<u>Somos os dois</u> [a pagar as despesas da casa].”</p>

O trabalho, a relação conjugal e o espaço individual de cada um, concorrem com os interesses familiares. A gestão do tempo efectuada pelo João e pela Maria permite ultrapassar o conflito de interesses. Por um lado, a família assume uma importância vital, por outro lado, não é a única fonte de satisfação, pois não gera rendimentos e obriga à execução de tarefas pouco apreciadas. Trata-se de uma negociação conjugal que Pedro Cunha³⁵² define como integrativa, por haver um ganho conjunto para os dois cônjuges e não ter subjacente posições fixas por parte de cada um deles.

Maria:	João:
<p>“Tenho uma família e tenho que viver em função da família e <u>a família</u> também vive em função de mim. Acho que <u>é uma questão intrínseca.</u>”</p> <p>“Giro o meu dia a dia, em volta da família. Só isso, <u>é uma grande limitação</u> e pronto.”</p> <p>“<u>Gosto de trabalhar</u> e já estive mais em casa do que estou agora e eu gosto de fazer outras coisas. Apesar de perceber que os miúdos precisam de mim e eventualmente poder dar-lhes mais apoio, é complicado. É complicado tomar essa decisão.”</p> <p>“Será que há alguma [tarefa que goste]? Gosto de cozinhar. (...) <u>Não gosto de tratar da roupa</u> e isso, mas <u>tem que ser.</u> Gosto de lhes dar banho, gosto de tratar deles.”</p>	<p>“<u>A família é o centro da minha vida.</u>”</p> <p>“(…) acho que [o trabalho] é muito importante, a nível de realização pessoal. Dentro de uma família, portanto <u>uma pessoa</u>, ao nível da realização pessoal, <u>tem sempre um grande condicionalismo em função do resto da família.</u>.. mmh.. portanto, as vantagens, é por exemplo, a realização pessoal e/ou <u>o retorno do dinheiro</u> que se ganha também, <u>é muito importante a nível de situação profissional...</u> 'que era uma ambição profissional que eu tinha.</p>

³⁵² Pedro Cunha, Conflito e Negociação, Porto, Edições Asa, 2001.

A satisfação familiar é comum ao João e à Maria, apesar de ser alcançada de forma diferente por um e por outro. Para a Maria, é importante o apoio, a intimidade e a união da família, para o João é importante a recepção acalorada que recebe quando chega a casa e o acompanhamento dos filhos. Ambos têm necessidade de ter os seus tempos e espaços próprios. A falta destes e a confusão inerente ao crescimento das crianças, são factores que estão na origem da insatisfação familiar.

Maria:	João:
<p>"(...) agrada-me a família. Agrada-me o <u>apoio</u>, agrada-me a <u>intimidade</u>, a <u>união</u>."</p> <p>"O que me <u>satisfaz menos</u>, é o <u>caos</u> que se gera, a propósito de tudo e de nada. <u>Os miúdos são muito desarrumados</u> e isso, às vezes, <u>cansa</u> e aí, eles não colaboram muito. (...) <u>Gera-se</u> assim, às vezes, um <u>stress</u> e um <u>caos</u>."</p> <p>"Eu gosto de ter <u>o meu tempo e o meu espaço</u>."</p>	<p>"O que me <u>satisfaz mais</u> é, é <u>vê-los crescer</u>, a <u>recepção acalorada</u> que tenho, quando chego a casa."</p> <p>"O que me <u>satisfaz menos</u>, é a <u>dificuldade</u> que tenho em <u>ter os meus tempos</u> e <u>o meu espaço próprio</u> (...) ... só consigo ter o <u>meu sossego</u> às dez, dez e meia da noite. "</p>

5.2.2.2. Na profissão um de cada vez.

A actividade profissional contribui para a realização dos indivíduos porque é remunerada e possibilita contactos sociais. Permite à Maria desenvolver outros interesses, para além dos interesses familiares e permite uma participação activa nos rendimentos da família. Sente-se satisfeita por contactar com pessoas novas e coordenar diferentes actividades. A sua satisfação e a contribuição para a economia doméstica, permitem-lhe ter voz nas negociações conjugais. A Maria está a afirmar-se na sua carreira, o que só é possível agora pois o marido assegura de forma estável a sobrevivência do agregado e a participação nas tarefas familiares e domésticas. Por questões de sobrevivência o João investe primeiro na sua profissão, só sendo possível à Maria fazê-lo posteriormente.

O João considera-se o pilar financeiro, pois contribui mais para o bolo

financeiro da família. O seu trabalho é por isso importante e exige mais disponibilidade. Nas negociações conjugais, há uma pressão maior para que a Maria desempenhe as tarefas domésticas, visto não ter que assegurar financeiramente o sustento familiar. Há uma compreensão da satisfação mútua que a profissão proporciona e uma gestão partilhada dos tempos do casal. Por vezes, e porque há uma vontade mútua de investirem profissionalmente nas suas carreiras, entre a família e o trabalho, trava-se uma guerra fria de difícil resolução.

Maria:	João:
<p>“[O trabalho permite o] desenvolvimento de outro tipo de interesses, exploração de outras potencialidades que eu tenho e além disso, <u>participação activa na economia da família</u>, poder dar dinheiro à família, para se fazerem outras coisas.”</p> <p>“Satisfaz-me.. portanto, eu, o que faço, lido com muitas pessoas diferentes, sou um bocado relações públicas e gosto coordenar actividades e diferentes pessoas, <u>é aliciante</u>. Gosto menos, da actividade em si, por acaso, <u>não há assim nada que eu não goste, da minha actividade.</u>”</p> <p>“É assim, eu trabalho, ele trabalha. Acho que <u>ele acha que eu trabalho mais do que devo</u>, porque eu devia trabalhar só cinco horas por dia e acabo sempre por trabalhar mais <u>e ele acha que como eu devia sair de lá às quatro, tinha mais que tempo para fazer tudo nas calmas</u>, mas como de facto eu não saio, acabo por fazer tudo às pressas e eu acho que ele, isso aí, <u>faz assim um finca pé e não colabora</u> e tal porque eu é que podia sair às quatro e não saio.”</p>	<p>“Eu sou.. digamos, quando nos casamos e nos mudamos para aqui, <u>eu considero-me sempre o pilar financeiro da família</u> (...), eu achei que, a partir de determinada altura da minha vida, [a Maria] teria condição para decidir <u>fazer o que quisesse</u>, que eu estava cá, digamos atrás dela, para segurar financeiramente não faltasse nada e ela tivesse liberdade de escolha.”</p> <p>“O que me satisfaz mais é a <u>realização pessoal</u>. (...) o trabalho me dá sentido de realização todos os dias.”</p> <p>“<u>Ela [a Maria] está-se a afirmar na carreira dela</u> e por acaso temos aqui um equilíbrio, no sentido de que (...).”</p> <p>“<u>O que eu ganho era mais do que suficiente</u> para cobrir todas as despesas da casa e ainda sobrava dinheiro.”</p>

5.2.2.3. A gestão das divergências.

O cansaço gerado pelo tempo profissional e familiar prejudica a relação conjugal. No dia a dia, a falta de tempo para esta relação afasta os cônjuges e as diferenças na personalidade de cada um, podem tornar-se incompatíveis. O que o João e a Maria valorizam um no outro, é a disponibilidade para a família. Para além disso, a Maria espera que o João lhe dê segurança e o João afirma, num tom de brincadeira, que a mulher para além de dedicada à família, deve ser dedicada ao marido. Se as expectativas quanto a estes papéis falham por falta de tempo, geram-se sentimentos de

descontentamento conjugal.

Os motivos que causam conflitos entre o casal não se alteram com o passar do tempo e podem ser mais ou menos valorizados, em função do estado da relação conjugal. O João e a Maria necessitam de tempo para conversar regularmente, sobre o que os separa e sobre o que os une, assim como para definir prioridades em termos do trabalho profissional e familiar. Apesar da família ser central para ambos, a prioridade da Maria no presente, é a sua profissão. Tal é possível porque há um entendimento conjugal sobre o assunto. O João disponibiliza-se para aumentar a sua participação nas tarefas familiares. Efectiva-se uma mudança de comportamento que é possível, graças a um aumento de tempo efectivo do João para a família.

Maria:	João:
<p>“Acho que é <u>uma relação</u> estável. É estável, de confiança e que <u>como todas, tem os seus altos e baixos.</u>”</p> <p>“Boa mulher (...) é uma pessoa que <u>está presente</u>, que está presente mas não se impõe, que dá liberdade, que não controla. Eu nisso, sou. Mas não sei dizer mais.”</p> <p>“[Bom marido] É uma pessoa responsável, <u>também presente</u> mas também que não controla, que transmite carinho, <u>que transmite segurança.</u>”</p> <p>“Tenho alguns [problemas] porque eu também não facilito. <u>Qualquer problema</u>, qualquer questão, eu às vezes <u>podia</u> olhar mais para o lado, e <u>deixar passar mas também não deixo</u>, e isso pode gerar alguns desentendimentos mas também da minha parte, nuca os encaro como isso.”</p>	<p>“Eu acho que, digamos que a nossa disponibilidade pessoal passa para <u>a relação</u>. <u>Sofre muito da pressão pessoal, da pressão do dia a dia.</u> Quanto mais tempo... quando temos mais disponibilidade de tempo a nossa relação.. andamos melhor, quando temos menos tempo, o feito de cada um vem ao de cima e nós somos muito diferentes.”</p> <p>“[O bom marido é] dedicado à família.”</p> <p>“[A boa mulher é] dedicada à família e <u>ao marido</u>, ah ah.. (ri-se em tom de gozo).”</p> <p>“Não, <u>o problema mantém-se</u>. É a minha mãe, portanto, quando nós vamos lá a casa da casa da minha mãe, ela nunca vem..”</p>

Quando começam a viver juntos, já o filho tem quase três anos, o João está no início da sua carreira profissional e frequentemente, ausente do espaço doméstico. A Maria é obrigada a tomar decisões relativas à casa de forma isolada e a estar mais presente no lar. Com o passar do tempo, a disponibilidade do João para a família aumenta, bem como a sua participação nas actividades familiares mas grande parte das tarefas continuam a cargo da mulher. Algumas, são entendidas de forma diferente, por cada um dos cônjuges, como é o caso da gestão da despesa.

Maria:	João:
<p>“(…) eu acho que <u>na prática</u>, na gestão doméstica, é sempre a mulher que manda, aí não há a mínima hipótese. (...) Porque a minha experiência acaba por ser essa. Mesmo, por exemplo, as actividades em que os meninos andam, <u>sou eu que decido, não vale a pena!</u> Por exemplo, <u>a nível de compras</u>, o que é que é necessário, o que é que não é necessário.. porque depois, ele pode ir lá comprar e compra de uma marca, ou compra de outra. Mas aquilo que é necessário, também acho que <u>sou eu que digo o que é que é necessário</u>. A esse nível, eu acho que <u>a maior responsabilidade, é a minha.</u>”</p>	<p>“(…) é ela que gere a conta da casa e vai-me mantendo informado.”</p> <p>“Eu portanto.. <u>estou responsável pela despesa, saber o que é preciso comprar</u> e tomar a iniciativa de ir comprar <u>e gerir eu</u> a despesa e também estou eu responsável pela parte de arrumar a cozinha, portanto essas são as minhas tarefas cá em casa.”</p>

A opções tomadas no início da vida conjugal, assumem uma dimensão de compromisso e uma resposta a expectativas sociais que posteriormente, é difícil de alterar.

5.2.2.4. O que falta mudar.

No início da vida conjugal, a Maria dedica-se mais às tarefas familiares devido à pouca idade dos filhos e pouca disponibilidade do João. Apesar da família ser muito importante para o marido, o trabalho tem sido sempre uma prioridade. O João refere que a conquista de uma estabilidade profissional permite-lhe aumentar a sua participação nas actividades domésticas e familiares. Podendo dispor de mais tempo para a família, a Maria fica mais livre para investir na sua carreira profissional. Trata-se de uma mudança efectiva e reconhecida pelos dois.

Maria:	João:
<p>“(…) Eu já tive alturas em que estava mais preocupada com a família, quando os miúdos eram mais pequenos. Neste momento, <u>estou mais preocupada</u> se calhar comigo, <u>com o trabalhar fora</u> do que já estive (...)”</p> <p>“Por acaso, não acho [que tenha havido mudanças de comportamento]. Não. O João dá muita importância ao trabalho e trabalhar. Isso sempre deu e continua a dar. Mas ele <u>gosta muito de crianças, nomeadamente dos filhos e sempre procurou dar o seu apoio</u>, dentro daquilo que é possível.”</p>	<p>“(…) <u>Tenho uma posição</u> estável, sólida e <u>permite</u> ter, mais do que margem de manobra, no sentido de <u>me dedicar à família</u> e de completa-la nas necessidades de tempo que ela tem a mais, como eu tive, quando comecei.”</p> <p>“Tem [havido mudanças], acho que <u>tenho conseguido coordenar a minha vida</u> profissional com a minha vida <u>familiar</u>, sem ter que.. <u>sem</u> tirar.. <u>prejuízo da minha vida profissional</u>, tenho conseguido levar os miúdos, buscar os miúdos.</p>

As mudanças de comportamento têm sido possíveis por haver um entendimento dinâmico da realidade. A Maria afirma que as pessoas estão sempre a mudar, o que lhe permite pensar e criar novas realidades. O seu espírito empreendedor e a capacidade de mudança estão associados ao seu forte capital escolar. Após a licenciatura em engenharia, obtém uma bolsa de investigação e inicia o doutoramento. Podia ter potencializado este seu investimento científico e continuado a trabalhar mas a sua vida familiar não lhe permitiu, por causa do nascimento dos filhos. O João não termina a sua licenciatura por ter reprovado um ano e sentir que já tinha tido a sua oportunidade. Decide ir trabalhar e encontra a sua realização no trabalho que lhe permite assegurar que não falta nada à família em termos financeiros. Reconhece que para ele poder chegar onde chegou, porque teve que cavar muito, inicialmente a Maria teve de abdicar da sua carreira. A sua mudança ao nível de comportamento tem origem na consciência da desigualdade que houve. A Maria é compensada actualmente através de condições proporcionadas pelo João que lhe permitem aumentar o seu investimento profissional. O que passa pela manutenção financeira da família e pela sua maior colaboração familiar e doméstica.

Maria:	João:
<p>“Eu acho que <u>as pessoas estão sempre a evoluir</u>. “Primeiro comecei a trabalhar em investigação. <u>Arranjei uma bolsa de investigação.</u>” “Portanto, eu <u>fui aluna de doutoramento</u> e era a tempo inteiro (...). Tive uma pequenina empresa para vender, comercialização de brinquedos e assim e agora, estou a trabalhar em colaboração do projecto (...).”</p>	<p>“Eu estudava, sempre tive como <u>objectivo acabar a minha licenciatura</u> na área de gestão. (...) sempre dei o meu tempo a mim próprio, no sentido de acabar a minha licenciatura de gestão. Como eu não... <u>Chumbei</u>, achei que já <u>tinha tido</u> a minha <u>oportunidade</u> e que era preciso era ir trabalhar e deixar de perder tempo. (...)” “(…) No meu estudo, a minha maior dificuldade sempre foi o estudo, ao nível do sentido de realização. O estudo nunca me deu sentido de realização nenhuma, enquanto que <u>o trabalho me dá sentido de realização todos os dias.</u>” “ (...) <u>tive que cavar muito</u> para chegar onde cheguei (...)” “(…) Pelo facto dela (...) <u>se ter dedicado à família no início e abdicado da carreira profissional</u>, eu achei que a partir de determinada altura da minha vida, <u>teria condição para decidir fazer o que quisesse</u>, que eu estava cá, digamos atrás dela,</p>

	para assegurar que financeiramente não faltasse nada e ela tivesse liberdade de escolha.”
--	---

Os hábitos não mudam automaticamente, é necessário o esforço de ambos os cônjuges para que tal aconteça. Apesar do João e da Maria terem esta preocupação, as mudanças têm limites. Há comportamentos que se mantêm inalteráveis, como por exemplo cozinhar e tratar da roupa, por não serem negociáveis devido à falta de adaptabilidade e de vontade masculinas. Uma imposição que retira a liberdade da mulher e que dificulta a construção da igualdade.

Maria:	João:
<p>“<u>Não cozinha e não trata da roupa</u> (...) Há dez anos e ainda vem perguntar “onde é que estão as calças?””</p> <p>“(…) uma vez que ele decide que não sabe fritar um ovo, não sabe fazer nada, eu cozinho sempre e ele arruma sempre a cozinha. <u>Não é por minha vontade</u>, por mim podia-se trocar mas ele, isso aí, põe-se completamente à parte!”</p> <p>“São coisas que não têm importância nenhuma mas que <u>ao fim de anos, cansa</u>: que é o decidir o que é que é a comida, o que é que as crianças vão vestir, não é?”</p>	<p>“Eu não interfiro na cozinha. É uma seca para ela arrumar a cozinha, portanto <u>temos assim um complemento</u>. Eu acho que se começasse a cozinhar ..[abana negativamente a cabeça].”</p>

5.2.2.5. Em casa dos pais do João “era tudo igualmente repartido, dois braços e duas pernas”.

A socialização familiar do João, possibilita a sua participação activa nas tarefas familiares e domésticas. No agregado familiar de origem, a gestão familiar ficava ao cuidado da mãe deste, sobretudo a partir do momento em que se separou do pai. Os quatro filhos eram obrigados a colaborar, em muitas tarefas, à excepção de cozinhar. Em casa da Maria, a situação não era diferente em termos de responsabilidades. O pai não colaborava e os filhos ajudavam em algumas tarefas. Em ambas as famílias, havia o recurso aos serviços de empregadas externas, para ajudarem

nalgumas tarefas.

Maria:	João:
<p>“<u>A minha mãe fazia tudo</u>. É verdade. <u>O meu pai não fazia nada</u>.”</p> <p>“Portanto, eu teria para aí, uns 13 anos, <u>começamos a arrumar a cozinha, a levantar a mesa e só fazíamos mais a cama</u>.”</p> <p>“Vontade.. (...) só se traduzia em <u>arranjar uma empregada interna</u> e foi o que aconteceu.”</p> <p>“Eu acho que <u>a relação</u> [conjugal dos pais] <u>era completamente desequilibrada</u>. (...) Um lado faz tudo e o outro não faz nada. Mas acho que era assim porque <u>a minha mãe tratava o meu pai quase como mais um filho</u>, de que ela tinha que se encarregar.”</p>	<p>“Havia uma <u>escala de serviço para lavar a cozinha</u> (...) entre nós os quatro.”</p> <p>“Aos fins de semana, <u>fazíamos a cama</u>, à semana <u>tínhamos a empregada</u>.”</p> <p>“Era <u>tudo igualmente repartido</u> [entre rapazes e raparigas], dois braços e duas pernas.”</p> <p>“<u>Cozinhar, não</u>. Nunca colaborei a cozinhar”</p> <p>“Acho que [a relação conjugal dos pais] era desequilibrada, no sentido de que <u>a minha mãe não tinha vida própria, vivia na sombra do meu pai</u> e vivia dedicada a nós.”</p>

O principal contributo para o corte de alguns comportamentos observados pelo João e pela Maria no agregado familiar de origem, deve-se ao facto dos dois terem consciência dos desequilíbrios que provocados entre os respectivos pais e mães, ao empenhamento pessoal na disponibilização de tempo para a família e aos valores que querem transmitir aos filhos. Nestes incluem o amor e a generosidade que pressupõem a paciência e a boa vontade nas relações familiares e conjugais em permanente construção.

Maria:	João:
<p>“Educação.. que valores devo transmitir.. <u>amor, liberdade</u>, intimidade, acho que é isso.”</p>	<p>“O respeito pelo outro, que não vivemos sozinhos. A <u>generosidade e a dedicação</u> e digamos, a honestidade e ter princípios na vida.”</p>

Em sua casa o João assistiu a duas situações em tempos diferentes. Numa primeira fase, a mãe foi doméstica e mais tarde, começou a trabalhar. No caso da Maria, o pai e a mãe sempre trabalharam. Esta última, com muita dedicação e gosto. O João e a Maria não se apercebiam dos atritos existentes entre os pais, visto que estes eram discretos quando havia problemas. No caso do João, verificavam-se por vezes alguns conflitos e a relação conjugal dos pais terminou com a separação, quando era adolescente. Desde então, o trabalho profissional da mãe foi importante para

a sobrevivência familiar. A Maria e o João familiarizaram-se com o trabalho feminino, nas suas famílias de origem, o que lhes permitiu procurar uma igualdade ao nível profissional.

Maria:	João:
<p>“A minha <u>mãe</u> era professora e ainda é <u>professora</u>. meu <u>pai</u> é <u>oficial do exército</u>.”</p> <p>“Acho que se dedicava, até com mais empenho. O trabalho do meu pai, era muito rotineiro, ele ia para o trabalho e vinha do trabalho. E <u>a minha mãe</u>, pronto, pelo menos nós víamos mais, porque sei lá, porque trabalhava em casa. Ia para as aulas e depois corrigia os testes, preparava as aulas, aquelas coisas. E nós assistíamos e acho que <u>era empenhada</u>.”</p> <p>“Sinceramente, eles <u>não discutiam à nossa frente</u>. Conversas mais acaloradas que a gente tivesse. Nem sei dizer o motivo específico.”</p>	<p>“Portanto, a minha <u>mãe</u> é <u>secretária</u>, na universidade Católica. O meu <u>pai</u> estava <u>responsável</u> (...) pelo <u>departamento de manutenção</u> (...)”</p> <p>“Portanto, o meu <u>pai</u> estudou, licenciou-se e sempre <u>teve um emprego à ambição profissional</u>, do que fazia, <u>estava contente</u>. (...) A minha <u>mãe</u>, quando nós éramos mais novos, fez uma <u>opção</u> de vida, <u>de não trabalhar</u>, só dedicada aos filhos e portanto, <u>só mais tarde</u> é que <u>começou a trabalhar</u>. (...) <u>nunca teve carreira</u> e para além de não ter carreira, sempre <u>teve o condicionalismo depois dos meus pais estarem separados, do dinheiro que ela ganhava</u>. Era importante para o equilíbrio familiar.”</p> <p>“(…) <u>discutiam às vezes</u> mas não, era bastante raro.”</p> <p>“Às vezes era <u>aos berros mas</u> julgo que as <u>poucas discussões</u> que houve [a resolução do conflito] era mais em função da atitude conciliadora da minha mãe, dedicada à família.”</p>

5.2.2.6. A “pressão do dinheiro”.

O dinheiro, exerce uma grande pressão sobre a família. O João desiste de estudar e começa a trabalhar, para poder pagar uma casa onde pudesse viver com a mulher e com o filho. O dinheiro tem sido uma questão de sobrevivência no dia a dia, por ter que pagar a casa e sustentar os filhos. A Maria reconhece que necessita de dinheiro para a sua comodidade. Cada um valoriza os rendimentos que tem relativamente ao outro, o que se traduz por uma ligeira disparidade nos seus discursos: a Maria, afirma que ganha um terço do bolo familiar e o João, afirma que ganha 80%.

Maria:	João:
<p>“Em percentagem, [ganho] <u>um terço</u>.”</p> <p>“(…) Eu atribuo <u>importância ao meu conforto e à minha comodidade</u>, não ao dinheiro. <u>O dinheiro é necessário para isso</u> mas mais do que isso, não é necessário.”</p>	<p>“80% [de participação no rendimento familiar].”</p> <p>“O dinheiro, no início, era uma <u>questão de sobrevivência</u>, quando comecei a trabalhar. Neste momento, o dinheiro parece ser um veículo, uma <u>forma para atingir os meus sonhos</u>.”</p> <p>“(…) nunca tinha percebido a <u>importância</u> que a</p>

	<p>pressão do dinheiro tem, na vida dos dias de hoje. Portanto, mas.. acho que quando nos casamos a nossa maior pressão, era uma pressão exterior, portanto da pressão do dinheiro mas todos os anos, <u>temos conseguido ultrapassar esta questão</u>, até porque, por uma questão: estamos a pagar a casa e os três filhos e neste momento, estamos numa situação bastante sólida e julgo que temos um longo caminho a percorrer ainda.”</p>
--	--

Dos rendimentos da actividade profissional, dependem muitas decisões conjugais, nomeadamente as que concernem o início da vida a dois e o número de filhos que são planeados. O João só decidiu ir viver com a Maria, mesmo depois do Joãozinho ter nascido, porque começou a trabalhar e a ter rendimentos que o autonomizaram do agregado familiar de origem. Não pretende ter mais filhos, por não querer penalizar financeiramente os que já nasceram. A Maria acha que a vida com os que já existem é complicada porque três já é um número elevado. Se os rendimentos familiares fossem inferiores, não teriam planeado um terceiro. A partir do momento em que o casal se constitui tem de assegurar uma série de encargos, nomeadamente a educação dos filhos, um investimento longo e de custos elevados. A actividade profissional assume por isso um papel fundamental.

Maria:	João:
<p>“(…) já, já são três [filhos]. Já <u>é uma vida complicada</u>.”</p> <p>“Não me casei logo. Quando casei, o Joãozinho já tinha 3 anos. 2, ia fazer 3. (...) <u>Não foi uma opção</u>.”</p>	<p>“É bom vê-los crescer e sobretudo, financeiramente, acho que seria muito <u>injusto penalizar os três</u> que já cá estão, <u>em função de um quarto</u>.”</p> <p>“Foi o objectivo de <u>ter o meu estado próprio</u> (...) era uma vida muito, muito complicada, sempre a correr de um lado para o outro. A Maria e o Joãozinho, estavam na casa dos pais dela, eu estava na casa dos meus pais, da minha mãe, aliás. Eu <u>sentia-me</u> bastante <u>insatisfeito</u> e achava que <u>devia dar o passo em frente</u>, ao nível das responsabilidades.”</p> <p>“(…) o Joãozinho apareceu (...) era preciso, era ir trabalhar(...). E portanto, <u>o trabalho representou</u> uma.. representou digamos, <u>uma necessidade</u> no sentido de, <u>de.. casar</u>.”</p>

O discurso deste casal revela interesses familiares, profissionais,

conjugais e individuais semelhantes. O tempo para a família é planificado e quando não é possível diminuir o tempo profissional, é penalizado o tempo individual e conjugal. A negociação de formas de organização familiar, efectua-se a partir de uma fraca socialização nos géneros masculino e feminino, que possibilita mudanças efectivas de comportamento. Apesar de uma participação desigual nos rendimentos familiares e de uma vinculação da mulher a tarefas associadas à cozinha e ao tratamento da roupa, é possível perspectivar uma relação conjugal construtora da igualdade. A evolução de comportamentos até ao momento, permite flexibilizar os hábitos familiares e profissionais, retirando-lhes a sua dimensão definitiva e conferindo-lhes uma dimensão pós-modernia.

A igualdade tal como a pós-modernidade é um processo inacabado e coexiste de forma dialética com práticas de dominação pré-modernas e modernas³⁵³. Por isso é que em tempos de construção da igualdade, quando se fala de mulheres, há uma oposição entre o mercado de trabalho e a família. A família limita-as no seu desenvolvimento profissional, tal como a perspectiva de uma carreira feminina as limita na constituição de uma família. O trabalho do homem e a educação dos filhos, concorrem para que o diploma escolar da mulher seja desvalorizado no mercado de trabalho. Se a estatística estabelece que as actividades profissionais ditas qualificadas, cabem de preferência aos homens, ao passo que os trabalhos atribuídos às mulheres tendem a ser “sem qualidade”, é em parte porque qualquer profissão se torna de certo modo qualificada, pelo facto de ser exercida por homens³⁵⁴.

³⁵³ Anthony Giddens, "Viver numa sociedade pós-tradicional", in Ulrich Beck, et al, *Modernização Reflexiva - Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno*, Oeiras, Celta Editora, 2000.

³⁵⁴ Pierre Bourdieu, *A Dominação Masculina*, Oeiras, Celta Editora, 1999.

5.3. UMA PERSPECTIVA FINAL.

Da análise efectuada aos quatro casais entrevistados, resulta que dois tipificam uma relação conjugal num cenário de dominação e os outros dois uma relação num cenário de igualdade. O primeiro cenário caracteriza-se por uma forte socialização nos géneros masculino e feminino que associa ao espaço doméstico as mulheres no papel de mães, de irmãs, de empregadas ou de familiares com todas as responsabilidades que este espaço implica. Assim, à participação quase exclusiva das entrevistadas e das suas mães ou irmãs em tarefas como lavar a casa, aspirar, cozinhar, lavar a louça no agregado familiar de origem, opõe-se a ausência quase total de participação dos entrevistados e dos respectivos pais ou irmãos. A segunda característica da dominação conjugal é a imutabilidade dos comportamentos. A partir do momento em que os casais se formam, definem-se os papéis de cada um na relação de uma forma rígida, não se verificando qualquer alteração ao longo dos anos. Por fim, o fraco ou médio capital escolar feminino, igual ou inferior à do marido é outro factor determinante nas relações que se estabelecem com base na dominação masculina. Verifica-se nos dois casais que a mulher tem o mesmo nível escolar ou um nível escolar inferior ao do marido.

A dominação masculina assume formas específicas na relação conjugal dos casais entrevistados. Por um lado, quando o capital escolar masculino é baixo e os recursos económicos do agregado são fracos, como é o caso da Helena e do Jorge, ainda que haja igual participação de rendimentos verifica-se uma situação de dominação fatal. Não há capacidade de criação de novas realidades, pois não se questionam as práticas quotidianas. O casal limita-se a repetir gestos que se transmitem de geração em geração e através de redes sociais. Por outro lado, quando o capital escolar e a participação no rendimento familiar masculinos são superiores aos femininos como é o caso da Rita e do Rui, a dominação passa a ser

justificada. Esclarecido sobre as novas ideologias da igualdade que considera justas e desejáveis e confrontado com a posição crítica da mulher que adquire consciência das injustiças vividas, o homem opta por uma atitude do tipo “se não sou capaz de viver como penso, então vou pensar como vivo”. Constrói formas de pensar que justificam as desigualdades familiares. A forte socialização a que a mulher é sujeita, a sua inferioridade relativamente ao marido em termos de recursos financeiros e escolares, estão na origem da ausência de poder nas negociações conjugais e da consequente incapacidade de alterar a realidade.

A partir do momento em que os rendimentos femininos aumentam e se aproximam dos masculinos, em que a socialização no género feminino deixa de ser tão marcada e em que a mulher questiona o seu papel na família, abrem-se novos campos de possíveis num cenário de igualdade. Da análise efectuada resultam dois tipos de igualdade: uma que assenta nos recursos económicos do casal e a outra no esforço pessoal de cada um dos cônjuges. A primeira pressupõe fortes recursos financeiros que permitem à mulher uma mudança no seu comportamento, independentemente da atitude do marido. A mudança dá-se no sentido da sua ausência do espaço doméstico e familiar, em virtude de todos os serviços necessários serem desempenhados por terceiros. Ao forte capital escolar feminino associa-se o masculino que permite no caso da Isabel e do Paulo, o exercício de profissões com rendimentos salariais elevados. Entre a Isabel e o Paulo, a igualdade aparece sem a exigência de uma mudança efectiva do papel masculino. O Paulo mantém a sua indisponibilidade para a família e forte disponibilidade para o trabalho o que decorre da forte socialização no seu género.

A relação conjugal que se desenvolve num cenário de igualdade em construção caracteriza-se por uma mudança efectiva do comportamento do homem na esfera doméstica e familiar, pela fraca socialização nos géneros masculino e feminino e um capital escolar médio inferior ao feminino. A mudança de comportamentos é fruto da iniciativa feminina, pelo que se

revela de toda a importância a sua escolarização. A um forte capital escolar corresponde uma maior capacidade crítica da situação pessoal vivida e a introdução de decisões que promovem práticas quotidianas igualitárias. No caso da Maria e do João, a participação mista no desempenho de tarefas tradicionalmente associadas à mulher contribui para a alteração da estrutura mental de diferenciação de papéis em função do género.

Figura 6 - Factores que determinam relações conjugais de dominação e de igualdade



CONCLUSÃO

Ao iniciar esta investigação foram muitas as questões que se colocaram relativamente à organização doméstica e familiar dos casais profissionalmente activos com filhos, à distribuição desigual das tarefas domésticas, à pressão do trabalho profissional e ao investimento na respectiva carreira. O tipo de relação conjugal que os indivíduos estabelecem permite algumas respostas a estas questões. Este estudo passou por isso pelo aprofundamento do conhecimento do indivíduo, das suas vivências e do seu contexto.

Na memória colectiva permanece a imagem duma família tradicional que transacciona a mulher como um objecto que passa de uma família para outra e que concede plena autoridade conjugal e paternal ao homem. Fica também nesta memória, uma relação conjugal de dominação completa do homem sobre a mulher e de um trabalho profissional que não diferencia relações informais / formais e espaços públicos / privados.

A modernidade introduz a afectividade nas relações familiares, elimina a dominação física e sexual das relações conjugais e cria um espaço diferenciado para o trabalho profissional, onde se desenvolve e cresce uma nova classe de trabalhadores, a classe assalariada. A pós-modernidade inicia o debate sobre os processos de globalização de onde emergem um individualismo negativo e a descontinuidade das relações laborais. As situações crescentes de desemprego abalam as famílias cada vez mais diversificadas na sua estrutura. Aumenta o número de rupturas conjugais e diminui o número médio de elementos nos agregados familiares, fruto de reconstituições e da diminuição das taxas de fecundidade. O aumento da escolarização feminina, a entrada da mulher para a vida activa e a procura de uma sociedade mais justa em termos de direitos e de oportunidades levam a uma crítica crescente dos valores tradicionais e modernos.

As novas relações conjugais querem-se iguais mas os processos de

socialização nos géneros femininos e masculinos estão imbuídos de uma história de dominação masculina. A pós-modernidade encerra em si o dilema da igualdade porque a coexistência de diferentes vivências não é pacífica e gera contradições. O conceito da igualdade é moderno mas a sua operacionalização é pós-moderna. Na verdade os interesses individuais masculinos, tradicionalmente voltados para o trabalho e para o lazer, chocam com os interesses colectivos da família na pós-modernidade.

Verifica-se através dos casos estudados que coexistem actualmente, famílias com características modernas e pós-modernas onde se estabelecem respectivamente relações conjugais de dominação masculina e de igualdade. O primeiro caso caracteriza-se pela privação do poder feminino e o segundo pela presença deste poder em termos iguais ao masculino. Num contexto familiar onde existem filhos dependentes e ambos os cônjuges trabalham, os interesses profissionais de cada um tornam-se incompatíveis com os interesses familiares. O tipo de relação conjugal adoptada pelo casal para resolver estas incompatibilidades depende por um lado dos interesses familiares, profissionais e conjugais e por outro lado da negociação de formas de organização familiar. Nesta negociação são determinantes factores como a socialização nos géneros feminino e masculino, a mudança de comportamentos, a participação de cada um no rendimento familiar e os recursos escolares dos cônjuges no momento da formação do casal.

Observa-se que à dominação masculina estão associados uma forte socialização nos géneros feminino e masculino, a rigidez de comportamentos e um fraco ou médio capital escolar feminino. Quando o capital escolar masculino também é fraco e os recursos económicos são escassos a dominação adquire uma dimensão fatal. Os comportamentos estão enraizados e têm um carácter definitivo, não havendo por isso perspectivas de mudança. Quando o capital escolar masculino é elevado ou superior ao feminino e os recursos económicos são médios, o casal assume um discurso de dominação masculina justificada ou dissimulada. O conceito de igualdade

construído pelos entrevistados, é de tal forma abrangente que inclui as práticas de dominação. Há uma tendência para distorcer a realidade e adaptar os esquemas de pensamento em função desta.

A relação conjugal que se desenvolve numa base de igualdade, mantém traços da dominação masculina mas aponta para a mudança efectiva de comportamentos. A pós-modernidade não elimina as desigualdades mas questiona-as e procura novos caminhos onde seja possível esbatê-las ou mesmo fazê-las desaparecer. Da análise efectuada resulta que a construção da relação conjugal igual, passa pelo aumento do capital escolar da mulher. As estatísticas revelam que este aumento é já uma realidade o que não se traduz directamente pela existência de igualdade nas relações. Nos casos estudados a escolarização das mulheres entrevistadas está associada a uma fraca socialização no género feminino, o que pode explicar este fenómeno.

Se aos factores gerais que determinam a relação conjugal de igualdade se associarem fortes recursos económicos e um forte capital escolar masculino, mesmo que a socialização no género masculino seja forte e trave a mudança de comportamentos dos homens é possível construir uma igualdade de recursos. Nesta há mudança comportamental feminina, possível graças à subcontratação de serviços domésticos e ao recurso a familiares para a execução de algumas tarefas, o que resulta na desvinculação da mulher do espaço doméstico. A igualdade pode ser um processo em construção, o que pressupõe uma fraca socialização no género masculino, um capital escolar fraco ou médio inferior ao feminino que resultam numa mudança efectiva do comportamento masculino. Neste caso, os dois cônjuges participam de forma activa e mista na vida doméstica e familiar.

Observa-se que o enfraquecimento dos processos de socialização nos géneros, essencial à construção da igualdade entre homens e mulheres,

passa pelo tratamento igual dos rapazes e das raparigas nos agregados familiares de origem. A educação para a igualdade pode ocorrer num contexto negativo que exclui ambos da participação em tarefas domésticas e familiares, ou num contexto positivo de participação mútua nestas tarefas.

Os resultados deste estudo não devem ser entendidos como um conjunto de receitas pois aplicam-se a casos concretos. Permitem conhecer os processos de construção da dominação e da igualdade, as interferências das dimensões familiares e profissionais nas relações conjugais e a importância das vivências históricas nos esquemas mentais de alguns indivíduos que fazem parte das sociedades ocidentais. Espero com esta investigação contribuir para o desenvolvimento de novas perspectivas sobre a relação entre géneros e para a construção de processos de mudança dos papéis masculinos e femininos, na certeza de que *as identidades não são coisas mas sim processos: abertas, provisórias, multiformes, híbridas, em constante devir (...): todas correspondem a esquemas de construção social e cultural da realidade, em campos de possíveis (recursos e constrangimentos) desigualmente distribuídos no espaço social*³⁵⁵.

³⁵⁵ João Teixeira Lopes, in Vítor Oliveira Jorge et al, *Identidade, Identidades – Mesa-redonda realizada no Porto*, Porto, ADECAP, 2002, p. 163.

BIBLIOGRAFIA

EDIÇÕES PARTICULARES

ADLER, Laure, *Segredos de Alcova – História do Casal de 1830 a 1930*, Mem Martins, Terramar, 1990.

AGACINNSKI, Sylviane, *Política dos Sexos*, Oeiras, Celta Edditora, 1999.

AMÂNCIO, Lúgia, *Masculino e Feminino – A Construção Social da Diferença*, Porto, Edições Afrontamento, 1994.

BADINTER, Elisabeth, *Fausse Route*, Paris, Odile Jacob, 2003.

BARRETO, António (org.), *A Situação Social em Portugal 1960-1995*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1996.

BARRETO, António e PRETO, Clara Valadas, "Indicadores sociais - População", in Barreto, António (org.), *A Situação Social em Portugal 1960-1995*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1996.

BARRETO, António, "Três décadas de mudança social", in Barreto, António (org.), *A Situação Social em Portugal 1960-1995*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1996.

BEAUVOIR, Simone de, *O Segundo Sexo*, Amadora, Bertrand, 1976.

BILTON, Tony, et al, *Introductory Sociology*, Londres, Macmillan Education, 1990 (2ª ed.).

BOCK, Gisela, "A política sexual nacional-socialista e a história das mulheres", in Duby, Georges et al, *História das Mulheres - O Século XX*, Porto, Edições Afrontamento, 1995, Vol.5.

BOLOGNE, Jean-Claude, *História do Casamento no Ocidente*, Lisboa, Temas e Debates, 1999.

BOURDIEU, Pierre, *A Dominação Masculina*, Oeiras, Celta Editora, 1999.

BOURDIEU, Pierre, *La distinction*, Paris, Les Éditions Minuit, 1979.

BOURDIEU, Pierre, (coord.), *La Misère du Monde*, Paris, Édition du Seuil, 1993.

- BOURDIEU, Pierre, *O Poder Simbólico*, Lisboa, Diefel, 1989.
- BOURDIEU, Pierre, *Razões Práticas – Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras, Celta Editora, 1997.
- BOYER, Robert et al, *Para Uma Europa da Inovação e do Conhecimento*, Oeiras, Celta Editora, 2000.
- BRANNEN, Julia e SMITHSON, Janet, "Conciliação entre o trabalho e os filhos: perspectivas de futuro para jovens de cinco países", in *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº27, 1998, pp.11-25.
- CAMPS, Victoria, *O Século das Mulheres*, Lisboa, Editorial Presença, 2001.
- CARDOSO, João Casqueira (org.), *Os instrumentos de igualdade de oportunidades em Portugal*, Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa, 2004.
- CARNOY, Martin, *Dans quel monde vivons-nous? - Le travail, la famille et le lien social à l'ère de l'information*, França, Éditions Fayard, 2001.
- CASNABET, Michèle Crampe-, "A mulher no pensamento filosófico do século XVIII", in Duby, George e Perrot, Michelle, *História das Mulheres - Do Renascimento à Idade Moderna*, Vol.3, Porto, Edições Afrontamento, 1994.
- CASTEL, Robert, *Les métamorphoses de la question sociale - Une chronique du salariat*, Paris, Éditions Fayard, 1996.
- COSTA, António Firmino et al., "Classes sociais na Europa" in *Sociologia - Problemas e Práticas*, Oeiras, Celta Editora, 2000, nº34, p. 36.
- COSTA, António Firmino, et al., "Classes sociais na Europa" in *Sociologia - Problemas e Práticas*, Oeiras, Celta Editora, 2000, nº34.
- CUNHA, Pedro, *Conflito e Negociação*, Porto, Edições Asa, 2001.
- DELAUNAY, Catarina, *O Enredo conjugal – Uma viagem à realidade quotidiana do consumo*, Lisboa, Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2001.
- DIAS, Isabel, *Violência na Família – Uma abordagem sociológica*, Porto, Edições Afrontamento, 2004.
- DUBY et al, *História das Mulheres - O Século XX*, Porto, Edições Afrontamento, 1995, Vol.5.

DUBY, George e PERROT, Michelle, *História das Mulheres - Do Renascimento à Idade Moderna*, Porto, Edições Afrontamento, 1994, Vol.3.

ESTEVES, António e AZEVEDO, José, *Metodologia Qualitativa para as Ciências Sociais*, Porto, Instituto de Sociologia Faculdade de Letras Universidade do Porto, 1998.

FARGE, Arlette e DAVIS, Natalie Zemon, "Introdução", in Duby, George e Perrot, Michelle, *História das Mulheres - Do Renascimento à Idade Moderna*, Vol.3, Porto, Edições Afrontamento, 1994.

FERNANDES, António Teixeira, "Dinâmicas familiares no mundo actual, harmonias e conflitos", in *Análise Social*, vol. XXIX (129), 1994, 5º, pp.1149-1191.

FERNANDES, António Teixeira, "Alguns Desafios Teórico-Metodológicos", in Esteves, António e Azevedo, José, *Metodologia Qualitativa para as Ciências Sociais*, Porto, Instituto de Sociologia Faculdade de Letras Universidade do Porto, 1998.

FERRERA, Maurizio, HEMERIJCK, Anton, RHODES, Martin, *O Futuro da Europa Social - Repensar o Trabalho e a Protecção Social na Nova Economia*, Oeiras, Celta Editora, 2000.

FISHER, Gustave-Nicolas, *A Dinâmica Social – Violência, Poder, Mudança*, Lisboa, Planeta Editora, 1994.

FIGUEIREDO, Eurico, et al., *Valores e Gerações anos 80 anos 90*, Lisboa, Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA), 2001.

FITOUSSI, Jean-Paul e ROSANVALLON, Pierre, *A Nova Era das Desigualdades*, Oeiras, Celta Editora, 1997.

FODDY, William, *Como Perguntar*, Oeiras, Celta Editora, 2002.

FOUCAULT, Michel, *As Palavras e as Coisas*, Lisboa, Edições 70, 1991.

FRASER, Nancy e NICHOLSON, Linda J., "Social Criticism Without Philosophy: an encounter between feminism and postmodernism", in Nicholson, Linda J., *Feminism/Postmodernism*, Londres, Routledge, 1990.

FREIRE, João, *Sociologia do trabalho - Uma introdução*, Porto, Edições Afrontamento, 1993.

GIDDENS, Anthony, "Viver numa sociedade pós-tradicional", in Beck, Ulrich, et al, *Modernização Reflexiva - Política, Tradição e Estética no*

Mundo Moderno, Oeiras, Celta Editora, 2000.

GIDDENS, Anthony, *As Consequências da Modernidade*, Lisboa, Celta Editora, 1995.

GIDDENS, Anthony, *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora, 1997.

GIDDENS, Anthony, *Política, Sociologia e Teoria Social: Confrontos com o Pensamento Social Clássico e Contemporâneo*, Oeiras, Celta Editora, 1998.

GIDDENS, Anthony, *Transformações da Intimidade – Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*, Oeiras, Celta, 2001 (1a ed. 1995).

GLASER, Barney G. e STRAUSS, Anselm L., *The Discovery of Grounded Theory*, New York, Aldine de Gruyter, 1967.

HALL, Stuart, HELD, David e MCGREW, Tony, *Modernity and its Future*, Cambridge, Open University, 1992.

HARVEY, David, *Condição Pós-Moderna*, São Paulo, Edições Loyola, 2000.

HÉBERT, Michelle Lessard- et al, *Investigação Qualitativa – Fundamentos e Práticas*, Lisboa, Instituto Piaget, 1994.

HUFTON, Olwen, "Mulheres, trabalho e família", in George Duby e Michelle Perrot, *História das Mulheres - Do Renascimento à Idade Moderna*, Vol.3, Porto, Edições Afrontamento, 1994.

HUTHER, Josette Coenen-, *La Mémoire Familiale: un Travail de Reconstruction du Passé*, Paris, Éditions L'Harmattan, 1994.

IÑIGUEZ, Lupicínio e ANTAKI, Charles, "El Análisis del Discurso en Psicología Social", in *Boletín de Psicología*, nº44, Setembro, pp.55-75, p.59.

JORGE, Vítor Oliveira et al, *Identidade, Identidades – Mesa-redonda realizada no Porto*, Porto, ADECAP, 2002.

JOULE, Robert-Vincent et al., *La soumission librement consentie – Comment amener les gens à faire librement ce qu'ils doivent faire?*, Paris, Presses Universitaires de France (PUF), 1998.

KAUFMANN, Jean-Claude, *O Labirinto Conjugal – O casal e o seu guarda-roupa*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002.

LAGRAVE, Rose-Marie, "Uma emancipação sob tutela", in Duby et al, *História das Mulheres - O Século XX*, Porto, Edições Afrontamento, 1995, Vol.5.

LIMA, Marinús Pires, "Reflexões sobre a negociação colectiva e a concertação social em Portugal", in Presidência da República, *A Reforma do Pacto Social*, Lisboa, INCM, 2001.

LINDLEY, Robert M., "Economias baseadas no conhecimento", in Boyer, Robert et al, *Para Uma Europa da Inovação e do Conhecimento*, Oeiras, Celta Editora, 2000.

LIPOVETSKY, Gilles, *A 3ª Mulher: permanência e revolução do feminino*, Lisboa, Instituto Piaget, 2000.

LOPES, João Teixeira, *Escola, território e políticas culturais*, Porto, Campo das Letras, 2003.

LUQUE, F., *Pubertad - La Mujer à los 15 Años*, Madrid, Ediciones Morata, 1942.

MACHADO, Fernando Luís e COSTA, António Firmino, "Processos de uma modernidade inacabada", in Viegas, José Manuel Leite e Costa, António Firmino, org., *Portugal, Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, 1998, pp. 17-44.

MACHADO, Fernando Luís e COSTA, António Firmino, "Processos de uma modernidade inacabada", in Viegas, José Manuel Leite e Costa, António Firmino, org., *Portugal, Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, 1998., pp. 17-44.

MAURISSON, Marie-Agnès Barrère-, *Travail, famille: le nouveau contrat*, Mesnil-sur-l'Estrée (França), Éditions Gallimard, 2003.

MOHANA, João, *Ajustamento Conjugal*, Lisboa, Edição Livros do Brasil, 1950.

NICHOLSON, Linda J., *Feminism/Postmodernism*, Londres, Routledge, 1990.

NOGUEIRA, Conceição, *Um novo olhar sobre as relações sociais de género – feminismo e perspectivas críticas na psicologia social*, Braga, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

OAKLEY, Ann, "Interviewing women: a contradiction in terms", in Roberts, Helen, *Doing Feminist Research*, Londres, Routledge Kegan Paul, 1990 (1ª Ed.1981).

- PECK, Joseph H., *L' Aventure des Âges - l' amour, le mariage, les hommes*, Paris, Hachette, 1959.
- PERETZ, Henri, *Les méthodes en sociologie – l' observation*, Paris, La Découverte, 1998.
- POTTER, Jonathan e WETHERELL, Margaret, *Discourse and Social Psychology – Beyond Attitudes and Behaviour*, London, Sage Publications, 1989 (1ª ed.1987).
- PROST, Antoine, "Fronteiras e Espaços do Privado", in Ariès, Philippe e Duby, Georges (org.), *História da Família Privada - Da Primeira Guerra aos Nossos Dias*, Porto, Ed. Afrontamento, 1991, vol.5.
- QUIVY, Raymond e CAMPENHOUT, Luc Van, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, 1998 (2ª Ed.).
- RAMAZANOGLU, Caroline, *Up Against Foucault – Explorations of Some Tensions Between Foucault and Feminism*, Londres, Routledge, 1993
- RAMSON, Janet, "Feminism, Difference and Discourse – The Limits Of Discursive Analysis for Feminism", in Ramazanoglu, Caroline, *Up Against Foucault – Explorations of Some Tensions Between Foucault and Feminism*, Londres, Routledge, 1993.
- RICHE, Georges de Porto-, *Anatomie Sentimental*, Paris, Société d'Éditions Littéraires & Artistiques, 1920.
- ROBERTS, Helen, *Doing Feminist Research*, Londres, Routledge Kegan Paul, 1990 (1ª Ed.1981).
- ROJO, Luisa Martín e WHITTAKER, Rachel, *Poder-decir o el poder de los discursos*, Madrid, Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid, 1998.
- ROSA, Elzira Machado, *Bernardino Machado Alice Pestana e a educação da mulher nos fins do séc. XIX*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros - Edição da Comissão da Condição Feminina, 1989.
- ROSAZ, Fabienne Casta-, *História do Flirt*, Lisboa, Temas e Debates, 2002.
- SANCHES, Andreia, "Europa aposta na educação sob pena de perder a competitividade", in *Público*, Sexta-Feira, 23 de Março de 2001.
- SANTOS, Boaventura Sousa, *Pela Mão de Alice - O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto, Ed. Afrontamento, 1996 (5ª Ed.) (1ª Ed.

em 1994).

SANTOS, Norberto Pinto dos, *A Sociedade de Consumo e os Espaços Vividos pelas Famílias*, Lisboa, Edições Colibri e Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Coimbra, 2001.

SANTOS, Raffaella, *Casa e Família - Habitar, Comer e Vestir na Europa Moderna*, Lisboa, Editorial Estampa, 2001.

SEBASTIÃO, João Viegas, "Os dilemas da escolaridade", in José Manuel Leite e Costa, António Firmino, org., *Portugal, Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, 1998.

SEALE, Clive, *Social Research Methods – A Reader*, London, Routledge Student Readers, 2004.

SEGALEN, Martine, *Sociologia da Família*, Lisboa, Terramar, 1999.

SENNET, Richard, *A Corrosão do Carácter - as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, Lisboa, Terramar, 2001.

SHORTER, Edward, *A Formação da Família Moderna*, Lisboa, Terramar, 1995.

SINGLY, François de, "Les habits neufs de la domination masculine", in Masculin / Féminin, *Revue Esprit*, nº196, Paris, Novembro 1993.

SOETE, Luc, "A Economia baseada no conhecimento num mundo globalizado", in Boyer, Robert et al, *Para Uma Europa da Inovação e do Conhecimento*, Oeiras, Celta Editora, 2000.

SOHN, Anne-Marie, "Entre duas guerras", in Duby et al, *História das Mulheres - O Século XX*, Porto, Edições Afrontamento, 1995, Vol.5.

SULLEROT, Evelyne, *A Família - Da crise à necessidade*, Lisboa, Instituto Piaget, 1999.

THÉBAUD, Françoise, "Introdução", in Duby et al, *História das Mulheres - O Século XX*, Porto, Edições Afrontamento, 1995, Vol.5.

TOLDY, Teresa, "Perspectivas histórico-hermenêuticas sobre os instrumentos de igualdade de oportunidades", in João Casqueira Cardoso (org.), *Os instrumentos de igualdade de oportunidades em Portugal*, Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa, 2004.

TORRES, Anália Cardoso, *Sociologia do Casamento: A Família e a Questão Feminina*, Oeiras, Celta Editora, 2001.

TORRES, Anália Cardoso, *Vida Conjugal e Trabalho – Uma Perspectiva Sociológica*, Oeiras, Celta Editora, 2004.

TORRES, Anália e SILVA, Francisco Vieira da, "Guarda das Crianças e Divisão do Trabalho", in *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 28, 1998, pp.9-65.

VALENTE, Maria João, "O Envelhecimento e as Dinâmicas Demográficas da População Portuguesa a Partir de 1960: dos dados ao Dilema", in Barreto, António (org.), *A Situação Social em Portugal 1960-1995*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1996, p.200).

VELDE, Dr. Th. H. Van de, *Le Mariage Parfait - Étude sur sa physiologie et sa technique*, Horw-Lucerne (Suisse), Éditions Montana, 1930.

VICENTE, Ana, *As Mulheres em Portugal na transição do milénio*, Coimbra, Multinova, 1998.

VIEGAS, José Manuel Leite e COSTA, António Firmino, org., *Portugal, Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, 1998.

VINCENT, Gérard, "Uma história do segredo?", in Ariès, Philippe e Duby, Georges, *História da Família Privada - Da Primeira Guerra aos Nossos Dias*, Porto, Ed. Afrontamento, 1991, vol.5.

EDIÇÕES INSTITUCIONAIS

Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, *Portugal 2001 - Situação das Mulheres*, Lisboa, CIDM, 2001.

Constituição Portuguesa (Art. 13º).

Iniciativa Comunitária Emprego - Eixo Now do Fundo Social Europeu, *Afinal, não sou só eu - Conciliar o Trabalho e a Família*, Lisboa, Graal, 2000.

Instituto Nacional de Estatística (INE), "Inquérito à Ocupação do Tempo - 1999", in *Informação à Comunicação Social*, Lisboa, INE, 2000.

Instituto Nacional de Estatística (INE), *Anuário Estatístico de Portugal 2001*, Portugal, Lisboa, INE, 2002.

Instituto Nacional de Estatística (INE), *Censos 2001 - XIV Recenseamento Geral da População, IV Recenseamento Geral da Habitação, Portugal - Resultados Definitivos*, Portugal, Lisboa, INE, 2002.

Instituto Nacional de Estatística (INE), *Indicadores Sociais 1999*, Lisboa, INE, 1999.

Instituto Nacional de Estatística (INE), *Indicadores Sociais 2002*, Lisboa, INE, 2002.

Instituto Nacional de Estatística (INE), *Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000 - Principais Resultados*, Lisboa, INE, 2002, p.3 e p.59.

Presidência da República, *A Reforma do Pacto Social*, Lisboa, INCM, 2001.

Presidência do Conselho de Ministros, Alto Comissário para as Questões da Promoção da Igualdade e da Família, *Plataforma de Acção da Quarta Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres – Pequim, China, 1995*, Lisboa, Comissão para a igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), 1997.

Projecto Now-Luna, *O Longo Caminho para a Igualdade - Algumas Referências sobre a Situação das Mulheres ao Longo dos Tempos*, Lisboa, CGTP-IN, 1998.

TORRES, Anália Cardoso (cord.), *Homens e Mulheres entre Família e Trabalho*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Segurança Social e do Trabalho – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, 2004.

EDIÇÕES ELECTRÓNICAS

Comissão Europeia, "La réserve de main-oeuvre en Europe au printemps 2001", in *Communiqués de presse*, 15 de Julho de 2003, in <<http://europa.eu.int/comm/eurostat/>>

Comissão Europeia, "La vie des femmes et des hommes en Europe", in *Communiqués de presse*, 8 de Outubro de 2002, in <<http://europa.eu.int/comm/eurostat/>>

Comissão Europeia, "Le travail des femmes dans l'agriculture de l'UE", in *Communiqués de presse*, 7 de Maio de 2001, in <<http://europa.eu.int/comm/eurostat/Public/datashop>>

Comissão Europeia, "Les femmes ont un long chemin à parcourir", in *Communiqués de presse*, 8 de Junho de 1999, in <<http://europa.eu.int/comm/eurostat/Public/datashop>>

Commission Européenne, "Quadro 12: Niveau d'instruction élevé par pays et par classe d'âge, 1999", in *Unité de l'Europe: solidarité des peuples, diversités des territoires - Deuxième rapport sur la cohésion économique et sociale*, 2001, in <<http://europa.eu.int/comm/regional-policy/sources/docoffic/official/reports/contentpdf-fr.htm>>

DUNCAN, Stephen F., "Building Family Strengths Series, Balancing Work and Family", in *Montguide MT 9506 Human Resource Development*, 2001, in <<http://www.montana.edu/wwwpb/pubs/mt9506.html>>

European Observatory on the Social Situation, *Demography and Family, Households with children under 16: distribution by household type*, in <http://europa.eu.int/comm/employment_social/family/observatory>

Eurostat, "GDP per capita in PPS - Gross Domestic Product in Purchasing Power Standards", in <<http://europa.eu.int/comm/eurostat/newcronos/queen>>

Eurostat, "Indicateurs Structurels", in Collection: *Données Gratuites*, Thème: Statistiques Générales, Mercredi, Juillet 30, 2003, in <<http://europa.eu.int/comm/eurostat/>>

Eurostat, "Le Chômage dans la zone euro stable à 8,8%", in Collection *Indicateurs Clés*, Thème: Population et Conditions Sociales, Mercredi, Juillet 30, 2003, in <<http://europa.eu.int/comm/eurostat/Public/datashop>>

Eurostat, "Les bas salaires dans l'Union européenne", in Collection *Communiqués de presse*, Thème: Population et Conditions Sociales, nº94/2000, 3 de Agosto 2000, in <<http://europa.eu.int/comm/eurostat/Public/datashop>>

Eurostat, "L'exclusion sociale dans les États membres de l'UE", in Collection: *Communiqués de presse* - Thème: Population et Conditions Sociales, 31 de Janeiro 2000, in <<http://europa.eu.int/comm/eurostat/Public/datashop>>

Eurostat, "PIB par habitant en SPA - Indicateurs Structurels", 2000, in <<http://europa.eu.int/comm/eurostat/Public/datashop>>

Eurostat, *Annuaire 2003: Les Statisticiens au service de l'Europe*,

2003, in <<http://europa.eu.int/comm/eurostat/>>

Eurostat, « Les dépenses par élève/étudiant dans l'UE en 1997 », <<http://europa.eu.int/comm/eurostat/Public/datashop>>

Eurostat, *Statistiques en Bref - Industrie, Commerce et Services*, Theme 4 - 38/2003, de 11/11/2003, in <<http://europa.eu.int/comm/eurostat/>>

OTTENS, Morag, "Statistiques de la société de l'information en Europe", in Eurostat, *Statistiques en Bref - Industrie, Commerce et Services*, Theme 4 - 38/2003, de 11/11/2003, in <<http://europa.eu.int/comm/eurostat/>>

Population Reference Bureau, *Population Mid - 2001 (millions), Births per 1000 Pop., Deaths per 1000 Pop., Rate of Natural Increase (%), Projected Pop. Change 2001-2050 (%), 2001*, in <http://www.prb.org/Content/NavigationMenu/Other_reports/2000-2002/sheet1.html>

PROTTI, Luca, "Le PIB dans le monde 2002", in Eurostat, *Statistiques en Bref - Économie et Finances*, Theme 2 - 62/2003, de 2/12/2003, in <<http://europa.eu.int/comm/eurostat/>>

SPAF - Syndicat des Personnes Actives au Foyer, *Des Chiffres*, in <http://www.spaf.ch/chiffre_1.htm>

VENES, Nuno, "Ascensão", *Jornal Economia Pura*, in <<http://economieapura.euronoticias.pt>>

PROGRAMA DE APOIO INFORMÁTICO

NUDIST 6 (Non-numerical Unstructured Data Indexing Searching & Theorizing) - qualitative data analysis program, Melbourne, Australia; QSR International Pty Ltd. Version 6.0, 2002.

ANEXOS

ANEXO I – GUIÃO DE ENTREVISTA FEMININO

GUIÃO DE ENTREVISTA - MULHER

Caracterização sociográfica

Idade

Residência do agregado familiar (Concelho)

Nível de escolaridade

Religião (praticante ou não)

Composição do agregado familiar.

Idade dos filhos.

Agregado Familiar de Origem

(Informações relativas ao momento de coabitação com o entrevistado)

- **Família** - *Importância da família, socialização no género, organização familiar e mudanças de comportamento*
 - Religião dos pais (praticantes ou não)
 - Dimensão e composição do agregado familiar
- Tarefas que a mãe e o pai faziam em casa (domínios de intervenção do pai e da mãe da entrevistada - que domínios geriam).
- Identificação da pessoa que tomava conta dos filhos, durante o dia e geria as actividades escolares e extra-escolares.
 - Tarefas em que os filhos colaboravam e em que não colaboravam e o motivo.
- **Trabalho** - *Importância do trabalho e do capital financeiro*
 - Última profissão de um, ou dos dois pais.
 - Importância atribuída pelos pais, às respectivas profissões.
No caso de só um trabalhar:
 - De que forma foi feita a escolha, do elemento que não trabalha.
 - No casos de ambos trabalharem:
 - Identificação do elemento do casal que ganhava mais.
- Importância do capital financeiro (Qual a importância atribuída ao dinheiro?)
- Forma de conciliação da vida profissional e da vida familiar (de que forma conciliavam).
- **Relações Conjugais** - *Conflitos e Poder*

- Gestão familiar (quem tratava dos impostos, quem pagava as contas da água, da luz, ou outras despesas domésticas).
 - Autoridade paternal e maternal (um ou outro eram muito autoritários).
 - Forma de resolução de desentendimentos (como eram resolvidas).
 - Motivo principal dos desentendimentos (quando discutiam, qual era o motivo).
- Identificação, no caso de haver, da posição dominante nas discussões (quem se impunha mais).
- Existência ou não de penalização de um dos pais, em relação ao outro, na relação conjugal.

Agregado Familiar Actual

- **Família** - *Importância da família, organização familiar e mudanças de comportamento*
 - Motivo que levou a entrevistada a constituir família.
 - Vontade de ter mais filhos. Motivos.
 - Tarefas diárias da entrevistada em casa.
 - Dependência da entrevistada nas tarefas realizadas (precisa de ajuda?)
 - Tarefas em que o marido, participa.
 - Dependência do marido da entrevistada nas tarefas realizadas.
- Identificação da pessoa que trata dos filhos no dia a dia (levar à escola, por exemplo) e quando estão doentes (quem os leva ao médico).
 - Tarefas domésticas e familiares que mais agradam à entrevistada.
 - Rotatividade das tarefas (é habitual trocarem as tarefas, porquê).
 - Existência ou não da colaboração dos filhos, em tarefas domésticas.
- Identificação das tarefas, no caso da resposta positiva e do motivo, em qualquer resposta.
- Importância da educação a transmitir ao(s) filho(s).
- Interesse em aumentar o tempo dedicado à família (gostava de estar mais presente em casa?).
- Motivos, no caso de não haver interesse e impedimentos, no caso de haver interesse.
 - Identificação do que satisfaz mais e menos a entrevistada, na família.
 - Correspondência da família da entrevistada, com a família idealizada.
 - Conceito de poder na família (o que é, para si, ter poder em casa?)
- **Trabalho** - *Importância do trabalho e do capital financeiro*
 - Profissão actual.

- Idade com que começou a trabalhar.
- Motivo pelo qual a entrevistada começou a trabalhar.
- Repercussões da actividade profissional na vida familiar (de que maneira o trabalho interfere na vida familiar?).
 - Satisfação na actividade profissional (o que satisfaz mais e menos no trabalho).
- Interesse em aumentar o investimento na carreira profissional (gostava de investir mais na carreira profissional? Porquê?).
 - Importância para a entrevistada do trabalho profissional do cônjuge.
 - Interesse na redução da actividade profissional do cônjuge (para maior presença em termos familiares - gostava que o seu marido reduzisse o número de horas de trabalho).
- Importância da participação da entrevistada, no orçamento doméstico (quanto representa no total do rendimento familiar).
 - Importância atribuída ao dinheiro.
- Conceito de poder na actividade profissional (o que é, para si, ter poder na actividade profissional?)

- Relação Conjugal - *Conflitos e Poder*

- Responsabilidades da entrevistada e do cônjuge, na gestão familiar (quem trata dos impostos, quem paga as contas da água, da luz, ou outras despesas domésticas).
 - Gestão do capital financeiro, para a casa (como é que fazem com o dinheiro).
- Identificação de um elemento que representa a autoridade (quem manda na relação conjugal).
 - Conceito de bom marido e de boa mulher.
- Caracterização da relação da entrevistada com o marido (como tem corrido até à data).
- Correspondência ou não, da relação conjugal existente, às expectativas da entrevistada quando a iniciou.
- Interesse na relação conjugal (gostava de ter mais tempo para a sua relação conjugal? Porquê?)
- Igualdade de deveres e direitos na relação conjugal (acha que na relação, os dois têm os mesmos deveres e os mesmos direitos?).
- Sentimento de desvantagem da entrevistada, em relação ao cônjuge. Motivos. (acha que o seu marido, está numa posição de vantagem, na vossa relação? Porquê?)
- Formas de resolução dos desentendimentos com o marido (como são resolvidas as divergências?).

- Mudanças de comportamento da entrevistada, face à família e ao trabalho (tem havido mudanças, ao longo do tempo? em quê?)
- Mudanças de comportamento do marido da entrevistada, face à família e ao trabalho (tem havido mudanças, ao longo do tempo? em quê?)
 - Conceito de qualidade de vida (o que é para si viver bem?)
- Conceito de poder na relação conjugal (o que é, para si, ter poder na relação conjugal?)
- Gostava de ter mais tempo para si? O que faria?
 - Relação poder e dinheiro (o que pensa da frase “ter dinheiro, é ter poder”)
- Conceito de igualdade (o que pensa da frase “todos diferentes, todos iguais”, ou o que é a igualdade?)

ANEXO II – GUIÃO DE ENTREVISTA MASCULINO

GUIÃO DE ENTREVISTA - HOMEM

Caracterização sociográfica

Idade

Residência do agregado familiar (Concelho)

Nível de escolaridade

Religião (praticante ou não)

Composição do agregado familiar.

Idade dos filhos.

Agregado Familiar de Origem

(Informações relativas ao momento de coabitação com o entrevistado)

- **Família** - *Importância da família, socialização no género, organização familiar e mudanças de comportamento*
 - Religião dos pais (praticantes ou não)
 - Dimensão e composição do agregado familiar
- Tarefas que a mãe e o pai faziam em casa (domínios de intervenção do pai e da mãe do entrevistado - que domínios geriam).
- Identificação da pessoa que tomava conta dos filhos, durante o dia e geria as actividades escolares e extra-escolares.
 - Tarefas em que os filhos colaboravam e em que não colaboravam e o motivo.
- **Trabalho** - *Importância do trabalho e do capital financeiro*
 - Última profissão de um, ou dos dois pais.
 - Importância atribuída pelos pais, às respectivas profissões.
No caso de só um trabalhar:
 - De que forma foi feita a escolha, do elemento que não trabalha.
 - Identificação do elemento do casal que ganhava mais.
- Importância do capital financeiro (Qual a importância atribuída ao dinheiro?)
- Forma de conciliação da vida profissional e da vida familiar (de que forma conciliavam).
- **Relações Conjugais** - *Conflitos e Poder*
 - Gestão familiar (quem tratava dos impostos, quem pagava as contas da água, da luz, ou outras despesas domésticas).

- Autoridade paternal e maternal (um ou outro eram muito autoritários).
- Forma de resolução de desentendimentos (como eram resolvidas).
- Motivo principal dos desentendimentos (quando discutiam, qual era o motivo).
- Identificação, no caso de haver, da posição dominante nas discussões (quem se impunha mais).
- Existência ou não de penalização de um dos pais, em relação ao outro, na relação conjugal.

Agregado Familiar Actual

- **Família** - *Importância da família, organização familiar e mudanças de comportamento*
 - Motivo que levou o entrevistado a constituir família.
 - Vontade de ter mais filhos. Motivos.
 - Tarefas diárias do entrevistado em casa.
 - Dependência do entrevistado nas tarefas realizadas (precisa de ajuda?)
 - Tarefas em que a mulher, participa.
 - Dependência da mulher do entrevistado nas tarefas realizadas.
 - Identificação da pessoa que trata dos filhos no dia a dia (levar à escola, por exemplo) e quando estão doentes (quem os leva ao médico).
 - Tarefas domésticas e familiares que mais agradam ao entrevistado.
 - Rotatividade das tarefas (é habitual trocarem as tarefas, porquê).
 - Existência ou não da colaboração dos filhos, em tarefas domésticas.
 - Identificação das tarefas, no caso da resposta positiva e do motivo, em qualquer resposta.
 - Importância da educação a transmitir ao(s) filho(s).
 - Interesse em aumentar o tempo dedicado à família (gostava de estar mais presente em casa?).
 - Motivos, no caso de não haver interesse e impedimentos, no caso de haver interesse.
 - Identificação do que satisfaz mais e menos o entrevistado, na família.
 - Correspondência da família do entrevistado, com a família idealizada.
 - Conceito de poder na família (o que é, para si, ter poder na família?)

Trabalho ---- Importância do trabalho e do capital financeiro ----

- Profissão actual.
- Idade com que começou a trabalhar.

- Motivo pelo qual o entrevistado começou a trabalhar.
- Repercussões da actividade profissional na vida familiar (de que maneira o trabalho interfere na vida familiar?).
 - Satisfação na actividade profissional (o que satisfaz mais e menos no trabalho).
- Interesse em aumentar o investimento na carreira profissional (gostava de investir mais na carreira profissional? Porquê?).
 - Importância para o entrevistado do trabalho profissional do cônjuge.
 - Interesse na redução da actividade profissional do cônjuge (para maior presença em termos familiares - gostava que a sua mulher reduzisse o número de horas de trabalho).
- Importância da participação do entrevistado, no orçamento doméstico (quanto representa no total do rendimento familiar).
 - Importância atribuída ao dinheiro.
 - Conceito de poder na actividade profissional (o que é, para si, ter poder na actividade profissional?)

- Relação Conjugal - *Conflitos e Poder*

- Responsabilidades do entrevistado e do cônjuge na gestão familiar (quem trata dos impostos, quem paga as contas da água, da luz, ou outras despesas domésticas).
 - Gestão do capital financeiro, para a casa (como é que fazem com o dinheiro).
- Identificação de um elemento que representa a autoridade (quem manda na relação conjugal).
 - Conceito de bom marido e de boa mulher.
- Caracterização da relação do entrevistado com a mulher (como tem corrido até à data).
- Correspondência ou não, da relação conjugal existente, às expectativas do entrevistado quando a iniciou.
- Interesse na relação conjugal (gostava de ter mais tempo para a sua relação conjugal? Porquê?)
- Igualdade de deveres e direitos na relação conjugal (acha que na relação, os dois têm os mesmos deveres e os mesmos direitos?).
 - Sentimento de desvantagem do entrevistado, em relação ao cônjuge. Motivos. (acha que a sua mulher, está numa posição de vantagem, na vossa relação? Porquê?)
- Formas de resolução dos desentendimentos com o marido (como são resolvidas as divergências?).
- Mudanças de comportamento do entrevistado, face à família e ao trabalho

(tem havido mudanças, ao longo do tempo? em quê?)

- Mudanças de comportamento da mulher do entrevistado, face à família e ao trabalho (tem havido mudanças, ao longo do tempo? em quê?)

- Conceito de qualidade de vida (o que é para si viver bem?)

- Conceito de poder na relação conjugal (o que é, para si, ter poder na relação conjugal?)

- Gostava de ter mais tempo para si? O que faria?

- Relação poder e dinheiro (o que pensa da frase “ter dinheiro, é ter poder”)

- Conceito de igualdade (o que pensa da frase “todos diferentes, todos iguais”, ou o que é a igualdade?)

ANEXO III – LISTA DE CATEGORIAS ANALISADAS

ANÁLISE DE CONTEÚDO

Categorias a analisar	Sub-Categorias	Grupos de respostas
Família	Organização familiar	* Q14 - Organização familiar no agregado actual - participação feminina. * Q15 - Organização familiar no agregado actual - participação masculina. * Q16 - Organização familiar no agregado actual - participação mista. * Q17 - Organização familiar no agregado actual - participação dos filhos, da família alargada e dos empregados.
	Interesses Familiares	* Q12 - Motivo para constituir família. * Q13 - Vontade de ter mais filhos. * Q19 - Satisfação familiar. * Q21 - Mais tempo para a família. * Q23 - Importância da família.
	Educação	* Q20 - Educação. * Q18 - Definição dos papéis de pai e de mãe.
Trabalho	Interesses Profissionais	* Q24 - A profissão, no agregado familiar actual - participação feminina. * Q25 - Motivo para ter uma profissão. * Q27 - Satisfação na profissão. * Q29 - Mais tempo para a carreira profissional. * Q30 - A profissão, no agregado familiar actual - participação masculina. * Q31 - Menos tempo para o trabalho.

		* Q32 - Importância da profissão.
	Conciliação com os interesses familiares	* Q28 - Conciliação do trabalho com a família, no agregado familiar actual. * Q26 - Interferência da profissão, na família.
Relações Conjugais	Conflitos, poder, autoridade	* Q38 - Conflitos. * Q35 - Representação da autoridade.
	Interesse na relação	* Q37 - Satisfação na relação conjugal.
	Papéis conjugais	* Q36 - Importância da relação conjugal.
Socialização no género	Família	* Q1 - Composição do agregado familiar de origem. * Q2 - Religião dos pais. * Q3 - Organização familiar no agregado de origem - participação feminina. * Q4 - Organização familiar no agregado de origem - participação masculina. * Q5 - Organização familiar no agregado de origem - participação dos filhos, da família alargada e de empregados.
	Trabalho	* Q6 - A profissão, no agregado familiar de origem.
	Conciliação do trabalho com a família	* Q8 - Conciliação do trabalho com a família, no agregado familiar de origem.
	Relações conjugais	* Q9 - Relação conjugal, no agregado familiar de origem. * Q10 - Conflitos, no agregado familiar de origem.
	Capital financeiro	* Q7 - Dinheiro no agregado familiar de origem.
	Mudanças de comportamento	* Q39 - Mudanças de comportamento feminino. * Q40 - Mudanças de comportamento masculino.

Capital financeiro		* Q33 - Dinheiro - participação feminina. * Q11 - Dinheiro - participação masculina. * Q34 - Importância do dinheiro.
Interesses Pessoais		* Q22 - Mais tempo individual.

Grupos de Respostas

- * Q1 - Composição do agregado familiar de origem.
- * Q2 - Religião dos pais.
- * Q3 - Organização familiar no agregado de origem - participação feminina.
- * Q4 - Organização familiar no agregado de origem - participação masculina.
- * Q5 - Organização familiar no agregado de origem - participação dos filhos, de familiares e de empregados.
- * Q6 - A profissão no agregado familiar de origem.
- * Q7 - Dinheiro no agregado familiar de origem.
- * Q8 - Conciliação do trabalho com a família, no agregado familiar de origem.
- * Q9 - Relação conjugal, no agregado familiar de origem.
- * Q10 - Conflitos, no agregado familiar de origem.
- * Q11 - Dinheiro - participação masculina.
- * Q12 - Motivo para constituir família.
- * Q13 - Vontade de ter mais filhos.
- * Q14 - Organização familiar no agregado actual - participação feminina.
- * Q15 - Organização familiar no agregado actual - participação masculina.
- * Q16 - Organização familiar no agregado actual - participação mista.
- * Q17 - Organização familiar no agregado actual - participação dos filhos e do pessoal doméstico.
- * Q18 - Ser pai e ser mãe.
- * Q19 - Satisfação familiar.
- * Q20 - Educação.
- * Q21 - Mais tempo para a família.
- * Q22 - Mais tempo pessoal.
- * Q23 - Importância da família.
- * Q24 - A profissão, no agregado familiar actual - participação feminina.
- * Q25 - Motivo para ter uma profissão.

- * Q26 - Interferência da profissão, na família.
- * Q27 - Satisfação na profissão.
- * Q28 - Conciliação do trabalho com a família, no agregado familiar actual.
- * Q29 - Mais tempo para a carreira profissional.
- * Q30 - A profissão, no agregado familiar actual - participação masculina.
- * Q31 - Menos tempo para o trabalho.
- * Q32 - Importância da profissão.
- * Q33 - Dinheiro - participação feminina.
- * Q34 - Importância do dinheiro.
- * Q35 - Representação da autoridade.
- * Q36 - Importância da relação conjugal.
- * Q37 - Satisfação na relação conjugal.
- * Q38 - Conflitos.
- * Q39 - Mudanças de comportamento feminino.
- * Q40 - Mudanças de comportamento masculino.

ANEXO IV – CATEGORIAS INTEGRADAS NO PROGRAMA INFORMÁTICO N6



F - Free Nodes [0]
Tree Nodes [132]

- 1 Família
 - 1 Composição do Agregado Familiar
 - + 2 Interesses Familiares
 - + 3 Organização Familiar
 - + 4 Educação
- 2 Trabalho
 - + 1 Interesses Profissionais
 - 2 Conciliação do Trabalho com a Família
- 3 Socialização
 - + 1 Família
 - + 2 Trabalho
 - + 3 Relações Conjugais
 - 4 Capital Financeiro
 - 5 Conciliação do Trabalho com a Família
- + 4 Mudança de Comportamentos
- + 5 Capital Financeiro
- + 6 Relações Conjugais
- + 7 Interesses Pessoais

T - Text Searches [41]
N - Node Searches [0]
Document Annotations
Node Clipboard

Description:

Contains all the Tree Nodes. Build a hierarchical catalogue of your more permanent nodes here.

Created:
Modified:
Codes - text units in - documents

Accept Changes Cancel Changes

Browse Memo Report... Text Search...